

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE
PRODUÇÃO**

***EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS:
Alternativas organizacionais de (re)inserção econômica e
social***

Ana Rita Gallo

TESE DE DOUTORADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE
PRODUÇÃO

EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS:
Alternativas organizacionais de (re)inserção econômica e
social

Ana Rita Gallo

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção do Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Engenharia de Produção, na área de concentração Gestão da Produção.

Orientador: Prof. Dr. Farid Eid

São Carlos
2003

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

G172ee	<p>Gallo, Ana Rita. Empreendimentos econômicos solidários: alternativas organizacionais de (re)inserção social e econômica / Ana Rita Gallo . -- São Carlos : UFSCar, 2003. 270 p.</p> <p>Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2003.</p> <p>1. Administração executiva. 2. Economia solidária. 3. Cooperativismo. 4. Emancipação social. I. Título.</p>
<p>CDD: 658.4 (20^a)</p>	

“O que ignoramos é sempre a ignorância de uma certa forma de conhecimento e vice-versa, o que conhecemos é sempre o conhecimento em relação a uma certa forma de ignorância” (SANTOS, p. 29, 2000).

“Na medida que esse programa [Economia Solidária da Unitrabalho – Rede Interuniversitária de Estudos do Trabalho] consegue colocar junto trabalhadores e universidade, ele tem uma importância grande (...) vai muito no sentido do diálogo, procuramos romper com uma visão unilateral da universidade/mundo do trabalho. As demandas da Economia Solidária são muito propícias para isso, são concretas. Elas ajudam o setor acadêmico a se estruturar em uma lógica diferente da lógica da academia, porque a nossa lógica na universidade tem de ser traduzida (saber formal) o que muitas vezes é formal em alguma coisa mais simples, assimilável pelo trabalhador. Esse é um desafio enorme para a universidade que em geral não sabe fazer isso. Não tem uma linguagem que o trabalhador sabe entender” (Diretor Executivo da UNITRABALHO, 17/10/2002).

Dedico este trabalho aos grupos excluídos que um dia conseguirão emancipar-se e transformar as suas realidades em uma vida mais solidária e digna.

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento vai para meu orientador, Farid Eid, que me proporcionou momentos felizes, muito mais do que os momentos difíceis da pesquisa – etapas normais de quem escolheu a carreira acadêmica. Como integramos experiências de vida bastante diferentes, acredito que o desenvolvimento deste trabalho tenha sido um desafio tanto para mim como para ele. Graduada em Ciências Sociais e Mestre em Engenharia de Produção com pesquisa desenvolvida em Gestão de Pequenas Empresas, aceitei o desafio de, novamente, mudar a área de estudo e pesquisar sobre Empreendimentos Econômicos Solidários. Da parte do Farid, imagino que também tenha sido um desafio, pois não tínhamos contato anterior. A experiência vivida com o desenrolar da pesquisa me proporcionou aquisição de conhecimentos profissionais e de vida nunca antes imaginado. A esse aprendizado agradeço imensamente.

Agradeço à banca de qualificação – Valter Silvério e Oswaldo Truzzi – professores que me fizeram enxergar a pesquisa de forma mais ampla, principalmente ao Valter que me motivou a entrar na discussão da Teoria Pós-Moderna, ainda em construção, mas como o caminho mais adequado para a complexidade do fenômeno pesquisado e defendido.

Agradeço à equipe e ao financiamento do projeto CNPq: *“DINÂMICA ORGANIZACIONAL E PRODUTIVA EM COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA: diagnóstico, implementação de estratégias para o desenvolvimento e perspectivas”*, para desenvolvimento desta tese.

Aos amigos mais próximos: Sandro A. T. de Mendonça, Andréa Pimentel, Juliana Nutti, Betânia Pessoa, Denise Marçon, Darlan Delgado, Renato Espanhol e César Oller; aos companheiros da pós-graduação; aos secretários do programa de pós onde estou matriculada e aos professores do departamento.

Ao Julio Nagliati, ao Flavio Salik, ao Marco Aurélio R. Pereira e a Tanita Campos que me auxiliaram com as atividades físicas e mentais voltadas para o

meu bem-estar, para que eu pudesse dar o melhor de mim e superar meus limites.

À minha família, que é meu refúgio, e à minha mãe, em especial, por privar-se da minha presença em momentos necessários.

Ao Fransérgio Follis, que acompanhou o processo final do trabalho, sugeriu e ofereceu um apoio carinhoso e sincero.

A todos os cooperados e assentados, que me receberam e permitiram que investigasse suas vidas e relações de trabalho.

Aos meus alunos, por compartilharem comigo as dificuldades e os momentos de aventura do trabalho de campo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	01
1.1. Economia Solidária e Empreendimentos Econômicos Solidários	09
1.2. Modernidade e pós-modernidade	12
2. DESEMPREGADOS, EXCLUÍDOS E MARGINAIS	23
2.1. O mercado de trabalho e a consolidação da economia informal	27
2.2. Da regulamentação à desregulamentação do trabalho:	42
2.3. Marginalidade ou exclusão social: um processo de dessocialização e ressocialização	56
3. EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS: alternativas organizacionais de (re)inserção econômica e social.....	69
3.2. Breve panorama histórico do cooperativismo	70
3.3. Experiências internacionais relacionadas ao cooperativismo	80
3.3.1. O complexo cooperativo Mondragón (Espanha).....	81
3.3.2. Os clubes de troca	85
3.3.3. A Índia e um caso de emancipação social	86
3.3.4. União Geral de Cooperativas em Moçambique (África).....	88
3.4. Os Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil	93
3.4.1. Cáritas.....	96
3.4.2. Três casos do Movimento dos Trabalhadores Rurais SemTerra	97
3.4.3. A Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria	

e pela Vida (ACCMV).....	101
3.4.4. Incubadoras universitárias de cooperativas populares	102

4. A INCUBADORA REGIONAL DE COOPERATIVAS POPULARES E DUAS COOPERATIVAS URBANAS111

4.1. Métodos de incubação	115
4.2. Caso 1 – COOPERLIMP	128
4.2.1. História da constituição da Cooperativa de Limpeza do Jardim Gonzaga – São Carlos	128
4.2.2. No meio do caminho... ..	132
4.2.3. Para onde seguir... ..	138
4.3. Caso 2 – COOSTURARTE	142
4.3.1. História da Constituição da Cooperativa dos Trabalhadores em Confeccões São Carlos	143
4.3.2. No meio do caminho... ..	150
4.3.3. Para onde seguir... ..	155

5. O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA E DUAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA165

5.1. Origem histórica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil	166
5.2. Principais formas de cooperação agrícola nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	177
5.3. A Cooperativa de Produção Agropecuária Avó Aparecida (COPAVA) e a Cooperativa de Produção Agropecuária Nossa Senhora Aparecida (COPANOSSA)	184
5.3.1. O município de Itapeva	185
5.3.2. O município de Itaberá.....	186

5.4. A Fazenda Pirituba	188
5.4.1. Caso 3 - COPAVA	195
5.4.2. Caso 4 - COPANOSSA.....	210
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: oportunidades e dilemas dos empreendimentos econômicos solidários	224
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	239
APÊNDICE - Questionários	252

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Teoria Moderna e Pós-moderna	16
Figura 2 - Características da atual estratégia de reestruturação produtiva	30
Figura 3 – Reestruturação capitalista e efeitos sobre o mundo do trabalho	32
Figura 4 – Etapas referentes ao processo de incubação	118
Figura 5 - Mapa de São Carlos com a divisão das categorias socioeconômicas	130
Figura 6 – Organograma de uma Cooperativa de Produção Agropecuária.....	183
Figura 7 – Mapa do Estado de São Paulo	185

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Itens de despesa incidentes sobre a folha de pagamento como proporção do salário contratual mensal	33
Tabela 2 - Cooperativas, cooperados e empregados por ramo de negócio	94
Tabela 3 – Assentamentos implantados na Fazenda Pirituba II	194
Tabela 4 – Caracterização das áreas de assentamento da Fazenda Pirituba II	194

RESUMO

GALLO, A. R. Empreendimentos econômicos solidários: alternativas organizacionais de (re) inserção econômica e social. São Carlos: UFSCar – Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Tese de doutorado, 2003, 270 p., mimeografado.

As conquistas e os benefícios que o sistema capitalista proporcionou à sociedade, na sua evolução histórico-tecnológica, foram muitas. Ao mesmo tempo, esse mesmo sistema produziu desvantagens, principalmente, em relação à mão-de-obra que não pôde acompanhar o seu desenvolvimento. Um dos fatores que promoveu tal situação foi a reestruturação tecnológica, organizacional e produtiva das organizações dominantes. Além disso, o processo de internacionalização do capital, a má redistribuição de renda, a precarização do trabalho e da vida geraram uma desigualdade econômica e uma exclusão social extremamente preocupante. Partindo dessas considerações, buscou-se analisar e entender os arranjos organizacionais alternativos que existem dentro do sistema capitalista. A teoria da Pós-modernidade e a teoria da Economia Solidária, ambas em construção, foram a base de análise de quatro casos organizacionais estudados, denominados de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Esses Empreendimentos, na sua forma mais comum, ocorrem através das cooperativas populares. Uma particularidade deste trabalho é que dois casos são urbanos e acompanhados por uma Incubadora de Cooperativas ligada à Universidade Federal de São Carlos, os quais se localizam nessa mesma cidade; e dois casos são rurais, localizados na região sudoeste do estado de São Paulo e se ligam ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Os principais objetivos da tese foram: analisar as condições de vida e as relações de trabalho nesses empreendimentos; compreender as oportunidades e limites que eles enfrentam; e poder entendê-los como alternativa de (re)inserção social e de não-precarização do trabalho. Por ser uma pesquisa de caráter qualitativo, foram utilizados, como técnica de coleta de dados, os seguintes elementos: questionários mistos, entrevistas, observações e análises de documentos. Os principais resultados revelam que há, por meio das cooperativas urbanas e rurais, uma real oportunidade de (re)inserção econômica e social dos grupos estudados. Contudo, há um desafio a ser enfrentado no sentido da superação de uma cultura organizacional de pouca participação para uma cultura de cooperação solidária.

Palavras-chave: Economia Solidária; Cooperativismo; Emancipação Social.

ABSTRACT

GALLO, A. R. Solidary economic enterprises: organizational alternatives of economic and social (re) insert. São Carlos: UFSCar – Postgraduate Program in Production Engineering, Doctorate Theory, 2003, 270 p.

The conquests and benefits that the capitalist system provided to the society, in its historical-technological evolution, have been many. At the same time, that same system has been producing disadvantages, mainly, in relation to the labor that could not accompany its development. One of the factors that have promoted such situation was the technological, organizational and productive restructuring of the dominant organizations. Besides, the process of internationalization of the capital, the bad redistribution of the income, the precariousness of the work and life, have generated an economic inequality and an extremely serious social exclusion. From these considerations, it must be analyzed and understood the alternative organizational arrangements that exist inside of the capitalist system. The theory of the Post-modernity and the theory of the Solidary Economy, both in construction, have been the base of analysis of four studied organizational cases, denominated of Solidary Economic Enterprises (SEE). Those Enterprise, in their more common form, happen through the popular cooperatives. A particularity of this work is that two cases are urban and accompanied by an Incubator of Cooperatives linked to the Federal University of São Carlos, which are located in that same city; and two cases are rural, located in the Southwest area of the state of São Paulo and they link to the Landless Rural Workers Movement. The main objectives of the theory were: to analyze the life conditions and the work relationships in those enterprises; to understand the opportunities and limits that they face; and to understand them as an alternative of social (re)insert and of non – precariousness of the work. Being a research of qualitative character, were used, as technique of data colletion, the following elements: mixed questionnaires, interviews, observations and documents analyses. The main results reveal that there is, through the urban and rural cooperartives, a real opportunity of economic and social (re)insert of the studied groups. However, there is a challenge to be faced in the sense of surpassing an organizational culture of little participation and building a culture of solidary cooperation.

Key words: Solidary Economy; Cooperativism, Social Emancipation

1. INTRODUÇÃO

O panorama mundial no qual o Brasil se insere, no início do século XXI, apresenta algumas características alarmantes para a população carente. Índices de pobreza e exclusão social, econômica e política colocam o Brasil entre um dos países que possuem uma alta concentração de renda na parcela mais abastada de sua sociedade, revelando que, aproximadamente, 30% da população vivem em situação de indigência, ou seja, com rendimento inferior a meio salário mínimo mensal¹. Outro fato real, ligado a este, é o nível de desemprego que o país possui, em torno de 20% em algumas regiões, sendo que em outras esses índices podem variar. Outras características da população também são preocupantes, tais como: nível de analfabetismo, de mortalidade infantil, de desnutrição, de desenvolvimento da saúde e saneamento básico, de moradia, entre outros que podem compor as condições de vida de uma população².

Muitos desses elementos são de responsabilidade governamental, pois integram a pauta das políticas públicas estatais. Em momentos históricos anteriores, especificamente, nos anos de 1930 com Getúlio Vargas, o Estado foi o grande propulsor de políticas públicas para o desenvolvimento social e econômico da população como um todo. Isso aconteceu devido às pressões dos movimentos sociais de resistência aos sistemas econômico e político que reivindicavam o direito ao trabalho. A Consolidação das Leis Trabalhistas foi resultado dessas manifestações populares e uma forma de controle, por parte do Estado, dos trabalhadores envolvidos com as revoltas da época. Ao longo das décadas seguintes, até o final do Regime Militar, as leis trabalhistas foram a base de contratação dos trabalhadores dentro do mercado de trabalho formal.

Em conjunto com esses fatores ocorreram, no final dos anos de 1960, movimentos sociais coletivos que reivindicavam o direito de inserção social e cultural. Foram movimentos sociais de minorias, como os negros, os religiosos,

¹ Em junho de 2003 o salário mínimo, no Brasil, correspondia a R\$ 240,00.

² Dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados e Departamento Intersindical de Estatística e de Estudos Sócio-Econômicos - SEADE/DIEESE (2000).

os feministas etc., que deram início ao desenvolvimento de conhecimentos alternativos sobre as suas situações presentes naquele momento. Questões como a busca e o conhecimento de uma identidade social coletiva entraram em pauta em contraposição a uma ênfase individualista que a sociedade capitalista produz. Portanto, não só econômica, mas social e culturalmente havia e há grupos que necessitam (re)inserir-se na sociedade.

A partir de 1980, foi possível observar uma série de transformações, em nível macro, na sociedade, na política e na economia mundial, afetando os países de várias formas. Esse processo que pode ser denominado, na esfera econômica, de internacionalização de capitais e, na esfera social, de fragmentação cultural tem, cada vez mais, reunido forças econômicas e culturais em blocos fechados, excluindo aqueles que não podem participar desses processos. Uma das principais conseqüências é que o Estado tem passado a intervir o mínimo possível na economia e, em nível micro, a estimular contratos de trabalho mais flexíveis para os empresários e mais precarizados³ para os trabalhadores. Diante dessas medidas, uma das saídas encontradas pelo trabalhador foi o crescimento da economia informal⁴ e dos movimentos sociais de resistência como alternativa ao processo excludente que se consolidou.

Em relação à exclusão social brasileira, uma das principais causas parece residir na formação econômica e cultural do país: o tipo de colonização; a implantação da escravidão; as políticas de substituição de importações e a formação de um capitalismo tardio influenciaram demasiadamente a composição do mercado de trabalho brasileiro (MOTOYAMA, 1994).

As transformações sociais, econômicas e políticas em curso tiveram início na década de 1970, com a crise econômica capitalista mundial, gerando uma retração dos empregos formais, estimulando a economia informal que oferecia, naquele momento, alternativas viáveis e concretas de sobrevivência à população carente. O aumento da pobreza urbana e rural, do subemprego

³ O termo precarizado refere-se a condições não padronizadas e legalizadas de trabalho, como ambientes insalubres e sem contrato de trabalho. Esse conceito será apresentado com mais detalhes no capítulo dois.

⁴ Por economia informal entende-se qualquer atividade que gere renda, mas que não apresente condições legais baseadas em contratos de trabalho orientados pela legislação vigente.

massificado, encontrou na economia informal uma solução, imprevista e talvez não adequada, ao problema do subdesenvolvimento (LAUTIER, 1994; QUIJANO, 1998).

A conseqüência dessas transformações para o Brasil foi o abalo da estrutura socioeconômica e política construída anos anteriores. Havia o eixo industrialização-Estado como atores básicos na constituição das relações internas e externas da economia nacional, cujo modelo se esgotou e o Estado diminuiu a sua intervenção na economia. Nos anos de 1980, o setor terciário (prestação de serviços) foi a “válvula de escape” por oferecer maior suporte ao nível de ocupação nacional em detrimento do setor secundário (indústria), que perdeu a capacidade de dinamização da estrutura ocupacional, oferecendo poucas oportunidades de ocupação vinculadas à continuidade da montagem e aperfeiçoamento do aparelho produtor de bens. Conseqüentemente, o fraco crescimento do emprego industrial somou-se a uma sensível redução dos investimentos e uma estagnação da produção deste setor. O resultado foi o aumento da precarização dos postos de trabalho através da flexibilização dos direitos trabalhistas e sociais dos trabalhadores, demonstrando a deterioração do mercado formal de trabalho (SINGER, 1999b).

BALTAR, DEDECCA & HENRIQUE (1996), ao abordarem a questão do mercado de trabalho no Brasil e a conseqüente exclusão social, afirmam que um dos principais determinantes da pobreza foi o padrão de geração de emprego e de renda do país, associado ao seu estilo de desenvolvimento. Duas questões básicas podem explicar esse fenômeno: a primeira relaciona-se à estrutura agrária, concentrada em grandes propriedades e no atraso produtivo do país; e a segunda resposta pode ser encontrada no tipo de geração de emprego e renda urbana. É necessário somar a esse modelo a formação cultural do país e a relação de dependência econômica e política em relação aos países desenvolvidos.

Dentro dessa perspectiva, o Brasil parece ser um caso intermediário a este processo e, por isso, tem sofrido graves conseqüências. Ao se ajustar às políticas econômicas impostas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), enfrenta dificuldades para fazer investimentos sociais e,

assim, poder criar programas sociais voltados para a população carente. Contudo, há uma tendência ao uso da democracia participativa com a mudança de ênfase política que o país vem passando no ano de 2003. A democracia participativa tem como exemplo mais visível a implantação de “orçamentos participativos”, em que a população pode participar das tomadas de decisões sobre quais benefícios pode receber e suas prioridades.

Por outro lado, a tradicional dicotomia entre emprego⁵ e desemprego nos países desenvolvidos vem modificando os perfis de suas estruturas, estimulando o estabelecimento de um novo e particular processo de exclusão social diferente de épocas anteriores, deixando de ser somente econômica para incluir a esfera cultural. Neste sentido, justificam-se os estudos sobre formas alternativas de geração de “trabalho”⁶, renda e (re)inserção social. O processo de exclusão pode ser grande internamente a uma nação, porém ele pode ser mais intenso nas relações entre diferentes nações e culturas.

Uma das conseqüências mais visíveis do processo econômico excludente foi a queda (em torno de 10%) do nível de renda monetária da maior parte da população brasileira na década de 1990, resultando em enormes carências sociais, em razão do crescimento acelerado das cidades e da ausência de um ordenamento mínimo do processo de expansão urbana e de garantia de infra-estrutura social básica. Por outro lado, o rendimento de pessoas que trabalham sem carteira assinada aumentou em torno de 45%⁷, o que não significa melhoria de vida nem das relações de trabalho, devido à precarização de ambas. Um resultado significativo foi a deterioração do mercado de trabalho e a redução do nível de salários, aumentando o desemprego aberto e de longa duração⁸.

⁵ Uma relação contratual de compra e venda da força de trabalho (SINGER, 1999b).

⁶ Conceito cujo significado propõe uma forma de ocupação mais ampla do que a relação contratual que a do emprego implica, simplesmente a compra e venda da força de trabalho (SINGER, 1999b). A definição do DIEESE (2000) sobre trabalho encontra-se dentro dos limites temporais mínimos para a jornada semanal, tomando como critério a noção de continuidade e regularidade do exercício, considerando serem essas as características fundamentais para qualificar uma relação de trabalho.

⁷ Dados da Fundação SEADE/DIEESE, 2000. Dados de abril de 1990 a abril de 1999.

⁸ Entende-se por desemprego aberto a proporção de pessoas que não exercem outra atividade que a de ativamente procurar trabalho (SINGER, 1999b). Desemprego de longa duração relaciona-se com o tempo de procura por trabalho. Em agosto de 2001, o tempo médio de procura de trabalho foi de 22,9 semanas, superior ao do mês anterior (21,9) e ao de agosto do

As altas taxas de desemprego⁹, a crescente insegurança, instabilidade e precariedade das novas formas de ocupação, a queda dos salários reais, a exclusão social são aspectos que rondam uma grande parte dos países. Na verdade, apenas os mercados financeiros têm exibido vitalidade, desfrutando os efeitos da desregulamentação e da centralização do capital. Essas mudanças facilitaram as fusões e aquisições de empresas e bancos em todos os setores da economia mundial, aumentando a acumulação do capital em detrimento da equidade social (SANTOS, 1979).

Outros fatores importantes formam o processo de abertura comercial e financeira do Brasil nos anos de 1990: a reestruturação produtiva e, conseqüentemente, o movimento de queda no desenvolvimento econômico do Brasil fizeram com que as empresas vendessem, produzissem e empregassem menos.

Assim, os desempregados que desempenhavam um papel estabilizador da economia, no início do século XXI, desequilibram cada vez mais e criam pressões sociais insustentáveis (formas de violências cada vez mais organizadas). O desemprego estrutural ocorre porque os que são vítimas da desindustrialização, em geral, não têm pronto acesso aos novos postos de trabalho. Também porque falta criação de novos postos de trabalho a partir de um desenvolvimento econômico e qualificação profissional das pessoas que não tiveram condições de acesso, historicamente construídas, à educação formal existente. Segundo SINGER (1999b, p. 23):

“O desemprego estrutural, causado pela globalização [internacionalização do capital], é semelhante em seus efeitos ao desemprego tecnológico: ele não aumenta necessariamente o número total de pessoas sem trabalho, mas contribui para deteriorar o mercado de trabalho para quem precisa vender sua capacidade de produzir”.

ano de 2000 (20,4 semanas) (IBGE, 2001). Diferentemente desta metodologia, o SEADE apresenta que o tempo médio despendido na procura por novo trabalho, no primeiro semestre de 2001, correspondeu a 46 semanas, apenas uma semana menor que o observado no primeiro semestre de 2000 (SEADE, 2001).

⁹ Segundo o IBGE, em maio de 2000 o desemprego aberto no Brasil era de 8,4%; sendo que para a Fundação SEADE/DIEESE, no mesmo período, o desemprego total no Brasil era de 18,2% e em 2002 chegou próximo a 20%.

Há, portanto, uma mudança na forma da acumulação do sistema capitalista, que em sua fase inicial (século XIX) até meados dos anos de 1970 ocorria pela expansão da mão-de-obra empregada; já no início do século XXI, passa a ocorrer pela expansão da tecnologia e dos novos arranjos organizacionais que eliminam postos de trabalho, continuando a criar o seu excedente, a sustentar o sistema e manter baixo o nível de emprego.

Assim, segundo BELLUZZO (1996, p.13):

“O capitalismo restaurado em suas formas essenciais, cada vez mais entregue à operação espontânea de suas leis de movimento, parece falhar com grande escândalo em sua capacidade de gerar empregos, de oferecer segurança aos que conseguem empregar ou de alentar os empregados com as perspectivas de melhores salários”.

Entretanto a abertura da economia e a modernização do aparelho produtivo geraram ganhos de produtividade para o país. Junto a isso, uma queda brusca da inflação, a partir de 1995, rebaixou as margens de lucro das empresas, criando um movimento de desverticalização com a terceirização de diversas atividades industriais. Isso também pode ser somado às outras conseqüências para o nível de emprego existente na economia brasileira, a qual entrou em uma fase de redução contínua.

É relevante compreender essa lógica da empresa capitalista implantada nas últimas décadas do século XX como uma das causas da exclusão social e desigualdade econômica que ocorre no Brasil.

A partir das mudanças no processo produtivo, conhecidas como reestruturação produtiva e organizacional do parque industrial e apresentadas como um modelo global, geraram-se diversos elementos que minaram a organização dos trabalhadores. Houve diminuição dos postos de trabalho, aumento da precarização das condições de trabalho para aqueles que permanecem no mercado e que não têm qualificação profissional suficiente para acompanhar este processo. Houve, porém, também valorização da mão-de obra qualificada em postos de trabalho que as exigem.

Outro fato, não menos importante, da exclusão social brasileira é a falta de políticas sociais que o Estado deixou, cada vez mais, de implantar por

perder o seu caráter interventor. Tal fato ocorre por causa da imposição da internacionalização do capital e suas políticas neoliberais que pressionam o Estado a investir menos no social. Percebe-se a volta do *laissez-faire* de Adam Smith (precursor do liberalismo clássico em 1776). Um exemplo disso é a ênfase no discurso governamental na ajuda dos meios de comunicação de massa em prol do voluntariado. O ano de 2001 foi escolhido para ser o Ano do Voluntariado Mundial, pois transferiram-se para as atividades e atitudes individuais as responsabilidades que, em primeira instância, são governamentais, como assistência médica e educacional. Em 2003, o programa Fome Zero, apesar de pertencer a um governo de esquerda, passou a solicitar e convocar a população – via meios de comunicação de massa – a realizar auxílios voluntários e doações econômicas, reproduzindo a mesma lógica do governo anterior.

O que vem ocorrendo é uma tensão dinâmica entre a regulação social (regulamentações/direitos/cidadania) da acumulação do capital e a emancipação social (na busca de equidade social, desenvolvimento de autonomia política, participação consciente no processo produtivo, na vida em sociedade e na criação cultural), tensão esta cada vez mais presente e em desequilíbrio, podendo gerar conseqüências graves para o ordenamento dos países como um todo. Entende-se por emancipação social “a apropriação coletiva, a descentralização, a participação consciente no processo produtivo, na vida em sociedade e na criação cultural” (CATTANI, 2003, p. 134). O conceito se baseia na responsabilidade e oportunidades iguais para que fins comuns sejam atingidos, como é o caso dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs).

A partir das palavras de SANTOS (2000, p. 15), “com o colapso da emancipação na regulação, o paradigma da modernidade deixa de poder renovar-se e entra em crise final”. Percebe-se que se vive um tempo de transição teórica, um tempo de preparação efervescente, uma transição societal e epistemológica que busca encontrar alternativas a uma sociedade com produção capitalista; consumismo individualista e mercadorizado;

identidades-fortaleza; democracia autoritária; desenvolvimento global e excludente¹⁰.

A partir do que se expôs uma questão se faz importante: como gerar renda e trabalho? Se por um lado, o Estado, no Brasil, defende a criação de micros e pequenas empresas via o Programa Brasil Empreendedor do Sebrae (Serviço Brasileiro de apoio a Micro e Pequenas Empresas), porém de difícil concretização devido aos créditos serem escassos; por outro lado, formas organizacionais alternativas à lógica capitalista são motivadas - através de grupos de pesquisadores e trabalhadores excluídos - por possuírem propostas de (re)inserção social sem a deterioração das relações de trabalho que vêm ocorrendo no mercado de trabalho. Estes são denominados Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), arranjos organizacionais calcados nos princípios de autogestão, de democracia e de participação igualitária de todos os seus membros. Entre esses empreendimentos estão as cooperativas, as empresas autogestionárias, os assentamentos de reforma agrária, as associações, entre outros, cuja lógica organizacional baseia-se na perspectiva da solidariedade, na cooperação e na auto-gestão.

Há necessidade de Instituições Educacionais em conjunto com os trabalhadores produzirem estudos que investiguem alternativas de inclusão, inserção e integração e desenvolvimento social da população carente. Nesse sentido, a Economia Solidária e os Empreendimentos Econômicos Solidários buscam alternativas organizacionais que procuram gerar trabalho e renda para parte da população, o que justifica a realização deste estudo.

Em princípio pode parecer bastante contraditório o termo Economia Solidária, já que soma conceitos de solidariedade com o de economia. Dentro da lógica capitalista hegemônica, o termo é incoerente porque vai contra os seus princípios de lucratividade e de acumulação do capital. Por outro lado, uma economia solidária possui uma lógica baseada na cooperação, na solidariedade, na integração e na inserção social; busca também sobreviver através de seus excedentes econômicos e da sua acumulação de capital.

¹⁰ A transição teórica enfrenta uma dupla dificuldade: a crítica corre o risco de estar mais perto da teoria dominante e mais longe da teoria emergente porque pode resistir em analisar alternativas ao sistema hegemônico (SANTOS, 2000).

Outro diferencial é que a tomada de decisão deve ser sempre coletiva e não individualista ou de poucos, como na lógica capitalista.

Como toda estrutura econômica, historicamente construída, está baseada em valores capitalistas, existe um grande desafio a ser enfrentado: construir valores organizacionais calcados na solidariedade.

1.1. Economia Solidária e Empreendimentos Econômicos Solidários

Um dos caminhos para reverter essa mudança estrutural é a criação de novos empreendimentos fora do circuito do setor público e do circuito do setor privado capitalista, cujo dinamismo insuficiente é a razão principal do seu esvaziamento. O desafio essencial está no campo institucional: como gerar as formas de organização adequadas aos produtores, para que eles possam ativar sua capacidade de produção e colocar no mercado produtos que possam ser vendidos por preços que permitam saldar todas as suas despesas e proporcionem uma renda maior do que o seu ganho atual. Todas as formas de organização são válidas como é o caso de empresas privadas isoladas; franquias; clubes de troca; associados às empresas coletivas, como cooperativas, comunidades de produção e o que mais puder ser experimentado (SINGER, 1999b).

O termo Economia Solidária recobre uma realidade bastante diversificada, abrangendo diferentes setores produtivos, envolvendo as mais diversas categorias sociais. Compõe-se de distintas formas de organização, como grupos informais e pequenos associados às cooperativas e às empresas de médio e pequeno porte. Distingue-se da lógica capitalista e, pelo princípio da solidariedade, apresenta possibilidades de auto-sustentação e de permanência social de seus membros (GAIGER, 1999).

O conceito de solidariedade é usado por muitos autores que defendem a ideia da Economia Solidária, porém não há uma discussão teórica sobre o assunto. Assim, justifica-se a busca do termo em sua origem para saber se há coerência ou divergência com o discurso defendido. De forma resumida¹¹, o

¹¹ No capítulo três o termo será tratado de forma mais abrangente.

conceito de solidariedade foi bastante trabalhado por Émile Durkheim, ao analisar como ocorria a integração entre indivíduos e sociedade. Segundo esse autor, nas sociedades tradicionais os indivíduos integravam-se à sociedade por meio de suas semelhanças (denominada de solidariedade mecânica) baseada em uma coerção social severa e repressiva, parte de uma consciência coletiva. “Todos os membros do grupo são individualmente atraídos pela condição de existência deste tipo coletivo, ou seja, a sociedade que eles formam mediante sua reunião” (DURKHEIM, 2001, p. 75). Já nas sociedades modernas, os indivíduos integram-se por complementação das partes diversificadas pela divisão social do trabalho, criando um novo tipo de laço social (denominada de solidariedade orgânica), com moral própria, e que deu origem a uma nova organização social, implicando maior autonomia e uma consciência individual mais livre (DURKHEIM, 2001; BOUDON & BOURRICAUD, 1993; LAKATOS & MARCONI, 1999). Todavia, esses conceitos foram, aos poucos, deixados de ser utilizados, mas no final do século XX e início do século XXI ressurgiram como uma proposta diferente da de Durkheim. No início do século XXI, o conceito de solidariedade parece ter encontrado outros elementos explicativos, como: ser parte do processo de compartilhamento e não de posse desigual do capital; busca de sentimentos afetivos como fraternidade, reconhecimento, ética entre outros (LISBOA, 2003).

Assim sendo, a Economia Solidária e seus empreendimentos, cujo arranjo organizacional mais comum é a cooperativa, têm como proposta teórica e empírica oferecer alternativas de geração de trabalho, renda e produção para uma parcela da população que conseguiu se adequar ao seu sistema. As cooperativas surgiram no início do século XIX como uma forma de resistência à lógica excludente capitalista, mas não se desenvolveram com grande força dentro desse período devido aos boicotes que os capitalistas praticavam, na época, em relação a esses empreendimentos.

Dentro dos diferentes tipos de cooperação, há formas tradicionais de ênfase capitalista, conhecidas como as grandes cooperativas de produção (muitas agrárias), de crédito, de consumo, escolares, médicas, entre outras, cuja lógica interna não é a democrática, mas sim a de que, entre seus

membros, quem possuir mais cotas-parte (ou ações) têm direitos maiores sobre os que possuem menos cotas, prevalecendo a idéia de subordinação altamente combatida pelo cooperativismo original. Outro tipo de cooperativa é a popular, em que a ênfase está na formação e motivação de empreendimentos solidários para a organização da população carente, ou seja, a população sem acesso fácil ao mercado de trabalho ou a que foi expulsa dele. As cooperativas populares foram os casos estudados por esta tese, dentre as quais se encontram cooperativas de trabalho (prestadoras dos mais diversos tipos de serviços) e cooperativas de produção urbana e agropecuária, vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Existe, ainda, um tipo perverso de cooperativa, as fraudulentas ou gatas, em que capitalistas motivam seus funcionários (que são demitidos) a formarem uma cooperativa (ferindo os princípios desta organização) e os recontratam transferindo a responsabilidade dos direitos trabalhistas para os próprios cooperados. Na verdade, nesses casos, o grau de exploração da mão-de-obra do trabalhador aumenta e o capitalista deixa de gastar com os direitos do trabalho conquistados ao longo de várias reivindicações da categoria (EID, 1998; RECH, 1995; VEIGA & FONSECA, 1999).

Os princípios cooperativistas são: livre adesão; autogestão; juros limitados ao capital; participação econômica dos seus membros; constituição de um fundo para educação; intercooperação; expansão da cooperativa; autonomia e independência; e preocupação com a comunidade. A partir do respeito integral a esses princípios é que se pode acreditar em formas organizacionais alternativas às empresas capitalistas (COLE, 1944).

Um dos maiores desafios é encontrar um caminho que concilie as potencialidades de liberação de um mercado competitivo com os controles institucionais na busca da redução sistemática da desigualdade e das exclusões sociais. Uma alternativa não-capitalista para o desemprego é o desenvolvimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs), de Economia Solidária, que surgem a partir de um novo setor econômico, formado por pequenas empresas e trabalhadores por conta própria, composto por ex-desempregados (SINGER, 1999b).

Entre as cooperativas autênticas é importante que se respeite os princípios cooperativistas e o princípio da intercooperação, ou seja, o comércio entre cooperativas, como forma de fortalecimento de seu mercado de atuação e consolidação de um setor que privilegia a (re)inserção social de uma parcela da população excluída.

Os maiores desafios para os EES é que eles estão inseridos em uma sociedade contraditória, herdeira de deficiências educacionais, tendo de lidar com comportamentos individuais formados em contextos autoritários, ou seja, preconceituosos e burocráticos e com uma cultura individualista. O mais difícil não é provavelmente encontrar uma fórmula organizacional ideal, mas mobilizar a iniciativa da grande massa de inativos e marginalizados, para que se disponham a empreender e, dessa forma, gerar diversas organizações a serem testadas na prática.

1.2. Modernidade e pós-modernidade

A discussão sobre Economia Solidária e seus empreendimentos pode enquadrar-se na Teoria das Organizações, especificamente dentro da Teoria Institucionalista, que de acordo com WILLIANSON (1994), as organizações e os indivíduos devem alinhar seus interesses para obterem o sucesso almejado. Também é vista como a formação de um processo na criação e na perpetuação de grupos sociais duradouros, na sua continuidade histórica e na transmissão de seus valores/princípios aos seus integrantes. Essa teoria é resultado da convergência de influências da Ciência Política, da Sociologia e da Economia, que buscam incorporar a idéia de padrões de comportamento, de normas e de valores, de crenças e pressupostos, nos quais os indivíduos e grupos se encontram imersos (MACHADO & GONÇALVES, 1998; TOBERT & ZUCKER, 1998). Também são utilizados os argumentos defendidos por SANTOS (1995, 1999, 2000 e 2002), sociólogo português, que aposta na pós-modernidade como uma fonte de interpretação dos fenômenos atuais.

Para entender o conceito de pós-modernidade, ainda em construção, portanto, sem uma definição consolidada, é preciso voltar ao conceito de modernidade. Para TOURAINE (1997, p.9):

“A idéia de modernidade, na sua forma mais ambiciosa, foi a afirmação de que o homem é o que ele faz, e que, portanto, deve existir uma correspondência cada vez mais estreita entre a produção, tornada mais eficaz pela ciência, a tecnologia ou a administração, a organização da sociedade, regulada pela lei e a vida pessoal, animada pelo interesse, mas também pela vontade de se liberar de todas as opressões”.

O mesmo autor afirma, ainda, que uma idéia mais branda de modernidade é entendê-la pelo movimento temporal de destruição das ordens antigas e triunfo da racionalidade objetiva ou instrumental. A modernidade substituiu a concepção de um mundo criado pela vontade divina (Idade Média) por uma dualidade entre a racionalidade e a subjetivação. O autor posiciona-se como defensor da modernidade cuja relação está carregada de tensões entre a Razão e o Sujeito, ou seja, entre ciência e liberdade surgidas com o Iluminismo, no entanto coloca-se contra o “pós-modernismo, cujo fantasma vaga por toda parte. Sem a razão o sujeito se fecha na obsessão da sua identidade; sem o Sujeito, a Razão se torna o instrumento do poder” (TOURAINE, 1997, p. 14).

Para GIDDENS (1991, p. 11), a modernidade:

“refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência (...) Hoje, no final do século XX, muita gente argumenta que estamos no limiar de uma nova era, a qual as Ciências Sociais devem responder e que está nos levando para além da própria modernidade. Uma estonteante variedade de termos tem sido sugerida para esta transição, alguns dos quais se referem positivamente à emergência de um novo tipo de sistema social (tal como a ‘sociedade de informação’ ou a ‘sociedade de consumo’), mas cuja maioria sugere que, mais que um estado de coisas precedente, está chegando a um encerramento (‘pós-modernidade’, ‘pós-modernismo’, ‘sociedade pós-industrial’, e assim por diante)”.

A partir da modernidade, organizações como os sindicatos e grupos ligados aos movimentos sociais de resistência ao sistema hegemônico, criam

entre si identidades e valores próprios como a solidariedade e a participação democrática interna. Todavia, há uma certa dificuldade de defini-los e interpretá-los porque são grupos reconhecidos como excluídos e/ou marginais da sociedade capitalista que se baseiam em valores divergentes da lógica capitalista. É preciso interpretá-los a luz da Ciência Econômica, Administrativa, Política e Sociológica.

Dessa forma, autores ligados à corrente da pós-modernidade preocupam-se com a interpretação de tais arranjos organizacionais a partir de estruturas não tradicionais e questionam as perspectivas da abordagem moderna.

A popularização do termo pós-modernidade deve-se a Jean-François Lyotard, pois é quem a caracteriza por uma evaporação da *grande narrative* – ou seja, o ‘enredo’ dominante por meio do qual somos inseridos na história como seres tendo um passado definitivo e um futuro previsível. A perspectiva pós-moderna vê uma pluralidade de reivindicações heterogêneas de conhecimento, na qual a ciência não tem um lugar privilegiado (GIDDENS, 1991). A pós-modernidade critica as metanarrativas totalizantes que a modernidade criou e busca nas “fragmentárias e caóticas correntes da mudança” explicar os fenômenos da atualidade (HARVEY, 1998; CONNOR, 1993).

GIDDENS (1991) possui uma abordagem que analisa a desorientação expressa na sensação de que não se pode obter conhecimento sistemático sobre a organização social, nem compreensão plena do universo de eventos que não se compreende. Ao contrário, é necessário olhar novamente para a natureza da própria modernidade, a qual, por certas razões, tem sido insuficientemente abrangida pelas Ciências Sociais.

Em outras palavras “em vez de estarmos entrando num período de pós-modernidade, estamos alcançando um período em que as conseqüências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes” (GIDDENS, 1991, p. 13). Na perspectiva do autor, além da modernidade, há contornos de uma nova e diferente ordem, que pode ser a pós-moderna.

As mudanças ocorridas durante os últimos três séculos foram dramáticas e abrangentes, em seu impacto sobre a sociedade, que a teoria moderna não conseguiu acompanhá-las no sentido de encontrar soluções para os problemas existentes como a exclusão social e a desigualdade econômica.

“A modernidade é constituída por e através de conhecimento reflexivamente aplicado, mas a equação entre conhecimento e certeza revelou-se erroneamente interpretada. Estamos em grande parte num mundo que é inteiramente constituído através de conhecimento reflexivamente aplicado, mas onde, ao mesmo tempo, não podemos nunca estar seguros de que qualquer elemento dado deste conhecimento não será revisado (...) Em ciência, nada é certo, e nada pode ser provado, ainda que o empenho científico nos forneça a maior parte da informação digna de confiança sobre o mundo a que podemos aspirar. No coração do mundo da ciência sólida, a modernidade vagueia livre (GIDDENS, 1991, p. 46)”.

Para GIDDENS (1991), as dimensões institucionais da modernidade são: vigilância (controle da informação e supervisão local); poder militar (controle dos meios de violência no contexto da industrialização da guerra); industrialismo (transformação da natureza: desenvolvimento do ‘ambiente criado’); e capitalismo (acumulação de capital no contexto de trabalho e mercados de produtos competitivos). A modernidade é globalizante e suas dimensões são: sistema de estado-nação (em crise); ordem militar; divisão internacional do trabalho; e economia capitalista mundial. Pode-se afirmar que vários desses elementos estão abalados, como é o caso da crise financeira do Estado-Providência; das taxas de juros; do nível de desemprego; da política econômica em geral; da política internacional; da intensificação das práticas transnacionais com a perda de autonomia do Estado; da exacerbação da fragmentação cultural; da exclusão social; entre outros. Desafios que podem se reanalisados, em termos teóricos, do que está acontecendo no mundo (SANTOS, 1999). Nesse sentido, a realidade parece ter tomado a dianteira sobre a teoria e as teorias modernas apresentam dificuldades em interpretá-la.

Na análise de SANTOS (1999), a ciência moderna, que é considerada a solução privilegiada para a progressiva e global racionalização da vida social e individual, tem se convertido em um problema sem solução. Há dois sintomas que explicam esse fenômeno: primeiro, a conversão do progresso em

acumulação capitalista transformou a natureza em mera condição de produção; e segundo, as crises de acumulação levam o capitalismo a ampliar a mercadorização da vida, estendendo-a a novos bens e serviços e a novas relações sociais, bem como fazendo com que ela chegue a pontos do globo até então não integrados na economia mundial.

A abordagem da pós-modernidade busca a separação e reunião continuamente de novas combinações teóricas (método desconstrutivista ou bricolagem) e “é vão tentar dominar um texto, porque o perpétuo entretecer de textos e sentidos está fora do controle” (HARVEY, 1998, p. 54). Essa heterogeneidade de teorias e de desconstrução e de reconstrução pode criar e oferecer oportunidades de participação e organização popular e de determinação democrática de valores culturais, como está sendo proposto pela Economia Solidária.

Assim, o entendimento da pós-modernidade permite romper a relação construída entre objeto/sujeito/objeto, com predominância do objeto, na modernidade, ou da ciência e não do sujeito. A pós-modernidade procura preocupar-se com o sujeito em primeiro plano.

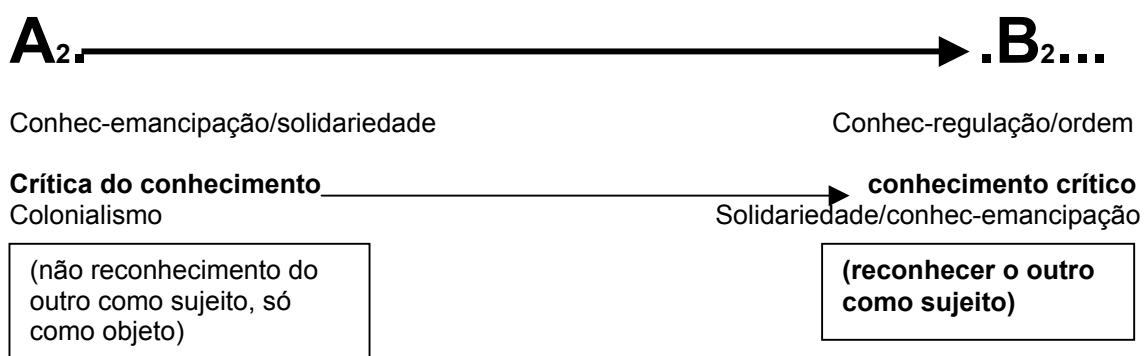
Na figura 1, a seguir, apresenta-se uma proposta de visualização da teoria moderna e sua transição para a pós-moderna. O ponto A1 significa o início da teoria moderna e o ponto B1 significa a atualidade. O ponto B1 representa o domínio do conhecimento-regulação (predomínio da ênfase econômica) em detrimento do conhecimento-emancipação (solidariedade e transformação social), que foi deixado de lado e que está sendo resgatado na proposta da teoria pós-moderna.

FIGURA 1 – Teoria Moderna e Pós-Moderna

TEORIA MODERNA



TEORIA DA PÓS-MODERNIDADE (em construção)



Ao longo de sua existência, a teoria moderna converteu o conhecimento-emancipação (B1) em conhecimento-regulação (B1), cuja ordem contribuía com a solidariedade e vice-versa (ambos conhecimentos surgiram ao mesmo tempo). A dinâmica de um implica nos excessos e deficiências do outro. Porém, o conhecimento-regulação tornou-se hegemônico a partir do sistema econômico e político que se consolidou (o capitalismo). Em função desse processo, a solidariedade deixou de ser importante para os pensadores e perdeu espaço para a regulação capitalista.

Nas três últimas décadas do século XX, os problemas que surgiram – como a desigualdade econômica e a exclusão social - não conseguiram encontrar mais respostas nas teorias existentes, até então dominantes, porque houve um processo de representação distorcida dos contextos vividos, em que a **ordem** (ponto B1 na figura acima) converteu-se em saber colonialista e a solidariedade, em **ignorância** caótica (ponto A1 no esquema acima). Por outro lado, o conhecimento crítico, que está na vanguarda do movimento pós-

moderno (A2) trouxe a semente de um novo consenso (ainda em construção), sustentando uma atitude “otimista trágica” em contraposição ao pessimismo que tem tomado conta dos pensadores no final do século XX. Busca-se, portanto, uma forma de conhecimento que funcione como princípio de solidariedade (B2) (SANTOS, 2000).

Para que o conhecimento crítico (A2) transforme-se em conhecimento-emancipação (B2) é necessário compreender três fatores:

- O multiculturalismo – o outro (sujeito) passa a ser conhecido enquanto produtor de conhecimento. Duas são as dificuldades desse processo: o silêncio do outro (destruição de formas de saber – povos colonizados anteriormente e/ou explorados na atualidade); e a diferença (o outro pode se tornar indiferente sendo preciso o uso de uma **Teoria da Tradução**¹² para compreendê-lo);
- Que se consiga passar de uma “peritagem heróica para um conhecimento edificante” (a objetividade e a neutralidade da ciência enquanto produtora de conhecimento), com um compromisso ético a ser respeitado;
- Que se passe da “ação conformista à ação rebelde” através de um processo determinismo/contingência (variações dependentes de um contexto vivido), em que as ações e as subjetividades são tanto produtos como produtores de processos sociais.

Escolheu-se, como objeto de estudo da presente tese, quatro EESs, sendo que dois são da região central do Estado de São Paulo e acompanhados pela INCOOP - Incubadora Regional de Cooperativas Populares criada no início do ano de 1999, na Universidade Federal de São Carlos, como os primeiros grupos de trabalhadores incubados. A Incubadora tem o papel fundamental de prestar assessoria técnica, administrativa e política aos cooperados durante o seu tempo de incubação (que não é definido

¹² A teoria da tradução serve como suporte epistemológico às práticas emancipatórias e como elemento que traduza o significado dos sujeitos estudados (SANTOS, 2000).

previamente, pois cada cooperativa tem uma realidade diferente) e, depois, pretende-se que os grupos conquistem sua autonomia para atuarem no mercado independente da Incubadora. Os dois últimos casos estudados encontram-se na região sudoeste do mesmo Estado, em área rural, e estão ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Foram escolhidos a partir de uma formalização de pesquisa realizada entre a UFSCAR e o CNPq para acompanhamento e desenvolvimentos de estratégias para a Agricultura Familiar.

A partir do contexto apresentado anteriormente, algumas questões de pesquisa nortearam este estudo:

1. Os impactos nas condições de vida, condições e relações de trabalho para os grupos estudados melhoraram a partir dos EESs em comparação com a situação anterior ao empreendimento?
2. Os EESs apresentam-se como uma alternativa à precarização das relações de trabalho e à (re)inserção sócio-econômica dos trabalhadores que não se encontram no mercado de trabalho formal brasileiro?
3. Quais os principais limites que podem existir para os integrantes dos EESs?
4. Quais as oportunidades que podem existir para os integrantes dos EESs?

Assim, existe um grupo de pesquisadores da Universidade Federal de São Carlos, das mais diferentes áreas do saber, caracterizando a multidisciplinaridade, ou seja, é um grupo que está envolvido com a Incubadora de Cooperativas Populares e se preocupa com a questão da desigualdade sócio-econômica, da exclusão social e da precarização do trabalho. Esse grupo identifica que uma das alternativas apresentadas para a solução desses problemas é o desenvolvimento e a consolidação cada vez maior dos EESs.

Além disso, formaram-se no país instituições que estimulam a troca de informações e o auxílio mútuo nas diferentes necessidades que os grupos podem ter.

Como característica das pesquisas qualitativas, o objeto do presente estudo possui forma dinâmica e uma peculiaridade deve ser levada em consideração, pois, ao lidar com pessoas excluídas ou marginalizadas, encontram-se diferentes situações de experiências de vida e profissionais. Por um lado, tem-se o grupo de trabalhadores desempregados com habilidades e aptidões desenvolvidas, que podem constituir-se em cooperativas. De outro lado, tem-se grupos de pessoas que nunca trabalharam formalmente e podem encontrar grandes dificuldades em se organizarem sob a forma cooperativista, dada sua complexidade. Para este último grupo poderá haver outras formas organizacionais menos complexas que a cooperativa como, por exemplo, as associações de trabalhadores (CRAIG, 1993).

As técnicas de coleta de dados utilizadas foram: observação dos grupos incubados e das cooperativas rurais; entrevistas semi-estruturadas e questionários que se encontram no apêndice deste texto. Procurou-se entrevistar o maior número de integrantes das cooperativas. No caso das cooperativas incubadas foram entrevistados todos os cooperados que estavam contratados e, no caso das cooperativas rurais entrevistou-se em torno de 50% dos seus integrantes.

Enquanto categorias de análise, um conjunto de variáveis compõe o quadro das *condições de vida, condições e relações de trabalho e a precarização do trabalho*, sendo, portanto, prioritário na investigação para o desenrolar da pesquisa:

- a) *Condições de Vida*: os seguintes critérios foram utilizados: 1. aspectos demográficos; 2. caracterização das famílias; 3. condições habitacionais; 4. situação educacional; 5. inserção no mercado de trabalho; 6. renda e patrimônio familiar; 7. acesso a serviço de saúde; 8. portadores de deficiência; e 9. vítimas de crimes. (SEADE, 2002);

- b) *Condições e relações de trabalho*: são definidos a partir de tais critérios: 1. higiene e segurança do trabalho; 2. fornecimento de uniformes e equipamentos de segurança; 3. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA); 4. protestos devidos a acidentes ocorridos; 5. fornecimento de ferramentas de trabalho; 6. fornecimento de recibos; 7. critérios para transferência; 8. critérios quanto às normas da empresa; e 9. protestos contra procedimentos da chefia (DIEESE, 1998). Além desses elementos do SEADE e do DIEESE, é importante utilizar o termo “conforto ambiental” para poder entender como as condições do ambiente de trabalho podem influenciar no desgaste do trabalhador.

“Entende-se por conforto ambiental uma combinação de aspectos fisiológicos (visuais, higiênicos, acústicos, térmicos), psicológicos (de reconhecimento, adaptação), funcionais (atividades, permanência, convivência) e dimensionais (espaços para as atividades, antropometria), que atuam em conjunto nos espaços artificialmente construídos para uso humano” (EGAN, 1975 e PUPPO, 1972, citado por CAMAROTTO, 1998, p. 81).

- c) *Precarização do trabalho*: Entende-se por precarização do trabalho não só a perda dos direitos trabalhistas como também as más condições do ambiente e das relações de trabalho, todas intrinsecamente ligadas (SINGER, 1999b).

O principal objetivo desta pesquisa percorre duas propostas:

- ❖ Analisar os impactos nas condições de vida, condições de trabalho e relações de trabalho para os grupos estudados, comparando o antes e o depois de estarem participando do empreendimento econômico solidário;
- ❖ Entender os principais dilemas, limitações e oportunidades que os EESs apresentam, durante a sua criação e desenvolvimento, para os seus integrantes.

Para isso, buscou-se compreender como ocorre a formação da coesão social entre os cooperados; entender como se constrói e se mantém a gestão

cooperativista; assim como compreender os valores culturais da organização das cooperativas.

As principais justificativas para esta pesquisa são:

- a) Contribuição para um melhor entendimento de organizações de ênfase solidária como alternativas ao processo de exclusão e desigualdade social;
- b) Os EESs podem ser estratégias viáveis e concretas de geração de renda, trabalho e (re)inserção social para parte da população carente;
- c) Esses tipos de empreendimentos estão inseridos dentro da “Economia Solidária” e da Teoria da Pós-modernidade, tema e teoria em construção cuja proposta é inovadora.

A seguir, no capítulo dois, o presente estudo enfatizou a questão do mercado de trabalho no Brasil e a consolidação da economia informal; tratou também das formas de regulamentação e desregulamentação das relações de trabalho no Brasil, ao longo do século XX; e por fim apresentou a problemática da exclusão social, e suas influências na população carente. O capítulo três discorreu sobre o tema Economia Solidária e seus Empreendimentos Econômicos com o objetivo de ilustrar casos em contextos nacionais e internacionais. O capítulo quatro mostrou o papel da Incubadora Regional de Cooperativas da Universidade Federal de São Carlos e dois casos urbanos – cujo público alvo concentra-se em dois grupos predominantemente femininos. O capítulo cinco investigou o papel do MST e duas cooperativas de reforma agrária como alternativa organizacional de sobrevivência no meio rural. Ambos os capítulos, quatro e cinco, procuraram dar conta do aspecto organizacional dos casos estudados. No capítulo seis chegou-se às considerações finais que encerram o texto através de análises das oportunidades e dilemas dos empreendimentos estudados.

2. DESEMPREGADOS, EXCLUÍDOS E MARGINAIS

O Brasil integra-se ao grupo de países em desenvolvimento, nos quais as diferenças econômicas e sociais são mais evidentes. A sua evolução histórica comprova essas diferenças, pois no final dos anos de 1990 apresentava níveis de desemprego nunca vistos anteriormente, um aumento na concentração da renda e, conseqüentemente, desigualdade econômica e exclusão social sem soluções a curto prazo.

A parcela da população mais atingida por essas conseqüências é a mais carente – em torno de 30% - tanto economicamente quanto em termos políticos e sócio-educacionais¹³. São pessoas que não tiveram oportunidade de trabalho formal e/ou perderam seus empregos dentro da reestruturação produtiva tecnológica e organizacional. Essa parte da população encontra alternativas de sobrevivência na economia informal sujeita-se à precarização das condições de trabalho (trabalho irregular e em condições desgastadas/ruins, parcial e/ou temporário, sem carteira assinada, em domicílio etc.) nos diferentes setores do mercado formal de trabalho e na própria vida.

Tal reestruturação está gerando poucos postos formais de ocupação, altamente qualificados e voltados apenas aos trabalhadores que possuem perfil para preenchê-lo. Conseqüentemente, os trabalhadores que sofrem com a precarização do trabalho e os que estão excluídos do mercado têm poucas chances de (re)inserção e desenvolvimento econômico, político, social e cultural.

Outra grave conseqüência para a população brasileira, que atinge diretamente os trabalhadores, é o processo de desregulamentação das leis trabalhistas. A conquista dos direitos trabalhistas ocorreu através de uma série de reivindicações apresentadas pelos trabalhadores desde o início da República Velha (1889-1930) no Brasil. Esse período foi marcado, por um lado, pelas lutas que compreendiam não apenas reivindicações econômicas, mas

¹³ No Censo Demográfico de 2002 o Brasil tinha um total de 170 milhões de habitantes, dos quais 34% estão dentro da faixa de pobreza, ou seja, algo em torno de 60 milhões de brasileiros (IBGE, 2002 e IPEA, 1999).

também reivindicações políticas e sociais dos trabalhadores, e por outro, pela repressão dos trabalhadores por parte do governo e do patronato (em grande parte composta pela oligarquia agrária)¹⁴. O mercado de trabalho brasileiro foi impulsionado tanto pela política do “café com leite”¹⁵, a partir das iniciativas de investimento industrial que se iniciaram através do excedente da produção de café; como pela industrialização tardia que teve seu início por volta de 1900.

Após muitos anos de lutas, greves e paralisações dos trabalhadores brasileiros, somente no decorrer dos anos de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, atendeu-se parte dessas reivindicações ao romper com os ideais liberais instaurados no Império e na República Velha.

A ênfase governamental visava a acumulação do capital em conjunto com a equidade social (SANTOS, 1979)¹⁶. Partiram-se, basicamente, de dois objetivos: refrear o movimento dos trabalhadores grevistas e controlá-lo, sem que eles percebessem, através da criação da Consolidação das Leis trabalhistas (CLT). Pode-se afirmar que esse processo deu início à regulamentação das condições e da legislação dos trabalhadores brasileiros bem como ao reconhecimento das profissões e dos cidadãos que possuíam uma denominada “cidadania regulada”¹⁷.

¹⁴ A oligarquia agrária recebeu forte influência liberal desde o processo de Independência do Brasil em relação a Portugal. Período no qual se inicia a consolidação do regime capitalista no país, rompendo com o estatuto colonial e criando a “burguesia” nacional que realizou grandes transformações histórico-sociais no Império. A ênfase liberal, portanto, teve um papel importante na formação do Estado brasileiro (FERNANDES, 1981).

¹⁵ Foi o revezamento na presidência da República de políticos de São Paulo e de Minas Gerais, os estados mais poderosos da época. A expressão “política do café com leite” originou-se do fato de ser São Paulo o maior produtor de café e Minas o maior produtor de leite do país (FAUSTO, 1999).

¹⁶ Entende-se por *equidade* “o ideal de reduzir ou extinguir desequilíbrios sociais” e por *acumulação* “as ações destinadas a aumentar a oferta de bens e serviços disponíveis” (SANTOS, 1979, p. 16).

¹⁷ O termo cidadão refere-se ao indivíduo no gozo dos seus direitos e deveres civis e políticos perante um Estado (CAVALCANTI, 1989) e, mais especificamente, no Brasil ao reconhecimento da pessoa que possui uma profissão regulamentada pela Constituição Nacional. É nesse sentido que se pode utilizar o conceito de “cidadania regulada” desenvolvido por Wanderley Guilherme dos Santos, em sua obra *Cidadania e justiça*, publicada em 1979, entendendo o conceito de cidadania a partir da criação de um sistema de estratificação ocupacional reconhecido por lei. Assim, a extensão da cidadania se faz via regulamentação das novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante a ampliação do escopo dos direitos associados a essas profissões, ou seja, a cidadania está embutida na profissão e os direitos de cidadão restringem-se aos direitos do lugar que se ocupa no processo produtivo. São pré-cidadãos aqueles cuja ocupação a lei desconhece.

Ao longo de quase 40 anos (de 1943 até, aproximadamente, os anos 80), as relações trabalhistas foram regulamentadas pela CLT. No entanto, nas últimas décadas do século XX, iniciou-se um processo de desregulamentação das relações trabalhistas através, principalmente, da flexibilização dos contratos de trabalho e da perda de poder de negociação dos sindicatos. Essa orientação foi imposta, em grande parte, pelas regras que o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional criaram nos últimos anos. Regras estas que favorecem e estimulam a flexibilização e a desregulamentação dos contratos trabalhistas.

Ao lado do alto nível de desemprego e do processo de desregulamentação das leis trabalhistas que o Brasil vem adotando, formou-se um contingente de pessoas que vivem em condição de pobreza, indigência e miséria. Assim, o processo de formação da pobreza manifesta-se através de trajetórias de lutas díspares, apontando impasses e saídas para os quais as condições estruturais (políticas e econômicas) apenas constituem um pano de fundo. Tal situação alimenta os conflitos sociais na busca de alternativas às subcondições de existência da população marginalizada e/ou excluída (KOWARICK, 2000). A partir do colapso que ocorre com a regulação ou acumulação do capital, o processo de exclusão aumenta muito em uma dada cultura e, mais ainda, na relação entre culturas (SANTOS, 2000).

As conseqüências sociais e psicológicas desse processo desigual e excludente tornaram-se dramáticas, claramente visíveis na diminuição dos níveis de consumo, na desorganização familiar e nos índices cada vez maiores de violência. Tais elementos geram um clima de ameaça que passa a impregnar o cotidiano da classe operária e das outras camadas sociais, em que o desemprego também tem penetrado de forma significativa. Gera-se, igualmente, um grande desgaste da energia física e mental dos trabalhadores, que estão subnutridos, moram em habitações precárias e desprovidas de infraestrutura e não têm acesso aos serviços públicos adequados, como o sistema de saúde.

De acordo com KOWARICK (2000), existe um conjunto de situações que pode ser denominado de *espoliação urbana*, a qual é definida como:

“a somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta” (KOWARICK, 2000, p. 22).

O conceito de espoliação urbana percorre o processo de acumulação do capital em detrimento do investimento, por parte do Estado, na busca da equidade social (SANTOS, 1979). Decorre também da dinâmica das lutas e reivindicações em relação ao acesso à terra, à habitação e aos bens de consumo coletivos.

Outra análise, apesar de partir do presidente do Banco Mundial, expressa bem o que está acontecendo, em termos mundiais, com as pessoas que estão sofrendo o processo de exclusão social. Segundo DOWBOR ((2001, p. 5), “a inserção desigual nos processos modernizados e globalizados de produção gerou o maior drama social que o planeta já enfrentou na sua história. Esta ‘fratura social mundial’ que nos desarticula não só em termos políticos e sociais, mas também em termos econômicos, está se tornando o problema central do planeta. (...) O interessante aqui é a amplitude das esferas que começam a tomar consciência de que não se deixa impunemente mais da metade da população mundial na privação e no desespero”.

‘Hoje, enquanto ficamos falando da crise financeira, em todo o mundo 1,3 bilhão de pessoas subsistem com menos de um dólar por dia; 3 bilhões vivem com menos de dois dólares por dia; 1,3 bilhão não têm água potável; 3 bilhões carecem de serviços de saneamento, e 2 bilhões não têm eletricidade’.

‘Devemos, diz o presidente do B. Mundial, ir além da estabilização financeira. Devemos abordar os problemas do crescimento com equidade no longo prazo, base da prosperidade e do progresso humano. Devemos prestar especial atenção às mudanças institucionais e estruturais necessárias para a recuperação econômica e o desenvolvimento sustentável. Devemos tratar dos problemas sociais’¹⁸.

¹⁸ James de D. Wolfensohn. *La otra crisis*, discurso ante a Junta dos Governadores do Grupo do Banco Mundial, 6 de outubro de 1998 (DOWBOR, 2001).

Assim, a urbanização da pobreza e a sedimentação de uma camada de miseráveis que, cada vez menos, recebe benefícios de uma política desregulamentadora; a “consolidação” da economia informal (em 1997, 60.8% do total de empregados no mercado formal estavam na informalidade, segundo o IBGE)¹⁹; a acentuação da desigualdade entre as regiões do Brasil; a mecanização da agricultura que exclui cada vez mais trabalhadores rurais e a concentração de renda nos estratos sociais superiores caracterizam um padrão contemporâneo de exclusão socioeconômica, política e educacional (TOFESCHINI & MAGALHÃES, 1999).

A seguir, foram analisados os aspectos econômicos, políticos e sociais do processo de desigualdade econômica e de exclusão social brasileira.

2.1. O mercado de trabalho e a consolidação da economia informal

O mercado de trabalho brasileiro apresenta graves problemas, originados a partir do desenvolvimento da industrialização e do fim do sistema de escravidão ocorridos no país. Comparada com alguns países europeus, a industrialização foi tardia, o que se deve a fatores como: a agricultura cafeeira exportadora, as dificuldades na economia internacional (guerras mundiais) e o processo de substituição de produtos importados.

MOTOYAMA (1994) abordou a questão do desenvolvimento da industrialização brasileira e suas vertentes teóricas com uma forte repercussão na composição do mercado de trabalho.

O termo “mercado de trabalho”, amplamente discutido, não possui uma definição clara, pois a maior parte dos autores se preocupa com a análise dos indicadores econômicos, que compõem o mercado de trabalho, mas não com sua definição. Pode-se ter uma noção de que o mercado de trabalho é composto de segmentos ocupacionais organizados ou formais e segmentos não-organizados ou informais (POCHMANN, 1999), além de estar dividido em

¹⁹ Esse número permaneceu o mesmo em 2002.

três setores: primário (agricultura), secundário (indústria) e terciário (prestação de serviços).

Dentro dessa perspectiva, tem-se, de um lado, o segmento organizado ou formal representando os postos de trabalho mais homogêneos, com empregos regulares (legalizados) e assalariados; e, de outro, o segmento não-organizado ou informal, que se compõe de formas ocupacionais heterogêneas e, até mesmo, precarizadas, as quais não estão protegidas pelas leis trabalhistas. A diferença básica entre o mercado formal e informal, é que aquele possui postos de trabalho mais homogêneos, com empregos legalizados e assalariados (denominado núcleo central de trabalhadores); já este é formado por ocupações heterogêneas, muitas vezes precárias, sem registro legal (núcleo periférico sujeito a substituições) (POCHMANN, 1999).

Ao longo do século XX, principalmente após o ano de 1945, o Brasil transformou-se em uma economia urbana, industrial e com elevada geração de empregos formais. O desenvolvimento industrial do país nos anos 50 causou grande êxodo rural, caracterizado pela busca de novas oportunidades de trabalho nos centros urbanos. Tal fenômeno continuou em ascensão, em maior ou menor intensidade, de acordo com a região geográfica e as perspectivas econômicas existentes. A partir dos anos de 1980, com as crises econômicas que o país enfrentou, houve alterações na dinâmica do mercado de trabalho. Intensificou-se o desemprego urbano e teve início a deterioração das condições existentes de trabalho. Contudo, ainda foram preservadas as estruturas industrial e produtiva, caracterizando o desemprego e a precarização de acordo com os ciclos econômicos, ora em crescimento, ora em recessão (MATTOSO, 1999).

Com o início dos anos de 1970 e a crise do capitalismo, a situação socioeconômica construída anos anteriores, entre 1950-1970, que tinha como eixo a industrialização e o Estado, fatores básicos na regulação das relações internas e externas da economia nacional, ficou abalada. Até então, o Estado era o grande controlador das relações de trabalho, em sua característica mais intervencionista e de ênfase keynesiana.

Entretanto, o Estado tornou-se gradativamente incapaz de orientar o crescimento econômico, como no passado recente. Após seu afastamento do capital produtivo externo, foi a vez da ruptura do financiamento externo e do desequilíbrio das finanças públicas, em meio às redobradas pressões do estoque e serviço de dívidas externa e interna. Ao final da década de 1980, o Estado se encontrava enfraquecido, não apenas financeira, mas política e institucionalmente, favorecendo a adesão à política neoliberal de desestruturação selvagem do início dos anos de 1990 (MATTOSO, 1996). Essas fraquezas tiveram diversas origens, como o pagamento de serviços da dívida externa, o aumento dos movimentos sociais, a corrupção institucional, entre outros.

É preciso lembrar que os últimos anos do século XX e início do século XXI têm modificado não apenas o campo político e econômico, mas também a estrutura da sociedade, levando à sua desorganização. Como exemplo, citam-se os movimentos dos diferentes grupos sociais, que são percebidos como “minoritários” (mulheres e negros), e suas manifestações em busca de um reconhecimento e de (re)inserção social causando rupturas na estrutura social do país.

Ao capitalismo organizado do pós-guerra sobreveio sua desarticulação e ruptura. A acentuada concorrência internacional, a débil capacidade de decisão dos Estados e a intensa desregulamentação no fim de século XX têm levado a economia mundial em direção a uma crescente desorganização, consolidando-se uma via chamada “economia informal” para os que saíram e não retornaram ao mercado de trabalho formal.

Esse movimento de modernização resultou em mudanças estruturais, tecnológicas, produtivas e organizacionais (vide figura 2), em meio ao colapso da velha ordem econômica internacional e das instituições, que articulam os diferentes Estados e interesses nacionais, ao processo de internacionalização da economia e da criação de uma nova organização produtiva (POCHMANN, 1999). A consequência mais evidente desse processo é a redução de postos de trabalho formais.

Figura 2

Características da atual estratégia de reestruturação capitalista

Características	Conteúdo	Efeitos	
		Emprego	Outros
Conduta empresarial	Desverticalização da produção, ênfase em atividades competitivas e lançamento de novos e diversificados produtos.	Redução do emprego direto e maior subcontratação de trabalhadores.	Produtividade aumenta.
Investimento em tecnologia	Mudança da base técnica de produção.	Redução do emprego direto na produção.	Produtividade e qualidade aumentam.
Novas relações de produção	Alteração da organização da produção (<i>just in time, lay out, terceirização</i> etc.).	Redução do emprego no controle da qualidade, na manutenção, na administração e controle de estoques, entre outros.	Rapidez nas decisões sobre o quanto produzir.
Novas formas de gestão dos recursos humanos	Alteração da organização interna do trabalho, com redução de hierarquia, trabalho em ilhas, trabalho mais qualificado no núcleo estável e pouco qualificado nas atividades secundárias.	Redução do emprego nos segmentos administrativos e de supervisão.	Maior treinamento dos empregados, eventual estabilidade e alteração na jornada de trabalho, informatização do trabalho nos postos secundários.
Mudanças no sistema de relações de trabalho	Formas participativas nas decisões empresariais, com incentivos monetários de acordo com a meta de produção, negociação descentralizada para o núcleo estável dos empregados, tendo a remuneração nos postos secundários a referência no salário mínimo e a perda de vantagens sociais.	Redução do emprego regular nas atividades secundárias (segurança, alimentação, transporte, limpeza, entre outras).	Maior disciplina e eficiência no trabalho, com crescimento do espírito de corpo dos funcionários.

Fonte: POCHMANN, 1999, p. 35-6.

As principais características do processo de reestruturação capitalista estão diretamente relacionadas aos ganhos de produtividade e de competitividade e à redução do emprego. Para DOWBOR (2001), é a própria tecnologia que revoluciona o conceito de trabalho, pois termina por privilegiar

minorias e gerar desigualdade econômica, exclusão social e angústia na maioria das pessoas.

A Terceira Revolução Industrial gerou mudanças no mundo do trabalho e foi acentuada com a crise econômica do capital, a qual se estendeu até meados dos anos de 1980. A adoção de políticas neoliberais também motivou tais transformações, provocando efeitos sociais muito fortes. Efetivamente, essa situação foi facilitada por políticas que, ao longo dos anos de 1980, visavam alterar os supostos constrangimentos, incentivos e obstáculos à competitividade que o país enfrentaria em anos posteriores.

As bases das políticas liberais, que se encontram no ajuste estrutural e na flexibilização do trabalho (vide figura 3), supuseram a submissão da alocação dos recursos e dos resultados econômicos ao mercado e a eliminação de regulações governamentais protetoras, as quais supostamente engessariam o mercado de trabalho, elevariam custos de produção e minariam a competitividade.

Os objetivos dessas políticas são reduzir os custos empresariais, acelerar a mobilidade/flexibilidade do trabalho entre setores, regiões, empresas e postos de trabalho, eliminar a rigidez resultante da atividade sindical e das regulações trabalhistas e possibilitar, então, o propugnado ajuste de preços relativos.

A perspectiva liberal, defendida pelo governo e empresários, tem sido a grande propulsora das mudanças para a redução dos custos empresariais em relação aos direitos trabalhistas, flexibilizando-os e gerando grandes perdas para os trabalhadores e ganhos para os capitalistas.

Figura 3

Reestruturação capitalista e efeitos sobre o mundo do trabalho

Efeitos	Conteúdo
Declínio do trabalho na produção	A agricultura conta com o mínimo de ocupados, a indústria perde participação absoluta e relativa no emprego total, enquanto os serviços privados reduzem seu quadro de pessoal devido aos investimentos em tecnologia, que são racionalizadores de mão-de-obra. O emprego público é comprimido pelas políticas neoliberais.
Modificação na natureza do trabalho	Drástica redução nas atividades manuais tradicionais e expansão do emprego com múltiplas especializações funcionais.
Modificação no significado do trabalho	As habilidades tornam-se rapidamente obsoletas, cresce o individualismo e diminuem os laços de solidariedade entre os empregados e os desempregados.
Modificação no conteúdo do trabalho	Torna-se cada vez maior a contradição entre trabalho como meio de satisfação das necessidades sociais coletivas e meio de subsistência individual. <i>Aumento do terceiro setor, non profit sector etc.</i>
Mudança no mercado de trabalho (insegurança no trabalho, no emprego e na renda)	Crescem os requisitos de qualificação na contratação, redução do emprego estável, emprego para poucos, maior desemprego e subemprego, ocupações atípicas, individualização do salário e associação às metas de produção e vendas.
Mudança nas relações de trabalho	Movimento de descentralização das negociações coletivas e insegurança na representação sindical, com queda na taxa de sindicalização e nas greves.

Fonte: POCHMANN, 1999, p. 36-7.

Uma perspectiva contrária à defendida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) discorre que tais encargos escondem e confundem algumas despesas, que são decorrentes de importantes conquistas e direitos trabalhistas (como 13^o salário; 1/3 de férias; férias; FGTS e outros), como itens de despesa, também incidentes sobre a folha de pagamento, que, embora de natureza distinta, devem ser considerados como encargos sociais (contribuição para previdência social, entidades patronais e financiamento de outras atividades de caráter social). O fato de se considerar todos esses itens como encargos sociais contribui para uma superestimação de seu peso sobre os pagamentos e serve como argumento para defender a necessidade de redução e de flexibilização do custo do trabalho, via eliminação ou redução dos mesmos (SANTOS, 1996). Como conseqüência, tem-se a ligação entre políticas neoliberais de abertura comercial que privilegiam a desregulamentação do mercado de trabalho para que ele se torne mais competitivo. A tabela 1

demonstra que o discurso do governo FHC e dos empresários pode ser desmontado, pois os encargos estão em torno de 30% do salário contratual.

Tabela 1
Itens de despesa incidentes sobre a folha de pagamento como proporção do salário contratual mensal (%)

Grupo 1 – rendimentos monetários recebidos pelo empregado	
Salário contratual	100,00
13 ^o	8,33
Adicional 1/3 de férias	2,78
FGTS	8,00
Incidência do FGTS sobre 13 ^o e 1/3 de férias	0,89
Rescisão Contratual	3,04
Subtotal	123,04

Fonte: SANTOS, 1996, p. 231.

Grupo 2 – Encargos sociais como proporção dos rendimentos monetários do trabalhador

Discriminação	Alíquota média	Valor absoluto	Participação sobre rendimentos (123,04)
INSS	20,0	22,22	18,06
Seguro-acidentes	2,0	2,22	1,80
Salário-educação	2,5	2,78	2,26
INCRA	0,2	0,22	0,18
SESI ou SESC	1,5	1,67	1,36
SENAI ou SENAC	1,0	1,11	0,90
SEBRAE	0,6	0,67	0,54
Total	27,8	30,89	25,10

Fonte: SANTOS, 1996, p. 231.

Assim, a desregulamentação dos contratos de trabalho pode modificar essa estrutura de composição dos salários dos brasileiros votada nos últimos meses do ano de 2001, pelo Congresso Nacional, prevendo uma maior flexibilização dos contratos, ou seja, muitos dos direitos trabalhistas conquistados em anos de luta podem ser negociados – a troca da permanência do emprego – com os empresários e os sindicatos. A categoria de trabalhadores que tem um sindicato fraco ou não têm sindicato poderá sofrer consequências graves com essas novas medidas do governo. É mais um meio

de espoliação do trabalhador brasileiro que governo e empresários encontraram.

A flexibilização e a desregulamentação do trabalho também são elementos que fazem parte de um rearranjo do sistema produtivo e, ao se concretizarem, podem ser acompanhados de um conjunto de outros impactos sobre o trabalho. Tais impactos correspondem mais ao sentido da precarização do que ao sentido do enriquecimento do trabalho.

A transformação do mercado de trabalho vem enfraquecendo os sindicatos que, progressivamente, têm aceitado a flexibilização de direitos. Enquanto o mercado formal de trabalho torna-se mais flexível, o mercado informal é ampliado, tornando-se mais complexo (DEDECCA, 1998). Nos anos de 1990, intensificou-se o caráter já tradicional de conservadorismo e patrimonialismo do capital privado nacional exacerbado²⁰ por sua proteção às custas da deterioração do Estado. Se isso, por um lado, assegurou maior vitalidade, por outro, ampliou sua incapacidade em geral de absorver as inovações e o desenvolvimento tecnológico, ao mesmo tempo em que favoreceu a cristalização de sua também tradicional postura anti-negocial no que se refere tanto à organização quanto à contratação coletiva.

O setor formal ou organizado do mercado de trabalho brasileiro está sendo reduzido rapidamente via processo intenso de expulsão dos trabalhadores, cuja cultura sempre foi a de assalariamento e subordinação, aumentando o desemprego e o contingente de pessoas na economia informal em torno de 7% no ano 2002 (total do desemprego precário e por desalento)²¹. A partir de 1990, esse processo tornou-se irreversível, estabelecendo um

²⁰ Essa idéia está em SANTOS (2000), que argumenta que o caráter tradicional e patrimonial do sistema capitalista, existente no Brasil, tende à ignorância dos problemas reais que se consolidaram com o mesmo – a exclusão social. Há necessidade de superar isso com o reconhecimento da possibilidade de emancipação e de transformação social através da busca de alternativas produtivas, sociais e políticas.

²¹ **Desemprego Oculto pelo Desalento** é a situação de pessoas que, desencorajadas pelas condições do mercado de trabalho ou por razões circunstanciais, interromperam a procura, embora ainda quisessem trabalhar.

Outras definições sobre desemprego são: **Desemprego Aberto** é o que engloba todas as pessoas de 10 anos e mais que não têm trabalho e que, efetivamente, procuraram emprego ou negócio nos 30 dias anteriores ao dia da entrevista; e **Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário** é a situação em que as pessoas, simultaneamente à procura de trabalho, realizaram algum tipo de atividade descontínua e irregular. (TROYANO, 1990).

circuito produtivo informal, à medida que passou a prestar serviços ao setor formal.

Para DEDECCA (1998, p. 9):

“essa precariedade do mercado de trabalho não aparece devido a problemas nas relações de trabalho ou à introdução de novas tecnologias, mas às imposições da política econômica que induz um processo de racionalização da base produtiva e das funções do setor público”.

Uma das conseqüências mais visíveis dentro desse processo foi o crescimento das ocupações informais. Entre 1990 e 1995, a participação de ocupações fora de estabelecimentos registrados da indústria e do setor terciário na ocupação não-agrícola total subiu de 39,9% para 44,8%. Diante da queda do nível absoluto do emprego estruturado, as atividades informais têm constituído o principal espaço ocupacional de absorção dos grupos de não pertencentes às atividades formais e dos novos entrantes na população economicamente ativa. Esse contexto mostra a proliferação de ocupações de baixa renda no trabalho autônomo, no trabalho assalariado sem registro em carteira ou no trabalho doméstico. Surge um novo trabalhador nesse contexto. Trata-se de uma crescente massa de trabalhadores que perde seus antigos direitos legais e, que não se inserindo de forma competitiva, embora funcional, dentro do novo rearranjo tecnológico, torna-se desempregada, marginalizada ou trabalha sob novas formas de trabalho e de qualificação, em relações muitas vezes precárias e não-padronizadas (MATTOSO, 1996).

Segundo HENRIQUE (1998, p. 100):

“As menores e melhores oportunidades ocupacionais (baixa rotatividade e alta renda) eram crescentemente garantidas para um seleto grupo de indivíduos pertencentes ao estrato socioeconômico mais alto, enquanto a proliferação de ocupações de alta rotatividade e baixa renda estiver desproporcionalmente reservada para os membros das famílias do estrato mais baixo”.

Na ênfase do governo FHC houve um reconhecimento da situação de informalidade instaurada no país nos seguintes termos:

“a economia brasileira tem gerado empregos para a grande maioria das pessoas que entra no mercado de trabalho. Todavia, esses empregos estão cada vez mais se informalizando e/ou terceirizando-se. A qualidade desses empregos afasta-se, por conseqüência, dos padrões desejáveis de proteção social que todos os trabalhadores desejam e merecem” (BRASIL, 1996, p. 9).

Outro fator que gera a queda na qualidade do emprego é o aumento da rotatividade da mão-de-obra relacionado com o baixo investimento das empresas em treinamento dos seus quadros de pessoal. Para o governo de FHC, o ajuste do mercado de trabalho brasileiro ocorreu mais pela via da informalidade do que pela via do desemprego, ou seja, as pessoas conseguiram colocar-se no mercado através de atividades informais e/ou precarizadas. Esse argumento mostra como o governo inverteu a causa do desemprego, alegando que a legislação trabalhista é rígida e por isso não há geração de postos formais de trabalho, ocorrendo graves equívocos na interpretação entre o discurso e a realidade.

Dessa forma, consolidou-se a economia informal²² na década de 1990, originada nos anos de 1970 como um apêndice da produção capitalista em larga escala. A produção capitalista, com sua evolução, não conseguiu eximá-la, mas sim reproduzi-la e reforçá-la cada vez mais. Tais trabalhadores são

²² O termo economia informal teve sua origem nos anos de 1970, quando foi criado o setor moderno urbano de produção industrial a partir das transformações ocorridas no setor tradicional produtivo dos países subdesenvolvidos. Dessa maneira, a economia informal significava a maneira de produzir e era caracterizada por: facilidade de entrada no mercado; dependência a recursos nativos; propriedade familiar do empreendimento; pequena escala de operações; intensidade de trabalho e tecnologia adaptada (baixos, na maioria dos casos); massa de trabalhadores marginal; qualificações (no trabalho) adquiridas fora do sistema escolar formal e mercados não regulados e concorrenciais (CACCIAMALI, 1983 e LAUTIER, 1994). Ver também: AZEVEDO a e b (1989); MATHIAS (1985). Todos esses artigos tratam a questão do setor informal da economia nos anos de 1970 e início dos anos 80 como subordinado ao desenvolvimento da lógica capitalista. Para LAUTIER (1994), a raiz do termo nasceu com o aumento da pobreza urbana e o subemprego massificado, encontrando na economia informal uma solução, imprevista e não ótima, mas uma alternativa paralela ao problema do subdesenvolvimento. Ainda em sua origem, há inúmeras causas heterogêneas na formação da economia informal que vão desde a crise econômica até as várias formas de exclusões sociais existentes, como por exemplo, o preconceito racial e as atividades ilícitas. Tanto atividades lícitas como ilícitas encontram-se dentro da economia informal. As atividades lícitas fazem parte da economia informal por não pagarem impostos, seguros sociais dos trabalhadores, não terem regulamentadas as condições de trabalho, higiene e segurança e não terem registro na administração fiscal, caracterizando uma atividade precarizada para o trabalhador. Os trabalhadores lícitos, que fazem parte da economia informal, encontram-se nas ocupações classificadas como: carpinteiros, pedreiros, alfaiates, negociantes, varejistas e artesões, cozinheiros, motoristas de táxi etc. Quanto às atividades ilícitas, estão classificadas diversos tipos de crimes, contrabando, tráfico ou os grupos mafiosos.

conhecidos como autônomos ou trabalhadores por conta própria, que se subordinam à lógica capitalista. A presença desse tipo de trabalhador é maior dentro do setor de serviços, cujas possibilidades de trabalhos diversificados são mais amplas do que em outros segmentos mais tradicionais da economia, como indústria e agricultura.

Segundo CACCIAMALI (1983), a denominação Mercado de Trabalho Informal foi empregada pela primeira vez por Hart em um estudo sobre Ghana²³ e, posteriormente, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1969. Esse mercado seria composto por atividades geradoras de uma renda baixa e que aglutinasse os grupos de trabalhadores mais pobres no meio urbano ou que estivessem em situação de subemprego. Dentro dessa terminologia, encontra-se uma série de atividades produtivas que emprega pouco capital; pequeno número de trabalhadores, inserido em estabelecimentos não reconhecidos juridicamente, utilizam técnicas pouco intensivas de trabalho.

Nessa época, o funcionamento precário da economia informal foi fruto da discriminação da política governamental, baseada na suposição de que essa economia deveria desaparecer à medida que o crescimento econômico aumentasse. Mas, a história demonstrou que essa suposição não se concretizou e a economia informal permaneceu, negligenciada pelos governos, dentro da economia nacional e é a que está oferecendo mais oportunidades aos trabalhadores pouco qualificados que não conseguiram emprego e/ou foram excluídos do mercado formal de trabalho.

Tal fato foi fruto de políticas governamentais voltadas para a diminuição dos gastos públicos, principalmente os direcionados para os segmentos sociais, a partir da redução do mercado interno e da privatização de empresas públicas que aceleraram o processo de exclusão social. Conseqüentemente, gerou-se um aumento significativo da informalidade da economia brasileira nos anos de 1990.

²³ LAUTIER (1994) explica, de forma clara, que o termo setor informal foi empregado pelo “relatório Kenya” em 1972 como um setor de reagrupamento da unidade produtiva com baixo nível de regulamentação; e primeiramente, por Keith Hart, em 1971, que empregou o adjetivo “informal”, como complemento de renda.

O IBGE publicou que, em 1997, aproximadamente 13 milhões de pessoas estavam na economia informal, o que corresponde a 60,8% do total de empregados no mercado formal. Dos trabalhadores ocupados, 67% eram trabalhadores por conta própria, 12% eram empregadores, 10% empregados sem carteira assinada, 7% trabalhadores com carteira assinada e 4% não remunerados. Havia ainda, aproximadamente, 10 milhões de empresas na economia informal, sendo que a maior parte, 86%, era de trabalhadores por conta própria (com a empresa juridicamente não constituída) e apenas 14% de pequenos empregadores (TODESCHINI & MAGALHÃES, 1999).

Esses dados também aparecem na revista *Mercado de trabalho, conjuntura e análise* que defende a ênfase do governo FHC. Houve uma diminuição em cerca de 8 mil empregos formais, ao mesmo tempo em que os 418 mil novos postos criados ao longo do ano de 1999 se distribuíram entre os segmentos dos trabalhadores sem carteira assinada (cerca de 95% do acréscimo ocorrido na ocupação) e dos trabalhadores por conta própria. No entanto, a revista demonstra que houve uma queda na renda dos trabalhadores assalariados com carteira assinada (-8%), e que os assalariados sem carteira tiveram uma queda bem menor, em torno de -3,5%.

“Mais do que associar esse melhor desempenho dos sem carteira ao aumento da ocupação nesse segmento, cabe indagar se o mesmo não estaria refletindo uma possível troca de ocupações do mercado formal, em média melhor remuneradas, por ocupações informais” (MINISTÉRIO do TRABALHO & INSTITUTO de PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS, 2000, p. 22).

Percebe-se claramente que a alternativa que o Estado encontrou para resolver parte do problema do desemprego no país é via informalização das relações de trabalho. No discurso governamental de FHC, essa informalização recebe o nome de flexibilização, cujo efeito pode criar relações de trabalho menos estáveis, precárias e desiguais.

Assim, o contexto econômico brasileiro não tem oferecido uma resposta positiva e gradativa para aglutinar grande parte dos trabalhadores excluídos com a geração de postos de trabalho devido à reestruturação produtiva basear-se na tecnologia que substitui a mão-de-obra. Dessa forma, as soluções

propostas pelas teorias modernas²⁴ não conseguem solucionar esses problemas. Alternativas devem ser buscadas a todo o momento para que se possa diminuir a desigualdade econômica e a exclusão social que estão presentes em toda parte (SANTOS, 2000).

Segundo DOWBOR (2001), o Brasil tem uma população de 170 milhões de habitantes. Dessa quantidade, 107 milhões são consideradas populações em idade ativa (PIA), entre 16 e 64 anos. Como parte dessa população em idade ativa não trabalha, a população considerada economicamente ativa (PEA) é da ordem de 79 milhões de pessoas. Trata-se das pessoas que estão trabalhando, e das pessoas que estão desempregadas e procuram emprego. Na metodologia de pesquisa do IBGE, quem não está procurando emprego na semana da pesquisa, não está desempregado, faz parte dos inativos, o que permite manter as estatísticas de desemprego em torno de 8%. A metodologia do DIEESE inclui, entre os desempregados, os que não estão procurando emprego porque cansaram de procurar – desemprego por desalento. Os desempregados representam algo em torno de 20% da população economicamente ativa em meados de 2002.

Os 8% de taxa de desemprego que o IBGE apresenta são preocupantes, mas menos alarmantes do que a taxa de 20% calculada pelo DIEESE. No entanto, se compararmos os 79 milhões de economicamente ocupados, com os 107 milhões em idade ativa, fala-se em 35 milhões de pessoas em idade de trabalho e que não exercem atividade econômica remunerada. Encontram-se, nesse montante de pessoas, um grande número de estudantes universitários, mães que preferem ficar em casa cuidando dos filhos, ou pessoas incapacitadas por diversas razões. Em compensação, entre os 79 milhões de efetivamente ocupados, têm-se 40% de trabalhadores com baixíssima escolaridade e um bom número de trabalhadores pouco produtivos por desnutrição e outros fenômenos característicos do subdesenvolvimento, como outra forma de sub-utilização do potencial humano (DOWBOR, 2001).

²⁴ As soluções modernas podem ser entendidas como soluções que as teorias modernas apresentam. Teorias essas que utilizam a ênfase neoliberal adotada em diversos países.

Uma das conseqüências mais visíveis desse processo econômico foi a diminuição significativa da renda monetária da maior parte da população brasileira, o que resultou em enormes carências sociais, em razão do crescimento acelerado das cidades e da ausência de um ordenamento mínimo do processo de expansão urbana e de garantia de infra-estrutura social básica. Isso significa uma deterioração do mercado de trabalho e uma redução do nível de salários, gerando o desemprego aberto (SINGER, 1999b).

Na verdade, apenas os mercados financeiros exibem vitalidade, ainda gozando os efeitos da desregulamentação, da descompartmentalização e da desintermediação/securitização do capital. Essas mudanças facilitaram as fusões e aquisições de empresas em todos os setores da economia, caracterizando a centralização do capital.

Com esse quadro, o problema do desemprego assume nova configuração, tornando-se alto, prolongado e irreversível. Cada vez mais se utiliza a subcontratação e a precarização dos postos de trabalho e muitos trabalhadores encontram no setor de prestação de serviços uma saída. Contudo, o aumento de emprego no comércio e nos serviços não foi suficiente para compensar a perda dos empregos industriais.

Como afirmado anteriormente, a perda de capacidade de geração de empregos formais está associada a uma reestruturação regressiva da base produtiva e do próprio Estado, sendo acentuada pelas severas restrições impostas à expansão da economia pelos crescentes desequilíbrios macroeconômicos (recessão de 1990/92, instabilidade do crescimento econômico a partir do Plano Real). Baixas taxas de crescimento e altas taxas de juros da economia têm também restringido as perspectivas de criação e de desenvolvimento das pequenas e médias empresas em geral. Os concorrentes externos e o aumento da concentração econômica em várias atividades, principalmente ligadas a empresas multinacionais, contribuem mais ainda para a falha na geração de postos de trabalho formais.

Um grave problema a ser enfrentado, como o nível de desemprego, dependerá, segundo HENRIQUE (1998), da capacidade de resistência e sobrevivência da massa de desempregados, inclusive das possibilidades de

inserção em atividades informais. Esse processo está conduzindo a um “virtuosismo do informal” reservado para uma minoria que consegue se inserir em nichos favoráveis de mercado, comandar e manter atividades “terceirizadas”, ou mesmo prestar serviços para as empresas de maior porte. No entanto, para a maioria resta o aumento das ocupações de alta rotatividade, de baixa renda e das atividades informais.

Em síntese, na dimensão do trabalho, houve uma reorganização da hierarquia de postos de trabalho em que se gera desigualdade pelo tipo de atividade que se encontra para desempenhar. Como DOWBOR (2001, p. 15) afirma:

“... o processo de avanço tecnológico sem as transformações institucionais correspondentes a uma nova hierarquização do trabalho, é característica do subdesenvolvimento tecnificado. No topo da pirâmide, encontra-se o emprego nobre do setor formal, com salários relativamente elevados e normas de trabalho relativamente respeitadas, mas que envolve um segmento minoritário da população, tanto em volume como em termos de distribuição por países. Mais abaixo, está o conjunto de atividades terceirizadas mais ou menos instáveis, onde a precariedade leva a uma grande insegurança, e gera um volume elevado de pequenas e médias empresas de elevadíssima taxa de mortalidade. Em torno deste espaço formal, desenvolve-se um amplo sistema de economia informal, que hoje ocupa freqüentemente um terço da totalidade de mão de obra, e onde os níveis salariais, respeito a normas de trabalho e preservação ambiental são cada vez mais baixos. Finalmente, uma massa hoje muito significativa da mão de obra opta pela economia ilegal, ou subterrânea, desarticulando e desagregando rapidamente a sociedade, como tem sido constatado por exemplo desde as favelas do Rio de Janeiro até a produção popular de coca na Colômbia, ou as invasões de empresas de gado na Amazônia. O elemento mais importante deste processo, é que a hierarquização não constitui um resquício do passado, o resultado da modernidade não ter chegado “ainda” aos rincões atrasados”.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários, sob a forma dos arranjos organizacionais cooperativistas, associações e empresas autogestionárias, podem oferecer uma alternativa concreta de (re)inserção econômica e social da população excluída do mercado de trabalho brasileiro. Apesar de serem, ainda, experiências pilotos estão conseguindo conquistar valores solidários e resistirem ao sistema hegemônico. Em um segundo momento, ao desenvolver-

se, poderão consolidar-se e competir no mercado com as empresas tradicionais.

2.2. Da regulamentação à desregulamentação do trabalho

Parte da atual situação de pobreza no Brasil e no mundo é fruto de políticas que o Estado implantou e defendeu, gerando um enfraquecimento da “eficácia social” a partir da evolução da sua estrutura social (ROSANVALLON, 1997). Em alguns países europeus, em determinados momentos históricos, uma forma de governo preocupou-se mais com a questão social. Esse modelo político é conhecido como *Welfare State* ou *Estado de Bem Estar Social*, cujo princípio é a criação e defesa de uma série de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social do país. Todavia, esse princípio vem sendo dilapidado pela força das políticas neoliberais que se posicionam contra a defesa de políticas de caráter social financiadas e gerenciadas pelo Estado.

Uma alternativa ao *Welfare State* é o Estado Liberal, característico do século XIX e de alguns dos países mais desenvolvidos, que pode ser também chamado de Estado Gerente. A idéia de gerência implica, ao mesmo tempo, obrigações para quem toma as decisões de respeitar o que existe, de estar a serviço da sociedade e possuir um mandato fixado pelas regras do jogo político plural em vigor. Seu principal objetivo é diminuir a atuação do Estado (“Estado mínimo”) na fronteira entre o econômico e o político, ou seja, entre o público e o privado; e deixar o mercado regular a esfera econômica. O Estado liberal limita-se a manter a ordem e a conservar as liberdades nas quais se baseia (CHÂTELET & PISIER-KOUCHNER, 1983 e ROSANVALLON, 1997).

PEREIRA (1998) avança nessa análise afirmando que com o Estado Liberal houve uma Reforma Burocrática na sua forma de administração, marcada pela transposição da dominação tradicional pela dominação racional-legal²⁵. Por meio da dominação racional-legal, instalou-se uma administração

²⁵ Consultar WEBER (1994). A dominação tradicional é aquela em que predomina a ordem instituída pelo mandato de um *senhor*, cujo poder é hereditário e pessoal; e dominação racional-legal é baseada em estatutos, regras e normas impessoais de funcionamento e, principalmente, em cargos ocupados por administradores profissionais que não tenham ligação com o capital.

profissional e foi criado um conjunto de instituições que constituem a administração pública burocrática. Essa reforma aconteceu, primeiramente na Europa do século XIX; nos Estados Unidos, no início do século XX; e no Brasil, nos anos de 1930. “A reforma burocrática foi um grande avanço ao romper com o patrimonialismo e estabelecer as bases da administração profissional” (PEREIRA, 1998, p. 21).

Além do liberalismo, que defende o Estado mínimo, existe a ênfase social-democrata que encontrou no *Welfare State*²⁶ uma alternativa para a administração pública. Dados anteriores ao século XIX mostram que houve alguma preocupação, por parte de governos²⁷, com a situação de pobreza existente. Foi o caso da Inglaterra, em 1601, com a promulgação da *Poor Law* (lei dos pobres), que instituía uma taxa para os pobres e um sistema de subsídios em dinheiro, constituindo mais uma tentativa de eliminação dos pobres do que de eliminação da pobreza para manter a ordem pública e a higiene da coletividade. (BOBBIO; MATEUCCI, & PASQUINO, 1986; ROSANVALLON, 1997).

Foi por esse caminho que se começou a abrir uma alternativa ao liberalismo - o Estado intervencionista (ou Estado de Bem Estar Social) ou *Welfare State* -, cada vez mais envolvido no financiamento e administração de programas de seguro social. As primeiras formas de *Welfare State* visavam contrastar o avanço do socialismo, procurando criar a dependência do trabalhador ao Estado, mas, ao mesmo tempo, deram origem a algumas formas de políticas econômicas destinadas à questão da unidade e da divisão sociais, buscando diminuir as desigualdades (ROSANVALLON, 1997). Esse é o Estado que garante tipos mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação, educação, assegurados a todo o cidadão, não como caridade, mas como

²⁶ Historicamente, o *Welfare* iniciou-se também no século XIX, como o liberalismo, mas a partir de revoltas dos trabalhadores que reivindicavam melhores condições de vida e mais postos de trabalho (direito ao trabalho). Esse fenômeno surpreendeu a burguesia da época que acabou levando o Estado a iniciar uma forma de governo intervencionista. Criaram-se maiores espaços dentro do governo para as ‘questões sociais’ que ele passou a administrar. Assim, alguns passos foram dados no sentido de melhorar a condição de pobreza das classes trabalhadoras da referida época (BOBBIO; MATEUCCI, & PASQUINO, 1986).

²⁷ Na Alemanha de Bismarck, entre os anos de 1883 a 1889; nos Estados Unidos, nos anos de 1930, com as medidas keynesianas; na Grã-Bretanha e Suécia na década de 1960, entre outros.

direito político. Para outros autores, o *Welfare* traz como resultado a ‘estatização da sociedade’, na qual o trabalho, os rendimentos, as chances de vida não são mais determinados pelo mercado, mas por mecanismos políticos que objetivam a prevenção dos conflitos, a estabilidade do sistema e o fortalecimento da legitimação do Estado (OFFE, 1983; EID, 2003).

As conseqüências desse processo para o Estado foram o aumento da cota do produto nacional bruto destinada à despesa pública; as estruturas administrativas voltadas para os serviços sociais tornaram-se mais vastas e complexas; cresceu em número e importância política a classe ocupacional dos “profissionais do *Welfare*” (ou burocratas); foram aperfeiçoadas as técnicas da descoberta e avaliação das necessidades sociais; e tornou-se mais claro o conhecimento do impacto das várias formas de assistência na redistribuição da renda e na estratificação social. O *Welfare State* tornou-se compatível com a participação política das massas e a economia de mercado através de um compromisso regulado institucionalmente. Tal compromisso representava a aceitação da lógica do lucro e do mercado como princípio orientador da sociedade por parte dos trabalhadores, em troca de uma garantia de que seriam defendidos pela intervenção do Estado de seus padrões mínimos de vida e de seus direitos (OFFE, 1983). Em outras palavras, o Estado buscava equilibrar a equidade social com a acumulação do capital (SANTOS, 1979).

Como conseqüência ocorreu uma redução considerável das possibilidades da utilização do *Welfare* em função do sistema político liberal. Alguns Estados foram obrigados a limitar a intervenção assistencial quando o aumento da carga fiscal gerou, em amplos estratos da opinião pública, uma atitude favorável à volta da contribuição baseada no princípio contratualista. Esses elementos fizeram com que se falasse de uma nova fase na história do Estado de Bem Estar Social, marcada por uma profunda crise e por uma possível tendência a desaparecer.

O Estado de Bem Estar Social, ancorado nas teorias keynesianas, permitiu uma série de conquistas para a classe trabalhadora. Contudo, o paradigma implantado no pós-guerra começou a perder forças com a crise que colocou o mundo capitalista em profunda recessão (como destacado no item

anterior). A combinação de uma política econômica que pretendia promover o crescimento e o pleno emprego e a intenção estratégica de proteger os que eram afetados pela sociedade industrial acabou resultando em altas taxas de inflação, recessão e desemprego, levando a um processo de crise do *Welfare State* (OFFE, 1983).

GIDDENS (1996) também analisa a crise do *Welfare*, afirmando que essa política de intervenção do Estado baseou-se, principalmente, no conceito de pleno emprego de Keynes e nos sistemas previdenciais alcançados como resultado de uma luta ativa dos trabalhadores, a qual ocorreu na década de 1930 até o final da Segunda Guerra Mundial. As seguintes considerações, analisadas por GIDDENS, sugerem alguns dos motivos da crise do *Welfare*:

1. Em 1930, os programas previdenciais foram direcionados para apoiar, principalmente, a participação masculina na força de trabalho assalariado, não contando com a entrada da mulher no mercado;
2. Na medida em que as mulheres entram no mercado de trabalho assalariado em número cada vez maior e os serviços não pagos de diversos tipos, inclusive os domésticos, são cada vez mais reconhecidos como trabalho, o pleno emprego torna-se uma idéia problemática. Além disso, as altas taxas de desemprego, entendidas em um sentido mais ortodoxo, somam-se às dificuldades financeiras do *Welfare State* em função dos pagamentos reivindicados por aqueles que não estão trabalhando;
3. A competição econômica global, através da internacionalização do capital, cada vez mais desenvolvida implica em maiores dificuldades das tentativas de usar o *Welfare State* como um mecanismo redistributivo;
4. O *Welfare State* não tem sido eficiente em se opor à pobreza e aos reveses nas rendas dos indivíduos durante os seus ciclos de vida;
5. A dependência previdencial, como cultura e um conjunto de atitudes e posturas, e não como condição econômica, é um fenômeno real. Assim, as medidas previdenciais conduzem a uma forma de passividade e/ou a uma situação na qual os beneficiários da previdência tornam-se alienados da ordem social em seu sentido mais amplo;

6. O *Welfare State* tornou-se foco de conflitos, a partir da década de 1970, quando se confronta com os limites dos recursos fiscais que podiam ser gerados para custear seus serviços, aumentando os déficits públicos;
7. A burocracia do *Welfare State* tende a se tornar inflexível e impessoal. As indústrias estatais são, com freqüência, ineficientes e perdulárias e as agências previdenciais tornam-se insensíveis às necessidades daqueles que supostamente deveriam auxiliar;
8. O padrão de pagamentos previdenciais altera-se em relação às mudanças nas divisões de classes, mudanças demográficas, mudanças que afetam a família, tais como taxas altas de divórcios e outros fatores;
9. Por fim, as instituições previdenciais atingem de maneira apenas superficial alguns aspectos das vidas dos indivíduos. O *Welfare State* restringe-se em muito aos aspectos econômicos e deixa de lado outras questões, inclusive preocupações emocionais, morais e culturais.

No Brasil, somente alguns elementos do *Welfare* foram utilizados por Getúlio Vargas, através da interferência estatal, na regulamentação das relações sociais semelhantes ao padrão de outros países, distinguindo-se em relação à ordem e ao ritmo, ao escopo da legislação, ao formato burocrático, ao esquema de financiamento e, finalmente, à articulação dos programas sociais destinados a maximizar a equidade com as políticas governamentais que objetivam a acumulação do capital (SANTOS, 1979). A tendência universal das políticas de bem-estar é iniciar-se com programas relativos a acidentes de trabalho, expandindo para a cobertura de velhice, invalidez e dependentes, depois, doença e maternidade, alargando-se para abonos familiares até o seguro-desemprego. A seqüência seguida pela legislação brasileira foi semelhante a esse padrão, iniciando a proteção a acidentes de trabalho (1919) e doença e auxílio-maternidade (1923), seguida por regulamento sobre abonos familiares (1941) e, finalmente, o auxílio-desemprego (1965).

A partir de 1930, os trabalhadores urbanos encontram mais espaço e começam a constituir-se em uma força social subalterna importante na disputa entre os setores dominantes, pois o governo passou por uma crise de hegemonia. Getúlio Vargas, o presidente do Brasil na época, percebeu que

poderia se fortalecer ao conceder às classes subalternas um espaço (criação de sindicatos) que serviu como base social para seu governo, iniciando um processo de proteção social aos trabalhadores (DRAIBE, CASTRO e AZEREDO, 1991). Os trabalhadores passaram a reivindicar várias alterações nas suas condições e relações de trabalho: jornada de trabalho de oito horas, elevação salarial, aplicação das medidas sociais prometidas ou já promulgadas pelo governo (jornada de 8 horas, férias e código do menor) (CARONE, 1982).

Com a Constituição Federal de 1934 ocorreu a consagração de vários direitos trabalhistas, sindicais e previdenciários. Entre os principais direitos estão: proibição do trabalho de menores de 14 anos; dia de 8 horas de trabalho, prorrogável em casos previstos pela legislação ordinária; direito ao repouso semanal; direito a férias anuais remuneradas; reconhecimento das convenções coletivas de trabalho; garantia de assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante; autonomia e pluralidade sindicais (não assegurando o direito à greve); instituição do salário mínimo; concessão de indenização ao trabalhador dispensado sem justa causa, entre outros.

Somente no período do Estado Novo (1937 a 1945), marcado pela ditadura de Vargas, que a legislação social passou a ser efetivamente regulamentada e empregada através da CLT. Todavia, o maior objetivo dessa política social após os anos de 1930 foi desmobilizar e controlar o movimento operário, através das leis trabalhistas e de uma estrutura corporativa de interferência constante do Estado sobre o movimento dos trabalhadores. Assim, esse movimento tornou-se mais desorganizado, com menos greves e com maior controle por parte do governo.

Para WEFFORT (1981), Getúlio repetiu Bismarck como um dos grandes representantes de políticas do *Welfare State* europeu. Bismarck concedera as leis sociais para os trabalhadores ao mesmo tempo que promulgava as leis contra os socialistas. Getúlio Vargas, por sua vez, outorgava ao movimento operário uma estrutura sindical fascista ao mesmo tempo que 'doava' aos trabalhadores direitos pelos quais eles haviam lutado durante anos seguidos. Constituíam-se, desde então, uma ambigüidade na definição da cidadania dos trabalhadores suscitavam, tanto na esquerda como entre os liberais, atitudes

contraditórias, significando um entorpecimento de sua capacidade crítica. Alguns defensores do liberalismo dos anos de 1930 viam com muita má vontade as leis sociais, tanto por sua ênfase paternalista quanto por constituírem uma resposta às velhas reivindicações operárias.

Entretanto, a distribuição de benefícios à população, que tendeu a aumentar quando iniciada, não diminuiu o processo de desigualdade que se formou na sociedade. Na medida em que o Estado passa a reconhecer as profissões e legitimá-las, reafirma a partilha profissional da população, ou seja, reconhece-se como cidadão o indivíduo que possui uma profissão regulamentada pela legislação em vigor. Isso compõe a transição entre acumulação e equidade social que o Estado deve ter como preocupação fundamental (SANTOS, 1979). Uma organização fundamental para esse processo foi o sindicato, pois enquanto o Estado se responsabilizava pela acumulação, as associações privadas deveriam assegurar os mecanismos compensatórios das desigualdades criadas por esse mesmo processo.

Em 1956, assumiu a presidência Juscelino Kubitschek (JK) com o *slogan* “50 anos de progresso em 5 de governo”, através do Plano de Metas, com a reorientação estratégica do Estado para o desenvolvimento do país. Esse plano concretizou o período chamado de Estado Desenvolvimentista por meio de políticas favoráveis à industrialização de capital estrangeiro e mudanças na estrutura industrial, voltando-se para a produção de bens de consumo duráveis e bens de capital, consolidando o processo de substituição de produtos importados. O Plano de Metas foi altamente concentrador de renda e sua principal preocupação era constituir uma indústria madura e sólida para gerar crescimento econômico. Socialmente, o governo JK recebeu críticas parciais dos partidos e entidades operárias. A classe trabalhadora, por meio de greves e reivindicações, também se manifestou de forma negativa em relação ao plano de metas (CARONE, 1985).

O sucesso da estratégia desenvolvimento com endividamento manteve-se enquanto as condições de financiamento eram boas (ao se manter os credores o desenvolvimento poderia ser pago e se completaria o projeto de aprofundamento da industrialização com uma maior participação nacional).

Contudo, a mudança de política de juros dos EUA em 1979 (cuja finalidade imediata era valorizar o dólar em relação às outras moedas e atrair capitais para os EUA, principalmente, por conta da concorrência de Alemanha e Japão), marcou uma inflexão na organização do sistema capitalista internacional e demarcou a inviabilidade estrutural do projeto brasileiro de autonomização industrial sob a liderança do Estado. A elevação brutal dos juros internacionais multiplicou o valor da dívida externa brasileira e debilitou extraordinariamente as bases materiais do Estado e de suas empresas. Terminava para o Brasil a possibilidade de um desenvolvimento sustentável sob a liderança do Estado desenvolvimentista.

Em suma, o período que vai do final da Segunda Guerra Mundial até os anos de 1970 foi de desenvolvimento acelerado nos países centrais e de crescimento mais rápido nos países de periferia. Na segunda metade da década de 1970, enquanto o Brasil tentava completar o seu desenvolvimento industrial, os países de centro já se preparavam para a revolução tecnológica, que forneceria a base material para a reorganização do sistema econômico mundial. Nesse sentido, o último grande esforço de industrialização do país fracassou porque atingiu os seus objetivos, mas com uma base já prestes a ser ultrapassada, apoiada em um grau de endividamento, que acabou por fragilizar o próprio Estado desenvolvimentista.

A regulamentação das profissões até 1973 deu conta de praticamente todos os trabalhadores urbanos e parte dos rurais, com exceção dos que permaneceram no mercado informal de trabalho (SANTOS, 1979). A associação entre cidadania e ocupação pode proporcionar as condições institucionais para que os conceitos de marginalidade de mercado informal de trabalho sejam utilizados, posto que esse mercado cresce e se consolida à medida que o mercado formal exclui o trabalhador cada vez mais.

A regulamentação das profissões, a carteira profissional e o sindicato público compõem os três parâmetros para se definir “cidadania regulada”, que são, portanto, a certidão de nascimento cívico de cada indivíduo que tem a sua profissão reconhecida pela lei. Esse processo implicou em uma discriminação na distribuição dos benefícios previdenciários na medida em que quem mais

podia contribuir com maiores e melhores benefícios, podia demandar, vinculando-se cada vez mais à busca da acumulação com a equidade social. A cidadania é, portanto, regulada pelo Estado através de seu reconhecimento e benefícios destinados a quem tem uma profissão reconhecida pela lei.

No final dos anos de 1970, a dominação do Estado sobre a classe trabalhadora não consegue mais se legitimar com tanta facilidade.

“Se antes essa dominação era legitimada porque o Estado cumpria com seu papel e oferecia aos cidadãos condições de sobrevivência dignas através de um protecionismo que colocava em equilíbrio a relação capital/trabalho, agora passa ele a ter de assumir novo papel, o de agente no setor produtivo, o que revela aos trabalhadores a verdadeira posição tomada pelo Estado no que se refere à relação capital/trabalho” (BUENO, 2001, p. 49).

Na seqüência dessa iniciativa, os governos de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos EUA, adotaram políticas neoliberais – privatização estatal e desregulamentação das conquistas sociais que estiveram na base do crescimento econômico com distribuição de renda. Movimento este até então característico dos países de centro nos anos de 1930 e nos anos seguintes à Segunda Guerra. Essas políticas tenderam a generalizar-se do centro para a periferia no “Ocidente”. E com a crise do mundo “socialista”, elas tenderam a adquirir um âmbito efetivamente mundial.

Da década de 1980 em diante, as políticas neoliberais abriram espaço para mudanças significativas na forma de organização das finanças internacionais e no padrão de atuação das multinacionais. Mudanças que deram início a uma nova etapa da internacionalização do sistema capitalista, à fase do capitalismo globalizado. Foi necessário, portanto, implantar mudanças na organização dos Estados para que eles se adequassem ao modelo imposto pelos países desenvolvidos. No Brasil, uma equipe de governo encabeçada por Bresser Pereira, propôs a Reforma do Estado dentro do governo de Fernando Henrique Cardoso, a qual estava sendo implantada até 2002 (PEREIRA, 1998).

A mudança de governo, em 2003, com ênfase esquerdista pode mudar esse quadro, todavia, convém esperar a consolidação das propostas, dos resultados dos programas criados e implantados para a população carente.

Como exemplo das propostas desse governo citem-se: o Programa Fome Zero, Renda Mínima, Bolsa Escola, entre outros.

A Constituição Federal promulgada em 1988 acabou sofrendo influências desse rearranjo externo, repercutindo no mercado de trabalho. Os trabalhadores ainda beneficiados pela Constituição são uma minoria, pois possuem um contrato de trabalho formalmente registrado. Por possuírem “privilégios”, diante da grande massa de trabalhadores que sobrevive na informalidade, são alvo de forças contrárias a sua organização e reivindicações (por exemplo, na forma de sindicatos), pois “custam muito” aos empresários. Esses últimos utilizam-se do discurso que pagam muitos encargos sociais e que isso é um obstáculo ao crescimento e desenvolvimento da economia brasileira, pressionando o Estado para implantar mudanças nos contratos de trabalho (BUENO, 2001).

A ênfase do Estado é influenciar o uso dos contratos individuais para atuarem como um complemento dos contratos coletivos bem como não criar condições piores do que as já estipuladas pelo contrato coletivo²⁸. Todavia, os contratos individuais de trabalho diminuem muito o poder de negociação da categoria, porque não há proteção dos sindicatos, que perderam suas forças ao serem pulverizados pelo contexto histórico dos últimos anos da década de 1990. Tal fato pode ser justificado através do aumento do número de organizações sindicais que surgem como entidades economicamente frágeis e com baixo número de associados. Além disso, as datas-base de negociações das diferentes categorias de trabalhadores não são as mesmas, reforçando o processo de pulverização dos sindicatos. A década de 1990 foi uma época de crise econômica, com profunda recessão e inflação (controlada a partir de 1994), o que inibiu e ainda inibe drasticamente os movimentos sociais

²⁸ No dia 26/02/2002 foi realizada uma audiência, no Senado Federal, para a discussão de um projeto de lei do Governo Federal (134/01), cujo conteúdo era a proposta de flexibilização da CLT. A partir desse conteúdo, passaram a ser negociados os seguintes itens: redução do salário; férias; décimo terceiro salário (13^o.); repouso semanal remunerado; carga horária; banco de horas; hora noturna; registro na carteira de trabalho; trabalho noturno; e participação nos lucros. Esses pontos já podem ser negociados nos contratos individuais com as empresas, faltando somente (des)regulamentá-los para deixar a CLT mais “flexível” do que já está (Federação de Bancários e Securitários, 2002). Por falta de tempo, não foi possível aprofundar a discussão deste assunto e seus resultados para a sociedade.

reivindicatórios (OLIVEIRA, 1994). A atitude mais comum dos sindicatos é a de proteção dos trabalhadores na permanência de seus empregos formais.

Em conjunto com a adoção das políticas liberais, a reestruturação produtiva e organizacional levou a uma desproletarização do trabalho manual, industrial e fabril (ou seja, a diminuição da classe operária industrial tradicional), a heterogeneização (entrada da mulher no mundo do trabalho operário), a uma subproletarização e à precarização do trabalho, à terceirização em todos os setores da economia e ao desemprego. Tudo isso corresponde aos fenômenos e conseqüências das transformações do mundo do trabalho (BUENO, 2001). Assim, a defesa do emprego, que orienta as principais atitudes dos sindicatos, vive uma brutal crise de identidade de suas diferentes categorias (ANTUNES, 1995).

Com a redução do número de postos de trabalho, prevalece a liberdade dos empregadores em contratarem e dispensarem a mão-de-obra de acordo com seus interesses. Um fator importante a ser analisado dentro dessa discussão é o sistema de seguro-desemprego. Da mesma forma que o FGTS, o seguro-desemprego representa um meio de flexibilização das relações de trabalho, pois é mais fácil obter recursos extras, por parte do trabalhador, e é mais fácil para o empregador reduzir seus gastos com a mão de obra. A idéia é dispensar o trabalhador com contrato de trabalho assinado e recontratá-lo sem assinar a carteira de trabalho. Por um lado, o trabalhador continuará trabalhando (de forma precária e temporária), recebendo salário e as parcelas do seguro-desemprego, mas por outro lado, o empregador continuará com o trabalhador sem cumprir a legislação, ou seja, sem pagar os custos de mão-de-obra não salariais (BUENO, 2001). Esse fato é mais um exemplo do processo de flexibilização dos contratos de trabalho implantados no país.

Em termos globais, o peso que recaiu sobre o Estado pareceu excessivamente grave, não só pelos limites estruturais que representa uma insuperável crise fiscal, mas também pela crise da forma-mercado como instrumento tradicional de integração, que tira a eficácia da política social do Estado. Nessa perspectiva, não existe uma única forma de futuro para o *Welfare*, ela será necessariamente plural. “O que é preciso tirar de nossas

cabeças é a idéia de que serviço coletivo = Estado = não-mercantil = igualdade, e a de que serviço privado = mercado = lucro = desigualdade. O futuro do *Welfare* passa pela definição de uma nova combinação desses diferentes elementos” (ROSANVALLON, 1997, p. 85). Esse enfoque pode se enquadrar dentro da pós-modernidade e vem sendo construído e defendido por alguns autores, dentre eles, SANTOS (2000; 2002), que argumenta não haver mais fórmulas prontas nem modelos a serem seguidos. Há sim necessidade de se criarem alternativas aos modelos obsoletos existentes, que pouco resolvem os problemas emergentes, como a desigualdade econômica e a exclusão social.

Assim, para ROSANVALLON (1997), a questão econômica dos anos de 1970 não pode, nos anos de 1990, encontrar resposta exclusivamente no campo financeiro. É no nível da sociedade e das relações sociais que ela pode se resolver. A crise no mundo capitalista desencadeou uma espécie de campanha contra o Estado de Bem Estar Social que teve gastos excessivos em salários e políticas sociais compensatórias, à revelia dos lucros das empresas, fenômeno que, em última instância, foi responsável pelos processos inflacionários²⁹. A recuperação dos lucros e a retomada dos investimentos exigiam a remoção de toda a espécie de entraves corporativos, o estímulo à concorrência, e, principalmente, uma presença menor do Estado – temas que foram se difundindo durante a década de 1980 e que representaram a consagração do programa de contra-reforma neoliberal.

Nas últimas décadas do século XX, o Estado Liberal voltou com toda a sua exuberância e poder sobre a esfera econômica, política e social. A partir daí conquistou o circuito das políticas implantadas pela maior parte dos países desenvolvidos, influenciando, ou melhor, impondo suas políticas restritivas aos países em desenvolvimento. Portanto, toda a ideologia social vem perdendo terreno para os mecanismos neoliberais em detrimento das políticas voltadas

²⁹ A crise de legitimação do *Welfare* apresentou-se não só como uma crise fiscal, pois as despesas públicas não conseguem prover as carências sociais, devido à diferença crescente entre as saídas necessárias e as entradas insuficientes, à distribuição de recursos que satisfaçam as aspirações de uma área cada vez mais vasta de indivíduos. Também a crise deve ser entendida como uma crise social, política e cultural em que as estruturas de classes e grupos não se sustentam mais como na primeira metade do século XX (ROSANVALLON, 1997).

para o desenvolvimento de seus territórios. Há também uma nova percepção de que as políticas neoliberais também não estão resolvendo os problemas sociais mais graves. Desse modo, a pós-modernidade, ao desconstruir e reconstruir teorias, pode ajudar na busca caminhos alternativos ao sistema econômico hegemônico.

O conjunto de reformas institucionais efetivado nos anos de 1990 definiu o quadro de instituições básicas (Banco Mundial e o FMI)³⁰, as quais passam a regular as relações entre Estado e o mercado e entre o sistema econômico nacional e o capitalismo mundial. Por maiores que tenham sido as mudanças ocorridas na última década do século XX, o Brasil não conseguiu desprender-se de sua condição de país periférico. É verdade que ele se inclui entre as sociedades mais dinâmicas da periferia, contudo, nem a retomada do crescimento acelerado nem a consolidação do Mercosul são suficientes para que o país saia da situação em que está. Romper com a condição periférica requer, ademais, a inclusão econômica e social da maioria da população brasileira, que permanece à margem das conquistas materiais da sociedade.

O Estado redefiniu suas relações com os capitais privados, desenvolvendo programas de desregulamentação das atividades econômicas privadas, de equiparação constitucional das empresas estrangeiras presentes no país em relação às nacionais, de transferência de funções empresariais e de patrimônio do Estado (privatizações) para a iniciativa privada e/ou

³⁰ O documento publicado pelo Banco Mundial em 1995 afirma e defende que os sindicatos fazem uso de seu poder político contra os ajustamentos estruturais, que as negociações internas entre trabalho e empresa (contrato individual) são mais colaboradoras do que as realizadas com o sindicato e obtêm “efeitos econômicos positivos”. O Banco defende, portanto, a negociação descentralizada e realizada no nível da empresa com complementação – se for preciso – por coordenações setoriais ou nacionais dos trabalhadores.

No nível da empresa, a negociação do contrato de trabalho torna-se mais flexível e a lei não deve proibi-la. As reformas mais importantes implicam na eliminação de restrição à mobilidade da mão-de-obra e à flexibilidade dos salários, bem como o rompimento dos vínculos entre serviços sociais e os contratos de trabalho.

Os trabalhadores deverão estar preparados para as mudanças quando possuírem qualificações gerais e maior grau de instrução obtidos através de: programas públicos de readaptação; serviços de treinamento, entre outros. Devem ser incentivados à criação e ao desenvolvimento de microempresas, privatização de empresas estatais, podendo o governo, em alguns casos, dispensar o trabalhador antes da venda para conferir aos novos proprietários maior flexibilidade na reestruturação da empresa. No Brasil, foi criado o PDV (Plano de Demissão Voluntária) como exemplo desse processo. “A adaptabilidade dos mercados de trabalho é essencial para uma transição bem sucedida” (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 131).

estrangeira. As medidas tomadas foram: a) o fim da discriminação constitucional em relação às empresas de capital estrangeiro; b) a transferência para a União do monopólio da exploração, refino e transporte de petróleo e gás, antes detido pela Petrobrás; c) a autorização para o Estado conceder o direito de exploração de todos os serviços de telecomunicações a empresas privadas e/ou estrangeiras.

Em 2000, duas leis promulgadas modificaram a CLT a favor da proposta de desregulamentação do trabalho. Essas leis predizem que causas trabalhistas no valor de até 40 salários mínimos deverão ser decididas, em primeira instância, em até 15 dias, acelerando os processos judiciais e a criação de Comissões de Negociação prévias no interior das empresas (BUENO, 2001).

O governo FHC, através da “Reforma do Estado”, propôs e sugeriu que se criassem organizações públicas não-estatais para sanar as falhas do mercado de trabalho na busca e recolocação, na requalificação do trabalhador para novas oportunidades de trabalho que podem surgir. No entanto, esqueceu-se de que postos de trabalho não são facilmente criados. É preciso crescimento econômico e uma série de investimentos para a criação de postos de trabalho, sendo pouco eficiente o gasto com os programas de requalificação sem recolocação do trabalhador no mercado.

No caso do Brasil, PEREIRA (1998), mentor da Reforma do Estado, fez as seguintes propostas:

- O Estado do capitalismo globalizado do século XXI será o Estado Social-Liberal. Será social porque continuará responsável pela proteção dos direitos sociais à educação, à saúde e à previdência básica, mas reduzindo sua ação nessa área. Será liberal porque realizará essas tarefas de forma mais competitiva, semelhante a uma empresa “enxuta”. Terceirizará obras de infraestrutura e privatizará empresas produtoras de bens – isso já vem acontecendo desde a década de 1990;
- As empresas produtoras de serviços públicos serão objetos de concessão às empresas privadas;

- A oferta de serviços sociais será entregue, também de forma competitiva, não a empresas privadas, mas a “organizações públicas não-estatais”³¹.

O Estado Social-Liberal será financiador, em vez de produtor, dos seus serviços sociais não exclusivos, como educação, saúde, cultura, proteção ao meio ambiente e desenvolvimento científico e tecnológico. Essas organizações públicas não-estatais continuarão a mascarar o processo de desigualdade e de exclusão existente no país, não oferecendo caminhos que recuperem os índices defasados já expostos acima. O que de fato é preciso conceber é a busca de alternativas e conhecimentos inovadores a esse projeto proposto pelo governo FHC.

Em outros tempos, os movimentos de protestos dos diferentes grupos mostraram claramente o abalo das estruturas sociais, pois não havia e não há espaços para todos no mundo organizacional moderno. Em 2003, grupos de trabalhadores permanecem marginais e excluídos do mercado; não há mais formas concretas de desenvolvimento econômico que gerem trabalho para todos os indivíduos em idade apta; não há mais políticas sociais que dêem conta desse fenômeno³².

³¹ Para exemplificar isso a Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários dos estado de São Paulo e do Mato Grosso do Sul (FEEB-SPMS) está executando desde o final de novembro de 2001 o Programa de Qualificação e Requalificação Profissional para cerca de 4.900 trabalhadores em 57 cidades do estado de São Paulo. Os recursos financeiros vêm do FAT (Fundação de Amparo ao Trabalhador) em convênio com a SERT (Secretaria de Relações do Trabalho do Estado de São Paulo) e em parceria com a Federação Nacional dos Bancos (FENABAN). O público alvo é formado por trabalhadores do setor financeiro sob risco de perda do emprego, ex-bancários, jovens candidatos ao primeiro emprego e desempregados que tenham concluído o 2º Grau. O que o programa não tem conhecimento ainda é de quanto desses profissionais atendidos são recolocados no mercado, pois não há criação de postos de trabalho suficientes para todos (<http://www.feeb-spms.org.br/fev2002/fat.htm>).

³² A classe dominante deixou de se interessar pelo consenso, tal é a sua confiança que não há mais alternativas às idéias que defendem, porém isso pode gerar espaços de rupturas radicais seja através de religiões, de grupos ecológicos, do feminismo entre outros (SANTOS, 2000).

2.3. Desigualdade e exclusão social: um processo de dessocialização e ressocialização

A abordagem da exclusão social³³ é, em sua essência, multidimensional, incluindo não só a falta de acesso a bens e serviços, mas também à segurança, à justiça, à cidadania, ou seja, relaciona-se às desigualdades econômicas, políticas, culturais e étnicas. Pode-se estar excluído do mercado de trabalho (desemprego de longo prazo); do trabalho regular - *part-time* e precário; do acesso a moradias decentes e dos serviços (inclusive o público). A exclusão pode vir de dentro do mercado de trabalho, com as atividades precárias, os empregos ruins e instáveis, gerando renda insuficiente para garantir um padrão de vida mínimo, também como a falta de acesso à terra, à segurança e aos direitos humanos (ROGERS, 1995; DUPAS, 1998).

No entanto, é importante considerar – como uma ressalva – que o conceito de exclusão social é relativo, pois nos anos de 1960, na América Latina, o termo mais empregado para designar situações semelhantes era o de marginalidade social. Naquela época, alguns autores defendiam a hipótese de que a marginalidade originava-se por diversos fatores, como: localização geográfica da moradia – favelas e cortiços à margem da sociedade; um desajustamento psicológico causado pela vivência em duas culturas diferentes (imigração); e a tese mais defendida era a de que os marginalizados compunham um *exército industrial de reserva* criado como mecanismo de equilíbrio da acumulação capitalista como forma de controle salarial dos operários do mercado formal de trabalho – desemprego e subemprego (SCHNEIDER, 1992; BERLINCK, 1975; FERREIRA, 1979; e NUM, 2000).

Posteriormente a essas idéias, outros autores passaram a utilizar-se do termo exclusão social com o mesmo enfoque, incluindo conceitos sociológicos e psicológicos da condição humana, mas deixando uma questão, aparentemente, não resolvida (SCOREL, 1999; KOWARICK, 2000; SANTOS,

³³ Originalmente, a noção de “exclusão social” desenvolveu-se na França. Conceitos como pobreza, desigualdade, indigência e marginalidade servem para auxiliar o estudo e a compreensão do fenômeno da exclusão social que se apresenta como um dos maiores problemas sócio-econômico e político de vários países, tanto desenvolvidos como em desenvolvimento ou subdesenvolvidos (SCOREL, 1999).

1995): *estar excluído da sociedade significa não viver mais em sociedade? Como isso é possível?* Ainda não há uma posição definida entre esses pesquisadores que utilizam o termo para analisar os atuais dramas sociais e econômicos que grupos específicos estão vivendo.

Desigualdade e pobreza são dois conceitos fundamentais para compreender o conceito de exclusão. A desigualdade parece ser inerente a qualquer sociedade, tradicional ou moderna, hierárquica ou democrática. A sociedade revela como é realizada a distribuição de riquezas em um determinado contexto histórico-social e, por sua vez, possibilita identificar os valores sociais que orientam essa distribuição. Existem três dimensões essenciais ao processo de estratificação: riqueza, prestígio e poder. Assim, a desigualdade é um conceito relativo dentro de uma perspectiva dialética - porque os estatutos que as descrevem (riqueza e pobreza) são estabelecidos uns em relação aos outros, sempre de forma dual e em contraposição. Em SANTOS (1995), o termo desigualdade é retirado do pensamento marxista derivado de uma hierarquia econômica, portanto, o não-pertencimento a uma hierarquia econômica produz a desigualdade.

Na medida em que o grau de pobreza é obtido a partir da distribuição de renda pela PEA ou entre famílias, mudanças em suas composições interferem diretamente no indicador obtido. Desigualdade e pobreza são processos dependentes porque interagem entre si, ou seja, o comportamento de uma reforça o desempenho da outra. O aumento de desigualdade, na maioria das vezes, implica aumento da pobreza. Mas a diminuição da desigualdade não garante uma melhora nos indicadores de pobreza, o que pode ocorrer é uma maior concentração de renda entre os grupos mais ricos.

ROCHA (1997) define a categoria pobre como: pessoas – tendo como referência unidades familiares – que não atendem à renda mínima necessária para a aquisição da cesta básica alimentar, mais custeio das necessidades mínimas de moradia, transporte e vestuário. Com o Plano Real, as pessoas que tinham rendimento próximo à linha de pobreza puderam sair dessa condição. Entretanto, a situação dos que continuam pobres aparentemente se

agravou, ou seja, a desigualdade entre os pobres parece ter piorado, acentuando o que se poderia chamar de 'lumpenização da pobreza'.

Na avaliação do IBGE (2000),

“as conseqüências dessa desigualdade podem ser melhor apreciadas quando se comparam alguns indicadores sobre a população inserida nestes estratos da distribuição de renda. Nos 10% mais ricos, cerca de 80,1% de domicílios tinham saneamento básico adequado, enquanto nos 40% mais pobres a proporção era de apenas 32,3%. Também, o percentual de estudantes de nível superior é muito desigual: nos 10% mais ricos, verificou-se um percentual de 21,0,% dos estudantes de nível superior de 20 a 24 anos, enquanto nos 40% mais pobres a proporção era insignificante, 2,6%”³⁴

Em 2001, na contabilidade tradicional, o Banco Mundial apresentou o PIB das nações e o Brasil apareceu classificado como 9ª potência mundial. No entanto, nas contas do Indicador do Desenvolvimento Humano (IDH), que mede a qualidade de vida da população, o Brasil está em 79º lugar (DOWBOR, 2001).

Historicamente, no caso do Brasil, a escravidão configurou a representação social da pobreza e da exclusão social, baseadas na etnia e no lugar que o trabalho tem no imaginário social. Com o advento do café e as relações burgueses-capitalista instauradas no país, no final do século XIX, o lugar do pobre era o do trabalhador, habitante de cortiços. Sobre esse pobre deveria ser exercida a disciplina do trabalho, para eliminar os 'perigos' da vadiagem e da doença. A natureza da pobreza era individual e sua concepção englobava doença e desordem; os 'vícios contagiosos' proliferavam nas ruas e nos cortiços, impulsionando uma socialização em direção à desordem. Pobre daquele que não se submetia a uma relação salarial³⁵, fundamentalmente uma relação política, e se deixava levar por uma existência indisciplinada que ameaçava a ordem social.

³⁴ IBGE, **Síntese de Indicadores Sociais 2000**. Rio de Janeiro 2001, p. 117 e 118. Citado por DOWBOR, (2001, p. 22).

³⁵ A relação salarial pode ser entendida “como um conjunto de formas de integração ou inserção dos indivíduos trabalhadores, dos não proprietários dos meios de produção nas relações mercantis” (EID, 1988, p. 101).

No período getulista, o crescimento da urbanização e da industrialização relegou a figura do pobre ao ambiente rural, uma das fontes explicativas da pobreza no país, pois a herança da escravidão e da 'grande propriedade' predominavam no campo (OLIVEIRA & HENRIQUE, 1990). Não havia, e ainda não há, muita resistência à idéia de que a média e a pequena propriedade podem ser alternativas de inserção social dos produtores rurais. Nos bolsões de pobreza rural, a condição era considerada ainda de natureza individual, gestada pela indolência e pela falta de ambição daqueles apegados aos valores tradicionais. A figura do *Jeca Tatu* era expressiva desse imaginário.

No espaço urbano o pobre esteve ou inserido como força de trabalho ou em processo de transição rural-urbano, adaptando-se ao novo ambiente e incorporando os valores da sociedade 'moderna'. A natureza da pobreza era também individual, porém de ordem cultural, pois pobre – migrante recente – ainda estaria em uma fase adaptativa. A legislação social implementada no período estabeleceu uma estratificação importante no seio da categoria dos trabalhadores, subdividindo-a, segundo sua importância estratégica no desenvolvimento nacional, em grupos com maior ou menor acesso aos direitos sociais.

Entre 1950 e 1960, consolidou-se o movimento de industrialização pela substituição das importações no país. Nesse contexto, a natureza da pobreza passou a ser considerada como de responsabilidade social. O sistema econômico mantinha os pobres em sua periferia configurando um exército industrial de reserva para o seu equilíbrio. Essa configuração deu origem ao conceito de "marginalidade social" e, em período posterior, a um intenso debate que se consubstanciou na denominada 'teoria da marginalidade'. O pobre era o subempregado, vivendo através de uma 'economia de sobrevivência' (economia informal), obtendo uma renda insuficiente que o caracterizava como carente. No universo simbólico social, a figura do '*malandro*' associava-se à ociosidade, esperteza e elegância, contrapondo-se ao pobre trabalhador (SCOREL, 1999).

Entre 1970 e 1980, consolidaram-se as relações sociais do tipo urbano-industrial e um novo padrão de industrialização (oligopólios). Nesse período, o

Brasil já era um país urbanizado com 70% da população economicamente ativa, pertencente às cidades, e em processo de conformação das metrópoles. No entanto, no espaço urbano, houve um processo de segregação e periferização da pobreza. As favelas atingiram seus limites de hospitalidade aos novos moradores e os pobres tenderam a se localizar nas franjas metropolitanas. A abordagem de um mercado de trabalho dividido entre setores tradicionais e modernos foi substituída pela dualidade formal/informal, como mencionado anteriormente.

Na perspectiva de ZALUAR (1994), a auto-representação dos moradores da periferia era a de “trabalhadores pobres”, desse modo, a labuta diária para a obtenção de rendimentos estava associada à precariedade do consumo, ou seja, as necessidades diárias não eram suficientemente supridas. Nesse período, entre 1970 e 1980, as representações sociais da pobreza vinculavam-se à violência e ao banditismo; à ausência de valores morais, deixando-se a representação social de ‘*malandro*’ para passar a ser a de ‘*bandido*’.

A pobreza é percebida como efeito indesejado de uma história sem autores e responsabilidades, é

“(…) desrealizada como problema que diz respeito aos parâmetros que regem as relações sociais (...) os laços que unem o presente ao passado pela persistência de um imaginário no interior do qual a pobreza aparece figurada como pólo de incivilidade, como terreno em que a natureza cobra seus tributos em uma desumanização provocada pela miséria” (TELLES, 1992, p. 38).

O campo de estudo sobre a pobreza é composto por fatos objetivos (taxas de pobreza e desemprego, estratos de rendimentos, escolaridade, acesso à infra-estrutura urbana etc.) e por imagens, idéias e representações, que a sociedade assumiu sobre ‘quem são’ e ‘como são’ os pobres. Nos estudos atuais, desigualdade, marginalidade e exclusão social integram categorias simbólicas da pobreza, isto é, a construção social das desigualdades em seus conjuntos históricos e culturais (SCOREL, 1999).

Marginalidade e exclusão são duas categorias relacionais que fazem parte dos conjuntos teóricos a respeito do conceito de exclusão social, ou seja, definem uma situação configurada em contraposição à outra; em

marginalidade, a oposição é ao que seria 'normal' ou 'central' em uma dada sociedade. Marginalidade é uma noção que evoca a oposição centro/periferia; designa uma posição integrante de uma estrutura e/ou hierarquia social, situada nas margens em termos de acesso e usufruto das riquezas e benefícios disponíveis, o que lhe confere as qualidades de inferioridade e subalternidade (variáveis ou características: valores, comportamentos, atitudes, localização espacial, posição no sistema produtivo) (SANTOS, 1995).

Lucio Kowarick (2000) identifica um 'tipo parcial de marginalidade', ou seja, estratos sociais participantes com vínculos precários em algumas das dimensões, e estratos de 'multimarginalidade' ou 'marginalidade generalizada': a exclusão em um âmbito tende a não ser um fato isolado, mas sim, ao contrário, a adicionar-se a outras esferas sociais (KOWARICK, 1985). Nos anos de 1980, a noção de marginalidade foi substituída no espaço público pela noção de 'informalidade'. Os dois termos tornaram-se intercambiáveis, embora não sejam equivalentes. Mais recentemente, o mesmo autor retoma o assunto através dos conceitos de cidadania, de subcidadania e da exclusão social, afirmando que a informalidade se manifesta na irregularidade ou clandestinidade em face de um ordenamento jurídico-institucional que, ao desconhecer a realidade socioeconômica da maioria, nega o acesso aos benefícios básicos para a vida nas cidades (KOWARICK, 2000).

A noção de marginalidade ficou restrita à caracterização de uma inserção econômico-ocupacional e é percebida como a destituição, a marginalidade e a desproteção. Destituição dos meios de sobrevivência física; marginalização no usufruto dos benefícios do progresso e no acesso às oportunidades de emprego e renda; e desproteção por falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania, que incluem garantias à subsistência e ao bem-estar (ABRANCHES, 1985; ESCOREL, 1999).

A espacialização simbólica da marginalidade a situa na periferia de um mundo social referido a um centro. Na França, a palavra marginalidade se refere, sobretudo, aos comportamentos fora das normas sociais. No Brasil, o

sentido de marginalidade implica na ausência de algo, um não-ser, um tratamento negativo da situação do grupo social (KOWARICK, 1985).

Em outra perspectiva, o termo exclusão serve para analisar as formas de distribuição de poder na sociedade, as modalidades específicas e disseminadas de controle social, os efeitos segregadores de práticas não econômicas que criam e reproduzem diferenças estigmatizantes e hierarquizantes, exercidas de forma regular e 'naturalizadas'. SANTOS (1995), também utiliza a mesma idéia, reportando-se a Michel Foucault, afirma que exclusão é sobretudo um fenômeno cultural e social, no qual uma cultura, por via de um discurso da verdade, cria o "interdito" e rejeita diferentes culturas. Tanto a desigualdade, originada pelo não pertencimento a uma hierarquia econômica, como a exclusão, no pensamento de SANTOS (2000), são fenômenos do processo de desenvolvimento da sociedade moderna e podem ser superados, em parte, pelas buscas de alternativas de produção não capitalista.

ROSANVALLON (1995) e CASTEL (1991,1995) denominaram a "nova questão social", problemática contemporânea do final do século XX, identificando a exclusão social com a crise do assalariamento como mecanismo de inserção social, ou seja, mudanças no processo produtivo e na dinâmica de acumulação capitalista. A exclusão foi então percebida como uma marca profunda de disfunção da sociedade que assume uma multiplicidade de formas e que se caracteriza por um processo simultaneamente temporal, espacial e social (BUGET & NOGUES, 1993; ESCOREL, 1999).

O processo de desvinculação na esfera do trabalho e suas conseqüências na sociabilidade e solidariedade social têm preponderância sobre as transformações que ocorreram no eixo sociofamiliar (democratização, nuclearização, diminuição de tamanho e restrição dos vínculos relacionais). Isso ocorre porque se trata de uma vulnerabilidade de massa pós-proteções sociais. No final do século XX, o núcleo central da integração sócia, através do vínculo com a esfera do trabalho, está desmoronando, fazendo emergir a vulnerabilidade de massa especificamente contemporânea. Assim, fica claro que a exclusão social se agravou com a evolução do processo de acumulação

capitalista levando a coesão social a entrar em crise, gerando a nova pobreza, a qual diz respeito aos sem trabalho, sem terra, sem teto e sem perspectivas de (re)inserção ocupacional e social.

É possível perceber que há diferentes formas de exclusão e que todas relacionam-se entre si. Por exemplo, a partir da saída do mercado formal de trabalho e do não retorno, as pessoas adquirem sentimentos de perda da identidade, de formas de participação, de não reconhecimento de seus direitos. Além disso, tais pessoas estão excluídas geograficamente, pois moram em periferias e/ou favelas, cujo local é repleto de deficiências básicas. Social e culturalmente sofrem preconceitos raciais, étnicos, religiosos, culturais e educacionais (SILVÉRIO, 1997).

Dessa maneira, a noção de exclusão atualiza o tema da dualização da sociedade, traduzindo-se em uma ordem social segmentada, que produz um novo tipo de exclusão social, em que a integração precária no mercado se sobrepõe ao bloqueio de perspectivas de futuro e a perda de um sentido de pertencer a vida social. Essa experiência individual de precarização dos vínculos com o mundo do trabalho, associada ao enfraquecimento dos vínculos sociofamiliares, é analisada como um processo de desqualificação social, a partir do qual os indivíduos experimentam uma dessocialização. Os sentimentos que prevalecem nessas experiências são de humilhação e de inferioridade. A ruptura é a última fase do processo de desqualificação (como exemplo, os marginais e a miséria são tidos como sinônimo de dessocialização). Nessa fase pode surgir a reivindicação à liberdade de viver à margem da sociedade. Os excluídos sabem que não têm nada a perder e adotam um tom agressivo, rompendo com o consenso estabelecido pelos grupos dominantes que deixaram de se preocupar com isso por acreditarem não haver mais alternativas em relação ao processo capitalista excludente (SANTOS, 2000).

Exclusão e inserção (integração), na visão de XIBERRAS (1993), também são conceitos relativos. A inserção significa “dar um lugar” na sociedade, direitos, oportunidade e estatutos similares. A exclusão é definida como a ruptura dos vínculos culturais, em diversas dimensões – simbólicas,

das representações sociais e econômicas. Os excluídos não são rejeitados apenas fisicamente (racismo), geograficamente (gueto) ou materialmente (pobreza), são excluídos também das riquezas espirituais: seus valores não são reconhecidos e são ausentes ou excluídos do universo simbólico. Quando surgem, esses valores figuram como invertidos, como atributos negativos que os situam na categoria dos estigmatizados, em uma categoria negativa (XIBERRAS, 1993).

O fenômeno da exclusão abrange os vínculos sociais em três níveis de interações: entre indivíduos e grupos sociais; entre grupos intermediários; e entre grupos e a sociedade. Através dos vínculos sociais o indivíduo encontra (ou não) um 'lugar social', uma 'identidade social positiva', 'o espaço de cada um no mundo em comum'. O isolamento completo caracteriza o estado de exclusão máxima, rejeição de grupos da sociedade a qual perde o valor de ser humano. Nesse ponto, a relação é uma 'não-relação'. Outra forma de exclusão é a ausência (apenas) dos vínculos sociorgânicos: o indivíduo mantém vínculos com seus grupos, mas estes não os mantêm com outros grupos e/ou com a sociedade. A exclusão social é um produto das sociedades contemporâneas fragmentadas e significa um status discriminatório aplicado institucionalmente que se agrega a certos processos de marginalização devido ao desemprego e às transformações dos sistemas sociodemográficos e dos sistemas de emprego (MINGIONE, 1998; ESCOREL, 1999).

De acordo com DUPAS (1998, p. 121-2):

“As recentes transformações sócio-econômicas ao gerarem uma massa de pessoas supérfluas ao sistema, redirecionaram o foco das discussões sobre problemas sociais. Se antes a grande preocupação era com as condições de exploração nas quais a inserção se dava, agora ela tornou-se a dificuldade de encontrar formas de inserção social, quaisquer sejam elas (...). Se anteriormente centravam-se em críticas ao trabalho fabril nos moldes fordistas - alienante, repetitivo, não criativo - mostram-se hoje perplexas com a nova natureza do problema; qual seja, encontrar formas de incorporar os indivíduos a esse trabalho”.

As dimensões sociais da exclusão caracterizam-se pela ausência de recursos, exclusão do mercado de trabalho, da educação e da formação profissional e pela precariedade de habitação e de saúde; constituem um

núcleo tão abrangente de dimensões sociais e culturais que é preferível pensar sobre os diversos tipos de exclusões sociais.

Entre o início da trajetória da exclusão social e da desigualdade econômica até a ruptura total, existem, certamente, situações (ou zonas) intermediárias de rupturas parciais dos vínculos sociais e econômicos, eventualmente reconstituídos a partir de novos vínculos no sentido de uma ressocialização.

Outro elemento importante a acrescentar na definição das dimensões da exclusão social é a sobreposição das situações de exclusão a um mesmo grupo social, que pode ser também considerada como a última etapa de um processo de desqualificação.

O fim do processo de desvinculação – o estado de exclusão social, o isolamento e a privação material da condição de excluído, indicando a ruptura total dos vínculos sociais primordiais – encontra sua expressão mais nítida nos estudos sobre os campos de concentração e a sobrevivência em situação extrema, da mesma forma como os “sem terra” e os “sem teto” que foram expulsos do campo, do seu trabalho e de sua dignidade. Nesses casos criam-se novos laços sociais que permitem uma identidade pessoal a partir de um convívio cotidiano com o sofrimento e com a morte.

Os processos de despersonalização e de repersonalização podem ser igualmente descritos em termos de dessocialização e ressocialização, pois demonstram uma situação de sobrevivência que passa pela existência de extrema privação material, situada no limite entre a vida (sobrevivência) e a morte; de afastamento dos meios familiares e sociais habituais, caracterizada por marginalização, isolamento e solidão; de ‘gestão da incerteza permanente’, na qual os indivíduos vivem em um ‘eterno presente’; e, ainda, de ‘dessensibilização diante do convívio cotidiano com a miséria’. A categoria de exclusão social é constituída a partir de uma unidade de características negativas, definidas por oposição (SCOREL, 1999).

Precariedade e vulnerabilidade são fases ou momentos do processo de exclusão social. A marginalização, dentro desse processo, adquire dois sentidos principais: um que a adscrive à delinqüência e outro que a situa em

uma oposição específica de inserção no modo de produção capitalista dependente.

Outros elementos de exclusão a serem considerados são a segregação e a discriminação. A segregação tem significado essencialmente geográfico e espacial; já a discriminação envolve o 'colocar à parte' pela acentuação da diferença (de base racial, étnica, sexual), o que em geral abrange processos de estigmatização com ou sem institucionalização. Todos esses mecanismos têm conseqüências negativas nos processos de inserção social em diversos âmbitos, ou seja, dificultam o acesso e o usufruto de direitos, oportunidades e estatutos similares.

Historicamente, a apartação social no Brasil iniciou-se com o processo de ocupação de terras, exploração da mão-de-obra indígena, escrava e imigrante e intensificou-se em 1930, conformada por problemas estruturais (concentração da propriedade da terra, ênfase nas exportações e estruturação de uma economia cartorial) aos quais se somavam problemas conjunturais, como o endividamento externo. Posteriormente, na década de 1980, ocorreu a clivagem econômica, política e social demarcada, nesse processo histórico, de exclusão constituída pela transição do regime político e pelos ciclos econômicos recessivos que aceleraram e aumentaram a visibilidade da 'questão social'. Na década de 1990, surgiram os sinais evidentes de uma piora nas condições de vida da população carente. A exclusão social tornou-se visível e contundente a partir da população de rua e da violência urbana e pela mudança no perfil de pobreza: deslocamento espacial (rural-urbano) e um deslocamento social à medida que a pobreza invadiu setores do mundo do trabalho até então em mobilidade ascendente (metalúrgicos).

Há também mudanças nas representações sociais, uma vez que os pobres, como os 'novos' excluídos, passam a ser vistos como economicamente supérfluos, socialmente ameaçadores e politicamente incômodos (NASCIMENTO, 1994).

O conceito de exclusão social elaborado e adotado nesta tese originou-se a partir dos trabalhos de ARENDT (1991), autora que estuda a condição humana na *vita activa* através de três atividades ordenadas axiologicamente: o

ser humano, em parte, assemelha-se aos animais (o labor, o metabolismo, a condição de animal laborans), passa pelo trabalho (a capacidade de fazer, fabricar e produzir, o *homo faber*), até atingir a atividade que mais distingue os homens como humanos que é a ação. Assim, considera-se a exclusão social como:

“... um processo no qual – no limite – os indivíduos são reduzidos à condição de animal laborans, cuja única atividade é a sua preservação biológica, e no qual estão impossibilitados de exercício das potencialidades da condição humana”³⁶.

Os grupos sociais excluídos que se vêem reduzidos à condição de *animal laborans* - cuja única preocupação é manter seu metabolismo em funcionamento, manter-se vivos - são expulsos da idéia de humanidade e, por vezes, da própria idéia de vida, não interagem com ninguém, são descartáveis, ninguém os reclama. Sua sobrevivência, preocupação exclusivamente individual, circunscreve a precariedade do presente e a ausência de futuro; a vida é um eterno presente, uma condição na qual se torna permanente o processo de morrer (ARENDDT, 1989).

Em suma, os impactos sobre o mundo do trabalho podem ser verificados através da diminuição dos postos de trabalho (precarização composta por empregos em tempo parcial ou de duração limitada), da não absorção da força de trabalho jovem, da instabilidade e da irregularidade ocupacional, do desemprego recorrente e duradouro (tecnológico e estrutural), das dificuldades crescentes de inserção da mão-de-obra não-qualificada e os rendimentos decrescentes das ‘ocupações pauperizadas’.

Na dimensão sociofamiliar, os impactos são visíveis por meio da fragilização e precariedade das relações familiares, de vizinhança e de comunidade, conduzindo o indivíduo à solidão e ao isolamento. Na dimensão política, o exercício dos direitos não é igual para todos, traduzido pela incapacidade dessa população excluída de se fazer representar na esfera pública.

³⁶ Para Hannah Arendt (1991), a idéia de animal laborans corresponde a uma das espécies que vive na terra, na melhor das hipóteses a mais desenvolvida.

Até o momento investigaram-se os fenômenos que influenciam a formação da economia informal, no desemprego, da desigualdade econômica e da exclusão social de parte da população brasileira. A partir de todas essas considerações inicia-se uma nova etapa, que é entender as diversas experiências de sucesso em relação aos empreendimentos econômicos solidários, suas oportunidades, limitações e dificuldades apresentadas na busca de compreendê-los como alternativas organizacionais de (re)inserção econômica e social dos grupos excluídos. Com isso, pode-se considerar que as alternativas organizacionais poderão trazer novos elementos sobre a realidade na qual esta pesquisa se inseriu.

3. EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS: alternativas organizacionais de (re)inserção econômica e social

A população pobre do país, expulsa do campo e excluída do emprego urbano, vive uma situação explosiva e insustentável no início de século XXI, cujas alternativas de sobrevivência podem ser as mais variadas, tendendo a aumentar as atividades ilícitas da economia informal, como já afirmado anteriormente. Por outro lado, surge um conjunto de atitudes defensivas nos países em desenvolvimento, conhecidas como estratégias familiares de sobrevivência – também via economia informal - que levam à segmentação e à desarticulação do universo do trabalho.

Alguns exemplos permitem um dimensionamento preliminar. Na cidade de São Paulo são roubados diariamente 420 automóveis. Estimando um valor médio de 5 mil reais por unidade, e multiplicando esse valor por 365 dias, chega-se a uma economia que fatura cerca de 700 milhões de reais por ano. Com estimativas grosseiras que acrescentam as drogas, a prostituição e jogos ilegais (como o videopôquer), chega-se a uma ordem de grandeza de 3 bilhões de reais, numa cidade onde a receita pública para cuidar de saúde, educação, infraestrutura urbana etc. é da ordem de 6 bilhões de reais. Acrescentando-se os custos indiretos gerados por essa economia ilegal, os números se avolumam rapidamente (DOWBOR, 2001).

Para o país como um todo, estima-se que as empresas gastam algo em torno de 28 bilhões de dólares por ano em segurança, custo indireto que resulta da própria expansão do setor ilegal. Já não são cifras marginais, "excepcionais"; tratam-se de atividades econômicas fortemente articuladas com o sistema formal de produção, envolvendo atividades diversificadas, como o comércio ilegal de armas, a agricultura destinada à fabricação de entorpecentes, os desmatamentos ilegais que devastam grandes regiões, a sobre-pesca em áreas fragilizadas, os loteamentos ilegais de especuladores imobiliários que jogam populações miseráveis em áreas de mananciais, o comércio internacional de prostitutas infantis, o tráfico de órgãos humanos para transplante e assim por diante (DOWBOR, 2001).

Preocupados com essa situação, pesquisadores vêm desenvolvendo estudos acerca das possíveis alternativas organizacionais de re(inserção) econômica e social para as camadas marginalizadas da sociedade. Assim, serão apresentadas tanto as possibilidades teóricas, contextos históricos do surgimento do cooperativismo, como experiências internacionais e nacionais, urbanas e rurais de empreendimentos que podem ser considerados referências para iniciativas mais recentes. No século XXI, tais empreendimentos pertencem à Teoria da Economia Solidária, que, ainda em construção, surgiu da articulação de movimentos sociais de resistência ao sistema hegemônico.

3.2. Breve panorama histórico do cooperativismo

As principais idéias cooperativistas surgiram na Inglaterra, no final do século XVIII, como um movimento de reação à acumulação e produção da desigualdade do sistema capitalista dado pela Primeira Revolução Industrial, assim como uma reação de defesa do direito ao trabalho, já que muitos artesãos da época se organizaram para desenvolver trabalhos em grupo, porque ficaram sem trabalho a partir do uso e desenvolvimento das máquinas e criação das fábricas.

Nesse contexto, surgiram as idéias de Robert Owen, um dos fundadores do socialismo utópico³⁷, que pregava a idéia de que a indústria em si é benéfica, mas deveria estar sob o controle dos trabalhadores e os resultados deveriam ser repartidos igualmente entre eles. Owen propôs a criação de aldeias cooperativas ao redor das fábricas, onde os meios de produção seriam possuídos e geridos coletivamente. Diversas cooperativas foram criadas a partir dessa proposta, porém reações capitalistas contra essas organizações foram responsáveis pelo encerramento “forçoso” de suas atividades (SINGER, 1999a).

³⁷ Também foram contemporâneos de Owen (1770-1858), Fourier (1772-1837) e Proudhon (1809-1865) conhecidos como os socialistas utópicos (MOSCA & BOUTHOU, 1968).

No ano de 1844, um pequeno número de trabalhadores, partidários dos princípios de Robert Owen, fundou em Rochdale (Inglaterra) uma cooperativa de consumo. A cooperativa cresceu muito, alcançando dezenas de milhares de sócios, e representou um importante mercado consumidor. Os seus fundadores ficaram conhecidos como os “Pioneiros de Rochdale” e criaram diversas outras cooperativas de produção, como a de sapatos, fiação, tecelagem, habitação etc. (COLE, 1944).

O exemplo de Rochdale, considerada a “mãe” de todas as cooperativas, se erradicou pela Inglaterra e outros países. Em 1895, foi fundada a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) que, desde então, congrega as entidades cooperativas de todo o mundo.

Na década de 1940, com o desenvolvimento do modelo de pleno emprego em alguns países, ou seja, o equilíbrio do mercado de trabalho sem desemprego e o aumento do poder Estatal, os trabalhadores conquistaram mais direitos e melhorias salariais no quadro do Estado de Bem-Estar Social. Nesse período, o interesse pelo cooperativismo diminuiu, pois a conquista do poder estatal tornou-se fundamental e os sindicatos passaram a atuar na conquista e defesas dos direitos trabalhistas.

Esse quadro começa a se modificar no início da década de 1970, com a crise capitalista e a Terceira Revolução Industrial em curso. A taxa de desemprego começou a crescer e oscilava: abaixava em períodos curtos, quando a economia se recuperava, e voltava a crescer em época de recessão. Na década de 1990, a recessão instalou-se de forma mais acentuada e, com a internacionalização do capital, ocorreram mais perdas trabalhistas e aumento da precarização das condições de trabalho (assunto discutido no capítulo dois). Todos esses fatores levaram ao ressurgimento das idéias cooperativistas do século XIX, porém com uma nova roupagem - o Empreendimento Econômico Solidário - na Europa, na América Latina e, mais recentemente, no Brasil.

Desconsiderando as cooperativas informais tem-se um total de quatorze tipos de organizações, quais sejam:

1. Cooperativas de Crédito: seu objetivo é emprestar dinheiro aos seus associados, visando suprir dificuldades de captação de recursos financeiros

no mercado. Obteve crescimento desde o início do século, mas entrou em profunda crise a partir da Lei de Reforma Bancária, em 1964. As cooperativas de crédito que restam, concentram-se mais nas regiões Sudeste e Sul do país. Em 2001 totalizavam-se 1038 cooperativas desse tipo (OCB, 2001);

2. Cooperativas de Consumo: o objetivo desse tipo de cooperativa é distribuir produtos e serviços aos seus sócios, buscando as melhores condições, preços e qualidade de suas mercadorias. É um tipo muito comum entre trabalhadores urbanos que realizam compras comunitárias, sem intermediários, diretamente com produtores rurais ou urbanos. Em 2001 havia 189 dessas cooperativas funcionando no país;

3. Cooperativas Agropecuárias: o objetivo dessas cooperativas é a organização das atividades econômicas e sociais dos seus sócios, todos produtores rurais. São características dessa organização: vendas em comum das mercadorias; distribuição de insumos e bens de produção necessários na criação e de bens de consumo doméstico para as famílias de sócios; oferece serviços na área da produção, pesquisa, assistência técnica, administrativa, econômica, social e educacional; promove a integração social entre os sócios, famílias dos sócios e a comunidade. Em 2001, totalizavam-se 1508 empreendimentos. A maioria dessas cooperativas se tornou mista, atuando com diversificação nas linhas de produção e com setores de beneficiamento e agroindustrialização da matéria-prima produzida e/ou entregue pelos seus sócios;

4. Cooperativas de Trabalho: agrupam trabalhadores de uma ou várias determinadas profissões/ofícios ou habilidades com o objetivo de criar renda dentro de uma ocupação estável e executar trabalhos ou funções sem a intervenção direta de subordinação hierárquica. Em 2001 havia um montante de 2391 dessas cooperativas;

5. Cooperativas de Pesca: proporcionam a colocação da pesca ou a disponibilidade de material para o trabalho de um grupo de pescadores organizados na forma coletiva;

6. Cooperativas Habitacionais: podem ser de três tipos: (i) a constituída por pessoas agrupadas com o objetivo de realizar mutirão, extinguindo-se após o último sócio ter a sua casa pronta; (ii) a composta por um grupo de profissionais, técnicos e trabalhadores da construção civil, dedicado à construção de suas próprias casas e para o público em geral; (iii) a formada por um grupo de pessoas que se dedicam ao financiamento da construção de casas para os sócios e o público em geral. Constituíam em um total de 297 empreendimentos em 2001;

7. Cooperativas de Eletrificação Rural: procuram conseguir meios para produzir energia elétrica para as propriedades rurais dos sócios e/ou implantar extensões de redes para a ligação nos sistemas de produção das ex-concessionárias estatais. O dado mais recente sobre a quantidade dessas organizações é de 1994, um total de 180. Elas existem principalmente no Rio Grande do Sul;

8. Cooperativas Escolares: existem dois tipos – uma formada por alunos do primeiro e do segundo grau (ensino fundamental e médio), cujo objetivo é desenvolver atividades sócio-econômicas dentro da escola em caráter de pequeno empreendimento autogerido pelos próprios estudantes. Dentro desse mesmo tipo há a de alunos de Escolas Agrotécnicas Federais (EAF), que selecionam jovens para o aprendizado e o exercício de práticas agropecuárias, totalizando, em 1998, 72 empreendimentos. O outro tipo de cooperativa é a formada por pais de alunos que constroem e administram o processo escolar, desde a contratação de pedagogos e especialistas na área de educação até outros tipos de funcionários. Em 1998, havia 121 cooperativas desse tipo (VEIGA & FONSECA, 1999). Somando-se as

cooperativas de todos os tipos educacionais no Brasil, em 2001, havia um total de 278;

9. Cooperativas Especiais: são cooperativas formadas por menores de idade; portadores de deficiência; indígenas ou grupos que necessitam de tutela. Visa o desenvolvimento e maior integração social de seus associados. Em 2001, havia 7 cooperativas desse tipo;

10. Cooperativas de Infraestrutura: classificada pela OCB, mas sem definição clara, têm suas atividades ligadas à energia e telecomunicações. Em 1998, havia um total de 187 dessas cooperativas;

11. Cooperativa Mineral: é formada por trabalhadores mineradores que se agrupam para a extração, manufatura e comercialização de minérios. Havia um total de 37 dessas cooperativas em 2001;

12. Cooperativa de Produção: os cooperados possuem os meios de produção, participam de todo o processo administrativo, técnico e funcional, organizam a produção e dividem o excedente do que foi vendido em partes iguais. Representam 147 grupos em 2001;

13. Cooperativas de Saúde: formadas por profissionais da área da saúde, geralmente, possuem preços mais acessíveis do que a iniciativa privada. Em 2001, havia 863 cooperativas desse tipo;

14. Cooperativas de Turismo e Lazer: também não há definição clara, mas atuam na área de prestação de serviços em relação ao turismo e ao lazer em áreas propícias a esse empreendimento. Em 2001, existiam 5 grupos desse tipo.

As cooperativas, de forma geral, organizam-se através do processo de autogestão, variando de acordo com suas características peculiares. As

tradicionais, com número elevado de sócios e capitalizadas usam a autogestão como discurso, mas a prática vai mais no sentido de uma empresa, na qual os sócios majoritários tomam as decisões. Por outro lado, têm-se as cooperativas populares, cuja organização pode ser mais democrática e igualitária se os seus membros assim a entenderem e adotarem a autogestão como procedimento para a tomada de decisão nas assembleias, as quais constituem o órgão majoritário nas decisões de que todos devem participar.

Entende-se por autogestão a administração do empreendimento de forma participativa e igualitária de todos os seus membros vistos como os proprietários do negócio. Além disso, para o maior sucesso da cooperativa, é necessário não só o engajamento efetivo de todos os seus integrantes, mas também que as eleições internas sejam bastante debatidas para definirem a atuação do empreendimento (GUTIERREZ, 1997).

Para ALBUQUERQUE (2003, p. 20), o termo autogestão pode ser entendido como “o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia do coletivo”. A autogestão é resultado de um processo integrado, cujas ações e resultados são aceitos por todos os indivíduos e grupos que dela dependem. Privilegia o fator trabalho em detrimento do capital e possui um poder compartilhado, garantindo o equilíbrio das forças e o respeito aos diferentes atores e papéis sociais de cada um dentro da organização; além disso, preocupa-se com uma forma de organização e de divisão do trabalho pautada na solidariedade.

As cooperativas também podem ser entendidas como um empreendimento que têm em um dos seus princípios a autogestão, mas que necessita de “lucro”³⁸, ser eficiente, atualizada e vocacionada para se expandir no tempo (GUTIERREZ, 1997). Além disso, e como uma questão essencial, os empreendimentos econômicos solidários estão ligados aos movimentos sociais de resistência ao sistema hegemônico (e não totalitário) e, como experiências

³⁸ O termo utilizado dentro do cooperativismo e mais adequado à sua ideologia é “sobra” ou excedente, pois não implica na relação de exploração do capital sobre o trabalho.

recentes, podem oferecer alternativas de (re)inserção econômica e social para uma parte da população carente.

Embora haja diferenças nesses tipos de empreendimentos, parte delas se regem pelos mesmos princípios³⁹, herdados de Rochdale, adaptados e enriquecidos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI). As cooperativas, que seguem os princípios originais, podem ser consideradas autênticas no sentido de buscarem a democracia, a igualdade, a autogestão, e de seus dirigentes serem eleitos pelos sócios, as diretrizes são discutidas e aprovadas em assembléias gerais. Já as cooperativas tradicionais têm as características da lógica empresarial capitalista, ou seja, são cooperativas não-democráticas, aquelas em que não há participação de todos os seus integrantes.

No século XXI, as cooperativas autênticas integram o conceito de Empreendimento Econômico Solidário como uma das estratégias de geração de trabalho e renda para a população excluída da sociedade, como parte do conceito de Economia Solidária. A Economia Solidária pode ocorrer através da expansão das iniciativas populares de geração de trabalho e renda, baseadas na livre associação de trabalhadores e nos princípios de autogestão e cooperação nas formas dos Empreendimentos Econômicos Solidários (GAIGER, 1999).

Por solidariedade⁴⁰ entende-se atitude, compromisso político e ético com o destino comum que une a vida nos agrupamentos humanos, repousando no compartilhamento, na lógica da dádiva, na fraternidade e na engenharia do laço social entre as pessoas. Há um reconhecimento progressivo da redescoberta do papel das emoções, mas a solidariedade precisa de um processo racional alternativo para não se reduzir ao assistencialismo e superar a sociabilidade humana que não é naturalmente solidária, porque se molda na competição do que o mercado impõe ao ser humano (LISBOA, 2003).

³⁹ Os princípios cooperativistas são: livre adesão; autogestão; juros limitados ao capital; participação econômica dos seus membros; constituição de um fundo para educação; intercooperação; expansão da cooperativa; autonomia e independência; e preocupação com a comunidade (RECH, 1995).

⁴⁰ Em Durkheim (2001), o termo solidariedade refere-se às formas fundamentais de semelhança entre os indivíduos de uma dada sociedade (tradicional), que em sua evolução histórica progressivamente cede lugar à solidariedade orgânica ou por complementaridade, a partir da divisão social do trabalho como exposto no capítulo um.

A solidariedade é algo que se constrói quotidianamente e contingencialmente a partir do desenvolvimento histórico da comunidade. “No limite, a ética da solidariedade é a ética do amor, incluindo no extremo o difícil amor aos inimigos. Essa é a ética que carecemos desenvolver se quisermos sobreviver” (LISBOA, 2003, p. 247)

Os trabalhadores-gestores se dispõem a fazer sacrifícios, eventualmente, abrindo mão de rendimentos mais elevados, para que todos possam continuar trabalhando. De fato, enquanto na empresa capitalista, geralmente os empregados competem entre si por promoções, prêmios de produção, lugares de chefia; no empreendimento solidário, a tomada de decisão, em princípio, é feita em conjunto com todos os trabalhadores, a confiança e a ajuda são vitais (Singer, 1999a, 1999b). O primeiro passo para o sucesso de uma experiência que pretende ser autogestionária, é distinguir entre o engajamento efetivo do coletivo e um envolvimento formal e aparente. O caminho a ser percorrido é tentar desarmar as relações humanas em um patamar mais saudável, moralmente mais maduro e politicamente mais consciente. Da mesma forma que não existe autogestão sem um engajamento efetivo, apenas a vontade sincera do grupo não garante nada. É preciso estar atualizado com relação às questões de produção, administrativa e comerciais, buscando implementar qualquer idéia nova que porventura pareça útil para tornar o empreendimento mais eficiente e apto a sobreviver no mercado (EID, 2003).

Os valores da Economia Solidária se distinguem dos que predominam na economia capitalista. Desse modo, citem-se os valores que a caracterizam: autonomia, democracia, fraternidade, igualdade e solidariedade. Aqui a racionalidade social, sendo mais importante que a racionalidade técnica, está fundamentada na cooperação com a exploração coletiva das potencialidades profissionais, em benefício dos próprios produtores. O trabalho é o elemento central. A manutenção de cada posto de trabalho tem prioridade maior do que a lucratividade. A acumulação deve estar subordinada ao atendimento das necessidades definidas pelo coletivo de trabalhadores (EID, 2003).

Três resultados podem ser facilmente observados em diversas experiências relacionados aos EESs: garantem sobrevivência; criam oportunidades para o desenvolvimento das potencialidades profissionais, em muitas vezes, em função do aprendizado de um ou mais ofícios, talvez na perspectiva da polivalência; e rompem com o padrão paternalista e clientelista, historicamente predominante na assistência para com as populações pobres.

Os trabalhadores de cooperativas autênticas são seus próprios patrões e não possuem os mesmos direitos que a legislação do trabalho assegura aos empregados da empresa capitalista, mas podem constituir fundos que substituem tais direitos se assim decidirem. Esse fato dá oportunidade a abusos por parte de empregadores inescrupulosos que demitem seus trabalhadores e os recontratam na forma cooperativista para não pagar os encargos trabalhistas, originando uma *coopergato* ou cooperativa fraudulenta, pois fere os princípios cooperativistas, explorando cada vez mais o trabalhador. Uma cooperativa autêntica inclui em seus serviços as taxas referentes aos direitos trabalhistas (fundo para férias; fundo para abono natalino, equivalente ao 13º salário; fundo de poupança compulsório, equivalente ao FGTS; entre outros).

O cooperativismo tem crescido como reação dos trabalhadores contra o desemprego em massa e a exclusão social, provocados pelas três revoluções industriais, pelas políticas adotadas e pela desorganização estrutural que a sociedade vem construindo no final do século XX e início do século XXI. Atualmente, o cooperativismo tem como caráter ideológico o combate ao neoliberalismo, às crises nas relações de trabalho, à desigualdade econômica, à exclusão social, entre outros. Em si o movimento defende a democracia, a geração de trabalho e renda, uma sociedade mais justa e mais democrática.

O empreendimento denominado de cooperativa é definido como:

“uma associação de pessoas que se uniram voluntariamente para realizar objetivo comum, através da formação de uma organização administrada e controlada democraticamente, realizando contribuições equitativas para o capital necessário e aceitando assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento no qual os sócios participam ativamente” (RECH, 1995, p. 25).

O mercado protegido parece ser uma condição importante, mas não suficiente, para o sucesso do novo setor composto por organizações cuja lógica não é a capitalista e sim a solidariedade. É necessário estimular formas de organização da produção com a lógica “includora”, capacitada e interessada em acolher sem limites novos cooperados, oferecendo a eles uma chance real de trabalhar com autonomia e de ganhar um rendimento suficiente para que tenham um padrão de vida. Para isso é preciso adicionar ao mercado protegido políticas públicas como o crédito solidário, a formação profissional e o aperfeiçoamento técnico continuado; elementos que se baseiam na lógica includora da proposta da Economia Solidária.

Na análise de SINGER (1999b, p. 124-5):

“A idéia de criar uma economia solidária significa ‘organizar’ unidades de produção, em geral pequenas, em função delas mesmas e não de um grande capital centralizador (...) a cooperativa desempenhará o papel de uma grande franqueadora múltipla, atuando em qualquer setor, mas que será possuída e comandada pelos próprios franqueados”.

O que as experiências de organização da produção autônoma mediante crédito mútuo estão mostrando é que a política recessiva de moeda e de crédito pode ser superada, em alguma medida, por iniciativas locais. Essas experiências, em sua maioria, são recentes e restritas, principalmente no caso brasileiro. Para enfrentar a política recessiva no plano nacional e lograr uma redução significativa do desemprego, a luta pela organização dos excluídos deverá alcançar o plano político. De um lado, o capitalismo produz desigualdade e exclusão social como algo inerente ao sistema; de outro lado, instiga reações que buscam alternativas organizacionais como a Economia Solidária, que não deve ser considerada uma panacéia e sim uma alternativa em construção:

“Ela é um projeto de organização sócio-econômica por princípios opostos ao do *laissez-faire*: em lugar da concorrência, a cooperação; em lugar da seleção darwinista pelos mecanismos do mercado, a limitação – mas não eliminação – destes mecanismos pela estruturação de relações econômicas solidárias entre produtores e consumidores. O projeto cooperativo já é antigo, ele

foi originalmente concebido como alternativa socialista ao capitalismo industrial. (...) Os kibutzim em Israel estão na terceira geração, a vigorosa indústria formada por centenas de cooperativas em Mondragón, no país basco, já têm mais de 40 anos” (SINGER, 1999a, p. 9).

A Economia Solidária congrega o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição com o princípio da socialização desses meios, os resultados históricos dessa junção são:

“1. Homens e mulheres vitimados pelo capital organizam-se como produtores associados tendo em vista não só ganhar a vida mas reintegrar-se à divisão social do trabalho em condições de competir com as empresas capitalistas; 2. pequenos produtores de mercadorias, do campo e da cidade, se associam para comprar e vender em conjunto, visando economias de escala, e passam eventualmente a criar empresas de produção socializada, de propriedade deles; 3. assalariados se associam para adquirir em conjunto bens e serviços de consumo, visando ganhos de escala e melhor qualidade de vida; 4. pequenos produtores e assalariados se associam para reunir suas poupanças em fundos rotativos que lhes permitem obter empréstimos a juros baixos e eventualmente financiar empreendimentos solidários; 5. os mesmos criam também associações mútuas de seguros, cooperativas de habitação etc.” (SINGER, 2000, p.14).

É necessário ter consciência de que os empreendimentos de economia solidária não são a única alternativa de sobrevivência para a população excluída, existem outras formas as quais não constituem, entretanto, o objeto desta pesquisa, como as associações, empresas autogestionárias entre outros. Para que os empreendimentos se desenvolvam é preciso uma grande mudança de cultura e isso só ocorrerá com a educação e a experiência vivenciada pelos seus integrantes, além do enfrentamento, em conjunto, de todas as possíveis dificuldades e limitações que possam ocorrer ao longo dos seus desenvolvimentos. O que se pode afirmar é que as condições de trabalho e vida dos seus integrantes podem melhorar a partir do desenvolvimento dos empreendimentos, se os obstáculos a serem enfrentados forem superados.

3.3. Experiências internacionais relacionadas ao cooperativismo

Algumas experiências demonstram que é possível organizar economias locais de razoável complexidade a partir da cooperação de grande número de pequenas empresas, como demonstram os 'distritos industriais' prósperos na Itália, Espanha, Alemanha etc. Eles têm a capacidade de crescimento e ...“a virtude de não adotarem a lógica capitalista, que equaciona eficiência e competitividade com lucro e confere poder supremo de decisão a respeito da existência ou não da empresa nas mãos dos possuidores do capital” (SINGER, 1999b, p. 121; WHYTE & WHYTE, 1991; PERROW, 1992). Os distritos industriais agem cooperativamente, suplantando as deficiências das empresas isoladas. O lucro é repartido entre os empresários que também comercializam entre si, criando um círculo virtuoso ou relações intercooperativas.

Como hipótese de sucesso dos empreendimentos, tem-se a busca de um “processo de transformação da energia emancipatória, que começa sob a forma de movimentos sociais e se converte em iniciativas econômicas solidárias e vice-versa, como um fenômeno comum às experiências cooperativas mais duradouras” (SANTOS, 2002, p. 41).

Para LAVILLE (2001), as estratégias da Economia Solidária seguem três eixos: o comércio eqüitativo; a criação de redes de trocas fixas; e o surgimento de novos serviços. Em torno de duzentos e cinquenta milhões de pessoas fazem parte de organizações não-governamentais, e entre elas, encontram-se os empreendimentos solidários. Esse número vem aumentando e a reciprocidade “é uma tentativa de reequilíbrio permanente. De estabelecer coerência entre a alteridade e a igualdade; ela é uma tensão permanente, construtiva e cognitiva” (LAVILLE, 2001, p. 04).

A seguir, apresentam-se alguns casos em desenvolvimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários que podem fornecer subsídios para os casos estudados nesta tese.

3.3.1. O complexo cooperativo Mondragón (Espanha)

Na análise de SINGER (2002a), o complexo Mondragón combina cooperativas de produção industrial e de serviços comerciais com um banco cooperativo, uma cooperativa de seguro social, uma universidade e diversas cooperativas dedicadas à realização de investigações tecnológicas. Nesse caso, aplicam-se coerentemente os princípios do cooperativismo, além de se procurar realizar a autogestão em uma medida que, é difícil encontrar em grandes cooperativas.

O complexo iniciou suas atividades em uma época de grande expansão industrial e a nova cooperativa progrediu rapidamente. A primeira cooperativa (1956), com o nome de Ulgor, fabrica fogões e nasceu de uma empresa falida que foi adquirida por técnicos e moradores de Mondragón. Essa cooperativa tornou-se em poucos anos um dos cem maiores empreendimentos da Espanha.

Para limitar o tamanho das cooperativas decidiu-se criar cooperativas que produzissem, de forma independente, insumos para Ulgor (em 1958, surgiu Arrasate – fábrica de máquinas-ferramenta - e em 1963 foi fundada a Copreci – fábrica de termostatos - e a fundição Ederlan). Assim, formou-se o primeiro grupo cooperativo “considerado uma cooperativa de segundo grau, sendo governado por um conselho formado por um representante de cada cooperativa singular” (SINGER, 2002a, p 100). Um fator fundamental de funcionamento do grupo foi a decisão de eliminar diferenças de resultados econômicos entre as cooperativas, desse modo todas as sobras (ou prejuízos) eram reunidas em um único fundo a ser distribuído entre todos os sócios das cooperativas integrantes do grupo.

O mentor do projeto de implantação das cooperativas – padre Arizmendi – propôs a criação de um banco cooperativo, denominado de CAJA, para garantir a independência das cooperativas ante os bancos. Houve resistência por parte dos grupos, mas o Banco Cooperativo foi inaugurado em 1959, com o objetivo de prestar serviços financeiros na formação de novas cooperativas, bem como funciona como uma incubadora de outras cooperativas.

Posteriormente, CAJA passou a prestar serviços de assistência social – saúde, pensões e aposentadorias – aos trabalhadores das cooperativas. Essa seção da Caja, em 1967, tornou-se uma cooperativa independente, de segundo grau, com o nome de Lagun-Aro⁴¹, cuja principal função é, em relação ao desemprego, recolocar as pessoas sem trabalho em outras cooperativas do complexo. Enquanto os membros estivessem sem trabalho, eles receberiam da Lagun-Aro 80% de suas retiradas. Com o tamanho e complexidade do grupo, foi possível encontrar trabalho para quase todos os membros que tiveram de ser realocados de suas cooperativas originais.

Desde antes da criação da primeira cooperativa, a preocupação com o progresso técnico dominava o pensamento de seu mentor e discípulos. Criaram-se uma escola técnica e departamentos de pesquisa e, em 1968, seus alunos estagiaram em universidades francesas, adquirindo e aprimorando seus conhecimentos. Esse mesmo conjunto de Mondragón construiu centros de pesquisa com laboratórios, escritórios e uma oficina mecânica, formando mais uma cooperativa, a Ikerlan. Com o crescimento dessas unidades formou-se, em 1998, a Universidade de Mondragón⁴², que tinha 3700 alunos em 2001, em torno de 8% acima dos 3400 alunos de 2000. Seus cursos se enquadram nas áreas de engenharia e de humanidade de interesse empresarial.

A elevada competitividade das cooperativas de Mondragón deve ser atribuída, em parte, ao grande investimento feito em educação e pesquisa anteriormente à sua criação. Conseqüentemente, com a ênfase em educação, pôde-se evitar que o caráter solidário de Mondragón se degenerasse. SINGER (2002a, p. 104) afirma que “a elite gerencial do agrupamento se compõe majoritariamente dos egressos da escola técnica formados na adesão aos valores da economia solidária e treinados em autogestão”. Talvez seja problemático, dentro da teoria da Economia Solidária, usar o termo elite gerencial, uma vez que foi um termo cunhado pela hierarquia do capitalismo.

⁴¹ A Lagun-Aro recebe uma taxa de 0,5% sobre a folha de pagamento de cada cooperativa para formar um fundo de ajuda aos desempregados (SINGER, 2002a).

⁴² Em 1999, a Ikerlan tinha 149 pesquisadores e técnicos além de 39 bolsistas que trabalhavam em dois centros: Mondragón, de mecânica, e Miñano, de energia. Outra cooperativa de pesquisa é a Ideko, dedicada a máquinas-ferramenta e a tecnologias de internet (SINGER, 2002a).

Porém, reconhece-se a força da cultura cooperativista no país encarada como tradição e arraigada nos valores das pessoas participantes do complexo. De acordo com SINGER (2002a, p. 105):

“O complexo Mondragón surge de um processo autônomo de acumulação, que se inicia na comunidade católica de Mondragón e passa a se alimentar das sobras reinvestidas pelas cooperativas e do financiamento pela Caja Laboral Popular, a qual torna o cooperativismo desta região da Espanha efetivamente independente da intermediação financeira capitalista”.

O Complexo cooperativo Mondragón é conhecido como o mais estável e desenvolvido dos sistemas cooperativistas atuais: “a ONU o considera como um dos 50 melhores projetos sociais do mundo” (SANTOS, 2002, p. 37).

As razões do seu êxito estão na inserção das cooperativas em redes de apoio e no esforço constante para tornarem as mesmas competitivas no mercado global. São características que demonstram isso:

- Laços múltiplos de mútua dependência entre produção, consumo, crédito (banco) e educação (universidade);
- Inserção em grupos econômicos que seguem a lógica da integração vertical;
- Existência de cooperação entre o Estado e os grupos de Mondragón fortalece a rede;
- Busca, nos últimos 20 anos, de estratégias empresariais sem desvirtuar sua estrutura cooperativa, permitindo-lhe prosperar. Existem limitações a isso devido aos princípios que regem o complexo, tais como: compromisso com a manutenção do emprego dos trabalhadores e a capitalização das empresas a partir das contribuições dos trabalhadores e não de investidores externos. Estes são vistos como “restrições virtuosas”, mas até o momento não têm causado nenhum problema insuperável para seus integrantes (STREECK, 1997; SANTOS, 2002). O mais importante é a procura de uma adaptação às condições de mercado sem que se desestabilize o empreendimento.
- Política de evitar crescimento desmedido das suas cooperativas;
- Grupo fortemente integrado de cooperativas relativamente pequenas.

Os grupos de Mondragón conseguiram altos níveis de capitalização para modernizar seus processos produtivos⁴³ (contribuições adicionais de capital de seus sócios-trabalhadores e ao apoio da Caixa – banco estadual da Espanha). Tal fato ocorreu por meio de múltiplas alianças entre si (para obterem financiamentos) e com cooperativas e empresas convencionais em várias partes do mundo, que lhe permitiram aproveitar as condições do mercado global.

3.3.2. Os Clubes de Troca

Os Clubes de Troca representam uma inovação recente na Economia Solidária. Surgiram em meados da década de 1980, na Argentina e no Canadá, como resposta ao desemprego e à queda da atividade econômica provocada por recessões.

“Os clubes de troca reúnem pessoas desocupadas que têm possibilidades de oferecer bens ou serviços à venda e precisariam comprar outros bens e serviços, mas não podem fazê-lo porque para poder comprar têm antes de vender e no seu meio não há quem tenha dinheiro para poder comprar sem ter vendido antes” (SINGER, 2002a, p. 106).

O clube de troca resolve o impasse pela criação de uma moeda própria, que recebe um nome que, em geral, exprime a ideologia do clube: *green dollar*, real solidário, hora de trabalho etc. Com a moeda local, os membros do clube compram e vendem seus bens e serviços através de reuniões e feiras periódicas. O clube escolhe democraticamente seus dirigentes, determina a taxa de câmbio de sua moeda com a do país etc.

As vantagens desse tipo de negócio é o envolvimento de todos os participantes, pois “os que estavam parados passam a trabalhar e a ganhar, os que estavam carentes satisfazem necessidades” (SINGER, 2002a, p. 106). Pessoas que há tempos estão sem trabalho isolam-se socialmente, entram em

⁴³ Uma realidade bastante diferente das condições dos EES brasileiros, que podem ser considerados embrionários pelo tempo em que estão formados.

crise familiar e pessoal. Uma das formas de integração dessas pessoas no clube de troca é o favorecimento de novos contatos; o início de novas amizades; a criação de oportunidades de trocas não-econômicas, como afetos, favores e gentilezas, baseados na lógica solidária. Em sua dinâmica, o clube atrai novos membros e permite que vários se associem a outros empreendimentos solidários, tais como cooperativas de produção, de crédito, de compras e vendas etc.

Há hoje clubes de troca na América do Norte, na Europa Ocidental, na Oceania e na América Latina, em particular na Argentina, estimando-se que mais de meio milhão de habitantes estão organizados dessa forma e em rede, dentro da qual circulam as moedas dos clubes, uns aceitando a moeda dos outros.

3.3.3. A Índia e um caso de emancipação social

Para o Comitê sobre Princípios Cooperativos da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), uma cooperativa:

“existe para colocar pessoas comuns no efetivo controle dos mecanismos da vida econômica moderna [...] ela pode dar ao indivíduo, muitas vezes reduzido a um papel insignificante nessa máquina [sistema capitalista], uma oportunidade de se manifestar, ser uma voz nos negócios e destinos da sua cooperativa e ter liberdade para expressar a sua opinião” (NCUI, 1969, p. 20).

Desse modo, as cooperativas, se forem geridas democraticamente, podem ajudar a reduzir a alienação entre os trabalhadores, sendo implantadas e testadas, correndo os riscos necessários para poder mostrar-se como alternativa organizacional à lógica capitalista. Elas têm obrigações sociais que estão traduzidas nos ideais da cooperação como a citação abaixo apresenta:

“A cooperação, nos seus melhores propósitos, vai além da promoção dos interesses dos membros enquanto indivíduos... pelo contrário, o seu objetivo é promover o progresso e o bem-estar da humanidade. É este objetivo que torna a sociedade cooperativa algo diferente de um empreendimento econômico normal e justifica estar sendo testada, não só do ponto de vista dos seus valores morais e sociais que elevam a vida humana acima do meramente material” (NCUI, 1969, p.10).

Os coletores de lixo em Ahmedabad (Índia) são uma parte da população de todas as metrópoles que ganham a vida reciclando o lixo. Atribui-se a essas pessoas o *status* mais baixo entre os pobres urbanos; economicamente, são as mais pobres entre os pobres. Os seus instrumentos de trabalho são um saco para a coleta e uma vara para espetar e remexer o lixo. Vivem no limite da pobreza, são perseguidos e sofrem agressões pelas autoridades urbanas.

A cidade de Ahmedabad é a capital de Gujarat, um dos estados mais prósperos da Índia. Foi um grande centro de produção têxtil, porém muitas fiações fecharam nos últimos 15 anos (início da década de 1980), gerando grande desemprego na cidade. Muitas mulheres e filhos dos trabalhadores foram forçados a “ir para as ruas apanhar lixo”. Um dos sindicatos⁴⁴ da cidade passou a organizar as mulheres na coleta de lixo que se sindicalizaram para poder ter proteção contra as perseguições das autoridades municipais e acesso a diversas ruas onde anteriormente eram impedidas de estar. No início da formação do grupo, o sindicato “dava” aos seus membros aventais, luvas, sapatos e sacos para a coleta do lixo. Os comerciantes para quem era vendida a coleta diária exploravam esses trabalhadores pagando preços bastante baixos, mas como é o único meio de subsistência das famílias, elas se sujeitam a isso. As condições de vida dessas pessoas as obrigavam a vender o que recolhiam a cada dia. Em virtude disso, o sindicato resolveu construir um armazém para guardar a coleta diária feita pelos seus membros. Como o resultado foi positivo, outros armazéns foram construídos.

Em 1983, o sindicato começou a formação de uma cooperativa para limpar escritórios e coletar papel. Em 2001, essa cooperativa tinha cerca de 500 membros e contratos para limpar um grande número de escritórios, instituições acadêmicas e outros edifícios públicos. Antes dessa situação, enfrentaram problemas com renovação de contratos com o governo estatal, o que dificultou o crescimento e equilíbrio do empreendimento.

⁴⁴ Este sindicato foi criado por Mahatma Gandhi em 1918 e tornou-se o principal sindicato de trabalhadores da cidade. A principal atividade é ministrar programas de formação para melhorar a qualificação dos seus integrantes. Em 2002 contava com 250.000 membros, sendo o maior sindicato do estado (BHOWMIK, 2002).

Uma saída foi a cooperativa conseguir diversificar suas atividades, iniciando a função de fornecer alimentação para o governo. Em 1994, o grupo formou uma outra cooperativa com 130 membros, todos antigos coletores de lixo. Esses membros conseguiram contratos para fornecer e servir comida em casamentos, recepções públicas e outros eventos; abriram cantinas e salas de chá em edifícios de escritórios. Essa cooperativa organiza programas de formação para os seus membros como gestão alimentar, nutrição, educação e alfabetização. É um dos empreendimentos de maior sucesso patrocinado pelo sindicato, pois apresenta qualidade e competitividade diante de outras empresas do mercado. Há, ainda, a preocupação do grupo com a organização das atividades econômicas, divididas em tempo parcial, para as mulheres da cooperativa de lixo que desejam complementar a sua renda: uma parte dos membros ajuda nos cortes de legumes pela manhã e recolhe papel à tarde.

A história e cultura indianas têm na sociedade uma das mais tradicionais divisões hierárquicas da humanidade: as castas. Os coletores de lixo pertencem às castas mais baixas e são social e economicamente oprimidos e tratados como proscritos pelos habitantes das cidades. Assim, a formação das cooperativas ajudou as mulheres a melhorarem a sua condição de vida e de trabalho, o que lhes deu confiança em suas próprias capacidades. Logo a interligação entre os sindicatos e as cooperativas pode ser um meio efetivo de emancipação dos pobres e dos socialmente oprimidos.

O sucesso dessas duas cooperativas se deve, sobretudo, aos seus fortes laços com o sindicato, pois este os ajudou não só a conquistarem o respeito próprio como trabalhadores por conta própria, mas também a criarem projetos alternativos de trabalho através das cooperativas.

3.3.4. União Geral de Cooperativas em Moçambique (África)

Com a independência de Moçambique em 1975, o governo estimulou a construção de “um sistema socialista no qual a cooperativização da produção da agricultura familiar camponesa, o reassentamento das populações em aldeias comunais e o investimento no setor estatal de produção seriam os

grandes motores da transformação” (CRUZ e SILVA, 2002, p. 403). No entanto, essa intenção não foi cumprida e acabou por marginalizar os camponeses em benefício do desenvolvimento de uma agricultura mecanizada. Esse processo elevou os índices de pobreza e o aumento da exclusão, mas ao mesmo tempo, como resposta a essa situação, geraram-se iniciativas e alternativas populares de gestão social e econômica.

Uma dessas alternativas, a agricultura urbana, enfocada no estudo de CRUZ e SILVA (2002) é entendida como a formação de cinturões verdes ao redor das cidades, que garantem o abastecimento dos mercados da cidade com hortigranjeiros, frutas, espécies de animais de pequeno porte etc., os quais provêm de pequenas propriedades existentes no perímetro urbano ou zonas periféricas da cidade de Maputo.

Moçambique passou por reformas econômicas e sofreu influências do Banco Mundial e do FMI na reestruturação econômica e social do país nos anos de 1980 e 1990, acarretando uma revitalização da economia, mas não conseguiu reduzir os índices de pobreza do país. Além dos problemas estruturais que inviabilizaram o projeto de socialização do campo – através da formação de cooperativas –, a desestabilização do Estado também ajudou a afetar a organização dos cinturões verdes.

O início da União Geral das Cooperativas (UGC) deu-se com pessoas ligadas a uma agricultura de subsistência, que na sua maioria são formados por grupos femininos. A UGC é uma união de cooperativas com uma dimensão multissetorial, enraizada entre as camadas mais pobres da sociedade, cujo princípio é baseado na autogestão. Sua filosofia é criar condições econômicas e sociais que permitam aos cooperativados melhorar sua capacitação para tomarem decisões que melhorem os seus desempenhos profissionais. Tal posicionamento pode ser visto como uma forma que transforma a situação dessas pessoas, levando os seus associados a adquirirem capacidades que lhes permitam alterar o curso dos acontecimentos em seu próprio benefício (GIDDENS, 1976; CRUZ e SILVA, 2002).

Na sua fase inicial, a UGC, enquadrada nas políticas que visavam a construção do socialismo, aparece associada aos Grupos Dinamizadores

representando o partido e à Organização da Mulher Moçambicana. O crescimento das cooperativas e a necessidade de resolver muitos dos seus problemas almejavam uma maior descentralização de poderes e maior participação efetiva das mulheres nas cooperativas. Desse modo, a UGC precisou distanciar-se dessas duas instituições para promover um processo emancipatório cheio de dificuldades dadas as características dessa população⁴⁵.

Nessa fase, o objetivo principal era criar um planejamento que permitisse produzir um suplemento alimentar e um rendimento adicional para minimizar a carência dos grupos familiares. Porém, faltava formação técnica básica a seus membros e infra-estruturas adicionais que garantissem o aprovisionamento alimentar para cooperados e seus familiares. À medida que isso foi se resolvendo, organizaram-se uma “loja móvel” para o abastecimento da cooperativa, creches e um serviço embrionário de saúde comunitária. Em 1981, havia 24 cooperativas com 1.177 membros, este número aumentou para 194 cooperativas e 10.500 membros, em 1986 (CRUZ e SILVA, 2002). O aumento de cooperativas deveu-se à possibilidade de acesso aos bens de consumo, instrumentos, fatores de produção e os benefícios sociais concedidos aos seus associados e, principalmente, à autonomia que as cooperativas conquistaram em relação às instituições políticas a que estavam ligadas anteriormente. Os ideais cooperativistas foram sendo conquistados e implantados ao longo do desenvolvimento do empreendimento. Percebe-se que existe uma hierarquia entre a UGC e as cooperativas, mas o valor de democracia e participação implantados nas tomadas de decisão demonstram haver preocupações de ordem solidária entre as pessoas que compõem a organização.

Internamente, as cooperativas passaram por processos de melhoria das formas de organização e escoamento da produção; dos métodos de trabalho e a introdução de formas democráticas de controle; e de tomada de decisões por meio de Assembléias. Processo este que foi amadurecendo gradualmente e

⁴⁵ Mulheres sem escolarização, sem formação técnica e sem trabalho.

exigindo, cada vez mais, uma gestão eficiente, transparente e baseada em formação técnica⁴⁶ dos associados.

O crescimento das cooperativas levou à criação das “uniões de zona” (em um total de 10) para as eleições dos representantes de um grupo de cooperativas, em cada zona com voz na Assembléia Geral da UGC (que é realizada uma vez por mês). É nessa instância que se discute a vida da união e se tomam as principais decisões das cooperativas. As formas democráticas de controle das atividades e a melhoria das condições de vida e trabalho foram um processo de aprendizagem para todos.

Em termos concretos, a UGC transformou-se em um dos principais fornecedores de carne e vegetais de Maputo e arredores. Iniciou-se, posteriormente, um período de modernização das cooperativas com a introdução de bombas, poços de água e eletrificação das áreas onde estavam instaladas as cooperativas e unidades de produção. CRUZ e SILVA (2002) escreveu que, nessa fase, já foi possível “distribuir um salário mensal⁴⁷ às cooperadas, correspondente a um pouco mais que um salário mínimo, que funcionava como uma renda certa no grupo familiar, garantindo assim a confiança dos seus membros no crescimento das cooperativas e maior estabilidade nas famílias”.

O maior problema enfrentado foi a competitividade do mercado, pois a concorrência estava se tornando cada vez mais acirrada. Houve um processo gradual de desmobilização dos cooperados, aumentando a vulnerabilidade do empreendimento causado pelas reformas econômicas implantadas no país. Muitas mulheres cooperadas ingressaram na economia informal no final da década de 1980. Porém, as que ficaram nas cooperativas não aceitavam o regresso dos membros, pois valorizam o fato de terem conquistado melhorias nas suas condições de vida a partir da cooperativa. Fazendo um balanço das cooperativas, mesmo com a crise econômica do país, a autora afirma que

⁴⁶ Em 1981, foi criado o primeiro centro de formação para camponeses, oferecendo oportunidades de alfabetização e educação de adultos, além da formação técnica em agropecuária. Em 1986, havia quatro centros educacionais e mais uma escola secundária.

⁴⁷ O termo salário está intrinsecamente ligado a uma relação capitalista de produção, não devendo ser empregado para os casos dos empreendimentos econômicos solidários que utiliza o termo “renda”. Portanto, há um equívoco por parte de CRUZ e SILVA (2002) ao usar o termo salário.

aumentou o rendimento individual de cada sócio e que as unidades de apoio social tornaram-se independentes da UGC (CRUZ e SILVA, 2002).

A década de 1990 representou um crescimento qualitativo e quantitativo da UGC, que foi registrada como “empresa jurídica” em março de 1990, passando a ser uma empresa cooperativa com 185 cooperativas, 12 zonas e 5.500 sócios. Os seus órgãos sociais são constituídos por uma Assembléia Geral, um Conselho Diretivo, Conselho fiscal, Comissão de Gestão e Conselho de Controle, eleitos democraticamente.

Nos últimos anos, a UGC diversificou mais a sua produção com a plantação de flores e cajueiros. Era a possibilidade de levar essas culturas a grandes extensões de terra e construir fábricas de processamento de castanha de caju. Em 2000, a UGC funcionava como uma *holding*, onde seus 5.500 sócios representam as *shareholdings*. Em 1997, criou uma organização não-governamental que funciona como uma cooperativa de poupança e crédito, porém continua a depender de doações do financiamento externo e de empréstimos bancários para sobreviver.

No *ranking* das 100 maiores empresas de Moçambique, realizado pela *KPMG International*, tendo como quadro principal o volume de negócios de 1999, a UGC estava classificada na nona posição, comparada a um conjunto de 15 empresas do ramo de alimentação e bebidas.

As cooperadas mais velhas podem ter aposentadoria assegurada, há postos de saúde pública, creches, um conjunto de escolas de nível primário e secundário e formação média técnica. A autora constatou, em sua pesquisa, que há mulheres com grande capacidade de gestão, liderança e organização, no entanto, em contraposição, há outras cooperadas que só eram sócias por uma questão de sobrevivência.

Para a autora esse é um campo privilegiado para o “surgimento de rupturas com uma cidadania socialmente restrita e fragmentada e para fazer emergirem elementos emancipatórios” (CRUZ e SILVA, 2002, p. 429) e para a construção gradual de novas atitudes e valores.

O sucesso da UGC depende claramente da integração de suas cooperativas, da inclusão social das mulheres na construção de uma

alternativa que deu aos seus membros o papel de sujeitos de uma transformação. As formas democráticas de gestão e de tomada de decisões, feitas pelos cooperados, foram a alavanca que determinou essa mesma transformação e que permitiu a construção de um saber solidário (SANTOS, 1998; CRUZ e SILVA, 2000).

3.4 Os Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil

O cooperativismo teve uma forma inicial “primitiva” no Brasil, quando os jesuítas se uniram no trabalho coletivo voltado para a “persuasão” de povos indígenas nas práticas do amor e auxílio mútuo cristãos, em meados do século XVII. As primeiras cooperativas implantadas no Brasil foram as de consumo, cujo objetivo era distribuir produtos/serviços aos seus sócios, buscando as melhores condições de preços e de qualidade.

Em 1847, no Oeste do Paraná, um grupo de europeus criou a Colônia Tereza Cristina, organizada em bases cooperativas, que teve um curto período de existência, até 1850 (três anos), quando a Lei de Terras foi implantada, entrando em declínio a partir de então (EID, 1998). Posteriormente a esse fenômeno, somente no final do século XIX e início do século XX retomou-se a criação de cooperativas de consumo. As primeiras foram na região Sudeste e depois na região Sul do país. No entanto, a partir da década de 1960, as cooperativas de consumo entraram em crise.

Concomitantemente às cooperativas de consumo, foram criadas também as cooperativas agropecuárias e de crédito rural, principalmente na região Sul do país. Outros tipos de cooperativas foram sendo criados, como as de produção, de trabalho e educacionais.

Em 16/12/1971, com a criação do Decreto 5.764 ainda em vigor, definiram-se o regime jurídico, a constituição e o funcionamento do sistema de representação das cooperativas e os organismos de apoio. Segundo RECH (1995), em 1995 havia um total de 3681 cooperativas com cerca de três milhões de sócios. A tabela 2, a seguir, apresenta os números de cooperativas

e cooperados no Brasil, em um montante de quase cinco milhões de cooperados em mais de sete mil cooperativas, em 2001.

Tabela 2
Cooperativas, cooperados e empregados por ramo de negócio

Ramo	Cooperativas	Cooperados	Empregados
Agropecuário	1.587	822.294	108.273
Consumo	189	1.467.386	7.676
Crédito	1.038	1.059.369	20.680
Educacional	278	73.258	2.720
Especial	7	2.064	6
Habitacional	297	69.668	1.375
Infraestrutura	187	576.299	5.431
Mineral	37	48.841	34
Produção	147	9.892	348
Saúde	863	327.191	21.426
Trabalho	2.391	322.735	7.443
Turismo	5	150	0
Total	7.026	4.779.147	175.412

Fonte: Núcleo de Banco de Dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) – dez/2001.

A Economia Solidária surge no Brasil como resposta à grande crise de 1981/83, quando muitas indústrias pedem concordata e entram em processo falimentar (ex: Wallig – indústria de fogões de Porto Alegre; Tecelagem Parahyba de São José dos Campos/SP, entre tantas outras), encontrando na autogestão uma forma de sobrevivência. A questão importante é levar aos trabalhadores os princípios da economia solidária e transformar um patrimônio sucateado em um novo empreendimento.

Outras empresas passaram por esse mesmo processo, por isso em 1994, foi realizado em São Paulo o Primeiro Encontro dos trabalhadores em Empresas de Autogestão, no qual se decidiu criar a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária), em que uma de suas funções é assessorar os novos empreendimentos solidários.

A ANTEAG originou-se do movimento sindical e acabou transformando-se em uma organização de apoio, independente do sindicalismo, mas

permanentemente envolvida em parcerias com sindicatos empenhados na conversão de empresas capitalistas em solidárias (SINGER, 2002b).

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista também constituiu uma associação, a União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL), em 1999, um possível concorrente da ANTEAG, pois tem os mesmos objetivos, mas localiza-se ainda na região metropolitana paulista, com pretensões a expansão para todo o estado de São Paulo.

A partir de 1990, com a crise configurada no cenário industrial, o cooperativismo entra em discussão novamente, com mais força e com uma proposta alternativa ao modelo de empresa instalada e consolidada no Brasil. Para SINGER (1999b), um dos principais desafios é encontrar um caminho que concilie as potencialidades de liberação de um mercado competitivo com os controles institucionais na busca da redução sistemática da desigualdade e das exclusões sociais. Uma alternativa para o desemprego é o desenvolvimento dos EESs na forma de organizações cooperativistas, de associações de trabalhadores e empresas autogestionárias, de economia solidária, que surgem a partir de um novo setor econômico, formados por pequenas empresas e trabalhadores por conta própria, compostos por ex-desempregados; empresas autogeridas; associações ou cooperativas de produção ou comercialização; cooperativas agropecuárias formadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; cooperativas de serviços, formadas por Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; e cooperativas de serviços de diversos tamanhos.

É importante que os EESs contem, desde o início, com o apoio do poder público, dos sindicatos de trabalhadores, das entidades empresariais progressistas e dos movimentos populares. Esse incentivo conferirá à nova organização o prestígio necessário para atrair a adesão de um número grande de desempregados, sem o qual o novo setor não terá o vigor necessário para se desenvolver.

Os maiores desafios para as cooperativas é que elas estão inseridas em uma sociedade contraditória, herdeira de deficiências educacionais, tendo de lidar com comportamentos individuais formados em contextos autoritários,

preconceituosos e burocráticos, cuja cultura é a de subordinação, que pode empurrar as cooperativas para as formas capitalistas de organização. É preciso enfrentar tais desafios de forma pragmática, buscando amadurecer conhecimentos e culturas de grupo; obter o envolvimento total dos integrantes; superar as formas autoritárias e burocráticas de poder; almejar e conseguir boa aptidão nas técnicas de gestão e reciclar-se periodicamente.

Com isso, pode-se configurar um futuro melhor, mais justo e igualitário para quem esteja sob a forma dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EID; GALLO & PIMENTEL, 2001).

Portanto,

“o que impede a economia solidária a se difundir com força cada vez maior já não é mais a demanda das vítimas da crise, mas a expansão do conhecimento do que é e a tecnologia social, econômica e jurídica de implementação da economia solidária” (SINGER, 2002b, p. 127).

Os exemplos citados a seguir servem para ilustrar como se pode chegar a um processo de emancipação social por meio dos EESs.

3.4.1. Cáritas

A Cáritas⁴⁸ é uma instituição da Igreja Católica, sendo parte da rede da Cáritas Internacional. A ênfase atual (2003) baseada na solidariedade libertadora serve para as situações emergenciais de apoio às iniciativas comunitárias ou associativistas e às mobilizações populares.

Tal instituição parece mostrar que a Igreja Católica tem se posicionado de forma mais crítica em relação ao capitalismo, enfatizando a idéia que os trabalhadores, desde que organizados, podem, por si só, superar a miséria. Assim, a Cáritas passou a apoiar milhares de PACs (Projetos Alternativos

⁴⁸ A Cáritas tem por fim dar sustentação à ação social da Igreja e está ligada à CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil). Há 3 grandes ênfases: assistencial, promocional e solidariedade libertadora. Esta última tem como lema: “ensina a pescar”, contrapondo-se ao “dar o peixe”, buscando desenvolver as comunidades através de associações e do cooperativismo.

Comunitários) por todo o Brasil⁴⁹, buscando encontrar alternativas de sobrevivência para milhões de excluídos. Os projetos alternativos comunitários são classificados em 4 categorias: comunitários; movimentos populares; ação sindical; e projetos de assistência e promoção social.

Uma das conclusões é que os PACs tendem a ser, cada vez mais, projetos produtivos como meios de melhorar a renda de forma associativa. Grande parte deles é rural e coincide com a experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), porém tais projetos apresentam um maior desafio, porque precisam superar as limitações tecnológicas, desenvolver metodologias de capacitação gerencial para o desenvolvimento de habilidades empreendedoras, criar economia de escala através de rede de pequenos produtores e de apoio à cadeia produtiva (BERTUCCI, 1996; SINGER, 2002b).

A tese de que a solidariedade liberta está sendo comprovada na prática, semelhante a proposta de SANTOS (2000), com a busca da emancipação social, a qual pode transformar as relações sociais e econômicas e tornar a sociedade mais justa, democrática e menos desigual.

3.4.2. Três casos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

A luta pela terra no Brasil, através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pode ser separada em três grandes fases:

- Fase inicial (1979-84), em que o eixo central é a conquista da terra do ponto de vista individual. O Sem Terra pegava a terra e vivia como pequeno proprietário. O nível de cooperação que existia era o espontâneo: mutirão e troca de dias de serviço (CONCRAB, 1998; SINGER, 2002b). Essa agricultura é considerada de subsistência e não consegue melhorar o padrão de vida dos camponeses;
- Na segunda fase (1985-89), a discussão interna ao movimento evoluiu a favor do cooperativismo e sua aceitação pelo assentado ocorre

⁴⁹ Estima-se que em 1999 a Cáritas tinha promovido perto de 750 projetos comunitários atingindo cerca de 17 mil pessoas (SINGER, 2002b).

gradualmente. Somente em 1989, o movimento conseguiu criar as primeiras Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) no Rio Grande do Sul. Nessa fase, a motivação para organizar a cooperação passa a ser econômica e política. A partir de então, o problema da produção passou a ser tão importante como o de ocupar;

- Na terceira fase, a partir de 1991, a política do MST deu início ao Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), formado em cada assentamento por Cooperativas Agropecuárias, Cooperativas de Comercialização Regionais, Grupos Coletivos e Associações. Em nível estadual, estabeleceram-se Cooperativas Centrais de Reforma Agrária; já em nível nacional, criou-se a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. (CONCRAB). Em geral, as CPAs⁵⁰ unificaram os lotes de terra dos membros e trabalham o conjunto deles de acordo com um plano de produção, conforme a safra (semestral e anual). Passou-se de um modelo individualista e arriscado para um modelo coletivista, em que cada cooperado participa de um trabalho socializado, de acordo com uma divisão do trabalho previamente planejada. Nas CPAs, criaram-se creches, refeitórios coletivos, possibilitando a participação das mulheres na produção. Com a capitalização das CPAs, os assentados passaram a ter uma renda maior que os produtores individuais.

No início, as CPAs revelaram graves deficiências administrativas e técnicas que foram, em parte, solucionadas por cursos técnicos em Administração de Cooperativas, criado na cidade de Veranópolis, RS. Um dos motivos que tem levado à crise e mesmo ao fechamento de CPAs, talvez o mais importante, é que a maioria dos assentados tem preferência pela pequena produção de mercadorias, mesmo que ela resulte em condições de vida mais difíceis e com maiores riscos que as condições de vida dos grupos cooperados.

⁵⁰ O modelo de CPA foi inspirado no modelo instituído em Cuba, com a auxílio do Estado socialista, porém no Brasil esse tipo de cooperativa não era compatível com os objetivos da grande maioria dos assentados. Somente uma minoria, politicamente convicta, aderiu com entusiasmo às CPAs e persiste nelas (SINGER, 2002b).

Esse fenômeno ocorre porque os assentados, em sua maioria, vêm de famílias de agricultores que tradicionalmente trabalhavam individualmente e, por isso, têm grande dificuldade de se adaptar ao sistema coletivo, preferindo trabalhar sozinhos, ou com a família, a sua terra.

Um primeiro assentamento, o ABAPAN⁵¹, surgiu em 1985, no Paraná, e é o primeiro e mais antigo assentamento do MST. O trabalho é realizado pela família em seu lote individual, conservando a divisão tradicional do trabalho e de autoridade entre os sexos. Como pequenos agricultores, eles têm dificuldades de vender seus produtos, conseguir créditos e adquirir equipamentos de maior porte e valor. Para superar esses obstáculos, os trabalhadores procuraram associar-se para resolver a necessidade de coordenação e divisão do trabalho entre as famílias e o que vão produzir. No entanto, acontecem divergências, principalmente, porque perdem a autonomia individual. Em função disso, o grupo de ABAPAN constituiu três associações com uma média de 13 famílias cada.

Somente em 1997 conseguiram reunir as associações na Cooperativa de Comercialização Cotramic, que vende, em conjunto, a produção de todos os assentados para alcançar melhores preços e menores despesas de transação por unidade.

O segundo assentamento, denominado de Novo Paraíso⁵², nasceu em área grilada, com posse em 1989 (situação anterior à legalização do assentamento), foi oficializado em 1992. Nesse assentamento, formou-se a primeira cooperativa inteiramente coletiva do MST, em que os lotes das famílias foram combinados em uma unidade única de produção. Os únicos conhecimentos sobre cooperativismo foram adquiridos no curso de capacitação “Laboratório Organizacional de Campo” que o próprio movimento organiza. Porém, muitos assentados, semelhante ao caso de ABAPAN, preferiram a organização familiar e saíram da cooperativa antes mesmo da legalização do assentamento. Atualmente, há duas cooperativas e lotes individuais convivendo no assentamento.

⁵¹ Distrito de ABAPAN, cidade de Castro, Paraná.

⁵² Localizado no município de Pitanga, Paraná.

Há pelo menos dois possíveis motivos para o abandono do trabalho coletivo, que foram colhidos através das declarações dos assentados, pesquisados por SOUZA (1999) e SIZANOSKI, (1998):

- O pequeno retorno econômico imediato para um investimento relativamente grande;
- O descontentamento com a falta de incentivos aos que trabalham mais e produzem melhor, pois as retiradas são calculadas pelo número de horas trabalhadas (leva a alguns “amolecerem o corpo” e depois optarem pelo lote individual);

Por outro lado, os autores observaram que as condições de vida das famílias associadas apresentam melhorias em relação às condições das famílias que vivem individualmente: há uma “ciranda infantil” (semelhante à creche), as casas são organizadas em “núcleos de moradia”, o posto de saúde fica a 30km, na cidade mais próxima, e doenças corriqueiras são tratadas com plantas medicinais.

Em última análise,

“fazendo algumas comparações externas, como por exemplo, entre favelados e urbanos e esses assentados, podemos afirmar que sua condição de sobrevivência é superior às dos primeiros, pois se alimentam bem, têm casa, boa saúde, trabalho. Não possuem um padrão de vida ideal, mas estão muito distantes da miserabilidade das favelas” (SIZANOSKI, 1998, p. 55).

O terceiro assentamento, conhecido como Santa Maria, está localizado em Santa Maria D'Oeste, Paraná; formado em 1992 por grupos excedentes de assentamentos no oeste e centro-oeste do Paraná, foi regularizado em 1994. Nesse caso, as famílias já vieram ao assentamento com o propósito de formar uma cooperativa e trabalhar coletivamente (Copavi – Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda.). A atividade mais lucrativa é a horta, cuja produção é comercializada em Paranacity e em Cruzeiro, PR. Em volume, a produção de leite é a maior do assentamento.

No assentamento Santa Maria D'Oeste, a deficiência técnica tornou-se um impedimento para a industrialização dos produtos agropecuários. Mas, a

nova geração pode superar esse problema com a qualificação profissional, pois os jovens, filhos de assentados, saem para estudar nas cidades com a intenção de retornarem para ajudar a melhorar as condições de vida e o desenvolvimento do assentamento.

Dados coletados por SOUZA (1999) evidenciam que quarenta por cento das famílias do assentamento Santa Maria desistiram do coletivo, optando por formas individuais de trabalho e associativas no momento da comercialização e compra de equipamentos e insumos agrícolas. Os motivos da desistência são semelhantes aos do caso do Novo Paraíso: mentalidade das pessoas; convivência em grupo; retorno econômico; decisões, principalmente econômicas. As pessoas têm dificuldade para discutir e opinar porque são bastante humildes e se intimidam diante de um auditório maior.

Em síntese, os casos dos assentamentos do MST aparecem no I Censo da Reforma Agrária, que detectou, em 1997, que 93,96% dos assentamentos eram de produção individual; 1,21% de produção coletiva; e 4,82% de forma mista. A origem dos assentados é da ordem de 66,13% de agricultores e camponeses; 5,67% de trabalhadores rurais, e o restante de bóia-fria, motorista, mecânico, pedreiro e carpinteiro (SINGER, 2002b).

O trabalho coletivo exige ruptura sociocultural com um sistema econômico tradicional que se instalou na agricultura brasileira. Muitos ainda resistem à forma cooperativista e à tomada de decisão em grupo, porém esse é um caminho alternativo que pode estar conduzindo saídas para as situações mais graves de sobrevivência da população carente.

3.4.3. A Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida (ACCMV)

A ACCMV, ao invés de apenas distribuir alimentos, passou, a partir de 1994, a fomentar a geração de trabalho e renda acelerando o desenvolvimento de experiências de economia solidária. A ACCMV é um amplo movimento de massa, que em dois anos conseguiu atender a um mesmo número de projetos que a Cáritas, em 15 anos.

Como exemplo, pode-se citar a formação da Cooperativa de Trabalho de Manguinhos (Cootram). Localizada no Rio de Janeiro, a Cootram enfrenta problemas como o desemprego e a pobreza em uma região de favela no Rio de Janeiro. Contando com o apoio do Banco do Brasil e do Instituto Superior de Cooperativismo da Universidade de Santa Maria (UFSM), foi contratada pela Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz)⁵³ para reciclar o lixo e prestar serviços de jardinagem e limpeza dos seus prédios. Além disso, a Cooperativa (Cootram) montou uma oficina de costureiras. Trata-se de uma das experiências de maior êxito de cooperativas populares de trabalho do Brasil (SINGER, 2002b).

3.4.4. Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares

O processo de formação da Cootram, que envolveu pela primeira vez universidades (ENSP - Escola Nacional de Saúde Pública e a UFSM – Universidade Federal de Santa Maria) e uma parte da elite científica e educacional do Brasil, resolveu engajar-se para ajudar a construir a economia solidária. O passo seguinte foi padronizar essa ajuda na forma das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP)⁵⁴.

As Incubadoras vieram preencher uma lacuna existente no processo de formação de cooperativas e grupos de produção associada. Iniciadas pela Cáritas e expandidas pela ACCMV, as incubadoras prestam assessoria contínua aos empreendimentos solidários (SINGER, 2002b).

Em 2002 existiam cerca de 30 incubadoras no Brasil, sendo que sua formação inicial veio da equipe da Incubadora do Rio de Janeiro. No entanto, muitas universidades estão em processo de criação de suas próprias incubadoras. Algumas incubadoras universitárias decidiram integrar uma rede, num total de 16, para a troca de experiências e a ajuda mútua, tendo em vista

⁵³ A Fiocruz pôde fazer economia e os cooperados tiveram ganhos dobrados, não restando dúvida de que a prestação de serviços de baixa densidade tecnológica na forma coletiva é mais competitiva do que qualquer outra empresa capitalista análoga (SINGER, 2002b).

⁵⁴ A primeira ITCP foi criada em 1995 na Coppe/RJ (Centro de Pós-Graduação da UFRJ) que ajudou na implantação da Cootram e em 1996 iniciou a formação de cooperativas na Baixada Fluminense e nas favelas cariocas.

estabelecer em cada universidade um centro de extensão, ensino e pesquisa de ênfase cooperativista.

A rede de incubadoras, formada em 1999, aceitou o convite da Fundação Unitrabalho⁵⁵ para se integrar a ela como um dos seus programas permanentes.

É relevante compreender o surgimento da Unitrabalho, como instituição fomentadora de EESs. Segundo o seu diretor executivo⁵⁶ surgiu

em 1992 entre sindicalistas, ligados a CUT, principalmente, e grupos dentro da universidade ligados ao movimento sindical como um todo, da ANDES, sindicato de professores ... em 1995, um grupo de reitores com uma sensibilidade e uma trajetória de luta e de reivindicação, se reuniram e resolveram instituir uma entidade que ajudasse a universidade a fazer essa aproximação com os trabalhadores.

Sua estrutura organizacional está definida da seguinte forma:

De um lado criar uma estrutura de decisão que possibilitasse a participação das universidades com um esquema em que as universidades se sentissem participantes do processo, e de outro, que a universidade criasse núcleos de pesquisa, ensino e extensão que agregassem as pessoas em cima dos projetos.

O primeiro projeto que se tornou programa da Unitrabalho tem como tema “Relações de Trabalho e Reestruturação Produtiva”. Em 2002, a instituição desenvolvia projetos com temas, como “Economia Solidária” e “Trabalho e Educação”. Há dois financiamentos básicos, um com o Banco do Brasil e outro com uma central sindical holandesa – Agência Intereclesiástica

⁵⁵ Mais de 80 universidades de todo o Brasil estão filiadas a Unitrabalho (Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho), cuja finalidade é colocar os serviços das universidades à disposição dos trabalhadores e suas organizações de classe, integrando aspectos teóricos e práticos.

⁵⁶ Entrevista realizada em outubro de 2002 na UNITRABALHO em São Paulo, SP.

de Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO) – que oferecem apoio aos países em desenvolvimento.

Ao falar sobre o surgimento do Programa de Economia Solidária da Unitrabalho, o diretor dessa instituição afirmou que a preocupação era com

o surgimento de um fenômeno novo no mundo do trabalho que é o renascimento do cooperativismo de uma outra forma, a discussão em torno da questão da luta contra o desemprego, todo o enfraquecimento do movimento sindical, decorrente do crescimento do desemprego, a crise do sindicalismo vendo suas bases sendo reduzidas.

Em 1996, havia duas incubadoras formadas e a possibilidade de criação de várias outras nas universidades brasileiras, como se verifica a partir do que relatou um de seus diretores:

a Unitrabalho viu nisso uma possibilidade de articular e criar novas incubadoras: primeiro viu a articulação da discussão teórica com a atividade prática; segundo, nas incubadoras viu um potencial para realizar nossa missão: de colocar o conhecimento acadêmico mais próximo dos trabalhadores na forma de criar um meio de casar as necessidades do trabalhador e a produção acadêmica. Para Unitrabalho seria uma atividade muito rica para cumprir a sua missão e também para levar como proposta para as universidades. Se as universidades querem fazer uma ação neste sentido, esse mecanismo de incubação pode ser um mecanismo interessante para criar essa relação. Aí passamos a apoiar a criação de incubadoras pelo Brasil, isso a partir de 1996.

Os princípios do Programa de Economia Solidária da Unitrabalho são:

- Constituir-se como um espaço plural de debate, reflexão e ação, aberto a docentes, pesquisadores e ativistas da área;
- Lutar contra a pobreza, pela geração de trabalho e renda e pela construção de novas relações de trabalho e no trabalho, que promovam o desenvolvimento sustentável, a autonomia dos trabalhadores e a construção de uma sociedade mais justa e humana;

- Fortalecer as instâncias da UNITRABALHO nas Universidades (Núcleos Locais e Coordenações Regionais) por meio de projetos que integrem ensino, pesquisa e extensão visando à melhoria das condições de vida dos trabalhadores (FRANÇA *et. al.*, 2003).

A partir daí foram multiplicando-se as incubadoras pelo Brasil. Criou-se uma rede de incubação com a finalidade de trocas de experiências e busca de financiamentos. A Unitrabalho fomentou esse processo, alocando recursos para que se viabilizasse essa criação. Em 2001, surgiram várias iniciativas a partir de um encontro que ocorreu entre as universidades interessadas em criar suas incubadoras. Contudo, alguns conflitos ocorreram com a parceria Unitrabalho-Rede de Incubadoras, como por exemplo, o fato de não haver um estatuto que unisse as instituições; de a escolha da coordenação dos projetos de incubação ser feita pela coordenação da Rede e sem a participação da coordenação da Unitrabalho.

Começaram a surgir dúvidas porque começaram a ocorrer problemas com a Rede de incubadoras: promover eventos e não convidar pessoas e não colocar logotipo da Unitrabalho, isso começou a gerar desconfiança. Aquela confiança que existia no começo começou a se perder, começou haver dúvidas: a Rede de incubadoras quer ser parte da Unitrabalho, quer ser uma entidade própria, a dúvida começou a crescer. À medida que a rede começou a crescer começou a gerar conflitos internos: um evento da Rede acontecia e o coordenador da Unitrabalho do local não era convidado a participar.

A conclusão a que a coordenação da Unitrabalho chegou foi que estavam acontecendo duas redes paralelas e não estava havendo integração das incubadoras com a estrutura da Unitrabalho. A partir dessa situação, o relacionamento foi revisto e a Rede de Incubadoras passou a não fazer mais parte da Unitrabalho, perdendo com isso a possibilidade de financiamentos mais estáveis para os projetos de incubação. A Unitrabalho passou a criar incubadoras em universidades onde ainda não existiam, mas sob a perspectiva

delas estarem vinculadas aos seus núcleos, para evitar a criação de estruturas paralelas. Em 2002, o programa de Economia Solidária da Unitrabalho atuava nas regiões norte, nordeste e centro-oeste do Brasil, sob a orientação da ICCO (Agência Intereclesiástica de Cooperação ao Desenvolvimento). Do ponto de vista populacional, essas eram as regiões mais carentes e, portanto, deveriam ter um foco maior de atenção.

Em 2002, a Rede de Incubação estava composta por 14 incubadoras, todas separadas da Unitrabalho, que estava ligada a 16 incubadoras. Assim, a Unitrabalho estimula a criação de dois tipos de incubadora, com características diferentes das da Rede, conforme relatou o seu diretor:

As incubadoras acontecem ou através de uma parceria (o núcleo faz um acordo com a incubadora definindo as ações de cada um, por exemplo: o núcleo fica responsável por cursos formativos e a incubadora pelo acompanhamento direto dos grupos), sem fusão estrutural de coordenações, funções que são independentes, mas existe um acordo onde existe distribuição de tarefas e, portanto, aonde ao apoiar o núcleo pode-se alocar uma parte de recursos para a incubadora dentro dessa perspectiva de acordo. A nossa perspectiva é que no futuro isso vire uma integração mais ampla, mas não estamos forçando isso, obrigando as pessoas a se integrarem. E uma outra situação é onde não existe ou é nascente a incubadora e tem interesse em se integrar, essa é uma incubadora orgânica que funciona perfeitamente integrada ao núcleo. O coordenador da incubadora passa a fazer parte do núcleo da Unitrabalho a tomar parte das decisões e, conseqüentemente, o núcleo passa a ter capacidade de decisão sobre a incubadora. Não há mais instâncias paralelas de decisões, e sim uma única instância de decisão. A incubadora passa a ser um programa do núcleo na área de emprego e na área de Economia Solidária, entre outras ações, ele tem a ação de incubação. Integrada e com uma coordenação única ocorrendo o processo de fusão do núcleo e da incubadora [que passa a ser de caráter orgânico].

A Unitrabalho pode ser encarada como mais uma possibilidade de motivação de criação dos EESs no Brasil. É uma instituição que tem se preocupado com o processo de incubação, com os métodos e com teorias e

com as parcerias com grupos que podem aumentar a atuação da mesma no país.

Além dos casos apresentados sucintamente, outros dados são relevantes e devem ser apresentados neste momento do texto. SOUZA (2000) relatou que os empreendimentos de economia solidária no Brasil agregavam por volta de cem mil trabalhadores, número que continua em expansão. Essas experiências estão mais concentradas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Onde houver uma Incubadora de Cooperativas ligada às Universidades, poderá haver muitas experiências se concretizando, espalhadas por todo o país. Exemplos mais concretos são os empreendimentos de Bruscor (associação autogestínaria) em Santa Catarina; as cooperativas da Metalúrgica Wallig de Porto Alegre⁵⁷; as Cáritas (Igreja Católica); a ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária); o apoio de diversos sindicatos do ABC Paulista, da CUT e das Incubadoras; o apoio da UNISOL (União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo) e Portosol (Instituição Comunitária de Crédito); os Clubes de Troca entre outros. Outros órgãos de apoio são: Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida; Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS); Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs); DIEESE (Departamento Intersindical e Estudos Estatísticos, Sociais e Econômicos); Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) etc.

A Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul do MST, em 1988, agrupava 26 cooperativas agropecuárias, além de dez associações, envolvendo cerca de 3.500 pessoas. As prefeituras têm apoiado os projetos dos empreendimentos coletivos; calcula-se haver 45 organizações, entre cooperativas e associações. Além dessas, há ainda mais de 500 cooperativas ligadas à Ocergs (Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul) com mais de 700 mil cooperados, no entanto, tais

⁵⁷ Ver Lorena Holzmann. Operários sem patrão: gestão cooperativa e dilemas da democracia. São Carlos: Ed. UFSCar, 2001.

cooperativas são heterogêneas, controversas e pouco conhecidas em relação aos empreendimentos que abrigam autênticas qualidades de solidariedade.

Os EESs surgem para combater a abertura do mercado às importações, à sobrevalorização da moeda nacional e taxas de juros elevadas que produzem a eliminação de postos de trabalho formal e o fechamento de muitas empresas. Um dos maiores obstáculos à difusão do cooperativismo é a falta de cultura cooperativa entre os trabalhadores, pois estes não possuem a habilidade da autogestão. Órgãos legalizados como o MST, as Incubadoras, ANTEAG, ADS, ONGs etc. estão encarregados da promoção dessas habilidades.

Esses tipos de organizações podem ser adotados por todos os diferentes grupos sociais, desde os mais abastados (que possuem formas cooperativistas de trabalho, apesar do caráter não solidário) até os mais carentes. Há empreendimentos de todos os tipos e princípios, como os de crédito, as educacionais e as médicas que atendem a uma parcela da população específica e possuidora de capitais suficientes para adotarem tais formas organizacionais.

Por fim, os casos descritos neste capítulo trazem à tona uma discussão que integra o objetivo principal desta pesquisa: os dilemas ou limites e as dificuldades dos EESs.

Citem-se algumas limitações dos grupos:

- Como o empreendimento entra no mercado;
- Como o grupo comercializa os seus produtos e serviços;
- Como conseguem ter acesso ao crédito e quais dificuldades enfrentam em relação a ele;
- Como o grupo realiza o controle orçamentário;
- Como é organizado o trabalho e/ou a produção;
- Como o grupo adquire e usa tecnologias.

Esses são os problemas, de forma geral, que mais preocupam a estabilidade dos grupos. Tornam-se, portanto, desafios a serem enfrentados, uma vez que ainda são exemplos sem soluções.

Os casos urbanos podem apresentar, além dos elementos expostos anteriormente, o desafio de superar uma cultura de subordinação

historicamente construída, de resolver problemas em desenvolver metodologias de capacitação gerencial para o desenvolvimento de habilidades empreendedoras, como se integrar ao mercado competitivo, criar redes de intercooperação, entre outros.

Os casos rurais apresentam também uma cultura individualista de produção rural, e as pessoas resistem muito a participarem de associações ou cooperativas. Além disso, são sujeitos humildes, que apresentam dificuldades para discutir e opinar a respeito dos assuntos de uma cooperativa (SINGER, 2002b).

Um caminho facilitador da resolução desses limites passa pela implantação de políticas públicas voltadas para os problemas expostos acima. Para EID (2003, p. 17),

“deve-se ter políticas públicas claras, estabelecidas em conjunto com os movimentos sociais e com a sociedade, fazendo parte de um planejamento estratégico onde esteja relacionado: políticas sociais de entrega de dinheiro público durante um certo período para pessoas necessitadas, enquanto um mecanismo para desafogar pressões da fome. No entanto, estas pessoas deverão estar comprometidas em conquistar a autonomia, enquanto que essa política deverá estar vinculada a uma política de formação de empreendimentos solidários e autogestionários”.

Para o mesmo autor, quatro instrumentos de políticas públicas podem ser implementados: (i) programas de formação e de educação em cooperativismo e em auto-gestão; (ii) programas de formação de formadores, ou seja, as pessoas que devem estimular os grupos com potencial para a formação dos empreendimentos econômicos solidários; (iii) políticas de crédito em conjunto com políticas de construção de viabilidade dos empreendimentos, concretizadas por meio da demanda de seus produtos e serviços, por instituições públicas e privadas; e (iv) construção de redes autogestionárias compostas pelos EESs, cuja finalidade é a troca de produtos e/ou serviços e o fortalecimento dos empreendimentos.

Nos próximos capítulos, a partir dos casos analisados, procurou-se aprofundar o entendimento das oportunidades, das dificuldades, dos dilemas e das limitações dos empreendimentos.

4. A INCUBADORA REGIONAL DE COOPERATIVAS POPULARES E DUAS COOPERATIVAS URBANAS

A Incubadora Regional de Cooperativas Populares (INCOOP) - programa de extensão da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - desenvolve suas atividades desde o início de 1999, atuando junto a trabalhadores historicamente excluídos do mercado de trabalho. Tem por finalidade estimular a geração de trabalho e renda pautada nos princípios do cooperativismo no âmbito da Economia Solidária (DAKUZAKU, 2000).

A cooperativa, como uma organização, é composta por pelo menos vinte pessoas que, livremente, se associam para produzir bens ou serviços⁵⁸. É gerida pelos próprios trabalhadores que assumem a gestão coletiva e democrática. A INCOOP, utilizando-se desse modelo de organização do trabalho, tem buscado a construção da cidadania dos seus atores envolvidos, a auto-gestão e a participação dos trabalhadores. Configura-se, portanto, um processo no qual os seus participantes devem realizar ações no sentido do fortalecimento de uma cultura de autonomia e autogerenciamento do próprio trabalho (VALÊNCIO, *et al.*, 2000). Tal função torna-se um desafio para a INCOOP, uma vez que os grupos excluídos e/ou marginalizados apresentam como características anomia, apatia, desinteresse, despreparo para enfrentar situações novas e desconhecidas, como é o caso do cooperativismo, e necessidades urgentes, como a sobrevivência humana.

A INCOOP teve início com a criação de um projeto da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de São Carlos, através de seus Núcleos de Extensão Sindicato, Município e Cidadania, inspirado na experiência da Incubadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE). Em 2000, a INCOOP passou a integrar a Rede Interuniversitária de Incubadoras de Cooperativas Populares, formada por 14 incubadoras sediadas em diversos Estados Brasileiros⁵⁹.

⁵⁸ As cooperativas são consideradas sociedades civis/comerciais sem fins lucrativos tendo como amparo legal a Constituição de 1988, o Código Civil e a Lei 5.764/71 (RECH, 1995).

⁵⁹ Dados de setembro de 2002.

O projeto da INCOOP busca a construção de um conhecimento que aglutine as experiências acadêmicas com o saber popular para a criação de cooperativas. A Incubadora foi inaugurada, oficialmente, no dia 05 de abril de 1999, com sede própria, junto aos Núcleos de Extensão da referida Universidade. Sua atuação, como o próprio nome ressalta, não se limita ao município de São Carlos, estende-se a toda região, tanto no âmbito urbano como no rural.

As primeiras atividades de incubação de cooperativas populares teve início com um trabalho conjunto entre universidade e comunidade, discutindo-se as realidades locais, despertando-se o ideal cooperativista. Uma experiência piloto foi implementada em um bairro denominado Jardim Gonzaga, na periferia de São Carlos, para constituição de uma cooperativa de limpeza, que foi inaugurada e legalizada em 30 de maio de 1999. Outras experiências estão em curso junto a diversas prefeituras municipais e associações de classe, demonstrando que a Universidade pode reforçar seu papel de atuação junto à sociedade.

A Incubadora tem como principais objetivos facilitar o processo de organização de grupos excluídos interessados em formar cooperativas populares, bem como oferecer assessoria técnico-política e desenvolver o processo de incubação das cooperativas. Para tanto, fundamenta-se nos princípios do cooperativismo, através das ações necessárias à superação das carências que levam à desigualdade e à exclusão social.

Para alcançar esses objetivos, a Incubadora da UFSCar se utiliza das seguintes estratégias para encaminhamento das demandas solicitadas por potenciais grupos a serem incubados:

- planejamento, programação e realização de capacitação com grupos motivados para esse modelo de organização de trabalho;
- capacitação de agentes multiplicadores em cooperativismo, auto-gestão e trabalho comunitário a partir de reuniões e discussões temáticas;
- orientações e atuação junto à comunidade.

Constitui-se em uma equipe de trabalho composta por docentes, funcionários e alunos de graduação e pós-graduação de diversas áreas de

conhecimento e da necessidade de um trabalho interdisciplinar e transdisciplinar para atender a abrangência das demandas que têm surgido através da sua atuação extensionista. Além disso, a pesquisa na INCOOP está voltada para o tema da Economia Solidária que sistematiza um conhecimento e subsidia as atividades de pesquisa como orientações de teses, dissertações e iniciação científica, bem como atividades de ensino para diferentes cursos de graduação e pós-graduação.

Por outro lado, o esforço da equipe da INCOOP em todas as etapas de incubação, ou seja, o processo de acompanhamento/assessoria aos grupos e cooperativas deve contemplar ações que favoreçam a participação de todos os cooperados, para que realmente o processo seja coletivo e democrático. A partir dessa compreensão, os instrumentos utilizados no planejamento das ações da cooperativa podem propiciar uma melhor clareza da situação que se deseja planejar; facilitar a participação de todos nas discussões; possibilitar a definição de metas a serem alcançadas e de ações necessárias para isso; facilitar a tomada de decisão e a divisão de tarefas; e possibilitar o monitoramento da execução por todos os integrantes da cooperativa (SHIMBO, 2001).

Na organização do trabalho em cooperativas populares, a busca e a tentativa do alcance do pleno desenvolvimento do grupo pode fortalecer a sua coesão social e criar valores que podem levar à sustentação de uma nova realidade na busca pela emancipação social. As pessoas poderão ter meios para analisar a vida econômica, social e cultural; e ouvir, planejar e executar as necessárias mudanças para uma condição de vida melhor para si próprias (RELATÓRIO, 2001).

Ao longo dos três últimos anos (1999/2002) de funcionamento da INCOOP houve diversas demandas de grupos da região pelos seus serviços, porém não foi possível atender a todos. Desse modo, apresenta-se, a seguir uma lista de demandas atendidas e não atendidas pela Incubadora.

1. Cooperativa de Limpeza do Jardim Gonzaga – a primeira e ainda em processo de incubação, cuja atividade principal é a prestação de serviços em limpeza industrial;
2. Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) – deu início a um processo de incubação de várias cooperativas de trabalhadores metalúrgicos no estado de São Paulo, mas não houve continuidade por falta de financiamento do projeto;
3. Prefeitura Municipal de Catanduva - projeto ligado à Prefeitura, também interrompido por falta de financiamento;
4. Prefeitura Municipal de Jaboticabal – projeto em andamento, incubando três cooperativas na área de reciclagem, alimentação e serviços de entrega;
5. Prefeitura Municipal de São Carlos - projeto financiado pela Prefeitura, mas interrompido a partir do ano de 2002. Visava à criação de duas cooperativas: uma de criação de mudas de plantas e uma de confecção de roupas e artesanato. A cooperativa de costura e artesanato continua sendo incubada. Há perspectiva de que a própria prefeitura desenvolva um trabalho de incubação de grupos excluídos a partir de seu próprio quadro administrativo;
6. Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto – em andamento, no final do ano de 2002, com um grupo incubado que desenvolve quatro atividades distintas (artesanato; triagem de material reciclado; alimentação e horta), mas que pode ser desmembrado a qualquer momento.

As demandas não atendidas foram as seguintes: Prefeituras de Itápolis, Santa Cruz das Palmeiras, Gavião Peixoto e Araraquara; Grupo turismo e Centro Cerâmico de Desenvolvimento de Materiais (CCDM – UFSCar); Igreja Adventista; Grupos de Construção Civil, todos em São Carlos. As razões do

não atendimento são as mais variadas, como a falta de pessoas na equipe da INCOOP para o acompanhamento dos grupos; sobrecarga de responsabilidade dos estudantes envolvidos; pouca participação docente nas atividades práticas; falha na formação de formadores; falta de financiamentos, e projetos que não se relacionavam com o objetivo principal da incubadora (atendimento de grupos excluídos do mercado de trabalho).

Em suma, no final do ano de 2002, a Incubadora possuía três projetos em andamento: São Carlos – Cooperlimp e Coosturarte (legalizados); Jaboticabal – três grupos em processo de legalização; e Ribeirão Preto – um grupo em processo de legalização, mas com possibilidade de formação de quatro grupos.

4.1. Métodos de incubação

Um dos pontos que merece especial atenção ao processo de incubação são os seus métodos. O mais utilizado pela INCOOP é a pesquisa participativa, cuja complexidade exige um preparo intelectual e empírico bastante apurado da equipe que atua com os grupos incubados.

A implementação das cooperativas populares vem ocorrendo através de alguns métodos muito semelhantes aos da Pesquisa-Ação⁶⁰, porém há pessoas na equipe da INCOOP que relutam em declarar que os métodos sejam os mesmos talvez pelo receio e pelo desafio que ele possa causar. Assim, o discurso mais aceito e empregado pela INCOOP é que se empregam os métodos da Pesquisa Participativa gerando, em certo grau, uma controvérsia à atuação do grupo.

O processo de incubação propõe, primeiramente, a motivação para o grupo formar uma cooperativa e, depois o fortalecimento da cooperativa no

⁶⁰ Para THIOLENT (1998, p. 14), “a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. É preciso que a ação seja uma ação não trivial, onde exista uma problemática merecendo investigação para ser elaborada e conduzida. Entre as ações encontradas, algumas são do tipo reivindicatório (associação, sindicatos etc.) e outras para resolver problemas de ordem técnica (organização)”.

mercado, procurando fomentar, pesquisar e buscar as formas de trabalho coletivo que o grupo possui e a equipe técnica da INCOOP pode auxiliar, exemplificando as trocas de conhecimentos e saberes de ambas as partes envolvidas no processo de incubação. A intenção da INCOOP é que as atividades e as oportunidades de trabalho devam passar pela construção coletiva de forma planejada e sistematizada, com a preocupação do indivíduo em seus vários aspectos (sociais, culturais, lazer). Buscam-se perspectivas de uma continuidade econômica para os filhos e gerações futuras, visando conseqüentes mudanças na realidade do grupo em processo de incubação, até terem a oportunidade ou a possibilidade de alcançarem a emancipação social.

A linha da pesquisa-ação/pesquisa participativa pode associar e facilitar o processo de incubação, se utilizada com bastante rigor metodológico. Diversas formas de ações coletivas devem ser orientadas em função da resolução de problemas ou de objetivos de emancipação do grupo estudado. Utiliza-se a participação como uma forma de ação planejada de caráter social, educacional e técnico, cuja incidência vem aumentando em pesquisas qualitativas desse nível.

Um dos principais objetivos desse método é oferecer aos pesquisadores e aos grupos de participantes os meios para que se tornem capazes de responder com maior eficiência aos problemas da situação em que vivem. Em particular, sob a forma de diretrizes de uma ação transformadora dos EESs na busca de uma emancipação social, realizada através de um diagnóstico da situação no qual os participantes tenham voz e vez (EID & GALLO, 2001; SANTOS, 2000 e 2002).

As técnicas de coleta de dados utilizadas pela INCOOP são as mais diversas possíveis. Entre elas, encontram-se: entrevistas coletivas e individuais; questionários; análise de documentos; observação participante, diários de campo e histórias de vida; dinâmicas de grupo e mapeamento cognitivo⁶¹ em que, a partir de uma situação problemática, procura-se representar a forma como o indivíduo/grupo a compreende. Com isso, obtém-

⁶¹ É uma técnica utilizada para estruturação de problemas e construção de estratégias de atuação de um grupo de pessoas ou de um único indivíduo (EDEN, 1988).

se caminhos/indícios para alterar a situação diagnosticada. O mapeamento é uma das técnicas mais usadas internamente pela equipe da INCOOP.

Nesse tipo de investigação, os pesquisadores desempenham um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas em função dos problemas existentes (vide figura 4, que demonstra a atuação dos integrantes da INCOOP com os grupos sociais). É necessário que os pesquisadores tenham cuidado para que haja reciprocidade por parte das pessoas e grupos implicados na situação, logo não se pode substituir a atividade própria dos grupos e suas iniciativas. Um risco que pode ocorrer quando não existe a reciprocidade é a falta de análise e de resolução dos problemas a serem resolvidos em conjunto, ou seja, pelo grupo e incubadora.

A pesquisa participativa, implantada na INCOOP, é uma estratégia metodológica de pesquisa social na qual os seguintes passos podem ser previstos:

- a) Existência de uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada para os grupos estudados;
- b) Dessa interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob a forma de ação concreta;
- c) O objeto de investigação não é constituído somente pelas pessoas, mas também pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontradas nessa situação;
- d) O objetivo da pesquisa consiste em resolver ou, pelo menos, esclarecer os problemas da situação observada;
- e) Há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação;
- f) A pesquisa não se limita a uma forma de ação, pretende que se aumente o conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados.

Figura 4

Etapas referentes ao processo de incubação

ETAPAS	SUB-ETAPAS	Atividades e procedimentos gerais
1-Apresentação e sensibilização dos atores envolvidos	Apresentação e reconhecimento do grupo, multiplicadores e equipe da INCOOP-UFSCar.	Reunião de apresentação do grupo, multiplicadores e do trabalho da Incubadora e as razões que levam ao encontro dos atores.
	Conscientização do grupo e multiplicadores a respeito de temas atuais como desemprego, exclusão e cidadania.	Discussões temáticas: capitalismo, desemprego, exclusão social, cidadania. Utiliza-se de fatos do cotidiano, principalmente de fatos noticiados pela mídia a que o grupo tem acesso (principalmente a televisão).
	Demonstração de alternativas para a geração de trabalho e renda.	Apresentação, caracterização de associações, cooperativas, microempresas, emprego e subemprego.
2-Formação e Consolidação do grupo potencial	Verificação do contexto de formação do grupo afinidades, identidades, objetivos em comum.	Discussão e questionamento individual a respeito dos motivos que o levam a participar do grupo. Levantamento das condições socioeconômicas e culturais das pessoas envolvidas, buscando alternativas de inclusão integradas à formação da cooperativa.
	Verificação da maturidade, união e convicção do grupo no sentido da formação da cooperativa.	Observação do grau de envolvimento dos integrantes a partir de uma motivação e avaliação à participação dos mesmos nos processos de divisão de tarefa e no comparecimento às reuniões.
3-Capacitação para o cooperativismo	A economia popular solidária: importância e contexto.	Debate sobre o potencial da economia popular e da solidariedade como princípio socioeconômico.
	Promoção do conhecimento dos princípios cooperativistas.	Utilização de dinâmicas de grupo e formação de círculos para discussões de cada princípio cooperativista.
	Objetivos de uma cooperativa.	Círculo para discussão de atividades fins de uma cooperativa. Questionamentos de como o grupo vai cooperar? Para quê? e Por quê?
	Funcionamento de uma cooperativa.	Divisão do trabalho, de funções e a função das assembleias. Expõe-se a diferença entre uma cooperativa autêntica e uma "cooperfraude".
	Atuação dos cooperados.	Discussão sobre as funções de trabalhador e administrador em uma auto-gestão.
	Significado da cooperação.	Questionamento e discussões a respeito da cooperação e da competição, a diferença entre trabalhar em uma cooperativa e para uma empresa capitalista.
	A importância das redes de cooperação.	Debate sobre a necessidade de uma rede entre os empreendimentos como forma de viabilizar e fortalecer a atividade econômica: rede de trocas; de informações etc.
4-Escolha da atividade econômica	Caracterização da estrutura e conjuntura do mercado local.	Caracterização do tamanho da cidade, localização regional, comércio, indústrias, serviços e <u>carências</u> da cidade nesses setores.
	Verificação de nichos de mercado/alternativas.	A partir das características acima detalhadas, procurar atividades inovadoras, diferenciadas e/ou estratégicas para a cidade e região, verificando oportunidades.
	Verificação da motivação/habilidades do grupo em relação a determinada atividade.	Caracterização das vocações individuais, motivações, experiências profissionais, apontando atividades potenciais para o grupo e relacionado-as com as oportunidades de atuação na cidade e possibilidades de formação de redes de empreendimentos populares. Verifica-se a disponibilidade de recursos. Discussão entre o grupo e a equipe da INCOOP, analisando prós e contras que implicam na escolha de determinada atividade.
	Estudo/Escolha da atividade econômica.	Estudo da(s) atividade(s) levantadas de acordo com a viabilidade econômica, com a inserção estratégica no mercado e com a motivação do grupo para a atividade.
	Levantamento de recursos e infraestrutura necessárias para a execução da atividade.	De acordo com o número de integrantes do grupo e com os recursos disponíveis, promove-se uma assessoria para o levantamento dos recursos necessários para implementação da cooperativa, através da elaboração de projetos e mini-projetos de instalação da cooperativa do empreendimento solidário.

	Estudo da viabilidade econômica.	De acordo com investimento necessário, verifica-se o retorno a curto, médio e longo prazo condizente com a estrutura da cooperativa, através de simulações do desenvolvimento das atividades produtivas (ou serviços) e dos resultados financeiros de acordo com a variação de preços, custos e quantidade produzida e quantidade vendida.
	Aquisição de recursos e infraestrutura necessárias.	Assessoria para a busca de instituições parceiras e/ou financiadoras no sentido da aquisição de recursos e infraestruturas necessárias, através de levantamento e elaboração de projetos ou mini-projeto e verificação de financiamento e linhas de créditos viáveis.
5-Capacitação técnica	Apresentação das características e funcionamento da atividade.	Utilização de palestras para caracterizar e demonstrar técnicas utilizadas, procedimentos de trabalho na produção ou na prestação de serviços, uso de matérias-primas, insumos, informações, documentos e especificações, além de apresentar aspectos normativos e leis vigentes.
	Qualificação técnica.	Utilização de cursos, aulas, congressos e encontros relacionados à atividade além de bibliografias básicas para consulta. Proporciona-se e incentiva-se o conhecimento de organizações que já praticam atividades semelhantes, estimulando o aprendizado e a visão crítica.
	Treinamento e práticas.	Através de produções piloto, simulações de processos, organização do trabalho cooperativo, produção experimental com o objetivo de permitir ganho de experiência, do conhecimento de ações corretivas e preventivas e conhecimento a partir da prática e do erro, visando também integrar o grupo na atividade a ser desenvolvida.
6-Capacitação administrativa/autogestão	A autogestão	Discussão sobre os mecanismos autogestionários: as assembléias e a decisões coletivas.
	Administração do empreendimento cooperativa.	Explicação sobre o papel da diretoria, dos conselhos fiscais e de ética. Discussão sobre os direitos e deveres da equipe administrativa bem como dos demais cooperados.
	Os fundos e os benefícios cooperativistas.	Discussão sobre os fundos obrigatórios e a constituição de fundos equivalentes: férias, licença maternidade, 13º, etc.
	Planejamento e controle da produção/serviços.	Mostrar as informações necessárias para o planejamento e controle da produção, aplicando uso de planilhas e estimulando a construção de conhecimento sobre os processos de produção, procedimentos e histórico de vendas. Apresenta-se material didático para consulta.
	Apuração de custos, formação de preços e análise de contratos.	Proporcionar o entendimento do processo de formação de preços a partir do preço de mercado e dos custos de produção (ou de prestação de serviços) rateados para cada produto ou serviço prestado e, posteriormente, análise de contrato. Apresenta-se material didático para consulta.
	Organização contábil e financeira.	Uso de diário para contabilizar débitos e créditos e resultados mensais. A partir da análise dos resultados mensais, fazer análise sobre os gastos, prevendo cortes e gastos futuros e, estimular o planejamento financeiro a partir da criação de fundos para a expansão da cooperativa. Apresentam-se as rotinas de encargos e impostos a serem cumpridas. Apresenta-se material didático para consulta.
	Planejamento estratégico e operacional.	Anteriormente, o integrante da equipe da INCOOP faz seu mapa cognitivo do planejamento estratégico a fim de assessorar o planejamento do grupo, de curto, médio e longo prazo com o grupo, procurando inclusive o planejamento de expansão da cooperativa. O objetivo é estimulá-los a planejar e elaborar planilhas de ações, extraídas a partir do planejamento do(s) mapa(s) cognitivo(s).
	Estratégias de atuação no mercado, Marketing, comercialização, logística e procedimentos com clientes e fornecedores.	Com o auxílio do mapa cognitivo, mede-se a construção da atuação da cooperativa no mercado, procurando caracterizar alternativas de comercialização, ou de produtos e serviços agregados, diferenciação de clientes e fornecedores, melhores roteiros para processo de transporte de produtos, matérias-primas, insumos, ou para a prestação de serviços, visando minimizar custos de transporte e distribuição. Apresenta-se material didático para consulta.

	Gestão da qualidade.	Faz-se uma exposição dos parâmetros de qualidade do fornecimento de matéria-prima e/ou insumos, do produto da cooperativa, dos processos envolvidos na atividade (produção ou serviços), do mercado e dos consumidores. Busca da melhoria da qualidade a partir da conscientização da necessidade do envolvimento dos cooperados. Apresenta-se material didático para consulta.
7-Elaboração do estatuto	Apresentação e esclarecimento do estatuto.	Faz-se uma apresentação das características e funções de um estatuto, e depois uma leitura de um estatuto modelo, salientando os direitos e deveres de cada cooperado, da presidência, das diretorias, do conselho fiscal, comissão de ética, além da função das diferentes assembleias, da constituição de fundos obrigatórios e não obrigatórios, da divisão das sobras e constituição e divisão das cotas parte.
	Discussões envolvendo princípios cooperativistas e a elaboração do estatuto.	Elaboram-se, assessorando o grupo, os pontos do estatuto passíveis de mudança, de acordo com as aspirações dos mesmos e reforçam-se os princípios cooperativos como base.
	Apreciação do estatuto elaborado.	Consulta a advogado sobre os pontos propostos pelo grupo. Em caso de dúvidas ou impedimentos legais, viabilizar o contato do grupo com advogado, sempre respeitando a autonomia do grupo
8- Legalização da cooperativa	Levantamento de documentos.	Informação sobre os documentos necessários para legalização da cooperativa, solicitando-se ao grupo social a providência dos mesmos.
	Divulgação da assembleia de fundação.	Divulga-se, antecipadamente conforme prazo mínimo, em locais públicos e jornais a convocação (através de edital) para a assembleia geral de fundação.
	Formação das chapas para eleição de presidente, diretoria, conselho fiscal e comissão de ética.	Após a convocação para a assembleia geral de fundação, formam-se chapas para a disputa e cargos e formação dos quadros de presidência, diretoria, conselho fiscal e comissão de ética.
	Realização da assembleia de fundação e da ata de fundação.	Realização da assembleia de acordo com um <i>quorum</i> mínimo exigido, aprovação do estatuto, eleição dos cargos e elaboração de ata de fundação.
	Envio de documentos aos órgãos competentes (junta comercial, receita federal, prefeitura, postos fiscais etc.).	Anexam-se os documentos necessários de cada integrante do grupo, a ata de fundação e o estatuto e enviam-se aos órgãos reguladores para obtenção do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), alvará, inscrição estadual e outros, mediante o pagamento de taxas.
	Elaboração do regimento interno.	De acordo com as necessidades específicas de controle e organização do trabalho, de atribuição de responsabilidades referentes às atividades da cooperativa, o grupo é assessorado para a elaboração do regimento interno.
9-Assessoria para implementação das atividades da cooperativa/ Inserção e atuação no mercado/ Fim do processo de incubação	Monitoria do processo de inserção da cooperativa no mercado.	Implementação do marketing estratégico, análise dos consumidores/ clientes/fornecedores e parcerias, efetuação da contabilidade da cooperativa, assessoria para o cumprimento de tributos, divisão das sobras líquidas e construção de fundos. Busca de integração com outras cooperativas populares e formação de rede estratégica.
	Monitoria do desenvolvimento das atividades internas da cooperativa e da atuação da cooperativa no mercado.	Análise de procedimentos da cooperativa de acordo com os problemas diagnosticados: dos resultados financeiros (correção/revisão de procedimentos), da interiorização dos princípios cooperativistas e de gestão democrática, da participação e promoção das assembleias, dos processos produtivos e autogestionários (processo de gestão adequada)
	Avaliação do grau de autonomia do grupo e final do processo de incubação.	De acordo com os resultados verificados no processo de desenvolvimento das atividades da cooperativa.

Fonte e elaboração: equipe técnica, discentes e docentes da INCOOP/UFSCar (Base de referência – 1º semestre de 2001 sem alterações até setembro de 2002).

Sistematização: Christiano Basile, auxiliar de pesquisa da INCOOP.

A interação ocorre entre INCOOP e os grupos sociais que estão em processo de incubação para buscar o desenvolvimento de conhecimentos comuns e da autonomia dos sujeitos envolvidos, ou seja, os grupos de cooperativas.

Um dos exemplos de atuação da pesquisa participativa é quando ela pode ser organizada em meio aberto (bairro popular, comunidade rural etc.), podendo ser desencadeada com uma maior iniciativa por parte dos pesquisadores (no caso da INCOOP) os quais, às vezes, devem se precaver de possíveis inclinações “missionárias”, sempre propícias à perda de um mínimo de objetividade. A atitude dos pesquisadores deve ser sempre uma atitude de “escuta” e de elucidação dos vários aspectos da situação, sem imposição unilateral de suas concepções próprias. Tal fato pode apresentar falhas, pois o acompanhamento dos grupos, por parte dos pesquisadores, pode levar a desconsiderar o rigor metodológico e a objetividade científica em favor da tamanha carência que os grupos apresentam. É mais um risco que existe quando se trabalha com a população excluída.

A pesquisa que ocorre dentro da coletividade tem por objetivos práticos fazer um diagnóstico da situação, formular reivindicações e ações. As soluções imediatas são selecionadas em função de diferentes critérios correspondentes a uma definição dos interesses da própria coletividade. A figura 4 anterior, de forma ampla e geral, mostrou como a INCOOP busca desenvolver esse processo, porém é preciso tomar o cuidado de considerar as especificidades e interesses propostos em cada grupo acompanhado e como a equipe de incubação atua conforme cada grupo. Esse quadro foi elaborado como uma proposta de acompanhamento dos grupos com potencial para a formação de cooperativas, pois não há uma forma definitiva adotada pela INCOOP. Não há uma fórmula única de processo de incubação, pois cada grupo tem suas particularidades que compõem as peculiaridades às cooperativas.

As nove etapas descritas não acompanham necessariamente a ordem apresentada. Diversas etapas podem ocorrer antes e/ou em paralelo, dependendo da dinâmica organizacional interna de cada grupo social. Se o grupo não aceitar ou tiver dúvidas em relação ao processo de incubação,

espera-se um tempo (indeterminado, pois depende de cada caso) para que o processo de incubação possa ser prosseguido ou interrompido.

É objetivo da metodologia de incubação tentar entrar em sintonia com a realidade do grupo, de acordo com a história de cada um, possibilitando uma construção que exercite o trabalho em equipe e propicie às pessoas um caminho alternativo de inclusão social e econômica. À medida que os grupos foram sendo formados e acompanhados pela INCOOP, pôde-se comparar se a proposta foi condizente com a realidade vivenciada pela interação de ambos (grupos e INCOOP).

Para a INCOOP o processo de incubação inicia-se após a apresentação dos princípios do movimento cooperativista popular e do papel que a Incubadora desempenha nesse processo. A proposta das etapas de incubação e seus ideais para uma relação social, econômica e cultural mais justa tem dado ênfase ao trabalho de construção coletiva do processo de incubação. A INCOOP, como mediadora, procura trazer a realidade e a história de cada pessoa do grupo como fator importante e desencadeador do processo. Parte dos aspectos que envolvem a vida social dos cooperados são considerados, de modo que a experiência da cooperativa estenda-se para as outras atividades do dia-a-dia da comunidade, não se restringindo, portanto, ao âmbito da cooperativa.

As etapas do processo de incubação, apresentadas no quadro anterior, levadas em considerações as especificidades de cada grupo, têm mostrado falhas, pois os grupos analisados nesta tese estão apresentando conflitos internos graves que podem ser atribuídos, em parte, ao processo de incubação. Mais adiante apresentar-se-á a situação conflituosa dos grupos.

Para que esse processo seja mais eficiente, a técnica utilizada, no escopo da pesquisa participativa, é a da aprendizagem pela ação, que necessita de constante avaliação, monitoramento e análise das relações, de ações e resultados obtidos entre as equipes da INCOOP e os grupos incubados; que propõem não só alternativas e planejando conjuntamente, mas também as direções a serem tomadas diante do cenário que se configura.

A incubação procura abordar o indivíduo de modo que ele tenha fortalecido a sua auto-estima e o desenvolvimento de suas potencialidades profissionais, propiciando atividades que vão desde a contribuição no processo de formação até o planejamento das tomadas de decisões. Ela estimula trocas de conhecimento para que haja o aprofundamento de questões que permeiam as relações e experiências interpessoais e estas com o universo do trabalho e social. Porém, pode-se perceber que parte da equipe da INCOOP carece de formação profissional e experiência prática desse tipo para o acompanhamento dos grupos, pois as experiências e atuações dessa parte da equipe eram bastante insipientes.

Na formação de cooperativas, várias ações acompanham - o tempo todo - as discussões e, portanto, não são intervenções pontuais temporais; um exemplo é a formação para o cooperativismo, que deve permear todo o processo, não se restringindo apenas ao curso inicial. Na medida em que os cursos são realizados, parte dos cooperados aprende, mas não internalizam totalmente os conceitos, no sentido do pleno aprendizado e seus significados e, outros cooperados aprendem com o dia-a-dia do trabalho coletivo. Convém que se busquem outras maneiras para que isso ocorra de forma mais clara e fortaleça a coesão social do grupo incubado.

De acordo com análise feita em relatórios da INCOOP (2002), alguns dos aspectos indicados como relevantes no processo de incubação a partir de projetos desenvolvidos ou em desenvolvimento permeiam várias questões, no entanto as que mais podem ser trabalhadas pela própria incubadora, no momento de sua consolidação, são: familiaridade dos responsáveis pelo processo de incubação com atividade econômica escolhida pelo grupo; estruturação do grupo que se responsabiliza pela incubação para conduzir o processo (número de pessoas, funções que assumem etc.); qualidade de conhecimento de características diversas do grupo potencial pelos responsáveis pelo processo de incubação, em especial no início desse processo; entendimento sobre o registro, a sistematização e a avaliação do processo de incubação (a Cooperlimp, por ser a primeira incubada, foi o grupo que menos teve registro formal dentro da incubadora); qualidade da

comunicação entre os vários envolvidos no processo de incubação; papel desempenhado por mediadores junto aos envolvidos no processo de incubação; qualidade da participação dos responsáveis pela incubação, nas negociações com agências demandantes ou de apoio local.

Observou-se que a equipe da INCOOP conhece os principais problemas a serem sanados internamente e os que estão relacionados diretamente com os grupos incubados. À medida que o processo de incubação ocorre, exige-se uma grande gama de habilidades interpessoais da equipe para que ela possa perceber os problemas, analisá-los e atuar na sua resolução em conjunto com o próprio grupo. Uma habilidade fundamental é conseguir influenciar o grupo de maneira que eles percebam que necessitam criar habilidades próprias que gerem autonomia e independência perante a INCOOP. Esse processo é bastante complexo e não acontecerá rapidamente, mas deve partir da equipe de incubação a atitude que possa servir de exemplo para o grupo assumir tal responsabilidade. Nos dois casos analisados mais adiante, retomar-se-á esse tema.

Outros aspectos do processo de incubação também são fundamentais, por exemplo: escolha e conhecimento da atividade econômica que o grupo incubado faz; parcerias financeiras; motivação do grupo; entrada e saída dos membros do empreendimento, entre outros. No entanto, todos esses aspectos citados devem, necessariamente, estar permeados com o curso de motivação para o Cooperativismo, cujos princípios adotados são fundamentais para a adoção de atitudes em prol da emancipação social através da democracia e da solidariedade. Sem a aquisição desses valores, poderão ocorrer instabilidades nos grupos incubados.

Para a INCOOP, a preocupação deve ser constante com os aspectos analisados. Há um estudo sistematizado das funções de seus diferentes integrantes sendo implantadas, porém a prática dessas funções exige habilidades que podem e devem ser desenvolvidas pelas pessoas que são responsáveis por elas. Não adianta ter o procedimento definido se não houver a prática condizente. O processo de incubação poderá sofrer conseqüências graves como desviar o seu objetivo para o assistencialismo ou para as ações

missionárias de ajuda aos grupos excluídos. A INCOOP sabe que esse é um risco que deve ser constantemente avaliado, porque a diferença da relação entre incubação e assistencialismo está nas atitudes, conhecimentos e experiências de seus integrantes perante os grupos incubados.

Os objetivos da incubação permeiam a inserção da cooperativa no mercado e analisa se a sua existência é viável e duradoura, passando pela etapa de construção do sujeito em formar um coletivo. Buscar a concretização da cooperativa é investir em cada pessoa que se dispõe ao projeto coletivo. Assim, o fortalecimento da cooperativa, em termos teóricos, concentra-se na plena realização do indivíduo que não deve se descaracterizar em relação ao coletivo. Percebeu-se, porém, que os conflitos⁶² acontecem, tanto nos grupos incubados, como, internamente, na própria Incubadora.

Em relação à INCOOP, os seus coordenadores e técnicos também divergem em termos ideológicos, como por exemplo, no entendimento do que seja Economia Solidária, conceito que deve embasar toda a organização interna do projeto e o ideal de incubação. Verifica-se que houve divergências graves, no ano de 2001, no qual se romperam alguns laços que estavam aglutinando o grupo constituído até então.

Um fato grave, que merece ser mencionado, foi a saída de um integrante da INCOOP para trabalhar na Prefeitura da cidade de São Carlos, SP, e desenvolver projetos semelhantes ao da incubadora, abrindo, indiretamente, concorrência com os grupos incubados e/ou acompanhados⁶³. Outro fato foi a saída de mais um de seus integrantes que buscava desenvolver uma organização interna mais formalizada, procurando, documentar todas solicitações e demandas de possíveis grupos a serem ou não incubados. Uma das conseqüências foi a desestabilização do grupo, ainda frágil, que durante

⁶² Os conflitos são necessários, em determinadas doses, pois podem levar às mudanças positivas no grupo. Por exemplo: à medida que são superados podem fortalecer a coesão social do grupo. Por outro lado, os conflitos podem gerar situações negativas que podem acarretar em desestruturação dos laços criados e rompimento das relações estabelecidas (ETZIONI, 1980).

⁶³ O projeto que a Prefeitura de São Carlos iniciou com a INCOOP em 2000 e foi rompido em 2001 objetivava criar duas cooperativas. Uma está sob a responsabilidade da incubadora e outra passou a ser responsabilidade da Prefeitura.

um longo tempo (dezembro de 2001 até outubro de 2002) não conseguiu se reorganizar plenamente.

Em visita à INCOOP, no mês de setembro de 2002, percebeu-se um certo abandono das pessoas em relação ao projeto e ao ideal, que no início se fazia muito presente. O descaso com a limpeza do local de trabalho e a ausência das pessoas que integravam a INCOOP caracterizavam o abandono ou a falta de consideração com o projeto.

As pessoas que compõem as diferentes equipes de incubação⁶⁴ encontram-se somente em reuniões agendadas periodicamente. Além disso, o trânsito dessas equipes varia bastante, pois os técnicos e alunos bolsistas são as pessoas que mais estão presentes na INCOOP. Os coordenadores de projetos, que são professores da universidade, acumulam muitas tarefas e, por isso, aparecem com menos frequência na INCOOP. Um problema a esse arranjo de funções é o tempo de dedicação dos coordenadores e do coordenador geral da incubadora. O ideal seria que houvesse dedicação exclusiva do coordenador geral e dedicação parcial dos coordenadores de projetos para propiciar maior integração e troca de experiências, em termos de metodologia de incubação e discussão teórica, fazendo, assim, com que o projeto da INCOOP se estabilizasse e criasse uma cultura organizacional⁶⁵ enraizada sob os valores da Economia Solidária e dos EESs. Nota-se, entretanto, que há uma barreira institucional da própria universidade que não consegue ampliar seu quadro de docentes e funcionários para desempenhar tarefas como as que existem na INCOOP.

Um conhecimento ainda em construção, que merece especial atenção, é a necessidade de se preparar anteriormente os participantes do processo de incubação em relação à interação com o grupo incubado. No final de 2002, observou-se que os grupos não tinham conhecimento para desenvolver a organização cooperativista sem o amparo da equipe da incubadora. A equipe

⁶⁴ Entende-se por diferentes equipes de incubação, a formação de grupos para o acompanhamento específico de um projeto em andamento sob a supervisão de um coordenador-professor da UFSCar.

⁶⁵ Entende-se por cultura organizacional um sistema de representações simbólicas que expressam formas comuns de aprender o mundo, possibilitando a comunicação entre os membros de um grupo. Além disso, a cultura pode determinar os padrões de relações de trabalho que se formam nos grupos organizados (GALLO, 1999 e FLEURY, 1987).

da INCOOP adquiriu, portanto, uma experiência empírica ainda incipiente, em 3 anos de existência, para promover o desenvolvimento, a coesão social e a continuidade do grupo de uma forma mais racional.

O relato⁶⁶ de uma cooperada deixa essa situação clara:

O técnico responsável saiu e vai passar tudo o que ele fazia para aprendermos. Ele fazia tudo, nos éramos muito dependentes dele. Se desde o começo ele (o técnico) tivesse feito coisas, mas com a responsabilidade do grupo... Era sempre responsabilidade dele, a Presidente ia junto, mas ele que lia o contrato, fazia tudo. Isso não criou responsabilidade e aprendizado para quem deveria ter (toda a diretoria da cooperativa).

Observou-se que os grupos, compostos por pessoas carentes social e economicamente, estão muito mais propensos a deixar as decisões serem tomadas por quem os acompanha, nesse caso a INCOOP. Em um primeiro momento, esse fato pode servir para o aprendizado do grupo incubado, mas não deve se tornar uma rotina e, com isso, criar dependência. É nesse sentido que a equipe da incubadora deve tomar o máximo cuidado e não propiciar dependência nas tomadas de decisão do grupo e não criar o papel de ser missionária, “*não dar o peixe, mas sim ensinar a pescar*”, como a Cáritas vem trabalhando.

Em observações e conversas informais com técnicos da INCOOP, sobre os coordenadores de projetos, ficou claro que, apesar de existir um consenso sobre o processo de incubação, não havia e não há semelhança nas suas atuações. Cada coordenador tinha e tem uma maneira de atuar perante o grupo que acompanha, dificultando a implantação de métodos de incubação semelhantes.

O senso comum parece prevalecer, através de conhecimentos e atuações empíricas, mais do que as teorias e métodos científicos que podem auxiliar e deixar o processo de incubação mais eficiente.

⁶⁶ Procurou-se corrigir os erros de linguagem das falas dos entrevistados sem que o conteúdo das mesmas fosse afetado.

4. 2. Caso 1 – COOPERLIMP

A Cooperativa de Limpeza do Jardim Gonzaga de São Carlos, SP, foi o primeiro grupo a ser incubado pela INCOOP. Foi também a primeira experiência empírica dos técnicos, professores e alunos envolvidos com o projeto de incubação. Tal fato pode ter resultados enviesados como a criação de dependência do grupo em relação à INCOOP, que apresenta falhas de acompanhamento do grupo, às vezes assistencialista, às vezes mais racional. Poucos dados registrados foram encontrados sobre a história do grupo. Outros fatos e histórias do grupo serão analisados a seguir.

4.2.1. História da Constituição da Cooperativa de Limpeza do Jardim Gonzaga – São Carlos

Uma das cooperadas definiu, em setembro de 2001 – dois anos após a fundação do empreendimento - o que significava uma cooperativa no seu entendimento:

É um grupo de pessoas que se reúne com o mesmo objetivo (arrumar trabalho), dando oportunidades para pessoas que já não conseguem trabalhar devido à idade ou algo parecido.

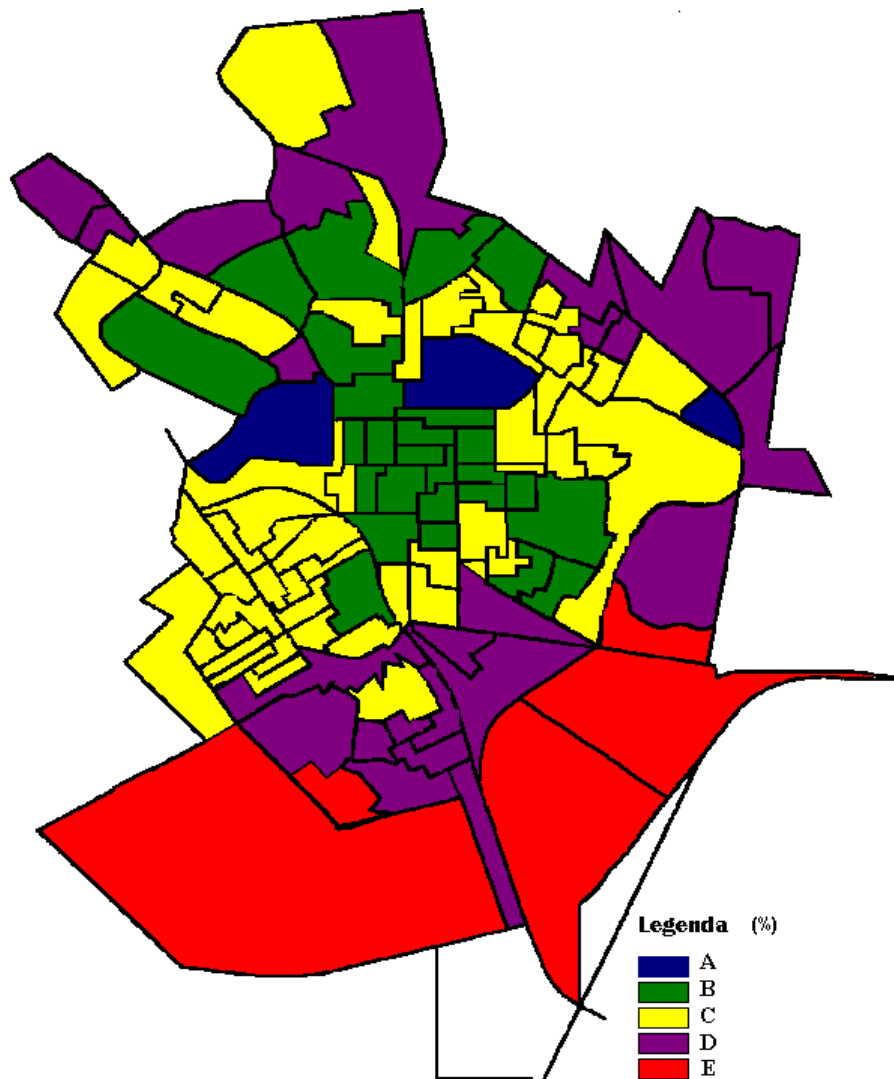
A história do grupo iniciou-se em meados de 1998, quando a liderança comunitária de um dos bairros mais carentes da cidade de São Carlos convidou a Coordenação dos Núcleos de Extensão Município e Cidadania da UFSCar e demais interessados da comunidade acadêmica a participarem das reuniões da sua associação de moradores. Nessa mesma época, no Núcleo de Pesquisa e Documentação do departamento de Ciências Sociais, ocorria uma pesquisa intitulada *Condições de vida e pobreza em São Carlos: uma abordagem multidisciplinar*, que indicava, a partir de cinco variáveis - renda, inserção no mercado de trabalho, moradia, escolaridade e saúde - quais os bairros mais carentes do município. Dentre eles, a pesquisa constatou que o Jardim Gonzaga, o mesmo bairro que solicitou a visita da UFSCar à sua

associação, era o mais carente, tornando-se, assim, a primeira experiência da INCOOP. No mapa a seguir, esse bairro se situa na região vermelha e na categoria socioeconômica, caracterizando a situação de extrema marginalidade e exclusão.

Inicialmente, as discussões entre a equipe da INCOOP e os moradores centraram-se nas condições de moradia e escolaridade da referida população. As primeiras discussões estabelecidas permitiram constatar que a ausência de oportunidades de trabalho antecedia à questão da precariedade de moradia. Todavia, a baixa escolarização colocava-se como fator anterior à inacessibilidade ao mercado de trabalho, razão pela qual uma proposta de ação voltada para a busca de alternativas de obtenção de renda só seria sustentável no longo prazo, com o enfrentamento das restrições ao mundo da escrita que poderia levar ao acesso de um conhecimento mais técnico dentro das várias habilidades profissionais (VALÊNCIO *et. al.*, 2000).

Algumas pessoas iniciaram e/ou voltaram a estudar e outras não, devido a vários fatores, como: idade avançada, falta de tempo por fazer parte de uma família numerosa, ser chefe de família e, até mesmo, desmotivação pela situação de carência vivida. Essa situação demonstrava que a busca dos elementos que instrumentalizam a construção da cidadania se colocava como objeto primeiro para a ação da INCOOP. Foi essa a razão pela qual o grupo estruturou cursos de alfabetização de adultos, de desenvolvimento sustentável em conjunto aos que tratavam de relações interpessoais, de motivação para o cooperativismo, auto-gestão e autonomia. O objetivo era ampliar a discussão de renda para uma discussão mais abrangente sobre dignidade e cidadania, tentando, com isso, elucidar as relações que movem política, social e economicamente o conjunto da sociedade.

Figura 5
Mapa de São Carlos com a divisão das categorias socioeconômicas



Fonte: Pesquisa “Condições de Vida e Pobreza em São Carlos: a Questão da Pobreza. Uma Abordagem Interdisciplinar” NPD - Núcleo de Pesquisa e Documentação “Prof. Dr. José Albertino Rodrigues”- DCSO/ UFSCar, 1994 (NPD, 1994 citado por LAISNER, 1999).

Dessa forma, surgiu o embrião do que hoje é a COOPERLIMP, constituída por meio do estímulo ao trabalho cooperativo que supera razões apenas econômicas e traz, à tona, toda a discussão das estruturas onde estão alicerçadas a sociedade. O simples ato da legalização da cooperativa exige que os cooperados tenham seus documentos pessoais em ordem, o que não era o caso de muitos deles, que sequer detinham um registro geral. Obter tal

documento foi significativo, não apenas para a finalidade do trabalho, mas como um passo no processo de construção da dignidade e da cidadania dos cooperados. O conjunto das ações em busca dos direitos e o acesso a novas oportunidades de integração econômica e social foi o que garantiu a saída definitiva da situação de exclusão em que o grupo se encontrava.

Nesse sentido, a Incubadora passou a incentivar as análises contextualizadas a partir do modelo de gestão cooperativista, para que não se estendessem apenas internamente aos cooperados, mas ao bairro todo (localidade marginal em relação ao centro da cidade), que é a unidade espacial onde grande parte das cooperativas urbanas estão surgindo. Tal situação resultou em ações organizadas que procuram interferir sobre a realidade de tal modo a promover mudanças para superar a situação de marginalidade e motivar a adesão de mais sujeitos.

Para concretizar essa expectativa, foram inicialmente realizadas, no bairro, reuniões abertas a toda comunidade, convidada por meio de divulgação por carro de som, cartazes e as lideranças comunitárias. O envolvimento da Universidade foi o de conhecer os problemas relacionados ao desemprego; elucidar, quando possível, os vários aspectos da situação encontrada; ouvir as aspirações e as sugestões para a reversão da situação, ampliando a relação de troca para um exercício de construção da cidadania e do desenvolvimento da maturidade das relações no trabalho coletivo.

Um exemplo desse processo foi a elaboração do Estatuto, sobre o qual se discutiu exaustivamente durante oito reuniões com o coletivo do bairro. Os assuntos variavam entre os direitos e deveres, a escolha da direção, e a democracia interna entre as futuras cooperadas, que deveria ser norteadas pela legislação vigente. Houve a necessidade de se contar com o auxílio de um profissional da área de Direito, tendo sempre como base de discussão o contexto associativo. Também houve a exigência da participação ativa de todos os envolvidos no processo de incubação, por parte da INCOOP e do grupo em potencial, como um exercício de decisão democrática que mesmo a academia, envolta no respeito excessivo às competências específicas, não tem mais por hábito realizar.

O risco que se corria, nesse momento, era o de alcançar o objetivo de forma pouco eficiente, ou seja, acabar caindo no trabalho assistencial e missionário, no qual a subjetividade poderia tomar conta do processo de incubação.

Em um certo sentido, mais do que um Estatuto bem elaborado, o principal objetivo da constituição participativa de todas as futuras cooperadas era se retirar, aos poucos, da situação de anomia em que estavam vivendo, fazendo-se compreender como participantes na construção de um futuro mais promissor, rompendo as amarras do assistencialismo fácil. Para agir em direção à formação da cooperativa era preciso dedicar-se ao estudo e discussão acerca do funcionamento dessa estrutura. Não raro, as futuras cooperadas previam obrigações ou aspiravam a direitos que estavam escudados nas relações assalariadas de trabalho, isto é, pautadas em um vínculo de submissão inexistente em uma estrutura cooperativa, de empreendimento autogestionário, o que exigia constante retomada das discussões, a fim de que os novos conceitos fossem adequadamente apreendidos. Também se consolidou o conjunto de informações que a parcela universitária - INCOOP - do grupo deveria dominar para bem orientar aos demais. Tanto a INCOOP quanto os grupos cresceram e adquiriram muito conhecimento, tanto a respeito do processo de incubação quanto do trabalho cooperativo.

A escolha da atividade de limpeza se deve ao fato de as cooperadas possuírem mais habilidades e conhecimento sobre essa função econômica, além de terem, ao decidirem pela atividade, realizado cursos específicos sobre limpeza industrial, habilitando-se às exigências do mercado.

4.2.2. No meio do caminho...

No final do ano de 2001, foram coletados novos dados sobre a cooperativa, já com quase dois anos de existência e trabalho. Os dados analisados relatavam uma significativa melhora no grupo e uma melhora individual. Dois grupos de oito pessoas possuíam contrato de trabalho com a

UFSCar, um prestando serviços de limpeza ao Restaurante Universitário e o outro prestando serviços de apoio áudio-visual às salas de aula.

Neste período, a COOPERLIMP era composta⁶⁷, em termos de gênero, por uma quase totalidade de mulheres e um homem (31 integrantes no total), sendo que algumas das mulheres eram chefes de família. Das 17 entrevistadas⁶⁸, 6 eram chefes de família.

Em 2002, houve um aumento significativo do número de cooperados, de 31 para 69, sendo que 10 eram do sexo masculino. O motivo do aumento do número de associados foi o estímulo às possibilidades de novos contratos de trabalho com outras empresas da cidade.

A origem étnica era e continua sendo miscigenada, com predominância negra, sendo que a origem territorial, em sua maioria, é do interior de São Paulo e, uma minoria, do interior de Minas Gerais e do Paraná. Muitos dos cooperados vieram de famílias rurais e passaram a morar na cidade, mas continuavam a trabalhar como bóias-frias, principalmente, para as usinas de cana de açúcar da região de São Carlos. Cite-se, como exemplo, a fala de uma cooperada que deixa isso claro:

... eu vim com a minha família, ainda pequena, meu pai era trabalhador da roça.

No momento da legalização da cooperativa, cinquenta por cento (50%) das pessoas não possuíam um dos documentos de identificação (RG e CPF) e dez por cento (10%) não possuíam qualquer documentação. Posteriormente, todas adquiriram e/ou regularizaram sua documentação pessoal. Algumas têm ensino fundamental incompleto, poucas têm o ensino médio e duas entrevistadas não sabem ler, sendo que uma só estudou até a primeira série e outra nunca estudou. Porém, a maior parte delas tem interesse em continuar estudando.

⁶⁷ Esses dados, em sua maior parte, foram colhidos através de um questionário composto por perguntas abertas e fechadas elaborado pela autora, situado no apêndice desta tese. As cooperadas que responderam são as que estavam com o contrato de trabalho em andamento. A outra parte dos dados encontra-se em CASTILHO *et. al.* 2000.

⁶⁸ A quantidade de entrevistadas, um total de 17, corresponde às cooperadas que têm contrato de trabalho e desempenham atividades remuneradas dentro da cooperativa.

O grupo não tinha experiência de trabalho em equipe nem conhecimento sobre o cooperativismo, tendo pouca participação em movimentos sociais, sendo apenas local: pastoral e associação de moradores. Em 2002, esse quadro foi modificado, pois, quando era necessário, as mulheres participavam de eventos para a divulgação da Cooperativa e estavam ensinando aos novos integrantes, informalmente, os principais conceitos em relação ao empreendimento.

Antes da cooperativa, o trabalho era individual, através de "bicos", caracterizando a informalidade do grupo. Algumas pessoas estavam completamente desempregadas e sem remuneração, vivendo da ajuda da família. O grupo tinha experiência na atividade escolhida (limpeza), porém baixa especialização em limpeza industrial, que foi sanada através de cursos sobre o trabalho escolhido.

Havia uma grande limitação do canal de diálogo do grupo com o poder público. Também havia muita dificuldade de visibilidade de oportunidades de inserção econômica e social, uma vez que esse grupo era vítima de preconceitos quanto à localidade do bairro na cidade⁶⁹. Todavia, observou-se que o grupo não reconhecia totalmente esse sentimento, o qual pode ser uma das causas de conflitos internos que se manifestaram no grupo.

Depois de iniciado o processo de incubação, as habilidades que a equipe adquiriu foram as seguintes:

- Obtenção de informações e regulamentações sobre a necessidade e importância dos documentos pessoais;
- Realização da Formação para o Cooperativismo, curso oferecido pela Incubadora para que conhecessem todas as fases do processo;
- Compreensão e elaboração do Estatuto pelo grupo, que reconheceu a sua importância; consolidação da democracia participativa através de assembleias, diretoria, conselho fiscal, etc. Já houve troca de diretoria e todos aceitaram bem o processo de mudança de gestão;

⁶⁹ Bairro tido como um dos mais violentos da cidade.

- Capacitação e qualificação no trabalho de habilidades específicas (limpeza industrial);
- Capacitação em coleta de dados como informações sobre o mercado e possíveis clientes.
- Com o início das atividades, no primeiro contrato de trabalho, houve a preocupação com segurança no trabalho (uniformes, EPIs);
- Informação/aplicação dos direitos e deveres trabalhistas;
- Constituição e administração de fundos da cooperativa, sendo que a renda familiar do grupo aumentou;
- Trabalho em equipe e autogestão.
- Discussão e elaboração da logomarca e *marketing* entre os cooperados;
- Participação em eventos em vários municípios como forma de informação e intercâmbio com outros grupos.

No final de 2001, foram colhidos outros dados do mesmo grupo, buscando informações a respeito das condições de trabalho e vida e suas relações de trabalho. As respostas foram surpreendentes, como se verá a partir da análise que se segue.

Do total de 17 entrevistas, duas não fizeram investimento na sua casa por serem solteiras e morarem com os pais. Todas as casas das cooperadas possuíam água, saneamento básico e energia elétrica. As outras 15 investiram em ampliação e reforma da casa, o que se evidencia nos seguintes relatos:

terminei o reboco da minha casa...

pintei a minha casa...

construí mais um cômodo...

O contrato que elas têm é com a própria UFSCar, em dois lugares do campus: o Restaurante Universitário e Apoio de Material Didático às salas de aula. Em relação às condições de trabalho na cooperativa, todas responderam que eram boas, pois adquiriram e/ou melhoraram suas habilidades nas atividades desenvolvidas no trabalho. O ambiente é mais harmonioso do que

as experiências anteriores de trabalho. Algumas lembraram que fazem rodízio de atividades, o que consideram positivo. Seus companheiros, familiares, esposos e filhos apóiam o trabalho delas, porém no início das atividades alguns resistiram à idéia do trabalho na cooperativa, por não conhecerem como funcionariam a organização e os contratos estabelecidos.

O relacionamento com outras pessoas nas respectivas atividades anteriores era de obediência, em primeiro lugar, e depois de amizade. As relações de trabalho também são melhores do que as anteriores, pois o contrato estabelecido com a UFSCar cumpre os fundos que o Estatuto da cooperativa prevê, como por exemplo, férias, 13^o. salário, licença maternidade, INSS (pago individualmente) etc. Muitas das cooperadas não possuíam esses direitos antes do trabalho na cooperativa.

Antes de se tornarem cooperadas, nove estavam completamente desempregadas, duas faziam bicos (doméstica e manicure); quatro em trabalho temporário; uma empregada e uma não trabalhava.

Foi perguntado às cooperadas como eram as condições de trabalho anteriores à cooperativa. De todas, uma não havia trabalhado, dez tiveram emprego com carteira assinada em algumas das atividades anteriores e, cinco nunca tiveram carteira assinada. As reclamações eram sobre as péssimas condições de trabalho na lavoura, como variação de clima (ora quente, ora frio); atividades perigosas e mau cheiro. Outras atividades eram as de empregadas domésticas e/ou faxineiras na indústria ou no comércio, vendedoras, costureiras e manicures.

O caso demonstra que a possibilidade de se obter uma ocupação passa a ser maior nas atividades informais, mas a referência social continua a ser, no inconsciente coletivo, o fato de se estar empregado no setor formal com carteira assinada (DUPAS, 1998). Uma das questões levantadas confirma essa situação, pois boa parte das respostas em relação ao que a cooperativa tinha de ruim era que não tinham a carteira assinada (seis repostas). O grupo não havia ainda conseguido internalizar os valores cooperativistas, e que o trabalho coletivo poderia ser uma alternativa em relação ao trabalho assalariado.

Confirmando a diretriz que as políticas sociais têm diminuído, as cooperadas e suas famílias, respectivamente, responderam que recebem ou receberam poucos benefícios sociais do governo. Duas receberam seguro-desemprego; cinco têm familiares que recebem aposentadorias; uma recebe pensão; três (familiares) receberam Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e dois o Programa de Integração Social (PIS); dois filhos de cooperadas recebem aposentadoria por invalidez e três filhos recebem bolsa-escola.

Ao perguntar se existiam conflitos na cooperativa, a maior parte delas respondeu que há desconfiança; discussões sobre o pagamento; fofoca; falta de união e de participação. Talvez mais contratos de trabalho pudessem resolver isso, mas o relato delas é que é preciso buscar melhor entrosamento, participação e diálogo. Esse fato demonstra a pouca coesão do grupo, o que pode levar à sua ruptura, preocupando a equipe da INCOOP que os acompanha.

Por outro lado, elas responderam quais os benefícios da cooperativa:

não ter patrão...

decisão é tomada pela maioria...

o trabalho, a união, a convivência, a "luta", os fundos depositados...

A partir dessas declarações, tem-se a impressão de que se começam criar valores cooperativistas importantes para a coesão social e formação de uma cultura organizacional, a qual é construída ao longo da história da organização e sua consolidação, no mercado, leva um tempo indefinido para ser sedimentada. Nesse caso, a cultura do grupo tem de ser construída enfrentando diversos desafios, dada a deficiência educacional do grupo e a pressão da cultura capitalista de subordinação, à qual todos estão acostumados. Superar essas barreiras fará com que o grupo se consolide e se fortaleça para a sua permanência no mercado.

Por fim, ao perguntar o que é uma cooperativa, poucas tiveram uma resposta próxima ao conceito formal, mas muitas chegaram perto, como é o caso destes exemplos:

é um grupo de pessoas trabalhando, ajudando o outro com direitos iguais...

ambiente de trabalho sem chefe, a gente administra tudo...

é um grupo que trabalha junto...

Aqui também se observou uma falha de conhecimento sobre o conceito de cooperativa, mas aos poucos elas podem conseguir consolidar a idéia mais formal desse significado.

4.2.3. Para onde seguir...

A fala de uma cooperada, que está desde o início, sobre a atual situação da cooperativa em setembro 2002, um ano após os dados apresentados na seção anterior, é capaz de responder à questão 'para onde seguir...'. Veja-se:

Um quer por o bico nas coisas que o outro está fazendo. Tá muito difícil, ninguém compreende mais ninguém. Hoje se você me perguntar o que é uma cooperativa eu não sei responder, porque já mudou tudo... Eu acho que não vai consertar. É daí para pior, eu acho que não tem mais volta. Teria de ter o corte desde o começo, como não teve, agora não consegue mais. Pode mudar, mas não sei quando, só se montar outra. Hoje eu não gosto da cooperativa, foi bom. Eu só estou aqui porque preciso trabalhar, porque se eu não precisasse, não tava aqui não. Estou meio desiludida, você ficar escutando coisa que não deve. A gente é uma família, sente quando acontece algo com uma amiga. Nós vamos para casa só para dormir. Então a família da gente tá aqui, a gente deveria se considerar uma família, mas não tem jeito. O problema da cooperativa hoje é muita discussão. Essa discussão não é boa, é sempre que acontece e não se resolve. Discuti hoje, aí vai sempre tocando no assunto até que a pessoa se enche. A pessoa se cansa.

Esses sentimentos expressos no relato anterior também foram percebidos no grupo ao observar como as cooperadas discutiam os seus problemas. Havia sempre discussões entre elas, pois as conversas não estavam sendo amigáveis e respeitosas.

O processo de constituição da COOPERLIMP, no seu início em 1999, teve uma preocupação muito grande com o grupo em si. O seu objetivo era estimular o grupo a integrar-se, a melhorar sua auto-estima e reconstruir a dignidade e a cidadania das pessoas para poder motivar a sua emancipação social através da formação da cooperativa.

De certa forma, o objetivo proposto foi atingido e o grupo saiu de uma situação de anomia ao dedicar-se a escolher e implantar o processo de cooperação como alternativa de geração de trabalho e de renda. No entanto, ao longo de quase quatro anos de existência, a autonomia desejada pela equipe da INCOOP, ao tentar romper com a história de assistencialismo que o grupo recebia anteriormente, aconteceu em parte.

A situação de dependência, a cultura de subordinação – histórica e socialmente construídas – ainda não foram superadas e criaram dependência em relação à incubadora, especificamente, com o técnico que mais teve contato com o grupo. O grupo e a INCOOP não conseguiram chegar a um consenso sobre o fato. Duas causas são as mais prováveis: a falta de experiência com os métodos da pesquisa participativa e sua implantação no grupo e a falta de conquista de autonomia do próprio grupo incubado. Há receio de ambas as partes em relação ao que deve ser feito daqui para frente, pois o momento de desincubação já teve início.

Um problema que se soma ao da conquista da autonomia do grupo é a existência de um conflito interno declarado e baseado, em grande parte, em problemas pessoais que são levados ao trabalho e geram maldizeres entre as cooperadas, acarretando no afastamento do grupo, em discussões e brigas. O relato anterior deixa evidente o descontentamento com o grupo, com a forma como ele está organizado, com os conflitos que superam os laços de companheirismo ou, como a cooperada relatou, a convivência existente é como se estivessem em família, pois passam a maior parte do tempo juntas.

Percebe-se que há pouco respeito entre as pessoas que compõem o grupo, o que causa crises, desconfiança e desmotivação. Muitas mulheres estão trabalhando na cooperativa porque não têm outra alternativa de sobrevivência.

Outra causa dos conflitos é a falta de liderança democrática interna e o desejo da existência de um chefe tradicional. O relato das cooperadas deixa isso evidente:

Tinha de ter uma pessoa que conversasse, falasse abertamente com cada uma, como uma chefe que tive.

Nesse momento da coleta de dados, observou-se uma situação ambivalente, mostrando a perda dos valores cooperativistas que o grupo havia aprendido no início, mas que, no entanto, não o internalizou, pois leva-se tempo para que esse processo aconteça. Em 2002, parece que ela evoluiu para um processo complicado e negativo, a ponto do grupo poder se desfazer.

As conseqüências mais visíveis são que o ambiente e as relações de trabalho, observadas em 2001, com significativa melhora em relação à situação anterior da cooperativa, em 2002 se perderam. Um primeiro momento de harmonia e aprendizado foi se desfazendo e as intrigas, crises e discussões foram se tornando mais freqüentes, até o ponto de algumas delas não saberem se a cooperativa vai continuar a existir.

É bom trabalhar na cooperativa, mas se as pessoas que trabalham dentro não ficassem com muita conversa. Estar conversando com uma e metendo o pau na outra, não é certo isso. Isso atrapalha. Não ficar falando por trás. Uma fala da outra, aí começa a briga. De manhã eu sou a líder, eu olho o serviço das que ficam a noite. Eu falo: galera tava isso e isso. Aí tudo bem. Mas, se fica outra pessoa que não sabe conversar: fulano falou isso e cria o conflito.

Os encontros dos integrantes da cooperativa nas assembléias também reforçam a existência de conflitos e idéias divergentes, pois:

nas assembléias os dois grupos de trabalho sentam cada um de um lado da sala e quem não trabalha senta no fundo.

Essa fala conclui que o conflito é permanente, confirmando a possibilidade de crises mais graves. A cena da Assembléia é clara na fala da cooperada. É possível imaginar os diferentes grupos separados, discutindo assuntos da cooperativa, desse modo é evidente a sua desunião. Um dos grupos de trabalho, que presta apoio às salas de aula da UFSCar, recebeu uma orientação de uma professora coordenadora da INCOOP para resolução de conflitos. Ao que tudo indica a orientação teve resultado positivo para o grupo:

Agora, quando acontece algum atrito entre duas pessoas, elas conversam antes para depois passar para o grupo.

Tanto a INCOOP como a Cooperlimp passam, em 2002, por uma fase complicada de conflitos e crises internas como já visto anteriormente no item referente à INCOOP. Os objetivos da INCOOP não foram totalmente atendidos, pois na entrevista com as cooperadas, observou-se a ocorrência de um desajuste com o ideal primeiro de solidariedade e cooperação e com a situação conflituosa existente. Uma das cooperadas, que era secretária da diretoria, deixou o cargo por não suportar a cobrança do grupo.

Uma pessoa quer saber e ser mais do que a outra...

A secretária deixou o cargo porque era muita responsabilidade e cobrança em cima dela...

Ao deixar o cargo de secretária, ficou claro que as cooperadas não estão devidamente preparadas para assumir responsabilidades e ter autonomia para tomar decisões em grupo. A autonomia pode ocorrer pelo exercício de construção de mais cursos sobre cooperativismo, projetos e planejamento do processo organizacional, visando consolidar sua existência e permanência. Todavia, esses cursos acontecem de forma estanque e sem

continuidade, podendo ser também uma das causas da falta de coesão social que os grupos não estão conseguindo adquirir.

Por outro lado, o tipo de influência que um coordenador ou um técnico exerce no grupo pode caracterizar a sua facilidade ou dificuldade em acelerar o processo de desincubação. A COOPERLIMP passou por essa situação em outubro de 2002, possibilitando perceber que havia grande incerteza do que poderia ocorrer daí para frente, sem a presença mais constante do técnico. Além do conflito existente, a influência é um fator importante para a existência e conquista de autonomia do grupo.

Os conflitos nos grupos incubados e analisados por esta pesquisa extrapolam a ideologia cooperativista e a organização do trabalho, girando em torno de crises pessoais e idéias divergentes que as pessoas trazem para dentro da cooperativa. Ao que tudo indica, os ideais de solidariedade e democracia não conseguiram superar vários fatores como: a história de vida das cooperadas que se socializaram com a cultura de subordinação; os problemas de violência que ocorrem no bairro onde moram e, que acabam por afetar o trabalho no dia-a-dia da cooperada; e as intrigas e maldizeres entre as pessoas.

O técnico saiu e está passando para nós tudo o que ele fazia. Uma parte das cooperadas está tentando se organizar para desempenhar o trabalho do técnico. Isso não foi falado para o grupo todo, somente na próxima assembléia.

Ao se perguntar sobre a possível reação do grupo, a cooperada respondeu:

O máximo que podem falar é que a cooperativa vai acabar...

A história por si só mostrará se o grupo sobreviverá aos conflitos, aos obstáculos e às limitações que terão pela frente. A oportunidade surgiu, depende agora das pessoas conseguirem criar os laços de solidariedade que

permeiam todo o processo de emancipação social e que são essenciais para a sobrevivência do grupo no mercado.

4.3. Caso 2 - COOSTURARTE

A COOSTURARTE caracteriza-se como uma cooperativa de produção de roupas e artesanato. Em 2002, era um dos grupos acompanhados pela INCOOP. Tem menos tempo de existência do que a COOPERLIMP, um ano e meio aproximadamente de diferença entre uma e outra, mas teve mais registro do processo de incubação. Os dados sobre esse grupo são mais detalhados que os do primeiro. Percebeu-se que a equipe de incubação se preocupou com o registro da história de desenvolvimento do grupo. A seguir serão apresentados e analisados os dados e a história do grupo.

4.3.1. História da Constituição da Cooperativa dos Trabalhadores em Confeções de São Carlos

A COOSTURARTE é formada por um grupo de mulheres, mais precisamente do bairro Monte Carlo da cidade de São Carlos, SP, (situado também na área vermelha do mapa exposto na página 131), que começou a se reunir, a partir de 1999, com um aluno da UFSCar com a finalidade de promover discussões sobre o contexto histórico-social, a situação de exclusão e as alternativas existentes. Dessas reuniões, surgiram duas possibilidades de formar cooperativas: de costura ou de alimentação, uma vez que várias mulheres do grupo tinham feito cursos de capacitação sobre esses temas no SESI-São Carlos.

Com o passar do tempo, o grupo oscilou muito em termos de frequência e motivação e foi se reduzindo. O grupo foi formado por mulheres, composto em sua maioria por donas de casa ou desempregadas, algumas com habilidades em costura “doméstica”, outras com experiência em costura industrial e as demais com vontade de aprender a costurar.

Com o início do processo de incubação, em outubro de 2000, começou a participar das reuniões, de forma mais efetiva, uma equipe da INCOOP, composta por uma professora responsável, um técnico, uma aluna bolsista e uma aluna voluntária da UFSCar, com o objetivo de contribuir para a formação da Cooperativa dos Trabalhadores em Confecções São Carlos, como atividades de trabalho definidas. Decisão então tomada pelo próprio grupo em função de habilidades previamente existentes e de menor probabilidade de risco (RELATÓRIO, 2002).

Como durante alguns meses houve uma grande rotatividade de pessoas no grupo, foi preciso fazer várias apresentações e esclarecimentos do trabalho a ser realizado pela Incubadora. Por diversas vezes foram esclarecidos e discutidos temas sobre cooperativismo, oportunidades de geração de trabalho e renda, exclusão social, cidadania e desemprego. Todas as discussões foram realizadas em reuniões com o grupo e, para um melhor entendimento, sempre foram utilizados exemplos de experiências de outras cooperativas, do conhecimento da equipe da INCOOP.

A consolidação do grupo aconteceu durante todo o processo de acompanhamento da equipe da INCOOP, pois, em cada reunião e atividades realizadas, eram observados os comportamentos que levavam o grupo a se constituir como cooperativa. A partir da análise desses comportamentos, foram planejadas ações/atividades, conforme a figura 4 exposta na página 119, sobre as etapas de incubação. Foram realizadas também conversas informais individualizadas para se verificar a motivação, interesses e dificuldades observadas para a formação da cooperativa.

Um ano se passou e em outubro e novembro de 2001 foram realizados dois treinamentos sobre "Trabalho em Equipe" por duas estagiárias (pessoas em fase de aprendizado ainda sem conhecimento adequado e com carga de responsabilidade muito grande) do Departamento de Psicologia da UFSCar, sob orientação de seus professores. O objetivo era melhorar o dia-a-dia do ambiente de trabalho. Através de dinâmicas de grupo, abordaram-se temas como comunicação, respeito, integração, transparência e preconceito. As cooperadas discutiram sobre a importância do grupo e sobre o progresso que

tiveram, conheceram-se com mais proximidade durante meses de convivência e, naquele momento, sentiam que a cooperativa estava se tornando uma comunidade, uma família. A maior dificuldade levantada pelo grupo, naquele momento, foi a comunicação que pôde ser trabalhada diariamente para que o grupo se mantivesse coeso.

Foi realizado um curso de Motivação para o Cooperativismo, antes da elaboração do estatuto da cooperativa, para que o grupo tivesse a possibilidade de incorporar mais facilmente os ideais cooperativistas na confecção desse documento. Esse curso também foi importante, pois foi nesse momento que as pessoas do grupo - ao receberem o certificado - se identificaram como cooperados e tiveram a oportunidade de se sentirem mais preparadas para a tarefa de formar e consolidar uma cooperativa. Devido à alta rotatividade das pessoas, o curso de cooperativismo foi realizado em dois momentos com esse grupo.

O primeiro curso aconteceu em dezembro de 2000, quando foram chamadas a participar diversas pessoas da comunidade. Um dos objetivos era dar oportunidade e trazer outras pessoas para integrar o grupo. O segundo curso ocorreu em junho de 2001 e, diferentemente do primeiro, participaram apenas as pessoas que estavam no grupo já consolidado e decidido a formar a cooperativa. Nesse curso, além de temas básicos, como os princípios do cooperativismo e da autogestão, trabalhou-se a formação de uma identidade do grupo na qualidade de integrantes de um empreendimento solidário. Através de algumas dinâmicas de grupo, as pessoas falaram um pouco sobre si mesmas e tomaram conhecimento sobre coisas que tinham em comum, além de concluírem que as diferenças que tinham eram importantes para que o grupo fosse mais forte.

Além do curso de cooperativismo, outra forma importante de capacitação foi a troca de informações e experiências com outras cooperativas que aconteceu, pessoalmente, num evento realizado em São Paulo, com mulheres de Piracicaba que possuíam, naquele momento, o intuito de formar uma Cooperativa de costura, e por telefone, com uma Cooperativa em Leme, SP, já constituída e em atividade.

A capacitação para o cooperativismo faz parte de um processo contínuo, sempre acompanhada de um monitoramento da equipe da INCOOP sobre os elementos que orientam o seu desenvolvimento, tais como: criar uma discussão sobre as relações de trabalho e relações no trabalho; analisar as formas de organização do trabalho; debater sobre exemplos de funcionamento de empresas, associações e cooperativas e suas diferenças; apresentar e debater a formação de cooperativas populares e o papel da Universidade nesse processo; analisar criticamente o histórico do cooperativismo; apresentar e discutir os princípios do cooperativismo tradicional e do cooperativismo popular; apresentar e adaptar o processo de incubação ao grupo específico; compreender a estruturação e planejamento de um empreendimento cooperativo; apresentar e debater algumas experiências na formação de cooperativas populares; discutir estratégias e metodologias para formação de cooperativas populares; realizar simulações sobre os princípios do cooperativismo; e realizar simulações de situações cotidianas das cooperativas e seus procedimentos; realizar simulações sobre a elaboração do Estatuto.

Embora as decisões fossem feitas coletivamente, a elaboração do Estatuto teve a participação de apenas algumas pessoas do grupo, que formaram uma comissão para realizar tal tarefa. Esse método tornou a discussão mais profunda, uma vez que, sendo realizada em comissão, facilitou a eliminação de dúvidas e a adequação da linguagem sobre os termos técnicos que passaram a ser melhor colocados para o grupo, através das pessoas que trabalharam na comissão do estatuto.

Para a Legalização da Cooperativa foram necessários alguns preparativos, como os seguintes: preparar documentação para a Junta Comercial; para o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); para o Posto Fiscal do Estado; para a Prefeitura; para o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

A Assembléia de Fundação da cooperativa foi realizada no dia 28 de maio de 2001, na Igreja Católica Madre Cabrini em São Carlos, SP, dando início às suas atividades legais. Durante a assembléia, foi lido, discutido e aprovado o Estatuto; foi eleita e empossada a Diretoria e o Conselho Fiscal.

A diretoria eleita foi modificada quando o processo de legalização já estava na Receita Federal, em função da Presidente estar em situação irregular (firma aberta em seu nome) – fato por ela omitido. A INCOOP havia informado sobre tal cuidado, quando algumas pessoas quiseram fazer parte da Diretoria, ou mesmo da Cooperativa, mas não tinham entrado no momento de sua fundação por estarem em situações semelhantes.

O grupo de cooperadas foi formado por mulheres com experiência em costura – as costureiras – e, por mulheres com pouco ou sem nenhuma experiência com costura – as auxiliares. A diretoria eleita, em Assembléia, com chapa única, foi composta pelo grupo de mulheres auxiliares, o que foi foco de preocupação da INCOOP por possibilitar futuros conflitos. Decidiu-se também que as costureiras receberiam uma renda superior, em 25%, à renda das auxiliares, dada a experiência anterior e a responsabilidade com o trabalho.

A diretoria tem uma série de obrigações diferenciadas e a INCOOP tem procurado capacitar as pessoas da Diretoria, através do processo de incubação, para que cumpram suas obrigações de modo a gerar transparência nas atividades da Cooperativa. Dessa forma, os membros da diretoria sentem-se seguros para exercer seu trabalho, porém as dificuldades são muitas: organizar o grupo e integrar as pessoas em um empreendimento solidário.

Uma comissão foi formada para elaborar propostas para o Regimento Interno e, depois de algumas reuniões, as cooperadas votaram, estabelecendo as seguintes regras:

- a) Comunicação: decidiram-se montar um mural, em que recados, balanço do mês, contratos, pesquisas de preços e notícias seriam afixados, quando necessário;
- b) Horários: estabeleceram-se horários de entrada e saída e os intervalos da manhã e da tarde;
- c) Limpeza da Sala: cada costureira deveria limpar a máquina que estivesse usando. Uma lista com o nome de todas as cooperadas indicava quem limparia o local em cada dia;

d) Balanco Geral: todo final de mês a Tesoureira deveria afixar o balanço da Cooperativa no mural.

Ao mesmo tempo em que se elaborava o Estatuto da cooperativa, planejava-se a escolha da atividade econômica que englobou questões referentes à motivação e às habilidades profissionais do grupo, além do estudo sobre o funcionamento e a viabilidade da atividade definida pelo mesmo. Desde o princípio, a atividade econômica de costura era de interesse das integrantes do grupo. A maioria sabia costura caseira, algumas já haviam feito cursos técnicos e outras tinham trabalhado em algumas empresas na prestação de serviço da área.

Com a oportunidade de fazerem um curso de *macramé*⁷⁰ e a identificação de algumas pessoas com esse trabalho, surgiu a possibilidade de incorporarem o artesanato na atividade da costura. Até então, a cooperativa produzia somente costura e, após várias discussões sobre diferenças entre artesanato, confecção própria e prestação de serviço, o grupo decidiu trabalhar com todas as opções. Em um primeiro momento, a prestação de serviço para outras empresas serviria para obter conhecimentos, experiência e para se tornarem conhecidas no mercado. Com a possibilidade e recursos para montarem sua própria confecção, incorporariam o artesanato para a diferenciação do seu produto.

Em relação à infra-estrutura do maquinário existente, primeiro fez-se um levantamento, entre as próprias cooperadas, de que máquinas possuíam e quais seriam necessárias para começar o serviço. O local para serem instaladas também foi motivo de grande preocupação, pois seria necessário um local de tamanho suficiente para caberem todas as máquinas e com instalações elétricas apropriadas.

Para implantar a Cooperativa eram necessários equipamentos, espaço físico, com infra-estrutura etc. Em junho de 2001, surgiu a oportunidade de ocuparem uma sala do Salesianos São Carlos (Educandário), onde eram realizados cursos de costura. O local que o pároco (padre) colocou à

⁷⁰ Uma forma de artesanato, em que se amarram as linhas até que se forme um desenho. A técnica é bastante antiga e tem sido passada oralmente de pessoa para pessoa.

disposição da Cooperativa estava preparado para iniciar a atividade econômica, contendo máquinas, alguns aviamentos, linhas e demais infraestrutura para atender às necessidades.

Em princípio não foi necessário pagar aluguel nem as despesas com eletricidade. Em contrapartida as cooperadas costuravam algumas peças para serem vendidas no bazar realizado no Educandário e outras de necessidade dos funcionários e pessoas do local. Com essa parceria, a cooperativa teve a possibilidade de iniciar suas atividades.

Para a capacitação técnica, foram desenvolvidos cursos, oficinas e treinamentos para que a cooperativa passasse a ter maior qualidade no desenvolvimento de suas atividades. Foram realizados cursos de artesanato, oferecidos gratuitamente por uma pessoa especialista no assunto, e em relação à costura, o grupo recebeu algumas orientações de pessoas que já tinham trabalhado em empresas na prestação de serviço.

A capacitação para a autogestão também tem permeado todo o processo de incubação, sendo mais evidenciada a partir do momento em que o grupo começou a desenvolver a sua atividade. Após a legalização, iniciaram-se reuniões periódicas com a Diretoria e com o Conselho Fiscal da Cooperativa.

Antes de assumirem a prestação do primeiro serviço, as cooperadas freqüentaram o Educandário – o local de trabalho - durante cerca de um mês, para a realização de treinamentos. Confeccionaram, por exemplo, jalecos para os funcionários, cortinas para as janelas e camisetas para as crianças do local.

Para facilitar a administração da Cooperativa e o desenvolvimento da atividade econômica, foram formadas Comissões com as seguintes atribuições:

- MATERIAL: pesquisar fornecedores; fazer pesquisa de preço; efetuar compras; receber material; estocar os produtos; controlar entrada e saída dos produtos;
- BUSCA DE TRABALHO: pesquisar possíveis clientes; formular estratégias de venda; negociar com o cliente; efetivar contratos; divulgar serviços oferecidos e produtos da Cooperativa;
- COMPOSIÇÃO DE PREÇO: fazer pesquisa de mercado; montar preços (calcular impostos, mão-de-obra, etc);

Para cada comissão foram selecionadas algumas cooperadas, que são responsáveis pelas atividades listadas anteriormente. Também foi selecionada uma pessoa como responsável pela organização do trabalho, que consistia em organizar as peças a serem costuradas entre as máquinas e costureiras. Outra pessoa se encarregava de verificar todas as peças prontas, como função de controle de qualidade do trabalho.

4. 3. 2 No meio do caminho....

Com o objetivo de conhecer o grupo e melhor planejar as próximas atividades de formação e capacitação para o trabalho, a INCOOP fez um levantamento de dados através de entrevistas com 17 das 28 sócio-fundadoras da cooperativa. Por meio de um roteiro semi-estruturado, com perguntas fechadas e abertas, buscou-se não só caracterizar o grupo a partir de seus dados pessoais, familiares, sociais e econômicos, como também conhecer suas experiências anteriores em movimentos sociais e suas representações sobre Cooperativismo.

O grupo foi formado por mulheres entre 30 e 60 anos, casadas, sendo que a maioria chegou a completar o Ensino Fundamental e vive na cidade há mais de 20 anos, em casa própria, que conta com saneamento básico e energia elétrica. Uma boa parte delas tem história de vida semelhante, antes de trabalhar e morar na cidade, viviam no campo e trabalhavam na agricultura.

Para as cooperadas, o empreendimento solidário significava a possibilidade de obterem uma renda por um trabalho que traz ainda a possibilidade de independência, autonomia e realização pessoal. Nesse sentido, o bem-estar está relacionado aos benefícios que o trabalho cooperado pode trazer, como: realizar atividade profissional ao invés de ficar em casa, estar bem consigo mesma e com as outras no trabalho e o contato com outras pessoas através do trabalho coletivo.

As experiências anteriores com participação em grupos vêm, em sua maioria, através de contatos do bairro, familiares e trabalhos com a Igreja. Das

17 cooperadas entrevistadas, 9 não haviam feito o curso de cooperativismo, 6 haviam feito, 2 não responderam a questão, demonstrando baixo nível de envolvimento com a ideologia do cooperativismo, a qual é necessária para o desenvolvimento eficiente do empreendimento e para a criação de uma coesão e cultura organizacional solidária.

Ao se perguntar o que é uma cooperativa para as mulheres, as repostas foram as seguintes:

Um grupo de pessoas para realizar um trabalho.

Formado por pessoas que precisam trabalhar.

União de pessoas onde todos trabalham.

Cooperar uns com os outros.

Não tem diferença, não tem patrão e nem empregado.

Todos por um ideal; interesse comum.

Quanto à expectativa do grupo em relação ao trabalho da cooperativa, as seguintes respostas foram:

Capacidade de ir à diante.

Realizar um trabalho e que ele seja reconhecido.

Realizar o sonho da cooperativa acontecer.

O melhor possível.

Acreditar e ir em frente.

Dar certo.

Ganhar dinheiro, rendimento.

Emprego para sobreviver; ter dignidade, bem-estar; ajudar cada um e poder abrir as portas para outras pessoas que estejam na mesma situação.

Futuro.

Poder concorrer com outras fábricas.

No momento nada, pois primeiro vem o trabalho e depois ver o resultado.

Em relação à expectativa do próprio trabalho, as cooperadas responderam assim:

Espero poder ajudar outras pessoas do grupo.

Pessoalmente que tudo dê certo.

Ganhar dinheiro, rendimento.

Sentir-se bem.

Vai dar certo.

Conseguir coisas melhores para si e para o grupo.

Aprender, aperfeiçoar-se.

Cada dia vai ser melhor; produzir mais.

Dar tudo de si.

Progredir.

Como expõem os relatos, a expectativa do grupo, em relação ao empreendimento obter sucesso e se estabelecer no mercado, era alta.

Com o local e as máquinas para trabalhar garantidos, através da parceria com os Salesianos de São Carlos, buscou-se estruturar a organização da Cooperativa e simular várias formas de se fazer isso, pois além de costurar, seriam necessários vários outros serviços. Assim, optou-se por dividi-las, a partir da história e motivação de cada cooperada, em sub-grupos por serviços complementares à costura, como: compra de materiais, formação de preços, busca de trabalho, entre outros. Com base nesses sub-grupos, a INCOOP elaborou atividades de modo a capacitar as cooperadas para essas necessidades. Assim, elas foram estimuladas a planejar e escrever suas atividades a fim de facilitar a transparência e avaliação das informações, no caso do surgimento imediato de dúvidas sobre o real cumprimento das tarefas por cada cooperada.

Além dos subgrupos, existe o grupo que optou por desenvolver também a atividade manual de bordados, crochês e *macramés*. Assim, foi criado o grupo chamado *Artesanato*, que teria a função de incrementar as confecções próprias com um estilo de bordado e artesanato, atribuindo um diferencial ao

produto em relação ao que se tem hoje no mercado. Esse grupo de cooperadas interessadas fez dois cursos, o que desencadeou uma série de atividades em relação ao trabalho específico do artesanato. Criou-se, contudo, um ambiente instável de trabalho com relação ao espaço que o artesanato deveria ocupar na cooperativa, uma vez que as cooperadas que exerciam apenas a função de costura não valorizavam o trabalho do artesanato.

Sendo assim, a produção do chamado Artesanato ficou restrita a toalhas e panos de prato, devido à cooperativa não ter uma linha de confecção própria. Com uma parceria com a Toalhas São Carlos, que doou 60 quilos de material, foi possível treinar, produzir, comercializar, avaliar, aperfeiçoar a qualidade e gerar um faturamento que foi investido na compra de tecidos para a confecção própria.

Na organização da produção, procurou-se de imediato resgatar a história profissional de cada uma das cooperadas para se estabelecer o perfil profissional de cada cooperada. Verificou-se que a maior parte das mulheres não trabalhava com máquinas industriais, o que provocou a elaboração de um curso para essa capacitação. Verificou-se também que poucas tinham experiência em empresas de produção e a maioria costurava em casa. Características essas que dificultaram a formação do processo produtivo no empreendimento coletivo.

O treinamento foi organizado em duas turmas: uma para iniciantes, que nunca tomaram contato com máquinas de costura; e outra para experientes, mas que não costuravam em máquinas industriais ou há muito tempo não praticavam a atividade. Para a turma iniciante, as próprias cooperadas mais experientes iniciaram esse treinamento, que depois foi complementado por uma professora do Sesi, com duração de 45 dias. A outra turma teve seu curso dividido em duas etapas: uma de familiarização com as máquinas que já haviam trabalhado e aprendizagem com outros tipos de máquinas; e a etapa de produção e controle de tempo.

Após a realização desses treinamentos, formou-se uma equipe baseada nos desempenhos que tiveram nas máquinas, formando assim o embrião da linha de produção, cuja pretensão era incorporar outras cooperadas.

Além do desempenho nas máquinas, outras funções foram preenchidas: duas mulheres eram responsáveis pela finalização da costura, as auxiliares de costura e a coordenadora da linha de produção - pessoa responsável em organizar a linha, orientando a dinâmica e a capacidade de produção e a responsável pelo controle de qualidade - analisavam os serviços setoriais e o final do processo.

Esse controle envolve desde teste do tecido, se encolhe, se pega “bolinha”, se rasga fácil, até a velocidade que cada uma deve ter para não errar, pois cada erro faz com que a linha seja interrompida para refazer a costura, o que causa prejuízo para a qualidade do material a ser descosturado e em seguida recosturado.

O trabalho de análise da qualidade está ligado, no caso da facção (produção industrial de corte e costura), à preparação de verificação do corte, à peça piloto, entre outras e também, no caso de confecção própria, à análise do tecido a ser comprado, no corte etc.

O controle de qualidade da linha de produção fica submetido a esse grupo que não se restringe à linha de produção da costura, mas abrange também o artesanato, o consumidor e o fornecedor de materiais.

Um outro elemento de instabilidade do grupo foi o fato de as cooperadas estarem ainda muito enraizadas numa rotina individual, pois trabalhavam, em sua maioria, em suas casas, sozinhas, acarretando dificuldades no relacionamento interpessoal.

Para trabalhar esse aspecto e os princípios do cooperativismo, foram feitas atividades para o estímulo ao trabalho coletivo, através de simulações e caracterizações de rotinas de trabalho cooperativo. Esse trabalho, por estar diretamente ligado ao cooperativismo, é considerado um processo que deve ocorrer durante todo período de incubação, logo, é monitorado e retomado.

A partir do treinamento para a produção, foram trabalhados diferentes itens do processo com o objetivo de gerar autonomia no grupo através do conhecimento conquistado, assim como criar técnicas que pudessem deixar o trabalho mais eficiente, ou seja, com produtividade e qualidade. Para o processo de produção da atividade de Costura, foi importante verificar que

cada tipo de vestuário (ou outros tipos de confecções) pode ter uma seqüência de operações ou etapas de produção característica.

Geralmente, uma produção da atividade de costura passa por três processos básicos: corte dos tecidos nos moldes de cada tipo de confecção; costura e montagem da peça; acabamento com botões, zíper, entre outros mais simples.

Para cada tipo de costura ou etapa de produção, há uma ou mais máquinas correspondentes, dependendo do tipo de acabamento ou costura da confecção da peça. Para uma elevação na produtividade do trabalho, no estágio atual⁷¹ de formação dessa cooperativa, foi necessária a divisão das etapas de confecção do processo produtivo. Desse modo, cada costureira trabalha parte do processo, de modo simplificado, fazendo com que uma outra etapa do processo produtivo seja feito por outra costureira, tornando assim o fluxo da produção mais rápido e a produtividade do grupo maior.

Uma outra característica da costura é que um posto de trabalho (a costureira e sua máquina) pode ter uma produtividade maior do que outro, assim, o chamado *balanceamento dos postos de trabalho* é necessário para a linha de produção de uma determinada confecção. Todavia, as cooperadas reconhecem que tentam, mas não conseguem acelerar o processo produtivo, o que vem a ser um problema para cumprir os prazos que os clientes exigem. A presença de mão-de-obra qualificada poderia sanar o problema.

4.3.3. Para onde seguir....

Em relação à administração da cooperativa, as suas integrantes são responsáveis pelas atas feitas em todas as reuniões, geralmente, pela tesoureira, já que a secretária da Cooperativa está afastada (no momento está trabalhando em outro local e participa esporadicamente das atividades da cooperativa).

Até o mês de novembro de 2002, portanto quanto a Cooperativa completou 16 meses de existência, não foi realizada mais nenhuma assembléia

⁷¹ No ano de 2001.

geral desde a fundação da Cooperativa. O que vem acontecendo são reuniões que variam em um período de 30 ou de 15 dias de ocorrência. *“Depende da necessidade da cooperativa”*.

A tesoureira, que deveria, elaborar mensalmente o Balanço da Cooperativa, contendo todos os gastos e ganhos (despesas e receita), e apresentá-los para as outras cooperadas para conferência, não está realizando essa atividade. Em seu discurso, observa-se a falta de habilidade e tempo para a função específica:

Ou eu pego aqui (serviço de costura) ou ali (contas); é difícil fazer as duas coisas. Pagamos o imposto do mês, a partir da emissão das notas fiscais e o imposto da Prefeitura.

Como estratégia para conseguir serviços, as cooperadas escolheram fazer contatos, via telefone, com várias empresas de São Carlos, SP, além de algumas confecções em São Paulo. Foram realizadas visitas em escolas e creches em busca de pedidos de confecção de uniformes.

Com o apoio da INCOOP, as cooperadas desenvolveram o logotipo da Cooperativa e fizeram cartões de contato e panfletos, com dados sobre a cooperativa, para a divulgação do trabalho junto aos possíveis clientes. Outro contato foi realizado com a Prefeitura de São Carlos, na tentativa de atender à demanda de: lençóis e panos de limpeza para escolas e creches (Secretaria da Educação) e jalecos e panos de limpeza para hospitais (Secretaria da Saúde).

Em relação ao artesanato, toalhas e guardanapos foram e são vendidos em feiras e eventos realizados na cidade, além da divulgação pessoal das cooperadas para amigos e parentes. Nesse sentido, algumas cooperadas têm um sentimento de baixa estima perante às costureiras, pois o artesanato não está sendo valorizado pelo grupo como um todo. A fala de uma cooperada deixa isso claro:

Eu acompanhei tudo desde o início, muitas pessoas já tinham desistido porque achavam que não dava nada. Cada uma convidou outra amiga, e depois quando começaram as atividades aqueles que saíram, voltaram,

aí a gente veio para cá (Salesianos), depois que o padre cedeu o lugar para trabalhar.

Mas aqui dentro tem muita dificuldade: um quer ser mais do que o outro, por exemplo, um quer mandar mais do que o outro, parece que tem medo que alguém faça uma coisa melhor do que o outro. Existe muito isso, se todo mundo se unisse; começaram a implicar com o artesanato, mas como a Toalha São Carlos doou bastante coisa. Eu disse: se vai acabar o artesanato? Vai porque o grupo decidiu. Então, eu vou ficar aqui até quando tiver tecido para bordar. Quando acabar a gente chama o padre, entrega para ele, aí eu paro de vir aqui.

A partir desse discurso, percebe-se um certo receio da cooperada ao deixar transparecer a sua indignação com o fim do trabalho com o artesanato, que é desprezado pelas costureiras e valorizado pelas artesãs. Mesmo tendo conhecimento de que os trabalhos com o artesanato geram renda constantemente, nota-se a existência de conflitos e crises no grupo. Diferentemente da costura, que ocorre por meio de encomendas de cliente, o artesanato não é visto como um elemento instável de entrada de trabalho e renda para o grupo porque está sempre sendo produzido.

Outros relatos reforçam a posição que o grupo tem sobre as diferenças entre artesanato e costura.

Eu faço parte do grupo de artesanato também. O único grupo que tem trabalho direto é o artesanato. Qualquer pessoa pode vir encomendar, comprar.

Já está com quase 2 anos que estamos lutando. O padre cedeu o lugar de trabalho sem pedir nada em troca, mas exigiu que, com o tempo, quando estivéssemos organizadas, que se aparecesse alguma mãe de criança que quisesse costurar, que a gente ensinasse. Mas ainda não apareceu.

Sobre o artesanato, eu comecei a ensinar as crianças: crochê, macramé, bordados variados. Eu faço de tudo um pouco.

Ao serem questionadas sobre como melhorar o ambiente de trabalho ou a própria cooperativa, as cooperadas se manifestaram da seguinte forma:

Para melhorar eu acho que mais trabalho, mais contrato para não ficar parado. Um trabalho mais fácil, para não parar a produção.

Não tem sempre contrato, esse serviço agora: a gente entrega, no outro mês recebe, para os gastos, os impostos e depois divide o que sobra. Não estamos pagando INSS porque não sobra.

A equipe da INCOOP tem acompanhado a inserção da cooperativa no mercado, uma vez que as cooperativas encontram dificuldades como a falta de experiência, a ausência de algumas máquinas necessárias para a realização de alguns serviços, o preconceito que o mercado tem em relação ao trabalho de Cooperativas e a falta de conhecimento por parte das cooperadas em relação ao mercado de trabalho.

Em relação a INCOOP, a equipe que tem acompanhado a COOSTURARTE já havia adquirido experiência com outros casos anteriores. No entanto, o grupo de cooperadas vem apresentando conflitos muito graves em relação à coesão social. Uma das causas é a falta da realização dos cursos sobre cooperativismo, que boa parte do grupo não fez. Observou-se que a INCOOP, depois do início do funcionamento da cooperativa e ao longo de um ano de sua existência, acompanhou mais de perto suas atividades e deficiências. No entanto, a partir de meados de 2002, a equipe da INCOOP foi diminuindo a frequência de acompanhamento do grupo. Nota-se que algumas das cooperadas sentem a falta desse acompanhamento:

Agora que estamos com dificuldade de encontrar trabalho, eles [INCOOP] não vêm ajudar ... acho que eles deveriam estar vindo mais, saber o que está acontecendo. Foi dado no começo bastante curso, palestra, dava para caminhar bem, mas agora do jeito que está aí sozinho não tem jeito.

Eu fiz o curso de cooperativismo, tem umas aí que não fizeram e estão trabalhando. É preciso reconhecer que existem pessoas que fazem melhor e aprender com isso. Teria de ter uma pessoa para comandar e ver quem vai bem em uma máquina e quem não e trocar.

Novamente, observa-se a solicitação de um cargo hierárquico, demonstrando haver pouco conhecimento sobre as relações de trabalho de uma cooperativa autêntica.

Ao ser questionada sobre o que está faltando no grupo, uma cooperada respondeu:

Com a professora de costura aí (há uma semana), vai bem. Tem que por uma pessoa que tome conta, que tenha autoridade. A professora está ajudando bastante nisso. Antes queríamos fazer parceria com outra professora de artesanato, mas o grupo não quis. Agora a professora de costura voltou e começou a melhorar. Essa semana que ela voltou, a gente vê que é outro clima, porque estava muita briga; um contra o outro. O motivo era o trabalho porque não tinha para repartir com todos. Hoje estão todos aí: tem gente que fazia uns 3 meses que não aparecia aqui, mais de 6 meses. Como entrou esse serviço apareceram, amanhã ou depois não vêm mais.

Percebe-se que o grupo precisa de um acompanhamento mais sistematizado e que a falta de recursos é um fator agravante para o processo de incubação, mas não pode ser um elemento decisivo para deixar o grupo sem acompanhamento mais constante. Está, ainda, embutida na mente dessas cooperadas a hierarquia e a subordinação nas relações de trabalho, processo que deve ser superado quando as pessoas se tornam cooperadas.

O afastamento da equipe da INCOOP da cooperativa deve-se ao rompimento do contrato com a Prefeitura, que financiava o projeto. O grupo, portanto, sofreu conseqüências graves com as divergências entre os funcionários da Prefeitura e os integrantes da INCOOP.

Ao analisar a situação das cooperadas, observou-se que as mulheres estavam em conflito declarado, algo que antes só era um alerta, já detectado pela equipe da INCOOP. As maiores diferenças estavam na formação da diretoria, composta pelas auxiliares e o grupo de costureiras que, além de não comporem a diretoria, recebia uma renda maior pelo trabalho mais especializado. São as costureiras que possuem a maior responsabilidade pela

confecção das roupas e que trabalham mais horas por dia (dois períodos) e, portanto, têm uma renda maior (25%) do que as auxiliares (que trabalham um período por dia), regra esta que foi decidida coletivamente.

Por outro lado, as costureiras afirmam que o trabalho das auxiliares tem apresentado falhas e que elas não têm interesse em se aperfeiçoar ou aprender novas atividades. As auxiliares, no início, se propuseram a aprender o trabalho das costureiras para, na medida em que aumentassem os contratos, oferecerem um suporte à produção. Todavia, isso não se estabeleceu, acarretando conflitos entre os grupos que desempenham funções diferentes. Um elemento que pode ter ajudado a gerar tal conflito foi o fato de a composição da diretoria ser somente das pessoas que trabalham como auxiliares, ao invés de aglutinar auxiliares com as costureiras na responsabilidade da administração do empreendimento.

Para uma cooperada:

A cooperativa tem dia que tá bom tem dia que não, a gente passa um pouco de nervoso, é difícil o entrosamento. Porque a gente não é costureira e sabe fazer algumas coisas só, fica difícil.

Eu sou do conselho fiscal: aqui dentro não tem tido muita função, do que a gente aprendeu. O conselho está parado, porque a cooperativa tá devagar. Ainda não tem aquele movimento. Tá todo mundo na sua.

Somente uma auxiliar – a tesoureira - trabalha em dois períodos. Pôde-se observar que, em geral, as auxiliares não têm vontade de aprender novas atividades. As costureiras, ao conviverem com isso, não querem mais se dedicar tanto ao trabalho como vêm fazendo. Em reuniões com a equipe da INCOOP, as cooperadas disseram que faltam regras mais claras em relação às responsabilidades da cooperativa, por exemplo: há necessidade de se estipular um mínimo de horas trabalhadas por semana.

Segundo algumas cooperadas, há falta de mão-de-obra como um todo e de mão-de-obra qualificada para o trabalho de costura (acabamentos das peças), sendo assim, as costureiras estão sobrecarregadas em suas funções

específicas. É preciso não só executar o serviço com mais rapidez, mas que as auxiliares aprendam a função de costura e que mais costureiras façam parte da cooperativa. Nesse sentido, ocorreu, por parte de uma cooperada, um equívoco colocando um anúncio de chamada de costureiras para trabalharem na cooperativa, no Balcão de Empregos da cidade. As pessoas que procuraram a cooperativa não tinham conhecimento do que é e como funciona um empreendimento desse tipo e chegavam com a Carteira de Trabalho para serem registradas. Ao saberem que não é esse o procedimento dentro de uma cooperativa, desistiam do trabalho. Esse mesmo fato gerou desconfiança do sindicato das costureiras da cidade, o qual solicitou uma reunião para esclarecer o trabalho e a autenticidade da cooperativa.

Além desse fato, o grupo escolheu utilizar-se da intermediação de uma pessoa externa à cooperativa com o mercado. Essa pessoa trazia os contratos de costura para a cooperativa e recebia em cima do trabalho das mulheres. No início, durante a formação da cooperativa, tal situação não era aceita pelo grupo. Com o passar do tempo, a dificuldade de entrada no mercado fez com que as cooperadas decidissem aceitar a intermediação de contratos por um tempo limitado. No entanto, em 2002, a pessoa que desempenhava esse papel não tinha correspondido às expectativas do grupo: havia desconfianças; problemas com recebimento de contratos; lentidão nas atividades de intermediação etc. Haver intermediação com o mercado e a cooperativa não deve ser a forma mais adequada de atuação de uma cooperativa. Por um lado, a cooperativa fica dependente dessa função e, por outro lado, não cria experiência interna e autonomia necessárias. As conseqüências podem ser graves para o grupo que, por princípio, busca a autonomia, a auto-gestão e a emancipação social.

Nos últimos dados coletados, o intermediário havia se desligado do grupo, porque as costureiras não conseguiam cumprir o prazo de entrega dos contratos.

O trabalho que estavam realizando, no momento da coleta, foi conquistado por elas próprias, ao visitarem uma cidade vizinha e encontrarem um fornecedor de tecidos e vendedor de confecções. Foi um grande avanço

para o grupo, as cooperadas terem buscado por si próprias o trabalho. O grupo decidiu que a partir de então seria feito dessa forma.

Há ainda a interferência de pessoas da Prefeitura da cidade que se colocaram à disposição do grupo para auxiliar no desenvolvimento da cooperativa. Por um lado, esse fato pode gerar conflitos com a própria incubadora e sua equipe que acompanha o grupo devido à influência do pessoal da prefeitura, mas por outro lado, a Prefeitura tem desenvolvido um trabalho de acompanhamento de grupos excluídos, existentes na cidade, para motivar a cooperação e as suas (re)inserções econômicas e sociais. São trabalhos paralelos, mas que, no caso da Coosturarte, tem havido interferência.

Ao se perguntar sobre a INCOOP, uma cooperada respondeu:

Eu não sei no que a Incubadora pode ajudar: Não lembro mais deles, já faz tempo que eles não vem. Se a Incubadora quisesse ajudar até poderia, faz tempo que eu não vejo a professora [coordenadora do projeto e da equipe de incubação].

O funcionário da prefeitura teve sexta-feira, teve outro dia que ele veio, a cada quinze dias ele passa aqui.

Incubadora pode ajudar: poderia ser colocado que quando fosse fazer algo informar a maioria. O pessoal vai deixando essas coisas de lado. Tem a aprovação da maioria, mas as vezes as pessoas não comunicam. Eu acho que tudo tem que ser feito de comum acordo.

Em uma das reuniões da cooperativa com a incubadora, cujo assunto principal era o conflito entre os grupo internos, a equipe da INCOOP observou que a coordenadora da costura tem poucas habilidades interpessoais desenvolvidas para a sua função. A equipe da INCOOP relatou que outras cooperadas afirmam que ela é uma pessoa rude, que não sabe conversar, mas é a pessoa que mais entende do trabalho. Tal comportamento da coordenadora em relação ao grupo não foi observado, pois durante as visitas ela estava bastante integrada ao grupo. Parece ser uma pessoa bastante dinâmica e quando alguma costureira falta, ela a substitui.

As decisões estão sendo tomadas sem o auxílio de elementos que esclareçam as situações, oportunidades e os riscos que podem ser derivados das mesmas. Desde o início, o grupo demonstrou problemas com a comunicação e, conseqüentemente, com a coesão social. Atualmente, de acordo com a equipe da INCOOP, pode estar havendo um processo de filtragem do grupo com tendência a rachar ou se refazer. Cabe à INCOOP o papel de mostrar as possibilidades do que pode acontecer com o grupo.

Ao se perguntar sobre a cooperativa, uma das respostas foi:

É bom a cooperativa porque é uma terapia: a gente vem aqui, eu gosto apesar da dificuldade. Hoje que tem costura a gente ocupa mais o tempo. Melhor estar trabalhando do que parada.

É ruim a falta de comunicação, as pessoas não falam as coisas para a gente. Teria que ter participação e tem um grupinho que às vezes não fala. Às vezes a gente se sente meio por fora. A gente fica um pouco separada, porque tem um grupinho, o pessoal não fala nada para gente, você vê tudo o que se passa. Tem que ter mais união, comunicação.

Na fala de uma cooperada:

A cooperativa é uma boa. É porque as pessoas têm dificuldade no estudo, na idade, no trabalho. Às vezes numa cooperativa ele consegue trabalhar e ganhar, mesmo que seja pouco.

Ao se questionar sobre o que é uma cooperativa, uma resposta interessante, que mostra um bom entendimento da proposta do empreendimento foi esta:

Um grupo de pessoas que está tentando se estabelecer, umas pessoas que estão desempregadas, estão tentando tirar algum. Eu quero tirar algum também. Também eu me interesso pela parte financeira, mas eu gosto porque é uma terapia, não dá para ficar só em casa.

Outra resposta sobre o que é uma cooperativa se difere da mencionada anteriormente:

É um grupo de pessoas trabalhando junto, um grupo de pessoas que se reúne, montam um trabalho e trabalham junto e o ganho e a divisão é tudo junto. Os problemas não estão sendo resolvidos, mas estamos conseguindo viver juntos. O ser humano não é perfeito. Qualquer um pode errar.

Nesse caso, o grupo demonstra bastante instabilidade, não havendo processo de integração através dos princípios do cooperativismo. Muitas cooperadas não sabem o que é uma cooperativa porque não fizeram o curso sobre cooperativismo. A história do grupo ainda tem pouco tempo para se afirmar quais são suas possibilidades de sucesso ou fracasso. Se o grupo conseguir superar os obstáculos analisados, criar valores de solidariedade e inserir-se no mercado, conseguindo trabalho freqüentemente, poderá haver êxito. Ficou evidente que o grupo tem bastante vontade de trabalhar e necessidade financeira de sobrevivência, elementos que podem motivá-lo a permanecer no mercado.

5. O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E DUAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é considerado um movimento de massa que reúne trabalhadores rurais que lutam pela terra, pela Reforma Agrária e por uma sociedade sem explorados e exploradores⁷². É uma organização de caráter nacional, com implantação em praticamente todos os estados brasileiros e que se caracteriza por realizar lutas massivas de ocupação de terras, visando pressionar os governos estaduais e federais a fim de que realizem desapropriações de áreas e assentamento de trabalhadores.

Veja-se o que diz um cooperado da Cooperativa de Produção Agropecuária Nossa Senhora Aparecida (COPANOSSA) a respeito do significado do MST:

O MST somos nós, todos nós que lutamos e conquistamos a terra. Mesmo com a posse da terra continuamos a ser o MST.

Em geral, após a conquista do assentamento, as mobilizações e pressões continuam necessárias, tendo em vista a garantia de condições básicas para a viabilização das áreas conquistadas e a permanência e desenvolvimento dessas famílias no campo através de créditos para educação, assistência técnica, infra-estrutura social e produtiva, entre outros.

O MST do Brasil também pode ser definido como uma Empresa Social, pelo caráter de seus empreendimentos. Como ideal, possui objetivos sociais e adota estratégias de desenvolvimento econômico, com gestão empresarial participativa e democrática, com trabalho voluntário e remunerado. A propriedade pode ser coletiva e os resultados obtidos são reinvestidos e apropriados pelos seus associados ou por seu público alvo, gerando desenvolvimento humano (PASQUETTI, 1998).

⁷² Objetivos do MST definidos em seu primeiro congresso em 1984.

Na prática, observou-se que, somente onde existem cooperativas de produtores rurais, as gestões têm caráter mais democrático, pois onde não há organizações de caráter coletivo, a prática predominante é pouco participativa segundo sua ênfase de luta e resistência que o movimento ensina aos seus integrantes. O MST constitui-se em um aglomerado de pequenos produtores rurais que realizam seu trabalho através da própria família, de uma forma bastante tradicional, cujo aprendizado é passado de gerações anteriores através de uma cultura camponesa, em que o trabalho familiar e individual prevalece. À medida que os produtores rurais não conseguem constituir uma condição de vida sustentável, prestam-se ao serviço de bóias-fria para outros produtores que estão constituídos em grupo, como as associações e as cooperativas. Tal fenômeno tem ocorrido nos casos das cooperativas rurais, analisadas mais adiante.

5.1. Origem histórica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil

Uma das principais causas do surgimento do MST foram as transformações, na década de 1960, pelas quais a agricultura brasileira passou, objetivando alinhar o setor rural ao modelo de desenvolvimento industrial que o país estava adotando. Os créditos subsidiados pelo Estado destinaram-se, preferencialmente, aos grandes produtores rurais, acentuando a concentração de terras e, conseqüentemente, multiplicando-se os conflitos pela posse da terra. Por um lado, esses movimentos foram reprimidos através de ações coercitivas contra os trabalhadores, por parte dos fazendeiros, dos policiais e do Estado. Por outro, como defensor e contra as repressões existentes, um setor da igreja ligado à Teologia da Libertação passou a defender os direitos humanos da população reprimida.

O MST tem sua origem e sua base social no semi-proletariado agrário, constituído por pequenos agricultores semi-autônomos, que trabalham em área cuja dimensão é menor que 20 hectares, que não têm terra própria ou sequer equipamentos de tração animal para o seu trabalho ou, ainda, que não possuem ambos, como é o caso dos arrendatários, meeiros e bóias-fria.

Esse é o segmento em que as contradições com o desenvolvimento capitalista da agricultura são mais acentuadas, o que origina uma postura mais contundente de contestação ao sistema estabelecido. Nota-se que há uma heterogeneidade de situações concretas existentes no interior do segmento de pequenos agricultores semi-proletarizados, entretanto há uma homogeneidade maior no plano político, já que a estrutura capitalista da agricultura brasileira exclui maciçamente esses pequenos agricultores (GERMER, 1994).

As principais lutas que marcaram a origem do movimento foram as ocupações das fazendas Macali e Brilhante, em 1979, no município de Ronda Alta, RS; em 1980, da fazenda Bruno Branco, no município de Campo Erê, SC; e o conflito no Paraná, que reuniu cerca de dez mil famílias, devido às desapropriações originadas pela construção da barragem de Itaipu; as lutas de posseiros na fazenda Primavera, no estado de São Paulo; e as lutas pela terra no estado do Mato Grosso do Sul, nos municípios de Naviraí e Glória de Dourados todos datados da mesma época (MST, 1986).

Em 1984, na cidade de Cascavel, PR, ocorreu o início formal de um dos mais complexos movimentos sociais de massa de trabalhadores rurais com o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra⁷³. O I Encontro de Cascavel fundou oficialmente o movimento em âmbito nacional, que iria se articular não só para lutar pela terra, mas também pela reforma agrária. Esse encontro estabeleceu os objetivos gerais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e as suas principais reivindicações. No mesmo encontro, definiu-se também a concepção do movimento. Os princípios de organização, as reivindicações e as formas de luta do movimento são: direção coletiva; divisão de tarefas (cada qual contribui com sua capacidade e habilidade pessoais); disciplina; estudo; formação de quadros (formar seus próprios quadros); luta de massa (apoiada na idéia de que o direito assegurado em lei não garante nenhuma conquista para o povo) e a vinculação com a base (CARVALHO, 2002). Na verdade, esses são alguns dos elementos importantes para entender a lógica interna do movimento.

⁷³ Em 2000, o IV Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra reuniu mais de 11.000 pessoas, sendo que algumas eram de outros países interessadas em entender o movimento (CARVALHO, 2002).

Segundo a análise de CARVALHO (2002), o MST, ao dar continuidade histórica aos diversos movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária, teve de se emancipar das igrejas, dos sindicatos, dos partidos, do Estado e do centralismo burocrático. Instituições estas que, inicialmente, apoiaram o movimento e o influenciaram nos princípios e formas de inserção social. A busca pela emancipação de processos subalternos não necessariamente pode iniciar um processo de emancipação social, porém pode criar princípios e formas alternativas ao processo excludente dominante através dos sentimentos de liberdade, democracia e solidariedade.

“Como hipótese, afirmaria que o MST revigorou e deu um novo sentido ao processo histórico de emancipação social continuada das classes subalternas no campo, processo esse que tem resultado objetiva e subjetivamente na afirmação da identidade social dos trabalhadores rurais sem terra, na redescoberta de um sentido histórico para essa fração das classes subalternas no campo, como na conquista cotidiana da dignidade de milhões de pessoas do campo e da cidade envolvidas nas lutas pela terra, pela reforma agrária e pela mudança no modelo econômico vigente. Essa emulação do processo de emancipação social continuada estaria contribuindo para a construção da cidadania ativa das pessoas de parcelas consideráveis das classes subalternas no campo” (CARVALHO, 2002, p. 240).

O enfoque do MST tem sido produto de uma construção permanente na qual valores, práticas pedagógicas, mística (símbolos que o movimento usa como a sua bandeira), linhas políticas estratégicas, ações diretas de ocupação da terra e emancipações sociais continuadas foram afirmados, criticados e superados em um esforço social de construção de um movimento de massa no campo sem precedentes na história do Brasil. O MST tem tido uma capacidade surpreendente de reinventar-se politicamente, segundo as variações conjunturais, e uma criatividade sem paralelo com os outros movimentos (NAVARRO, 2002). Suas quatro fases históricas demonstram a grande capacidade de adaptação do movimento (CONCRAB, 1997).

O primeiro período refere-se aos anos formativos, do início da década de 1980, dos primeiros grupos de Sem Terra organizados, principalmente, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. O movimento contou com a forte presença de mediadores religiosos ligados aos grupos progressistas da Igreja Católica

aderindo a ações marcadas pela não-violência e, pelo lado do governo federal, destacava-se a presença clara da reforma agrária na agenda do Estado. Nessa fase, a conquista da terra foi o eixo central. Havia de certo modo uma visão ingênua de que apenas a conquista da terra já asseguraria a independência do agricultor. Dentro do movimento, a discussão sobre produção era muito simples. A produção das famílias voltava-se basicamente para o auto-sustento e existia um nível de cooperação espontâneo, envolvendo mutirão e trocas de dias de serviços. Ao longo dos primeiros anos do movimento, percebeu-se que o lema de *“Terra para quem nela trabalha”* deveria mudar para *“Ocupar, resistir, produzir”*, privilegiando-se a tática de luta contra os latifundiários e a polícia e, a recusa dos Sem Terra em submeter-se à direção dos mediadores da Igreja Católica, emancipando-se desta organização que passou a ser quadro auxiliar do movimento.

O segundo período, de 1984 a 1993, teve um grande aumento do número de assentamentos e a questão da produção começou a ser mais debatida no movimento, pois a produção de subsistência não assegurava o desenvolvimento econômico das famílias assentadas. A cooperação passou a ser estimulada e organizada em duas direções: através de pequenos grupos e associações de trabalho coletivo (máximo de 10 famílias cada), os quais se orientavam com base em princípios comunitário-religiosos (construir uma comunidade de irmãos), mais do que observando os princípios econômicos de funcionamento; e através da formação de grandes associações – raras - para comercialização dos produtos dos assentamentos.

Em 1992, ocorreu o I Curso Nacional de Dirigentes do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) fomentando a cooperação nos assentamentos, no entanto, em 1993, ocorreu uma crise causada pela falta de preparo dos assentados na administração das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs). Como tentativa de superação dessa crise, foi criado, no mesmo ano, o Curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC). Dois anos depois, fundou-se o Instituto Técnico da Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária em Veranópolis, RS. Sua finalidade era assumir o curso TAC

e o Magistério, para formar militantes e técnicos para o MST e também para capacitação da mão-de-obra para a agroindústria (CONCRAB, 1998).

As primeiras Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) e Cooperativas de Comercialização Regional (CCRs) surgiram no Rio Grande do Sul, no final da década de 1980. Nessa fase, segundo o movimento, a motivação para organizar a cooperação passou a ser econômica (acumular capital) e política (liberar quadros e procurar sustentar o MST).

A partir de 1989, têm início as primeiras discussões acerca da criação e implantação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Pela primeira vez são formuladas linhas políticas para a organização dos assentados e da produção. O problema da produção passa a ser tão importante quanto ocupar e, dessa forma, é visto como parte da luta de massas. O principal desafio seria realizar uma produção que envolvesse tanto a subsistência, quanto o mercado, procurando-se definir as linhas de produção economicamente mais viáveis. Tal decisão resultou do fato de que não era mais viável produzir apenas para o auto-sustento das famílias assentadas, o que evidenciava que tanto os pequenos coletivos, quanto as associações não conseguiam fazer avançar a produção.

Nas discussões no Seminário Nacional “A perspectiva da cooperação no MST”, realizado em dezembro de 1994, o movimento pôde chegar a algumas conclusões acerca da cooperação nos assentamentos (CONCRAB, 1998):

- O que massifica a cooperação são as formas não produtivas de organização (prestação de serviços);
- As CPAs devem ser constituídas em condições muito bem definidas;
- O que orienta a implantação da cooperação nos assentamentos não é mais o tamanho do lote e sim sua localização, seu modelo tecnológico, seu volume de capital e seu mercado. A introdução da agroindústria é estratégia para o desenvolvimento econômico dos assentamentos, na medida em que absorve mão-de-obra subutilizada – principalmente a dos jovens – e agrega valor aos produtos agropecuários;
- O estado desempenha um papel fundamental de incentivo à cooperação, através do crédito, da assistência técnica e da pesquisa.

Constituíram-se diversas cooperativas regionais de comercialização ligadas ao SCA, que atuam na perspectiva de massificar a cooperação entre as famílias assentadas. Os coletivos vinculam-se a essas cooperativas, buscando sinergias e ações complementares nos campos da industrialização e na prestação de serviços. Foi um período de relativa crise das experiências de trabalho coletivo.

Em 1994, a partir de um novo conjunto de fatos políticos, como a desconfiança de outros movimentos em relação aos Sem Terra e o grande número de famílias e pessoas que se aglutinaram ao movimento, iniciou-se um terceiro momento.

O fato mais marcante desse período foi a consolidação e a conquista de uma enorme área agrária em São Paulo, no Pontal do Paranapanema, como região propícia para desenvolver táticas de luta. Como consequência, trágicos eventos aconteceram nessa fase com vários trabalhadores rurais assassinados (Corumiara, em Rondônia, 1995 e Eldorado dos Carajás, no Pará em 1996), que levaram a mudança do lema do MST para *“Reforma agrária: uma luta de todos”*. Nesse período ainda, houve a preocupação com a formação política de jovens assentados através de cursos profissionalizantes para se criar uma “segunda geração de militares”.

Como resultado, ocorreu a aparição de um novo conjunto de líderes que defende ações coletivas mais ousadas e contestadoras da ordem social. Foi também o período de consolidação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), que surge de uma avaliação sobre os limites do desenvolvimento sócio-econômico dos assentamentos, até então isolados uns dos outros. Formulou-se uma série de linhas políticas para a organização dos assentamentos e também para a constituição de cooperativas coletivas. A discussão da cooperação na produção incorporou análises dos aspectos sociais e econômicos, resultando em melhoria da qualidade dos coletivos formados e incremento no funcionamento dos então existentes. Surgiram grandes cooperativas de trabalho coletivo (algumas com mais de 100 famílias envolvidas).

O período atual, iniciado em 1997, preocupa-se com um programa piloto de reestruturação orgânica e de acompanhamento sistemático no campo técnico e gerencial, pela CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil LTDA), das cooperativas coletivas. Desse programa, começam a surgir elementos técnicos e econômicos com vistas à orientação tanto metodológica quanto técnica e organizativa de todas as formas de organização coletiva do processo de produção nos assentamentos (CHRISTOFFOLI, 2000).

É possível perceber a história do movimento através de suas palavras de ordem, que foram sendo criadas ao longo de sua trajetória de luta pela posse da terra.

Assim, nos anos iniciais do movimento tem-se o seguinte lema de luta: “Terra para quem nela trabalha”; depois, em 1984, com o aumento da resistência e da repressão ao movimento o lema passou a “Terra não se ganha, terra se conquista”. Em 1985 o lema foi “Sem Reforma Agrária não há democracia”; em 1986 passou a ser “Reforma Agrária já”. Neste mesmo ano, com o aumento da violência repressora ao movimento, o lema mudou para “Ocupação é a única solução”, depois “Enquanto o latifúndio quer guerra, nós queremos terra” (1986/1987). Em 1988, com a promulgação da Constituição, o lema foi: “Reforma Agrária: na lei ou na marra” e, em 1989 passou a “Ocupar, resistir, produzir”. Na década de 1990, o enfoque continuou o mesmo com “Reforma Agrária: essa luta é nossa”, depois “MST, agora é pra valer” (1992/93) e “Reforma Agrária: uma luta de todos!” (1995), posicionando-se contra o governo Fernando Henrique Cardoso. Por fim, em 2000 o lema era “Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio” (OLIVEIRA, 2001).

A forma de luta por ação direta, através da ocupação de terras faz do MST uma forma de fenômeno social de resistência concreta contra o latifúndio, contra o capital financeiro e comercial nacional e internacional, contra as lógicas governamentais dominantes como as impostas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional. Lutam ainda por políticas públicas agrícolas compatíveis com a situação econômica dos trabalhadores rurais assentados, lutas por educação, saúde, segurança física das pessoas em

função das ofensivas da repressão das políticas militares, civis, paramilitares e de pistoleiros profissionais, entre outras. Ao longo dos anos, constituíram-se diversos coletivos setoriais do MST para dar conta dessas reivindicações, como as frentes de massa, educação, saúde, cooperação agrícola, gênero, formação, cultura, direitos humanos, comunicação etc., todos estes articulados nacionalmente.

Para dar conta das lutas locais, regionais, estaduais e nacionais foi criada uma estrutura de setores coletivos nas quais o MST tem presença efetiva. No âmbito de cada estado, constituíram-se direções regionais. Cada instância, desde o assentamento, as direções regionais, estaduais e nacional, possui autonomia relativa (CARVALHO, 2002).

Para a ocupação da terra, em âmbito local, são mobilizadas centenas ou milhares de famílias em que formas burocráticas de organizar e controlar pessoas não são eficientes para a peculiaridade do movimento. Criou-se, ao longo dos anos, a partir dessas mobilizações, uma identidade social de resistência muito forte entre as pessoas que compõem o movimento. Ao criar nova identidade, o movimento foi capaz de redefinir sua posição na sociedade e seu objetivo de transformá-la.

“A consciência social dos Sem Terra de que apenas a obtenção da terra é insuficiente para a realização dos seus objetivos econômicos imediatos já é efetiva; a percepção de que as demais lutas sociais como educação, saúde, cultura, formação etc. são indispensáveis para a sua emancipação de duas das três cercas que os dominam, o latifúndio e a ignorância, é crescente e já lhes dá significado; a terceira cerca, o capital, em função dos processos de exclusão social e aumento da pobreza no país, vai aos poucos fazendo sentido para os Sem Terra” (CARVALHO, 2002, p. 249).

Convém fazer uma ressalva em relação ao objetivo da estratégia do MST em ser portador de uma força social capaz de transformar a estrutura social do país. Na verdade, esse movimento é, antes de tudo, uma luta social camponesa pela necessidade dos trabalhadores rurais em encontrar terra para trabalhar e sobreviver. Para isso, encontram-se diversas formas de organização dos trabalhadores como as associações e as cooperativas, além do trabalho individual nos lotes adquiridos. Uma das questões que orientam

esta tese é que o empreendimento cooperativo pode oferecer melhores condições de vida e relações de trabalho, quando se comparam com as condições anteriores ao movimento com as de hoje.

Todavia, são poucos os assentamentos que conseguiram criar e consolidar um sistema de cooperação da produção ou da comercialização de seus produtos. A maior parte deles trabalha no sistema tradicional da produção rural, ou seja, sistema individual ou familiar de cuidar da terra. Em torno de 5% do total de assentamentos possuem Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) ou Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS). Inspiradas nos modelos cubanos de cooperativas foram constituídas como uma forma de resistência política e como superação do individualismo econômico.

A identidade social do movimento sempre esteve em pauta, porque era essa uma das grandes forças que unia os trabalhadores em um ideal comum: a conquista da terra. Escolas de ensino fundamental; cirandas infantis; cursos de formadores e técnicos forneciam e fornecem a base para a criação e consolidação da identidade dos trabalhadores com o movimento.

Outro elemento importante para entender o MST e a formação dos seus coletivos seria enxergar os princípios educativos do movimento, pois tanto as suas lutas como a conquista da terra passam pela produção, educação, saúde, cultura, direitos humanos para aprofundar o processo de humanização de seus sujeitos (CALDART, 2001).

O lema "*Reforma Agrária: uma luta de todos!*", de 1995, define bem a identidade Sem Terra ao buscar educar a sociedade para que reconheça a reforma agrária como uma luta não apenas dos trabalhadores da terra, mas uma luta que serve para assumir bandeiras cada vez mais amplas.

"O fato é que há no Brasil, hoje, um novo sujeito social que participa ativamente da luta de classes, com sua identidade e seu nome próprio: Sem Terra [...] é um nome que revela uma identidade, uma herança trazida e que já pode ser deixada aos seus descendentes, e que tem a ver com uma memória histórica, e uma cultura de luta e de contestação social" (CALDART, 2001, p. 211).

O processo de formação humana do trabalhador sem (a) terra ocorre quando ele passa a ser membro de uma organização social de luta pela Reforma Agrária. Tudo isso caracteriza a formação de um movimento

pedagógico de sujeitos sociais. “Os Sem Terra se educam, quer dizer, se humanizam e se formam como sujeitos sociais no próprio movimento de luta que diretamente desencadeiam” (CALDART, 2001, p. 213).

Para a mesma autora, “existe uma pedagogia que se constitui no movimento de uma luta social; e que uma luta social é mais educativa, ou tem um peso formador maior, à medida que seus sujeitos conseguem entranhá-la no movimento da história” (CALDART, 2001, p. 213). Dessa maneira, é a participação da luta que humaniza e inclui as pessoas à vida social que estimula e cria uma postura de busca da emancipação. Nesse sentido, a formação humana, como princípio educativo, tem na luta social a sua base formadora. A pedagogia da história pode ser vista como o cimento principal que vai interligando as diversas dimensões desse movimento.

Assim, o processo educativo básico, que difere muito do processo de formação dos sujeitos urbanos, é o de “transformar-se transformando a terra, as pessoas, a história, a própria pedagogia, sendo esta a raiz e o formato fundamental da identidade pedagógica do próprio MST” (CALDART, 2001, p. 217). A luta social, como base da educação dos Sem Terra, extrapola a educação formal da escola urbana e cria um enraizamento no sentido de ser possível participar ativamente de uma coletividade que conserva viva a sua cultura, a sua história e a sua luta.

5.2. Principais formas de cooperação agrícola nos assentamentos do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

O Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), como exemplo de EESs, é um setor do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que surgiu a partir de discussões, de experiências na organização dos assentamentos e da prática do processo de produção.

O SCA é responsável pela difusão da cooperação agrícola dentro dos assentamentos, pela implantação da estratégia geral do MST e pela organização de base dos assentados.

Em síntese, o SCA vê a estratégia geral do MST como uma forma de:

“Proporcionar a militantes e dirigentes a criação de condições materiais para a luta [ou seja], as cooperativas devem colocar à disposição sua infra-estrutura, recursos e pessoal para a mobilização e luta política em vista da reforma agrária e da transformação da sociedade; desenvolver a consciência política na base; construir a sua organicidade; engajar-se na sociedade seja fazendo articulação política e ou ajudando a organizar outros segmentos; vivenciar novos valores” (CONCRAB, 1998, p. 3).

Nessas condições, a proposta do SCA é a construção de um modelo de cooperativismo no Brasil. Evidentemente, um modelo diferente do cooperativismo tradicional – que daria ênfase ao crescimento da empresa, em detrimento do sócio, e no qual as tomadas de decisões estariam cada vez mais concentradas nos técnicos. Pelo contrário, o SCA visa, prioritariamente, ao desenvolvimento do associado e à cooperação entre as famílias assentadas. Dessa forma, vai de encontro às políticas implantadas no país na década de 1990 e ao modelo de cooperativismo tradicional defendido pelas organizações estaduais (OCEs) e pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), que se propõe a ser a principal representante de todas as cooperativas (CONCRAB, 1998).

A proposta do SCA implica a apropriação dos instrumentos de trabalho pelos próprios trabalhadores assentados e o estabelecimento de mercados populares locais, que integrem campo e cidade. Além disso, o SCA se propõe a zelar pela autonomia de organização e de representação, viabilizando, assim, um cooperativismo que abrange as diferenças regionais.

O SCA define a cooperação agrícola como uma forma de divisão social do trabalho. Em outras palavras, cada trabalhador deve se especializar em uma linha de produção ou tarefa. Espera-se com isso aumentar a eficiência e a produtividade e diminuir os custos e o tempo de trabalho. Além disso, segundo essa mesma definição, a cooperação constituiu uma forma de resistência no campo.

Esse sistema surge, portanto, com o papel de organizar a produção, além de cumprir a tarefa de aglutinar e organizar os assentados, representá-los politicamente, mobilizá-los, prestar serviços, desenvolver a capacitação técnica e contribuir com o caráter orgânico do MST.

Na concepção do MST, a organização desse Sistema representa um passo adiante na melhoria da qualidade de vida dos assentados. Nessa perspectiva, os principais objetivos do SCA são (CONCRAB, 1998):

- consolidar a organização de bases do MST;
- ser a retaguarda econômica do movimento;
- ser uma forma de resistência ao capitalismo;
- demonstrar que a reforma agrária é viável sob todos os aspectos;
- criar melhores condições de vida para as famílias assentadas e garantir-lhes acesso à água, à energia elétrica, à saúde, à educação e ao lazer;
- formar e capacitar quadros políticos e técnicos para o MST;
- desenvolver a cooperação agrícola como um empreendimento econômico e organizacional que produza excedente, ou seja, resultados financeiros para as famílias;
- aumentar o progresso econômico e social dos assentamentos;
- desenvolver a agroindústria;
- desenvolver um modelo tecnológico adequado à realidade de cada assentamento;
- contribuir para a construção do *homem novo* e da *mulher nova*, pessoas responsáveis politizadas, culturalmente desenvolvidas, solidárias e fraternas umas com as outras.

Em 2001, o plano de produção defendido pelo MST, dentro do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), buscava a construção de diálogos coletivos internos aos assentamentos. Os objetivos eram estimular o associativismo através das cooperativas, a diversificação da produção para a obtenção de uma renda mensal e a discussão sobre os aspectos ambientais e tecnológicos da produção pretendida (CONCRAB, 2001).

Dessa maneira, as principais formas de cooperação agrícola nos assentamentos, de acordo com a CONCRAB (1998) e PIMENTEL (2000) são as seguintes:

1- **Mutirão, puxirão, troca de serviço:** trata-se da forma mais simples de cooperação. Ocorre ocasionalmente entre os assentados individuais, especialmente entre vizinhos ou parentes, para a execução de uma determinada tarefa, como a capina, plantio, colheita, construção de moradias etc.

2- **Núcleos de Produção:** são assentados individuais que se unem, por proximidade, parentesco ou linha de produção, com a finalidade de organizar a produção. É direcionada a assentamentos onde os assentados já estão estabelecidos de forma individual e têm dificuldades em evoluir para experiências associativas mais avançadas. A terra e os meios de produção permanecem como propriedade individual, portanto, o indivíduo planeja a produção no seu lote. Se o núcleo de produção estiver vinculado à outra experiência de cooperação, por exemplo, a uma cooperativa de comercialização e prestação de serviços, o planejamento da produção pode estar subordinado a um plano mais centralizado.

3- **Associações:** que podem ser de diversos tipos: para aquisição de animais; de máquinas ou implementos agrícolas; de transporte; de comercialização; de benfeitorias; e de representação política de todos os assentados.

A associação é formada por pessoas que se unem para solucionar um problema que dificilmente conseguiriam resolver sozinhas, ou seja, prestar algum serviço de interesse comum. A associação de máquinas é uma das experiências mais desenvolvidas nos assentamentos do MST. Normalmente, a terra permanece como lote individual. Já o capital pode permanecer em parte com o indivíduo e em parte com a associação. Na maioria das associações, o planejamento da produção ocorre no lote individual. Apenas nas atividades coletivas o planejamento é centralizado pela associação. A maioria das associações é registrada e legalizada. Apresentam personalidade jurídica, com estatuto, regimento interno, livro de atas, diretoria. Seus associados estabelecem regras de utilização ou prestação de serviços a todos os sócios. Existem nos assentamentos algumas associações não legalizadas, que têm

apenas um regimento interno e caderno de atas para registrar as decisões. Há também grupos semi-coletivos que usam o nome de associação.

4- **Grupos Semi-Coletivos:** há grupos semi-coletivos quando os assentados produzem no lote familiar e possuem uma ou duas linhas de produção em conjunto, voltadas para o mercado. Essa experiência de cooperação teve grande desenvolvimento no MST, durante o período de 1985-1988. Com o decorrer do tempo, o número foi reduzido drasticamente, restando poucas experiências em alguns estados do Nordeste. Com a prática, comprovou-se que esse grupo de produção não é estável: ou avança para um nível maior de coletivização ou retrocede para uma individualização cada vez maior do processo de produção. A dificuldade está em conciliar os interesses individuais com o interesse coletivo. Esses grupos, em geral, são organizados informalmente.

5- **Grupos Coletivos:** em geral, o título de propriedade ou concessão de uso da terra permanece em nome do indivíduo membro do grupo. Não se faz, entretanto, parcelamento da terra, pois ela fica sob comando do coletivo. O indivíduo controla apenas uma pequena parcela destinada à produção de subsistência. O capital, bem como o planejamento da produção e os investimentos ficam sob comando do coletivo. Os grupos são organizados por setores de produção e a distribuição, organização e especialização da mão-de-obra ocorrem através deles. O grupo de produção coletivizada é organizado informalmente, ou seja, não é legalizado.

6- **Cooperativas de Prestação de Serviço (CPS):** têm por objetivo planejar e organizar as principais linhas de produção de todos os assentados que produzem no lote familiar, no semi-coletivo ou em grupos coletivos. Além disso, dedicam-se à comercialização da produção, assistência técnica e implantação de unidades para beneficiar a produção dos assentados. Em razão da sua abrangência, no Sistema Cooperativista dos Assentados, elas dividem-se em:

a) Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS): quando envolvem apenas um assentamento ou assentamentos de um determinado município;

b) Cooperativas de Prestação de Serviços Regionais (CPSR) ou Cooperativas Regionais: quando envolvem vários assentamentos, em diversos municípios próximos.

A propriedade da terra pode estar em nome do associado ou em nome do coletivo ou da CPA, que são sócios da CPS. O capital social está sob controle da cooperativa e as sobras podem ser distribuídas entre os associados. A cooperativa pode buscar recursos para investimentos em lotes individuais, associações, CPAs, bem como pode buscar recursos para investimentos centralizados na cooperativa que beneficiam o conjunto dos associados. É tarefa de uma CPS, a partir do estudo de viabilidade econômica, definir suas linhas de produção prioritárias a serem desenvolvidas e elaborar planejamento centralizado da produção vinculado à cooperativa. Também pode direcionar os recursos e a assistência técnica para essas linhas prioritárias, porque seu objetivo principal é centralizar toda a produção para viabilizar a comercialização e industrialização.

7- Cooperativas de Crédito: a finalidade é fazer circular o capital financeiro dos assentados entre os mesmos, facilitando, assim, o acesso ao crédito.

8- Cooperativas de Produção e Prestação de Serviços (CPPS): é uma forma de transição entre a CPS e a CPA. Pode ser classificada em dois níveis:

a) o nível mais simples: a CPS, dependendo do nível de desenvolvimento da região ou do assentamento em que estiver localizada, pode passar de cooperativa que principalmente fornecia a prestação de serviços para uma cooperativa de produção e prestação de serviços (CPPS). Ocorre quando a cooperativa consegue alcançar um certo nível de desenvolvimento econômico ou pela sua localização ou pelo volume de capital que incorpora.

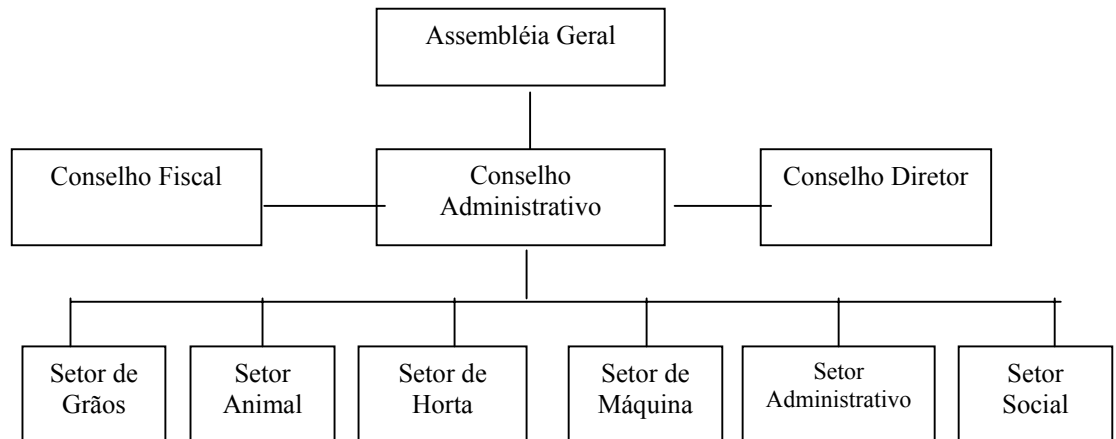
b) o nível mais avançado: a cooperativa passa a desenvolver parte das atividades centralizadas e parte da produção fica com os sócios, que pode ser organizada em diversos níveis.

Nessa forma de cooperação, a terra pode ser propriedade do coletivo ou ser do coletivo apenas a parte em que estejam investimentos coletivos e o restante ser de propriedade individual. O planejamento da produção deve ser centralizado, definindo o que será produzido para o mercado pela CPPS e o que será produzido pelos associados nas demais formas de cooperação. Quanto aos investimentos, todos os considerados estratégicos para a cooperativa devem ser centralizados sob controle da CPPS.

9- Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA): foram implantadas como experiência nos assentamentos do MST a partir de 1989 e são consideradas pelo Movimento como uma forma superior de organização da produção. O que difere a CPA de um grupo de produção coletivizado ou de uma associação é a personalidade jurídica, porque, ao ser registrada como um empreendimento cooperativista, passa a ser regida pela legislação cooperativista brasileira. Desse modo, prevê a obtenção de sobras. A terra permanece sob controle do coletivo, a não ser uma pequena parcela destinada à produção de subsistência de cada associado. Todos os investimentos estão sob controle e em nome da CPA. O trabalho é organizado internamente através dos setores de produção e serviços, como os setores de grãos, de animais, de máquinas e do setor administrativo. O planejamento da produção é coletivo e baseado em estudos técnicos que definem as linhas de produção e a ordem de prioridades a serem implantadas. Por isso, uma CPA é complexa porque se constitui como empresa de produção coletiva, gestão coletiva e de trabalho coletivo.

Quanto à estrutura organizacional, a CPA normalmente é gerenciada por um conselho administrativo, deliberativo ou uma coordenação. Cada CPA define a sua instância representativa, composta por um membro de cada setor de produção e serviço. Dessa instância, é eleito um conselho diretor ou uma diretoria executiva. Na mesma instância, está o conselho fiscal e a Assembléia Geral dos cooperados, que é o órgão máximo de poder no interior de cada CPA e a quem compete a aprovação do planejamento estratégico, a prestação de contas, entre outros assuntos, além do que ratifica ou não a indicação dos coordenadores escolhidos pelos setores (CONCRAB, 1996).

Figura 6
Organograma de uma Cooperativa de Produção Agropecuária



Fonte: CONCRAB (1996) e PIMENTEL (2000).

A implantação do processo de cooperação depende de uma reflexão coletiva que leve em consideração a especificidade de cada caso, considerando suas características culturais, tecnológicas, de mercado, etc. E, nesse contexto, a educação sempre será uma questão fundamental, que inevitavelmente terá de estar presente nessas cooperativas (PIMENTEL, 2000). Fenômeno este que fortalece a identidade Sem Terra.

O estímulo para a formação das cooperativas começa ainda no período de acampamento/ocupações de terras. Nesse momento, são realizados cursos, palestras, discussões e visitas de intercâmbio às cooperativas já existentes. O primeiro momento é o de conscientizar as pessoas para o cooperativismo. Quando é formada uma cooperativa num assentamento do MST, o modelo organizativo adotado é fruto de um misto entre a experiência dos outros coletivos já existentes e as discussões próprias do grupo. Primeiro, busca-se convencer o maior número possível de pessoas a ingressar no coletivo, e somente depois do coletivo começar a funcionar é que começam as discussões sobre normas de trabalho, planejamento econômico, regimento interno, etc.

Segundo CHRISTOFFOLI (1998), no momento em que se constitui o coletivo, cria-se uma situação em que a maioria das pessoas não tem trabalho

produtivo devido à falta de recursos e estrutura produtiva. O excesso de mão-de-obra pode criar um efeito negativo na organização do coletivo, um estilo de indolência, morosidade e baixa produtividade do trabalho.

Pode ocorrer que, em algumas cooperativas ou associações, a organização da produção seja feita como uma família de pequenos agricultores individuais e não como uma empresa associativa. Desse modo, pode ocorrer a falta de um planejamento da produção e do trabalho, a falta de controles contábeis, de custos e de produção e a falta de informações que circulem de forma organizada.

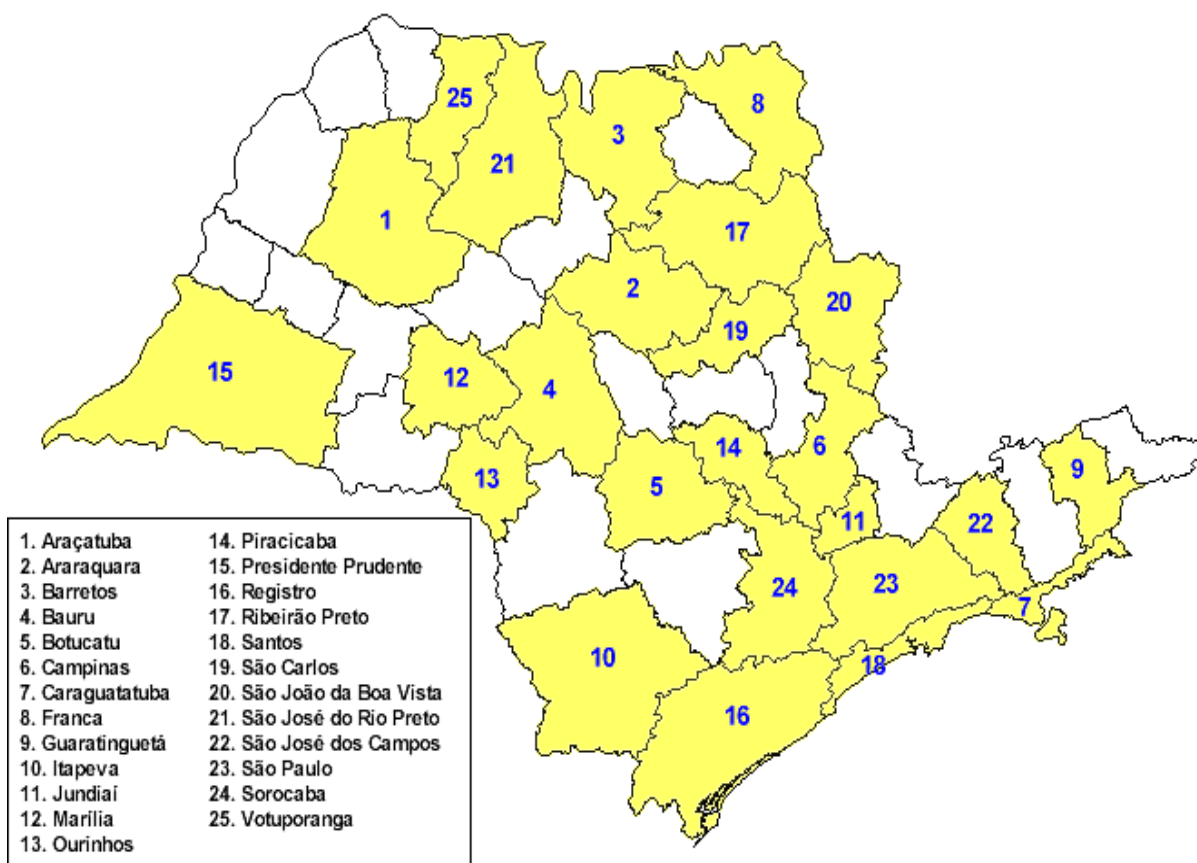
Nos primeiros anos de funcionamento desse coletivo, os problemas que aparecem são mais facilmente administráveis, mas à medida que a cooperativa se desenvolve e cresce, os problemas de gerenciamento tornam-se mais complexos. Exige-se cada vez mais, dos cooperados, a aquisição de habilidades e conhecimentos administrativos como meios fundamentais para que os empreendimentos superem as dificuldades e que eles saibam aproveitar as oportunidades para atingir os seus objetivos: emancipação dos grupos excluídos do campo.

5.3. A Cooperativa de Produção Agropecuária Avó Aparecida Ltda (COPAVA) e a Cooperativa de Produção Agropecuária Nossa Senhora Aparecida (COPANOSSA)

A Fazenda Pirituba – local onde se encontram os assentamentos e as duas cooperativas analisadas nesta tese – localiza-se entre os municípios de Itapeva e Itaberá, região sudoeste do Estado de São Paulo, situado no item 10 da figura 7 que segue. Algumas informações sobre os municípios, como sua história e tipos de culturas encontradas fornecem dados para o melhor entendimento dos casos estudados.

Figura 7

MAPA DO ESTADO DE SÃO PAULO



Fonte: Instituto Agrícola de Campinas (IAC). <http://www.cpa.unicamp.br/agric.html>, 1999.

5.3.1. O município de Itapeva

Itapeva localiza-se no sudoeste do Estado de São Paulo (localizado na região 10 do mapa exposto na figura 6). Possui uma área de 18.730,9 km², constituindo o segundo maior município em extensão territorial do estado de São Paulo. Na agricultura, o município é um dos principais produtores do Estado, destacando-se a produção do feijão, da soja, do tomate e do milho. Itapeva é também grande produtora de madeira, possuindo uma grande área de reflorestamento (pinus e eucaliptos) (PIMENTEL, 2000).

Em 1970, o acesso à terra pela propriedade predominava em termos de área e o arrendamento era a segunda alternativa mais importante para a sobrevivência dos produtores rurais. Essas formas de acesso à terra, conjuntamente, predominavam sobre o número de estabelecimentos explorados pelos proprietários. Esse mesmo quadro permaneceu o mesmo entre 1980 e 1985, com uma ligeira consolidação da propriedade, porém no levantamento seguinte o arrendamento passou a dominar, acompanhando a tendência geral observada no País.

5.3.2. O município de Itaberá

O processo de ocupação do território onde se localiza o município de Itaberá aconteceu no período de decadência da mineração no Estado de Minas Gerais, na segunda metade do século XVIII. Sua colonização ocorreu no bojo da procura de outras províncias minerais alternativas à região mineira decadente. Assim, vindos de Minas Gerais, os mineiros Francisco Antônio da Silva, Antônio Joaquim Diniz e João Rodrigues da Silva, seguindo os picadões abertos pelos bandeirantes paulistas, instalaram-se em 1862 nas terras itaberenses e abriram uma grande fazenda. Ali aportaram também garimpeiros atraídos pelas águas do Rio Verde e pelos indícios de ouro no Rio Lavrinhas, às margens do qual foi erguido um povoado que, em razão das lavras, também recebeu a denominação de Lavrinhas. Finalmente, pela Lei nº975, de 20 de dezembro de 1905, recebeu a denominação de Município de Itaberá, que em tupi-guarani quer dizer “pedra que brilha”, tendo em 2002 uma área de 1.007 km² ou 110.700 hectares.

Com a atividade mineradora que não se mostrou próspera foi abandonada logo, ficando a agricultura como a atividade econômica principal do município. Como em toda a região Sudoeste do estado de São Paulo, a expansão cafeeira não avançou na região devido ao clima mais ameno e à possibilidade da ocorrência de geadas, que produzem perdas consideráveis à cultura (PIMENTEL, 2000).

A partir da primeira metade dos anos cinquentas, houve um crescimento vertiginoso da cultura do trigo. Nessa época, realizaram-se as construções de infra-estrutura como moinhos de trigo, tendo em vista o interesse governamental em garantir a auto-suficiência desse cereal e as condições climáticas propícias da região para o seu cultivo. No final da década de 1950, o município de Itaberá era conhecido como a “capital do trigo”. No entanto, ataques incessantes de “ferrugem”, doença que produz reduções drásticas de rendimento, fizeram a cultura refluir chegando mesmo a ser extinta.

No final da década de 1970, uma nova cultura alimentar teve um ciclo expansivo: o feijão. O crescimento da área plantada foi significativo, saltando de um patamar de 4.000 hectares anuais em 1964/66 para 6.000 hectares em 1969/71, tendo, a partir daí, um ritmo intenso de elevação para atingir o nível de 44.000 hectares entre 1981/82. A partir da década de 1980, com a crise nacional, o ciclo do feijão em Itaberá começa a declinar, recuando para 25.000 hectares em 1990. Apesar desse declínio, o feijão continua sendo a principal cultura municipal em valor adicionado e base da renda das famílias de um universo significativo de pessoas.

Nas culturas temporárias, o feijão e o milho disputam a posição de principal cultura em termos de área cultivada. Outras transformações importantes, no entanto, foram notadas, como a ocorrida nas pastagens, onde os pastos naturais recuaram em contrapartida com o avanço dos pastos artificiais, demonstrando uma face da modernização da pecuária local. Também entre matas e florestas, as artificiais (vegetação introduzida) avançaram em contrapartida com o recuo das naturais (vegetação nativa), fruto do avanço do complexo industrial de papel e celulose.

A estrutura agrária do município é bastante concentrada, tendo em torno de 50% das propriedades (3,8% do número total) com mais de 500 hectares e 21% das terras com tamanho inferior a 100 hectares (80,7% do total de terras) (GONÇALVES & SOUZA, 1993).

Depois de caracterizar os municípios de Itapeva e Itaberá, apresentar-se-á um histórico sobre a Fazenda Pirituba II, onde estão situadas as duas Cooperativas de Produção Agrária (CPAs) analisadas.

5.4. A Fazenda Pirituba

A Fazenda Pirituba, localizada entre os municípios de Itapeva e Itaberá, a sudoeste do Estado de São Paulo, possui uma área total de 17.420 hectares (ha). Foi adquirida no Governo Adhemar de Barros, em 25 de março de 1950, através da execução de uma dívida hipotecária. Inicialmente, a área tinha como destino a implantação de um programa de incentivo à triticultura. Esse plano, porém, não foi cumprido, pois houve desvio de metas do então administrador da fazenda, Sr. Lino Vincenzi, que arrendou as terras para parentes e amigos (PIMENTEL, 2000).

Posteriormente, no Governo Carvalho Pinto, no final dos anos de 1950, tentou-se reaver a área a fim de realizar o assentamento de pequenos agricultores, através de projeto de colonização. O governo estadual havia perdido o controle da situação e, em 1962, foi realizado um estudo da área⁷⁴, que constatou a existência de cerca de 190 ocupantes conhecidos como parceiros. Em 1963, o estado investiu na retomada do controle da área. Foram desfeitos os contratos de arrendamento na Justiça e paga indenização para o administrador da Fazenda. Abriu-se novo período de inscrição para o projeto de colonização. Apesar de se inscreverem mais de 1600 famílias, os parentes e amigos do antigo administrador permaneceram na área e, mais uma vez, o projeto foi inviabilizado. Em 1966, cerca de 160 pequenos e médios agricultores, ocuparam a Fazenda. Alguns se dedicavam à cultura de subsistência e outros à pecuária leiteira ou de corte. O estado, na época, tentou regularizar os lotes considerados irregulares, propondo a titulação dos mesmos, desde que os lotistas fornecessem a documentação necessária para essa titulação. Algumas pessoas temendo que essa ação pudesse levá-las ao despejo, começaram a contratar advogados e a dificultar os trabalhos propostos naquele momento.

⁷⁴ Essa tentativa de intervenção inspirou-se na Lei Estadual n° 5.994, de 30 de dezembro de 1960, conhecida como “Lei da Revisão Agrária”, que previa promover, mediante loteamento, o aproveitamento de terras do Estado que se prestassem à exploração agrícola e pecuária (PIMENTEL, 2000).

Em 1975, dos 142 contratos firmados com o governo estadual, apenas 27 foram regularizados. Permaneceram na fazenda os grupos conhecidos, segundo documento do ITESP (1998), como os holandeses, os Batagins, os lotistas Furlans e alguns remanescentes da família Vincenzi. Esses grupos não atendiam às exigências previstas na lei e o Estado optou pela sua exclusão através de processos administrativos. No início dos anos de 1980, os pequenos produtores rurais excluídos do campo fizeram a primeira ocupação e foram despejados pela Polícia Militar e por jagunços (PIMENTEL, 2000).

Em 1982, os conflitos fundiários da Fazenda Pirituba assumiram nova característica: as ações populares por terra, agora organizadas e contando com o apoio de parlamentares, da sociedade civil e da Igreja, acabaram por contribuir com o surgimento do MST na região.

Ao mesmo tempo ocorria a democratização do país e no Governo Estadual foi eleito Franco Montoro. Existia a predisposição para se resolver a situação da Fazenda. Em 1983, foi constituída a comissão intermunicipal de regularização da Fazenda Pirituba, integrada por diversos representantes da sociedade civil dos municípios de Itapeva, Itararé e Itaberá, no entanto, essa comissão fracassou. Um grupo de 40 trabalhadores rurais Sem Terra ocupou a Fazenda, reivindicando terras, baseando-se no conhecimento de que aproximadamente 5.000 ha se encontravam nas mãos daqueles conhecidos grileiros. As ações desses movimentos sociais foram sucessivas. Logo após o despejo das primeiras famílias, surgiu uma ocupação mais forte e resistente, contando com a participação de 250 famílias, totalizando mais de 1.200 pessoas.

Começou, então, a cair o império dos grileiros e o Estado conseguiu a primeira vitória junto ao poder judiciário: obteve o seqüestro das áreas⁷⁵ e o Instituto de Assuntos Fundiários (IAF) começou a elaborar o assentamento das famílias no projeto de assentamento Pirituba II⁷⁶.

⁷⁵ Foram vários os fatos que levaram o Estado a ajuizar a ação de seqüestro das áreas. Em primeiro lugar, havia a existência de conflito, ou seja, trabalhadores rurais que reivindicavam terras. Ademais, os boiadeiros utilizavam-se de forma inadequada as terras, que afinal pertenciam ao Estado. O manejo utilizado levou ao processo de deterioração dos solos, provocando erosão em grandes extensões de área (PIMENTEL, 2000).

⁷⁶ Utilizou-se Pirituba II para se demarcar a diferença com o projeto de colonização original (PIMENTEL, 2000).

Em maio de 1984, os Sem Terra ocuparam novamente as terras da Fazenda. Foram 300 famílias de seis municípios da região e também do estado do Paraná. Dessa vez, os grandes arrendatários não conseguiram concretizar os despejos e partiram para a violência contra as famílias, instalando um clima de tensão social. Diante de um conflito iminente, o governo entrou com medida cautelar e tomou posse da área ocupada (FERNANDES, 1999).

O relato, coletado pela pesquisadora em 2002, de um dos cooperados mais velhos da COPAVA descreve a situação emergencial do grupo no processo de ocupação das terras da Fazenda Pirituba II:

Começou a rolar uma notícia que na Área I tinha acontecido uma ocupação de terra, naquela época chamava invasão, aí o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Itaberá era muito meu amigo. Ele me convidou para entrar no outro grupo de pessoas para ocupar a fazenda. Aí comecei a acompanhar, em 1985. Não plantei nada, só me envolvi na luta para ocupar a terra. O apoio que nós tínhamos era do sindicato de Itaberá e Itararé e de um padre de Itararé. Começamos a fazer as reuniões... Em 1986, começamos a esperar a decisão. Quando nós ocupamos, nós estávamos em 316 famílias, era um mundo de gente. Quando foi em fevereiro de 1986 tomamos a decisão de acampar e agüentar o que viesse. A minha esposa e os filhos ficaram na cidade. Era só uma pessoa por família que ocupava porque a notícia era que a polícia atacava.

A ocupação na área I da Fazenda Pirituba aconteceu da seguinte forma, como relatado por um assentado:

Na área I a primeira invasão foi atropelada por jagunço e policiais. Na segunda eles resistiram, daí nessa época o governador do Estado de São Paulo era o Franco Montoro e a aquisição da terra não demorou porque o governo estava próximo de adquirir a terra. A pressão que o pessoal fez, o governo pressionou a justiça, ele ganhou a questão. Em 90 dias já recebia o lote inteiro com sete alqueires na área I e II, isso foi em 1984.

A primeira ocupação e conquista da terra influenciou a luta por outras porções de terra da mesma região, como relatado pelo mesmo assentado:

Nós ficamos influenciados, mas para nós foi diferente. Ficamos acampados quase 90 dias, aí um dia resolvemos ocupar, entramos na terra, só que também fomos infelizes. Paramos 30 dias e já veio o despejo, nós recuamos e ficamos na estrada. Isso durou onze meses, aí fomos fazendo isso, nós entrávamos e o dono da terra pedia a reintegração de posse.

Em 1985, ocorreram novas ocupações por cerca de 300 famílias na área dos Batagins, reivindicando do Estado a destinação dos lotes para assentamento. Após vários despejos judiciais, o grupo não se deu por vencido e permaneceu acampado às margens da Fazenda. Finalmente, quando a sentença foi favorável ao Estado, as famílias foram assentadas ainda de forma emergencial, originando o Projeto de Assentamento Pirituba área III. Desde 1984 foram criados cinco projetos de assentamentos na Fazenda Pirituba, que compõem uma área de 5.400 ha, estando assentadas 305 famílias. Um sexto projeto de assentamento, com 52 famílias, ainda tem caráter emergencial (ITESP, 1998 e PIMENTEL, 2000).

A história relatada a seguir, de um dos assentados, demonstra a identidade do homem camponês excluído da terra com os princípios do MST, mesmo sem ter tido contato com esse movimento antes da ocupação em 1986:

Eu comecei me aprofundar muito nessa história da luta, luta pela terra, mas eu não estava dentro da luta pela terra, estava dentro de uma comunidade. Eu sonhava em mudar de vida porque eu trabalhava, eu não tinha terra, e eu trabalhava com o patrão, a situação não era fácil, parceria é muito difícil era a gente que fazia tudo. O patrão só levava a parte dele sem trabalho, então era muito difícil, não estava dando para a gente se manter, aonde a gente morava... Eu sempre fui uma pessoa que quando me conheci por pessoa, sempre morei na roça. Sempre trabalhei no campo, desde os meus seis anos de idade. Comecei a conhecer a história do campo e sempre fui uma pessoa que gostava muito de participar da comunidade desde menino. Estudei, fiz até o terceiro ano [ensino fundamental], fui sempre liderança de comunidade na minha época de juventude. Passando da

adolescência para a juventude fui orador de grupo de jovem, participei da comunidade eclesíastica de paz... Meu pai era meeiro, trabalhava de parceria com o patrão.

O mesmo assentado relatou como foi a resistência dos grupos de que ele participava, antes de lutar pela terra, ao saber que o mesmo iria fazer parte de um grupo de pessoas que reivindicavam a posse da terra:

Eu tive dificuldade dentro da minha comunidade com essa história de reforma agrária, fui até excomungado da igreja na época. Eu me senti constrangido, mas eu também fui radical. Tudo bem, eu assumia as tarefas, mas vou estar dentro da igreja porque ninguém vai fechar a porta da igreja pra mim.

Esse mesmo assentado relatou, ainda, como aconteceu a ocupação da área III:

E nós continuamos a luta e conquistamos aqui a agrovila III. Fizemos uma luta, ficamos um ano morando na beira da estrada. Eu com minha família, minha esposa grávida. Eu quando vi, ela estava grávida de sete mês, dois meses depois de acampar nasceu a menina... Um ano depois nós conquistamos uma terra na área emergencial, pequena ainda. A gente foi morando no nosso barraco, construímos, mas a luta em si foi mais de dez anos⁷⁷, desde 1986 a 1996.

As condições de vida do acampamento para as famílias eram bastante precárias, pois faltava alimento, remédio, sendo que estavam muito fragilizados, morando apenas nos barracos de lona, enfrentando situações climáticas de tempestades que destruía tudo o que estava construído. Além disso, os confrontos com jagunços e policiais representavam um risco de vida a todos os envolvidos no processo de ocupação. O relato a seguir pode exemplificar a situação vivida:

⁷⁷ Até a conquista de toda as seis áreas da fazenda.

É um processo difícil para a família, passamos por muitos confrontos, com os policiais, com jagunços... companheiros nossos foram baleados. Eu passei por muita dificuldade, por exemplo: tiroteio – atiraram e a gente ouvia muitos tinidos de bala passando, a gente deitava e a gente não foi atingido. A gente conseguiu escapar, mas tivemos vários confrontos, foi uma região que houve mais conflito embora não houve morte da nossa parte, mas houve morte por parte do outro lado... os jagunços. (...) Essa história a gente nunca vai esquecer, eu nunca mais vou esquecer da trajetória, do confronto, dos acontecimentos, das tempestades, das chuvas, dos vendavais, de criança, que quando chovia, na beira da estrada chegava a rodar com colchão na estrada. Aquela história é das dificuldades, falta de alimentação, falta de leite, mas a gente já tinha aprendido isso com a própria comunidade, com a própria igreja, com o próprio sindicato que a luta a gente não podia desistir. Que se a gente desistisse, significaria ter perdido a luta. Eu sempre dizia: olha, eu vim para o acampamento, sou o primeiro e quero ser o último, e até hoje, eu resisti, então a gente passou por esse processo de luta, aí depois da luta vem a conquista.

Esse assentado relatou ainda que continua a ajudar novos grupos de pequenos produtores rurais a conquistarem sua terra. Ele viaja sempre para acompanhar os processos de luta, pois faz parte de uma das coordenações do MST na região de Itapeva.

...nossa trajetória foi mais ou menos isso aí dentro da luta, já fui preso, já fui detido, já passei por situações, camburão e polícia. A gente já estava acostumado de vez em quando, estar andando dentro dele, embora a gente não era culpado mas, o nome da gente estava em jogo...

O grupo de assentados da região de Itapeva, que já tem 17 anos de existência, está dividido em seis grandes regiões, como se apresenta nas tabelas 3 e 4 a seguir:

Tabela 3
Assentamentos Implantados na Fazenda Pirituba II

Assentamento	Município	Nº de lotes	Área total (ha)
Pirituba II – área 1	Itapeva	91	2.511,00
Pirituba II – área 2	Itaberá	53	1.341,20
Pirituba II – área 3	Itaberá	73	2.142,33
Pirituba II – área 4	Itapeva	51	1.096,83
Pirituba II – área 5	Itaberá	41	807,71
Pirituba II – área 6 - (emergencial)	Itapeva	52	108,57
Total		361	8.007,64

Fonte: dados do ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), 1998.

Na Fazenda existe ainda um acampamento em situação emergencial. As famílias têm em média sete hectares, com exceção da área 6, em que há dois hectares por família.

Tabela 4
Caracterização das áreas de assentamento da Fazenda Pirituba II

Nome	Município	Nº famílias levantadas	Idade do assentamento	Órgão responsável
Pirituba II Área 1	Itapeva	89	17	ITESP
Pirituba II Área 2	Itaberá	51	17	ITESP
Pirituba II Área 3	Itaberá	77	16	ITESP
Pirituba II Área 4	Itapeva	39	13	ITESP
Pirituba II Área 5	Itaberá	39	10	ITESP
Pirituba II Área 6	Itapeva	64	6	ITESP

Fonte: ITESP (1998), atualizado em 2002 pela pesquisadora.

A Fazenda Pirituba está localizada em uma das quatro áreas consideradas mais pobres do Estado, por isso é denominada de “Ramal da Fome”. O projeto dessa fazenda mostrou, nas primeiras safras, um desempenho econômico bastante favorável. Chegou a ser tratada como um assentamento modelo, não apenas pela rentabilidade alcançada, mas também pela sua forma de organização. No entanto, surgiram dificuldades com o pagamento de dívidas bancárias que levaram à inadimplência de um grupo informal de assentados. A perda do maquinário agravou a situação dos produtores, uma vez que mais da metade deles chegou a ficar impossibilitado

de obter o Procerá⁷⁸. A crise econômica veio acompanhada da implosão desse grupo. A possibilidade de recuperar três tratores, por desinteresse do credor, permitiu o ressurgimento e a viabilização de grupos de produção (CARVALHO, 1994). Em 2002, a fazenda volta a ser considerada como altamente desenvolvida, pois tem obtido resultados consideráveis de produção agrícola e parte dos grupos têm saldado as suas dívidas.

Na Fazenda Pirituba II, aproximadamente um terço dos assentados está organizado em cooperativas e o restante em associações ou compõem-se de pequenos produtores rurais que trabalham de forma individualizada. São cinco CPAs instaladas, duas continuam suas atividades e as outras três pararam de funcionar. Além dessas, há a Cooperativa Regional – Coapri, que desenvolve um trabalho de ligação entre o MST e os assentados. Além disso, a Fazenda Pirituba II destaca-se pela produtividade nas culturas agrícolas do milho, milho safrinha, feijão das águas, feijão da seca, soja, trigo e limão. Nas duas cooperativas analisadas, além dessas culturas, há também a criação de gado de leite, predominantemente, para consumo interno; apicultura e suinocultura, estas voltadas mais para comércio e parte para o próprio consumo.

5.4.1. Caso 3 - COPAVA

Como relatado anteriormente pelos próprios assentados, por estímulo à ocupação já consolidada nas áreas I e II, em 1985, iniciou o processo de ocupação da área III, que foi legalizada em 1986. Foram 11 meses de resistência das famílias acampadas para a conquista da terra. A maior parte dos entrevistados da área III chegou em 1986 para construir sua moradia, casas de taipa, pois antes vivia em barracos de lona preta a beira da estrada e cultivava produtos para a sua subsistência⁷⁹.

Todos os assentados entrevistados participaram dos processos de ocupação em 1985/86, alguns como chefes de família, com maior intensidade,

⁷⁸O Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procerá), criado em 1985, visava prover uma linha de financiamento, custeio e investimento para os beneficiários dos programas de assentamentos (PIMENTEL, 2000).

⁷⁹Foi entrevistado um total de 13 famílias em setembro de 2002, compondo metade das casas do núcleo de moradia, num total de 25, e em torno de 40% dos cooperados da Copava.

e outros, como filhos das famílias, acompanharam o processo de forma mais distante, porque somente uma pessoa da família deveria participar da ocupação devido aos perigos enfrentados. A maior parte deles participou somente da ocupação dessa área e vieram da própria região dos municípios de Itapeva, Itaberá e Itararé. Trabalhavam, predominantemente, como bóias-frias, diaristas e/ou arrendatários e sonhavam em possuir um pedaço de terra e superar as dificuldades econômicas encontradas.

Antes de constituírem a cooperativa, os assentados criaram uma associação porque favorecia o recebimento de financiamentos de instituições filantrópicas. Uma dessas instituições financiou a compra do primeiro trator e de alguns equipamentos que o grupo obteve: o pagamento foi efetuado através dos produtos colhidos pelos agricultores, como relatou um cooperado:

Então nós pegamos e começamos a pagar, com duas lavouras já pagamos o financiamento todo.

Outro projeto financiado foi em relação ao gado de leite:

E nós tínhamos muita necessidade na questão do leite. Era um sacrifício para se conseguir o leite para noventa e poucas famílias...

O engenheiro agrônomo que acompanhou, inicialmente, o grupo de produtores rurais elaborou um projeto para compra de gado de leite e de material para a construção do curral. O pagamento seria efetuado da mesma forma que o projeto anterior.

Aí compramos vinte vacas dando leite, acompanhadas dos bezerros, dezoito novilhas enxertadas e um potro e mais os materiais para fazer o curral e arame para fazer a cerca, dividir as envernadas. Aí ficamos comprometidos com elas em mais quatro milhões e duzentos mil cruzados. Mas, também não foi mais de dois anos para pagar.

Além desse projeto, mais um foi financiado e estava ligado a uma instituição internacional, como relatou um dos cooperados:

Sabe como nós fomos parar no projeto na Alemanha? O Dom Alandro que era o bispo da capela era muito a favor ao projeto de assentamento. Ele sugeriu que daria uma associação organizada, registrada com estatuto e tudo mais e já poderia fazer um projeto para Alemanha, de uma entidade filantrópica, que serviria os necessitados, ela se chamava "Miséria", que nós poderíamos fazer um projeto de quinze mil francos. Quinze mil francos dariam para comprar um trator grande, do tamanho que temos agora, e mais os implementos e um ano de contrato com técnico agrícola que, o estado nessa época estava carente de pessoal para trabalhar. Então nós não tínhamos atendimento técnico e um caminhão. E conseguimos. Esse não teve ressarcimento, foi doado. ... E por aí conseguimos caminhar para chegar até hoje...

No início dos anos de 1990 ficou decidida a criação da cooperativa, sob a influência do MST. Foi oferecido um curso, pelo MST, chamado de "Laboratório Organizacional" para o estímulo e criação da cooperativa de produção agropecuária. O curso durou 45 dias e, ao final, uma parte dos associados optou por não participar, então o patrimônio da associação foi dividido.

Foi decidido tudo antes, para depois fundar, isso aconteceu no dia 20/11/1993. Fundamos a Cooperativa Avó Aparecida, que é Copava, e estamos até hoje. Depois que nós fizemos a cooperativa e o governo tinha um projeto de verba para assentamento de reforma agrária, que é o Procera. E aí pegamos e fizemos um projeto para comprar o resto dos equipamentos, porque nós ficamos com um só trator na divisão, um trator nosso que era maior que o que Alemanha doou, e eles [naquele momento passaram a ser associados ou produtores individuais] ficaram com o tratorzinho pequeno e o caminhão. Aí juntamos tudo e compramos mais um trator grande, e um caminhão, a colhedeira, um tancão distribuidor de esterco, e o pulverizador, e assim por diante, aí equipamos de novo.

A fala de outro cooperado confirma a satisfação com a formação da cooperativa, apesar de reconhecer as dificuldades que ela representava para o grupo devido à falta de conhecimento e habilidades em gerenciamento de um empreendimento de porte maior que uma associação:

E se estabilizou, e foi muito bom, e para nós foi fantástica a criação das cooperativas, embora com todas as dificuldades que se saiu de uma associação para partir para uma cooperação. Uma cooperativa é uma estrutura de uma empresa. A cooperativa foi criada pensando no sistema empresarial e a gente teve muita dificuldade porque a gente não era empresário, a gente era trabalhador rural. E que para a gente foi difícil administrar, não foi tão simples, passamos por várias dificuldades, mas conseguimos superar essas questões administrativas dentro da Copava. Hoje a Copava é modelo no nível nacional e internacional de luta pela reforma agrária no estado, no Brasil.

Em relação ao assentamento, a família tende a permanecer unida, pois entre as pessoas entrevistadas não há filhos solteiros morando em outro local. Alguns filhos mais velhos participaram da ocupação da área V, o quarto caso a ser analisado mais adiante. Alguns declararam ter dificuldades de escrever, mas não de ler. O processo de educação ocorreu antes da ocupação.

A principal forma de exploração do lote é coletiva devido ao fato de constituírem uma cooperativa de produção agrária. Há o lote social, assim denominado pelos assentados, que é um terreno de 900 metros quadrados (15m x 60m), onde cada família tem sua casa, alguns animais e pequenas plantas. As casas de alvenaria foram construídas em 1997, com recursos do governo do Estado de São Paulo, são todas vizinhas e formam o núcleo de moradia da área III, num total de 25 casas. Antes da construção dessas casas havia no lote social⁸⁰ casas de madeira, sendo que algumas ainda continuam erguidas e funcionam como depósito ou outro cômodo da casa de alvenaria. As

⁸⁰ O termo lote social é designado nas cooperativas como a porção de terra referente a um terreno onde se constrói a casa, plantando-se algumas árvores frutíferas para consumo da família.

casas foram construídas em regime de mutirão entre os assentados, no entanto, muitos já reformaram e ampliaram as suas casas. Há água encanada desde 1997, quando houve a construção da casa de alvenaria. Antes de a água passar a ser encanada, cuja fonte é um poço artesiano, eram utilizadas as águas dos rios mais próximos. A energia elétrica existiu desde o início do assentamento. O lixo domiciliar em parte é queimado e em parte é coletado pelo serviço público, principalmente, o lixo das embalagens utilizadas para os defensivos e agrotóxicos da lavoura e do gado.

Há um posto de saúde no assentamento que funciona uma vez por semana. Há também agentes de saúde que visitam as famílias. As doenças mais comuns são resfriados e bronquites, tratadas na sua maior parte com a medicina tradicional. Há no assentamento um “coletivo de mulheres”, assim denominado pelo próprio grupo, que cuida e produz plantas medicinais e fabricam remédios fitoterápicos. De acordo com as responsáveis pelo trabalho, elas foram capacitadas por uma enfermeira suíça⁸¹ que as ensinou a cultivar, a lidar com as plantas e a produzir remédios naturais. Existe uma produção de pomadas, tinturas, xampus, sabonetes, chás de folhas desidratadas em que parte desses produtos é enviada para uma loja de reforma agrária localizada na cidade de São Paulo e parte fica no assentamento. O grupo também produz salgadinhos para a lanchonete do assentamento.

Um dos aspectos mais difíceis de diagnosticar com os assentados foi o valor da renda que eles recebem. Eles relatam que a renda está atrelada a safra semestral e anual, portanto, a renda é recebida somente duas vezes ao ano. Fato este comum a quem é produtor rural e está acostumado com a vida no campo, mas incomum à vida urbana. Além da renda da safra, há alguns cooperados que recebem aposentadoria devido à idade.

Quanto ao maquinário da cooperativa, o responsável pelo setor de máquinas relatou haver muitos equipamentos, todos adquiridos após o assentamento, entre eles: carro de passeio, caminhão, moto, charrete, três tratores, três arados de tração animal, dez motores elétricos, quatro bombas

⁸¹ A enfermeira ensinou a gente a plantar, cuidar das ervas e fazer os remédios naturais. Tem uma cartilha onde estão todas as informações para o aprendizado do grupo. Em setembro de 2002 havia 17 mulheres no grupo.

d'água elétricas, três pulverizadores, três semeadeiras, quatro grades, dois gradões (arados), colhedeira, subsolar, abanadeira de feijão, beneficiador de arroz, moinho de milho, ordenhadeira, máquina de fazer lingüiça/cortador de carne, embaladeira de carne, bomba diesel, passador de uréia (capurador), além de outros equipamentos menores. Há também uma oficina mecânica e, segundo seu responsável, “quase completa”, só faltando um torno, para dar suporte e manutenção aos equipamentos da cooperativa e de outros assentamentos vizinhos.

Os produtos usados na lavoura ou com o gado, como agrotóxicos, calcário e adubo são comprados no comércio local da cidade mais próxima – Itaberá. Em geral, todos os assentados adquirem outras mercadorias, para consumo interno, dentro do próprio assentamento, em um mercadinho local, o MERCOPAVAL. Há ainda uma lanchonete ou, como popularmente é mais conhecido, um “boteco” para o encontro dos finais de tarde para uma prosa e uma cachaça.

Quando foram questionados se a vida deles melhorou em relação às situações anteriores, todos os assentados responderam que sim, porque têm a terra e a fartura. Não dependem mais de outras pessoas como os antigos proprietários de terra onde trabalhavam. Isso fica evidente na fala de um deles:

A vida na cooperativa é boa, as condições de moradia são melhores do que antes. Hoje nós moramos em casa de alvenaria. Antes nós moramos em diversos tipos de moradias: como a barraca de lona preta, a casa de costaneira (casca de madeira), a casa de madeira com telha amianto e hoje na casa de alvenaria.

Observou-se que a variação da comida é pequena, basicamente eles consumiam leite e café pela manhã. Cada família tem direito a um litro de leite por dia por cooperado, pois a produção de leite é pequena para fornecer uma quantidade maior do produto. No almoço e no jantar consomem arroz, feijão, carne de porco (bisteca) e alguma verdura (alface) ou legume (pepino), ou somente arroz e alguma carne ou verdura. As plantações de frutas restringiam-se a goiabeiras, bananeiras e algumas laranjeiras. Talvez seja por causa dessa

alimentação pobre que o médico detectou no filho, de um ano de idade, de uma das assentadas, anemia. Para resolver o problema da criança o médico receitou diversos remédios e uma alimentação mais variada, principalmente com o uso de frutas.

Em relação à organização interna da produção da cooperativa, há os seguintes setores: agricultura; pecuária e suinocultura; máquinas e implementos; apicultura; administração; construção; comércio (supermercado e lanchonete). A área produtiva é de 113 alqueires podendo chegar a 150 alqueires, a área de pecuária é de 40 alqueires e existe uma área de reserva, em torno de 60 alqueires. Em 2002, a área da cooperativa era de 210 alqueires com 45 associados, e o assentamento todo tinha 539 alqueires com 77 famílias.

A compra de adubo e inseticida é negociada para ser paga com a venda da safra. Essa é uma das vantagens do trabalho em grupo feito pela cooperativa como forma de ganhos de escala. Os produtores individuais não conseguem esse tipo de negociação com os fornecedores. Como havia também preocupação com a adubação e o uso de produtos tóxicos à saúde, estavam estudando a possibilidade o uso de “adubo verde”, processo que estava em discussão na época da coleta de dados (setembro de 2002).

Os cooperados embalam a carne suína em bandejas e vendem para o comércio da cidade, mas a demanda do mercado é superior ao que eles conseguem produzir. O presidente da cooperativa expôs a solução para tal problema:

Não temos capital suficiente para a agroindústria suína ainda, mas há intenção de se criar uma. Já pensamos em montar barracas em feiras e até um mercado, mas o nosso forte é a produção e precisamos de pessoas para esse serviço. Estamos um pouco acanhados com isso. O nosso pessoal não tem formação para comercialização, não temos jovens preparados para isso. O jovem vai para a cidade para passear e tem preconceito em levar uma sacola com produtos para vender.

A partir de seu discurso, percebe-se que há uma certa resistência por parte dos jovens em colocar-se como produtor e comerciante das mercadorias que a cooperativa tem. Eles preferem deixar para os mais velhos, contudo falta mão-de-obra para que a cooperativa se desenvolva cada vez mais. Essa é uma barreira que precisa ser superada pela mesma.

Em relação à alfabetização e à educação, o assentamento tem uma escola de ensino fundamental com 4 salas de aulas - de 1º. a 4º. séries - que atende todas as crianças que tem idade para o início da educação formal.

Em relação às condições de vida dos outros assentados, dos que não integram a cooperativa, os relatos são bastante claros, pois a vida no grupo parece ser melhor do que a do produtor individual. O relato a seguir deixa isso bem claro:

Os que saíram antes estão tudo com uma mão na frente e outra atrás. Porque a primeira coisa que fizeram, quando saíram da associação em que cada um levou o que pertencia. A situação apertou, pegaram e venderam tudo. E aí só ficaram com a terra. Estão com dívidas, estão inadimplentes.

Outro relato que diz respeito ao motivo da saída dos produtores da cooperativa:

Tinha muita gente que achava que não devia trabalhar subordinado a ninguém, que na verdade nenhum de nós somos subordinados, nós somos todos duros, se eu não trabalho, eu estou tendo prejuízo, como estou dando prejuízo para os outros, mas têm aquelas pessoas que acham que sozinho se faz melhor. Mas, teve gente que saiu e retornou de novo porquê ele sozinho não pôde fazer nada. Além disso, a questão de como dirigir, por exemplo, um centro sozinho. Se ele não tiver capital, para custear o trabalho, não vai fazer nada. Porque máquina, se você não tiver máquina tem que pagar o serviço, e para pagar o serviço precisa ter dinheiro. E muitos se iludiram, uns primeiros que saíram, eles tiveram, assim, uma certa felicidade nos primeiros anos para faturar o dinheiro. Mas, não foi conseqüente, foi só aquela vez, depois caiu. Nós tivemos os dois anos de preço muito ruim de mercadoria, tanto o feijão como milho, era o forte da produção, e aí, a pessoa caiu. Nós sobrevivemos porque nós éramos assim um grupo que quando se é um

grupo a mesma dor que tá ali tá em você e tá no outro. Entendeu?. Nenhum tá se regalando e quando tem a regalia todo mundo se regala.

O sentimento de pertencer a um grupo parece fortalecer e unir mais as pessoas, ajudando-as a superarem os obstáculos que encontram, seja na administração da cooperativa ou na própria convivência do grupo. As diferenças, divergências e conflitos surgiram na história do grupo, no entanto muitos assentados conseguiram permanecer no grupo e percebem que sua condição de vida, comparada com quem decidiu sair, é melhor. O relato a seguir comprova essa afirmação:

As pessoas saem da cooperativa pelo grande motivo da decisão da maioria. Podem aceitar a decisão da maioria, mas fazem às vezes como a maioria determinou, mas as suas idéias acabam não sendo acatadas. O próprio sistema faz com que as pessoas fiquem muito presas na cooperativa. A liberdade não é a mesma do que trabalhar sozinho (fazer o seu próprio horário), na cooperativa não tem isso. Todos os problemas que existem têm de ser resolvidos com calma, se resolver rápido corre o risco da desistência ser maior. Essa é uma preocupação. As pessoas têm de entender e cada um tem um tempo diferente. É difícil, agora se a gente for trabalhar como diz o estatuto e o regimento, cooperativa nenhuma estaria funcionando.

Em relação à troca da diretoria, o secretário da cooperativa supõe que vai acontecer uma re-eleição. As suas palavras confirmam isso:

O pessoal mais velho, de mim para baixo nunca quis assumir nada, passou o governo desde que foi criada a associação ou eu sou secretário ou eu sou tesoureiro ou sou presidente... e aí vai trocando. Seja pelo motivo da educação, principalmente, porque são pessoas que se criaram no sítio, com a escolaridade muito fraca, alguns nem fizeram a terceira série. Não passamos mais que a segunda série, e sempre viveu assim, por conta própria e que não querem assumir porque o negócio não é fácil, não é brincadeira. Então ninguém quer levar essa cangaia [responsabilidade] nas costas.

O atual presidente da COPAVA, que conseguiu superar, em sua gestão, os momentos de crise econômica do grupo, relatou um pouco de sua história e, a partir dela, pode-se perceber que ele é uma das pessoas mais qualificadas para administrar a organização e, talvez por esse fato, outros associados não almejam entrar na gestão para serem membros da diretoria da cooperativa.

Sua história é bastante semelhante a dos outros assentados: viveu sempre no campo, seus pais eram meeiros e arrendatários, estudou pouco na infância, porém retomou os estudos quando estava adulto e pôde qualificar-se para administrar a cooperativa. Poucos são os assentados que têm formação técnica, assim a responsabilidade da administração da cooperativa acaba sempre ficando com o mesmo.

Em suas palavras, percebeu-se isso. Veja-se:

Em 1993 eu sai um pouco para estudar, meu sonho era estudar, era completar o terceiro ano colegial. Consegui. Fui fazer escola agrícola, nós fomos em quatro do assentamento. Nesse colégio tinha a oportunidade de trabalhar a noite para comprar creme de dente, sabonete porque nós não tínhamos condições. A escola era tão boa que eles [os outros três assentados] agüentaram só um ano. Uma escola que já tinha história e hoje tem faculdade em São Paulo. O curso técnico eu fiz um ano somente, voltamos então para o assentamento, já estavam formando a cooperativa. Estavam fazendo o “Laboratório”⁸² e já tinham formado a cooperativa. Desse grupo que havia estudado surgiu a proposta, em 1995, para fazer um curso técnico em Administração, em Veranópolis, RS, ligado ao MST. Eu continuei e recém formado eu vinha para a cooperativa e ajudava. Fui para o Rio de Janeiro fazer uma mini tese, um estudo para ser apresentado, fiz sobre a relação custo e políticas nas cooperativas, mas na época não era muito bem visto isso, era mais a formação do movimento. Eu queria trabalhar custo dentro das cooperativas porque era uma coisa que interferia e não aceitaram porque na banca só tinha formadores políticos. Aí eu apresentei outro...

⁸² Laboratório Organizacional o mesmo curso de formação em cooperativismo que o grupo da área III realizou, oferecido pelo MST com duração de 45 dias para estimular a criação de cooperativas de produção agrária nos assentamentos.

Seu retorno para o assentamento, a entrada na cooperativa, a superação da desconfiança dos outros cooperados e a resolução da crise interna do grupo ocorreram, conforme relato:

Voltamos [ele e a esposa] para cá, a cooperativa estava em crise. Cheguei aqui em outubro de 1998 e em novembro houve a eleição da cooperativa, onde eu fui o presidente com três anos de mandato. A gente pegou a cooperativa em crise, pois em 1999 teve uma chuva de granizo. Como eu era recém chegado eu tinha pouca autonomia de propor, mas sim conhecimento, só que as pessoas não acreditavam automaticamente. Aos poucos fui ganhando a confiança, fui trabalhando, aí trabalhando com planejamento, recursos, algumas idéias, atuando. Foi quando a crise pegou, melhoramos a pecuária, isso sem dinheiro, melhorando a apicultura. Esses setores estavam sendo sustentados por outros setores. Porque esses setores têm de produzir para sustentar a cooperativa no período da entre-safra que não entra dinheiro. Chegamos num período que era safra recorde nossa, em 1999, deu uma chuva de pedra e arrasou. O milho recuperou, nos demos bem, mas levamos um calote de R\$ 44.000,00 do intermediário. Tudo isso contribuiu para que aumentassem as crises, e as dívidas atrasadas. Nós negociávamos e em 2000 conseguimos pagar parte, e em 2001 produzimos da mesma forma, pagamos outra parte. Só que pagávamos uma atrasada e a atual tinha que renegociar.

Nota-se que houve um momento em que os conhecimentos dos cursos realizados foram de fundamental importância, permitindo perceber as falhas da organização da cooperativa, revê-las e planejar novas formas de atuação. Assim, o presidente relatou:

Até que percebemos que na agricultura estávamos usando mão-de-obra humana e máquinas ao mesmo tempo e isso ficava muito caro. Vamos deixar que as máquinas façam e nós passamos a produzir nos setores que façam produzir. Nós fizemos esse planejamento e o garantimos 70%. Neste ano que fechou (julho de 2002) a gente conseguiu reverter, foram três anos para isso. O telefone tocava com

os cobradores. Tínhamos dificuldades para administrar, às vezes recebíamos críticas, mas não tínhamos dinheiro, as pessoas não entendiam e desistiam da cooperativa. Quando no final de 2001 nós colocamos em Assembléia: eu estava com esperança e algumas coisas estavam sendo encaminhadas porque eu não estava suportando mais. Colocamos na Assembléia que estávamos precisando de gente para ajudar, precisamos de um presidente que assuma, porque eu sozinho não consigo planejar setores, ser presidente, administrar e resolver todos os problemas da cooperativa.

Nesse momento foi possível observar a resistência que o homem do campo possui em trabalhar com o gerenciamento de um negócio. A decisão foi assim tomada:

Na assembléia elegemos um novo presidente para assumir mais a parte política de trabalho com associado, as reuniões. Aí entrou mais uma pessoa, que não agüentou a pressão e saiu depois de três meses, porque não condizia a política com a economia. Não tinha como fortalecer o político – vontade de fazer - porque o econômico não oferecia nada. Eu assumi novamente, como não tinha passado nada no papel, continuou da mesma forma, entrou mais gente que ficava aqui [no escritório]. Aí retratei toda a história da cooperativa dentro da realidade que estávamos vivendo. Coloquei tudo para a sociedade: as dívidas, os problemas, mas estamos virando e depende muito de vocês para nos ajudar. Conversando com os associados eles assumiram, se uniram e começaram a ajudar um pouco mais nos setores, a se esforçarem para diminuir custo. Chegamos e realizamos todos os débitos atrasados, era meu sonho.

As últimas informações foram as seguintes:

Tivemos uma sobra de R\$ 30.000,00 para ser gasta com o consumo interno⁸³. Não temos mais dívidas nenhuma com terceiros, estamos fazendo novamente. E nossos créditos se abriram novamente, mesmo as pessoas que

⁸³ Sobra da safra de 2001/2002.

estávamos devendo conversamos e explicávamos a situação. Nos elogiaram pela virada que tivemos, nos apoiaram em alguns momentos, acreditam em nós, alguns nos conheciam daqui de dentro, vivenciaram. A dívida durou de 1999 até 2002 quando fechou a safra em julho. Tivemos uma safra recorde nesse meio de ano de 2002, nós conseguimos reverter isso. Então todo o processo de luta foi muito aprendizado nos vários setores que existem.

O presidente da cooperativa acabou por centralizar muitas das funções da administração, porque alguns cooperados deixaram de se interessar por elas devido à falta de preparo, estudo e experiência com o trabalho administrativo. Entretanto, houve um momento de crise interna que se o grupo não o apoiasse, não seria possível levar adiante a administração da cooperativa. Nesse momento, outras pessoas começaram a participar de forma mais ativa da administração da cooperativa. Dessa forma, a coesão do grupo pode ser retratada na fala de seu presidente, a qual se transcreve a seguir:

Eu, dentro dessa história, o que eu entendo é que dificuldade sempre vai existir. E nesses momentos de crise, resolver só os meus conflitos, alguém vai ter de me ajudar também. Eu acho que um pouco dessa consciência que a sociedade tem, que está ruim, mas junto é melhor. Uma das coisas fortes é que os nossos vizinhos (os individuais) estão arrendando terras, estão vivendo com muito pouco. Então isso é ruim, e dá dó.

Para administrar a cooperativa, o presidente relatou as habilidades que as pessoas deveriam desenvolver:

As pessoas têm, ao mesmo tempo, que administrar e ser criativo com alguma coisa, porque ele tem de trabalhar para melhorar alguma coisa (como o serviço a pecuária), tem de estar pensando e se preocupar com tudo. Agora já está na época de trocar a diretoria, é uma briga que vamos travar, porque é difícil. O que a gente quer para a cooperativa, é fortalecer o pessoal trabalhando coletivamente, existe o papel, mas temos que ser flexíveis, porque se fossemos radicais e trabalhássemos

como o estatuto e o regimento, a resistência era em massa. Se a terra não está produzindo tem de achar outro meio, temos de procurar meio de trabalhar a realidade que estamos vivendo.

Sobre a influência do MST na cooperativa, observa-se que ele foi de grande importância para a coesão do grupo, como relatou o próprio presidente:

No coletivo o MST influi no entendimento da sociedade. Existe o movimento que é uma sociedade de fato. Mas está em si na sociedade da cooperativa e da cidade. Acabam as pessoas tendo uma raiz com o MST porque se pode participar das mobilizações do MST e a própria força que o movimento tem para resolver os problemas. A gente acompanha e procura estar ligado ao movimento e consegue avaliar que o movimento é bom e na medida que há liberações tem que fazer o possível para mandar alguém para a luta, porque alguém já lutou por nós antes de vivermos aqui. Isso para a cooperativa é muito bom, porque as pessoas começam a criar idéias e formar opinião.

O MST tem a seguinte importância para um assentado:

O MST para mim apareceu em 1988. Era o mesmo ideal, eu fazia parte só que não estava dentro da estrutura. Eu quando fiquei sabendo que existia o MST conheci em Sumaré [interior do estado de São Paulo] um dos assentamentos mais antigos, mas que era coordenado pelo estado. A gente se integrou dentro do MST mesmo porque a gente era militante de um grupo que não era integrado dentro do MST. Eu passei na minha caminhada dentro do MST, já fiz parte da coordenação, fiz parte da direção até que em 1991 eu fazia parte da eleição, comecei a trabalhar no setor de núcleo de famílias, foi onde começou a entrar em São Paulo o processo de cooperação. A gente acabou também trabalhando na cooperação onde a gente já estava, a gente já tinha uma associação então, depois do processo de luta em 1986 a gente resolveu a situação e partiu para mais, trabalhar mais a questão da cooperação.

Dessa forma, o MST acaba por criar uma identidade nos Sem Terra e a fazer com que eles continuem aprendendo com as lutas e as ocupações. As

gerações mais jovens participam dessa luta para se tornarem líderes, se assim desejarem, e defender os princípios do movimento.

5.4.2. Caso 4 - COPANOSSA

Em 1992, produtores rurais, inclusive parentes dos assentados da área III, participaram do processo de ocupação da área V. Eram moradores da área rural próxima da Fazenda Pirituba e sonhavam em ter um pedaço de terra e superar as dificuldades econômicas enfrentadas por suas famílias. Na área III não era permitido que pessoas solteiras adquirissem lotes, somente famílias. Assim, quando os filhos das famílias da área III já tinham idade suficiente para se organizarem e ocuparem outra área o fizeram. Dessa forma, o assentamento V é consequência do desenvolvimento da área III e assim por diante. Outras áreas da fazenda foram sendo ocupadas por parentes das primeiras famílias assentadas e outros pequenos produtores rurais excluídos do campo.

Em 2002, o grupo de assentados da área V compunha-se de 39 famílias, sendo 12 famílias participantes da COPANOSSA com 24 sócios. O grupo, que está assentado e legalizado desde 1992, decidiu formar, nesse mesmo ano, uma associação de produtores rurais. Em setembro de 1997, fundou-se a cooperativa com 27 sócios. Nas palavras de seu atual secretário:

O pessoal do campo tem dificuldade com número, mas resolvemos trabalhar mais. Uma das coisas descartadas foram as horas trabalhadas [procedimento mais comum nas cooperativas rurais]. Decidimos continuar a trabalhar por dia.

As primeiras atividades econômicas que o grupo exercia antes do assentamento eram de bóia-fria/diarista ou parceria/meeiro, semelhante à história dos assentamentos das outras áreas. A maior parte das famílias continua morando no assentamento, semelhante à área III. Em relação à educação, os assentados entrevistados escrevem com dificuldade, mas lêem

com uma certa freqüência documentos e livros – tudo aprendido antes do assentamento. Os jovens e as crianças estudam em escolas da cidade mais próxima, como se verifica a partir desta declaração:

Não temos escola aqui, passa um ônibus que leva as crianças para Engenheiro Maia (cidade próxima).

Em relação à participação dos jovens na cooperativa, eles disseram que a área é pequena e que estão estudando para depois fazerem faculdade e quando tiverem completado os estudos poderão ajudá-los ou decidir se vão trabalhar em outro lugar.

A partir do relato de um dos assentados, verifica-se que sua história exemplifica a realidade da formação do grupo:

Eu acompanhei os trabalhos na agrovila III, até o assentamento emergencial – de 1986/88. Em janeiro de 1988 eu mudei para Salto [cidade próxima a Sorocaba, SP] e fiquei dois anos lá. Casei e fui para lá, voltei para cá depois de dois anos. O tempo que eu fiquei lá ninguém tirava da minha cabeça que meu lugar era aqui, que teria de voltar e recomeçar de novo na luta pela terra. Quando eu vim de lá para cá, eu vim já com esse objetivo: na próxima ocupação eu estaria junto. Aí trabalhei mais um ano de bóia-fria e aí nasceu a área V, viemos para cá. Fizemos a primeira ocupação no dia 28/04/1991, fomos despejados um mês depois, aí retornamos na terra um mês depois de ser despejado e daí conquistamos um lote de 30 alqueires de terra, fizemos uma primeira lavoura nesse lote com 62 famílias. O pessoal foi desistindo e hoje têm 39 famílias assentadas.

Nesse assentamento a organização das casas é bem mais dispersa que as da área III.

Entrevistaram-se pessoas que não participam da cooperativa e trabalham no seu lote de forma individual, mas que já participaram de mutirão e da própria cooperativa. Nesse momento, algumas dessas pessoas arrendam sua terra para o grupo de produtores da cooperativa. Uma das maiores dificuldades da coleta de dados foi a respeito do nível de renda das famílias por

ser a renda rural recebida na safra (a cada seis meses) diferentemente da renda urbana que é mensal, fato já observado no caso anterior.

No caso da área V, alguns parentes dos assentados trabalham na cidade por não encontrarem emprego no campo. São pessoas que não participam da cooperativa. A cooperativa necessita de mais integrantes, mas alguns assentados ainda resistem entrar para a organização.

Em relação à moradia, os recursos da construção vieram de créditos do governo e de recursos próprios. No início do assentamento eram barracos de lona preta e com estrutura de madeira. Atualmente, algumas casas são de madeira e outras são de alvenaria, cobertas com telhas de barro. Boa parte dos assentados ampliou a sua casa.

No início do assentamento a água vinha de uma cacumba (espécie de açude), em 2002, vinha de um poço artesiano. Os animais usam a mesma fonte de água. O escoamento do banheiro é sob a forma de fossa. Não havia energia elétrica no princípio do assentamento, em 2002, havia e os assentados pagavam individualmente pela conta. O lixo é coletado pelo serviço público e as embalagens tóxicas são armazenadas e, posteriormente, recolhidas pelas empresas que as comercializam.

Não há posto de saúde no assentamento, só em outra área, mas há visita de agentes de saúde. Por consequência disso, as doenças mais comuns são resfriados e vermes. As doenças são tratadas, na maioria das vezes, com visita ao médico da cidade mais próxima (Itaberá), conforme se constatou com o relato de um assentado:

Não temos posto, temos a nossa farmácia de remédio natural, temos o médico de família, mas quando conseguimos marcar consulta é para 60 a 90 dias. Esse é o médico de saúde que existe. As crianças ficam doentes, a gente leva para Itaberá e eles não atendem porque dizem que a gente tem médico de família. O sistema de saúde foi sucateado. A gente sente isso na pele. Nesses oito anos de governo (1994-2002) o sistema que mais sofreu foi a saúde e a educação.

Nessa área, assim como na área III, existe um “coletivo de mulheres” que produz uma horta medicinal e vende mudas das ervas lá cultivadas como

forma de obter uma renda mais freqüente. Em 2002, havia um total de 12 mulheres que cuidava de uma horta medicinal e produzia remédios e pomadas fitoterápicas. Dessas 12 mulheres, 9 faziam doces e picles e vendiam para a cidade e o mercadinho próximo.

O maquinário da cooperativa compõe-se de um caminhão, um trator, um motor elétrico, uma bomba d'água elétrica, três plantadeiras, um tanque distribuidor de esterco, uma bateadeira de feijão, uma colheitadeira e uma leiteria.

Os produtos consumidos na lavoura, como adubo, agrotóxicos e ração são adquiridos no comércio local. Os produtos consumidos em casa, que são de origem industrial, são adquiridos no mercado existente na própria área ou na área III (como o arroz que eles não produzem, mas compram da área III para consumo próprio).

Observou-se que o escritório da cooperativa não é freqüentemente utilizado pela sua diretoria devido ao cheiro de mofo existente no ambiente, o que foi constatado pela equipe de pesquisadores. A maioria das pessoas que vive no assentamento é jovem, estando na faixa etária entre 30 e 40 anos. Nesse local, como na COPAVA, existem produtores individuais.

Em termos de convivência, levando-se em conta a relação entre os membros da cooperativa e os produtores individuais, uma cooperada comentou:

Os individuais trabalham de bóia-fria para nós. As condições de vida deles são piores. Nós, da cooperativa, plantamos na terra deles e pagamos R\$ 200,00/alqueire (arrendamento). Quando arrancamos o feijão sempre precisamos de mão-de-obra a mais que são os individuais.

O discurso de um dos cooperados revela o sentimento da dificuldade em se conviver com a cooperativa, apesar das condições de vida de seus integrantes estarem melhores do que as situações anteriores e as dos produtores individuais. Um assentado relatou:

A cooperativa é difícil. Ganha por dia de trabalho que é igual para todos no final da lavoura. Se precisar de

dinheiro, o cooperado tira um vale. Nós só recebemos na safra (2 vezes ao ano). Com a cooperativa eu tenho tudo, e quem está fora passa necessidade. As condições de vida de quem não está na cooperativa são piores.

A cada dois anos acontecem as eleições para troca de postos da diretoria da COPANOSSA. A pessoa tem a opção de não querer mais assumir o cargo e, portanto, deixá-lo. Ao comentar sobre os cargos da diretoria um dos cooperados deixou claro que:

O que dá mais trabalho é o gado de leite e o escritório (onde tem mais responsabilidade).

Tais funções são escolhidas ou se faz uma eleição, entre os cooperados, para saber quem vai ficar com as determinadas tarefas e responsabilidades correspondentes. Apesar do grupo ter feito o curso “Laboratório Organizacional”, do MST, que durou 45 dias, antes de decidir a criação da cooperativa, nota-se que existe resistência quanto ao trabalho administrativo: “O Laboratório Organizacional ajudou, mas tem que a pessoa querer. O poder da mídia é maior”. Na fala desse cooperado, percebe-se um sentimento de resignação em relação à forte influência que os meios de comunicação de massa exercem sobre as pessoas e a dificuldade de propor, aos assentados, formas alternativas de produção, como a cooperativa.

Quanto à formação política, eles não se desviaram da Cooperativa Regional (COAPRI), que é responsável pelo elo de ligação entre o MST e os produtores rurais da região.

Sempre tem encontro, fazemos reunião e recebemos o jornal do MST todo mês.

De acordo com o depoimento de um cooperado:

É difícil falar do MST, nós somos MST⁸⁴. Porque o MST não é uma secretaria que está lá em São Paulo, o MST é

⁸⁴ Nesse momento o tom de voz mudou, ficou mais alto, mais empolgado.

o povo que ingressou na luta. Isso é o MST, esse é meu ponto de vista. Quando eu conheci a ocupação na Agrovila III aí eu tomei consciência da importância do movimento, eu já me sentia um membro do MST, ao mesmo tempo em que eu morei na cidade eu nunca deixei de ser um membro do MST, então não dá para dizer que 100% dos assentados tiveram influência do MST... não dá para dizer que existem outros movimentos, eu diria que o MST é pioneiro, no Brasil não existe outro movimento como o MST. Existem alguns movimentos políticos, da parte do Estado, que tenta destruir o MST.

Nesse discurso, ficou evidente a força da identidade desse trabalhador com os princípios do MST. Isso fortalece o grupo e pode ser um dos motivos dessa união e da crença de que a luta pela posse da terra não deve parar.

Parte das mulheres desse assentamento “prefere” não trabalhar na roça. Como já dito, elas trabalham com a horta de plantas medicinais. Segundo algumas assentadas, elas têm uma tarefa especial: cuidar da casa, educar as crianças, fazer comida etc., como relatou uma assentada:

Sempre fomos bóias-frias, há 10 anos que não trabalho na roça.

Em relação à qualidade de vida, uma cooperada relatou:

Quando eu era bóia-fria não tinha casa, nem terra. Meu pai era meeiro e arrendatário. Eu arrancava feijão. Depois que meu pai veio para área III fiquei um ano e fui embora para a cidade. Trabalhei na Eucatex (fábrica do Maluf). Levantava às 4h30m da madrugada todo dia. Aqui tenho liberdade de escolha, faço no que é meu. Lá eu era empregada, perdia os benefícios se faltava e não justificava. Aqui eu planejo tudo. A renda de lá no começo era boa, depois foi diminuindo. Aqui tenho carro, casa⁸⁵ e vou conseguir terminar [se referindo a sua casa]. Era tudo contadinho lá. Aqui a entrada de dinheiro é quase sempre, no máximo fica sem por dois meses. Aqui é 100% a vida comparada com antes. Eu morava em dois cômodos.

A mesma cooperada relatou sobre o início do assentamento:

⁸⁵ Casa sem terminar, mas a melhor do assentamento.

Foi difícil no começo, pegamos a terra aos poucos, plantamos. Foi aumentando, depois que pegamos o primeiro lote não passamos mais necessidades. As famílias dos outros assentamentos ajudavam antes de pegarmos o lote, quando estávamos acampados.

Ao se perguntar à cooperada se ela participaria de todo o processo de ocupação novamente, a resposta foi a seguinte:

Eu faria novamente tudo o que fiz, me arrependo de não ter vindo antes. Enfrentamos polícia, jagunço. Na área III não podia solteiro pegar terra, na área V os solteiros pegaram terra colocando os dependentes (quem aprovava a doação era o Estado).

Nota-se, portanto, que alguns cooperados foram saindo aos poucos da organização, até o ano de 2000. Um dos motivos relatados pelos cooperados diz respeito à cultura individual (camponesa) e à preferência da família em trabalhar sozinha no seu pedaço de terra. Outras razões de saída de alguns cooperados, conforme relato de um assentado, foram:

Sempre que sai alguém da cooperativa muda alguma coisa. Quem saiu gostava de prejudicar os outros. Os 24 cooperados hoje fazem de tudo – vão para a roça e trabalham na administração.

O motivo de saída dos cooperados é por eles não gostarem de trabalhar e por acharem que ficam amarrados com a produção (não podem sair na hora que querem).

Segundo o secretário da cooperativa, a saída acontece porque:

...tanto a associação quanto a cooperativa é de livre adesão, entra nela quem quer. Tem uma série de fatores que levam as pessoas a saírem: por exemplo, o sistema de comunicação nosso hoje pega muito pesado, a mídia detona, os órgãos governamentais, o Itesp que trabalha com os assentados bate de frente, trabalha contra. Eles falam que defendem a agricultura familiar, eu não entendo e não consegui descobrir o que é a agricultura familiar que eles falam. A cooperação é muito maior porque

abrange todas as famílias que estão dentro. Agora eu não sei, eles pregam uma agricultura familiar que o pequeno agricultor tem de se isolar do mundo. Tem de estar totalmente desinformado da cooperação, acaba enfraquecendo a cabeça das pessoas. Tem alguns que falam que meu pai e meu avô trabalharam sozinhos, eu também vou trabalhar. Mas eles se esquecem que eu tive de ocupar a terra, meu avô tinha o sítio dele, meu pai já não tinha, eu também não tinha. Se eu quisesse sobreviver eu tinha que vir para a ocupação. Não é verdade que meu pai trabalhou a vida inteira sozinho, se ele trabalhou e não deu certo porque eu vou fazer o mesmo, só que alguns pensam assim. É o que acontece e fica numa situação difícil porque não existe no campo hoje a pequena agricultura.

Observa-se, a partir desse discurso, que ainda há resistência, por parte dos assentados, quanto à organização em grupos de cooperação. A cultura camponesa individual é muito forte e é uma barreira para os empreendimentos cooperativistas. Sabe-se que os grupos existentes, os aqui analisados, tiveram sucesso e têm condições de vida muito melhores do que os produtores individuais que convivem no assentamento por causa de estarem organizados sob a forma cooperativista. Divulgar isso pode fazer com que outros grupos se motivem e se organizem sob a forma cooperativista para conquistarem condições de vida, relações de trabalho e a emancipação social tão almejada.

Uma das vantagens da cooperativa é poder comprar a prazo, o que não acontece com o produtor individual, que tem, portanto, problemas para se manter. Em 2002, os sócios da COPANOSSA estavam bastante entrosados como um grupo unido e coeso. O relato de um cooperado torna evidente tal afirmação:

Não foi rápida a criação da cooperativa. Ficamos 40 e poucos dias no Laboratório, depois o povo solicitou. Antes era associação, mas também já tinha gente saindo e ficando individual. Saíram porque perceberam que a produção era grande e na hora da divisão sobrava pouco. No começo nós não trabalhamos muito diferente do que trabalhava, preferimos adotar um sistema mais rústico, não da forma que o capitalista entende ou tradicional. Hoje a gente tem o presidente, o tesoureiro, o secretário

que basicamente trabalham no campo, não usam roupinha limpa, os caras andam de qualquer jeito por aqui e sempre estão fazendo alguma coisa no campo, a gente está dentro do processo produtivo.

O trabalho com o escritório, por mais simples que seja, devido à cooperativa ser pequena, fica sob a responsabilidade do contador - uma pessoa que presta serviço para essa organização. Segundo o secretário da cooperativa:

O trabalho abstrato hoje nós deixamos para o contador, ele que se responsabiliza e nós aproveitamos a mão-de-obra no campo, no processo produtivo. É um sistema que para nós vem dando certo, nós tivemos vários problemas, tivemos dois anos de chuva de granizo e perdemos lavoura, mas apesar de toda a dificuldade, todo ano vem crescendo alguma coisa, sempre vai mudando alguma coisa na vida das famílias. O patrimônio da cooperativa em si não está crescendo, mas o patrimônio das famílias sim. É uma maneira que a gente acha que dá certo. A gente sempre costuma falar que o maior patrimônio que a COPANOSSA tem são as famílias. Esse é um patrimônio que vale mais do que qualquer coisa, a gente procura valorizar as famílias (é prioridade). A gente junto consegue se manter, se estivesse sozinho seria bem mais difícil.

Percebe-se a crença na união do grupo, elemento mais valorizado na cooperativa que pode ser capaz de diferenciar os cooperados dos produtores individuais. O relato de um cooperado demonstra isso:

Hoje somos em 12 famílias associadas (homens e mulheres num total de 24 sócios na cooperativa). Hoje nos deparamos com a mídia que prega o individualismo. As pessoas têm cabeça pequena, não acreditam no que a gente fala. O sistema não tem política agrícola no Brasil, sobrevivem os grandes latifundiários que trabalham com o dinheiro público [conseguem financiamento e não pagam]. A política do governo está voltada para isso. O pequeno produtor rural é o maior prejudicado com isso. Não tem de onde tirar, só da terra. Depara-se com insumo caro na

forma de pagamento diferenciado. Quando colhe o produto o atravessador leva e não consegue negociar.

As vantagens da cooperação aparecem, não só na coesão e no sentimento de pertencer a um grupo, mas quando as negociações com fornecedores e compradores são necessárias e facilitadas pelo fato de as pessoas estarem organizadas em grupo e obterem ganhos de escala. Assim, relata o secretário da cooperativa:

Nós nos agrupamos para o poder de compra e o poder de venda. Compramos insumo como médios produtores (vários pequenos) e conseguimos negociar. Com o atravessador também conseguimos negociar. Essas são as vantagens. Mas não conseguimos passar isso para as pessoas. Meu avô, meu pai trabalharam individualmente no campo. Uma cultura alimentada pela mídia.

De acordo com um cooperado, os produtores que saíram estão vivendo da seguinte forma:

As 12 famílias que saíram da associação se isolaram. A cada crise da produção alguns sócios saíram. Tivemos dois anos de prejuízo com a safra (chuva de granizo) em 1998/99. No primeiro grupo saíram cinco pessoas, no segundo ano da cooperativa porque não tinham noção do sistema. Eles continuam como individuais. O pior de tudo isso é que a cooperativa não prende ninguém, o pessoal que se desligou da cooperativa achava que se desligou do MST. O MST trabalha organizado e a cooperativa não. Se sente aliviado em sair da cooperativa e acha que saiu do MST. Não tem como sair do MST, nenhum agricultor sai. Com a crise saíram mais duas pessoas depois dos cinco primeiros, depois mais duas e mais quatro. Cada um que saiu gerou um problema. Todos os que saíram queriam plantar sozinho.

Analisando a vida dos cooperados e dos produtores individuais os relatos são os seguintes:

Comparando a vida dos individuais com os cooperados. Em relação ao social a cooperação dá um salto em relação com os que se isolam. Em relação ao financeiro, estamos em tempo de glória na cooperativa. Dos individuais 80% não conseguiram plantar na sua área, 10% estão confortáveis. Entre os 80%, eles trabalham de bóia-fria, diarista para nós.

Para produzir hoje tem de fazer rotação de cultura. Os individuais não conseguem fazer isso. Com as áreas juntas conseguimos a rotação de cultura. Cada um de nós cooperado tem 12 hectares.

A cooperativa tem dois tratores e um total de 55 alqueires para a agricultura, eles ainda arrendam outras áreas. O restante (15 alqueires) é de pastagem. Portanto, tem-se um total de 70 alqueires para a COPANOSSA. Em relação aos setores, a cooperativa está organizada de forma semelhante à COPAVA (entretanto, esta é menor), dividindo-se da seguinte maneira:

- Pecuária, suíno e apicultura;
- Administração;
- Agricultura e máquinas.

As áreas plantadas na safra de 2002 foram: 70% de milho (até julho de 2002); 15% de soja e 15% de feijão nos 55 alqueires. Existe o gado de corte como um fundo de emergência da cooperativa, pois quando perdem a safra podem vendê-lo. Isso já aconteceu uma vez. São 200 cabeças aproximadamente, sendo 100 matrizes de corte. Eles vendem leite para o laticínio (em um total de 120 litros colhidos 100 são vendidos e a ordenha é feita de forma manual). Eles vendem a produção para atravessadores e o leite para Itaberá. De acordo com o secretário da COPANOSA:

No setor agrícola nós trabalhamos com milho, soja e feijão, que são culturas que até hoje não deram prejuízo. E a lavoura de inverno trabalhamos com triticale. Temos 200 cabeças de gado, 40 vacas leiteiras que produzem 9/10 litros/vaca. Nós demos uma melhoria no nosso rebanho, nós cruzamos o gado para produzir mais. Nós estamos querendo estabilizar o rebanho, vai aumentar um pouco, mas vamos manter a quantidade de matrizes. O leite não dá lucro, o lucro são os bezerros que se criam,

venderíamos cada fêmea hoje desmamada por R\$ 1.000,00.

Na realidade, nos nossos setores colocamos a suinocultura dentro da pecuária. Na agricultura não existe projeto de longo prazo, depende do tempo, da política agrícola, fazemos planejamento anual e buscamos as informações da Embrapa – todo ano ela solta uma pesquisa com previsão de preço, perspectiva de produção.

Vendemos direto para o atravessador, esse é um problema que vivemos. No sistema que vivemos hoje não conseguimos escapar do atravessador, porque o próprio sistema impõe isso.

Um dos cooperados cuida da administração e da apicultura. Os cooperados entrevistados não forneceram o Estatuto nem qualquer outro documento da cooperativa, apesar das várias solicitações. Houve resistência em nos fornecer o documento e o argumento usado por eles foi que o Estatuto e outros documentos estavam com o contador da cooperativa que não reside no assentamento.

Eles se reúnem uma vez por semana, toda segunda-feira pela manhã e, em seguida, começam a trabalhar. Preocupam-se em produzir semente para plantar com o objetivo de não correrem o risco de ter semente transgênica (produzida pela Monsanto – empresa que domina o mercado agrícola): “*Estamos tentando conseguir semente de outra cooperativa do Sul (Bionatur)*”. Um substitui o outro quando o trabalho está pesado demais e dividem o excedente independente de dia e da quantidade de hora trabalhada. Esse fato demonstra integração e coesão bastante forte entre os cooperados.

A maioria dos assentados faria de novo todo o processo. No discurso do secretário da cooperativa, percebe-se o valor do processo de ocupação para o assentado:

Quando a gente sente o gosto da luta, você não pára nunca.

Em relação à eleição para diretoria, a cooperativa parece ser bastante democrática. De acordo com um cooperado:

A troca de diretoria é a cada dois anos. Um setor que ninguém gosta de competir. A gente faz uma eleição e todos os sócios são candidatos, aí é feita a eleição. O povo vota, a pessoa assume a responsabilidade.

Há resistência em relação ao trabalho da diretoria porque os cooperados:

não gostam desse trabalho (escritório): porque é tudo gente humilde, de origem camponesa, não está acostumado com relações públicas, com pessoas que se dizem melhor, engenheiro agrônomo ou dono de loja. As pessoas se sentem rebaixadas e por isso que não querem.

Como ocorre na COPAVA, o processo de resistência ao trabalho administrativo é reportado à falta de uma educação formal; à simplicidade e humildade de quem vive no campo; e à cultura agrícola tradicional, que estimula o trabalho individual, apesar dos benefícios que o trabalho em grupo, sob a forma da organização cooperativista, tem trazido para o grupo.

Diferentemente dos grupos urbanos, analisados no capítulo anterior, nota-se claramente que a história de vida em grupo, a superação de obstáculos e dos conflitos e crises internas levam ao desenvolvimento dos empreendimentos rurais. Os grupos urbanos não estão consolidados pelo pouco tempo de existência, e, a qualquer momento, podem entrar em crise, podem ser levados a modificações pelo sistema econômico, fortalecendo-se ou desmanchando-se.

Na comparação desses grupos rurais com outros assentamentos, onde não há organizações cooperativistas, e com outros pequenos produtores rurais, fica evidente que as cooperativas superam as expectativas de sobrevivência e as condições de vida. O empreendimento econômico solidário rural suportou crises e permaneceu ativo sob a forma cooperativista, demonstrando que ele pode ser uma alternativa forte de inclusão social, geração de renda e trabalho aos excluídos do campo.

Pode-se afirmar, com base nas observações e depoimentos coletados, que as pessoas que trabalham nas cooperativas estão realizadas com a posse da terra, o cultivo, a produção e a vida no assentamento, alcançando a autonomia tão almejada por tantos grupos excluídos existentes na sociedade atual.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: oportunidades e dilemas dos empreendimentos econômicos solidários

Ao se repetir as palavras de SANTOS (2000, p. 15), declarando que “com o colapso da emancipação na regulação, o paradigma da modernidade deixa de poder renovar-se e entra em crise final” e, como afirmado nos capítulos anteriores, verifica-se que se vive um tempo de transição paradigmática, um tempo de preparação efervescente, uma transição societal e epistemológica. O estudo procurou evidenciar a existência de uma tensão entre a regulação, que estimula a acumulação capitalista, e a emancipação social, que busca a equidade das forças sociais existentes no mundo contemporâneo, cujo resultado foi o crescimento vertiginoso da exclusão social. Para buscar compreender as alternativas ao processo instaurado, utilizou-se da Teoria da Pós-modernidade e da Teoria da Economia Solidária, ambas ainda em construção.

Em outras palavras, as transformações do mundo contemporâneo ocorridas nos últimos dois séculos propiciaram grandes ganhos ao capital e à humanidade, mas também geraram perdas para os trabalhadores que não puderam acompanhar o seu desenvolvimento criando desequilíbrios sociais muitas vezes incontroláveis. Uma das conseqüências mais graves desse processo foi o crescimento e a consolidação da economia informal, que tem como resultados imediatos o aumento da violência e da insegurança social, pois essa economia é o meio mais rápido de sobrevivência que os grupos excluídos encontram.

Dentro dessa perspectiva, as teorias modernas tornaram-se o “conhecimento-regulação” e a ordem do sistema sócio-econômico, político e cultural implantado, ou seja, o conhecimento dominante. O resultado, para grande parte da população, parece ir do desgaste das relações sociais, passando pelo desemprego, às mais variadas formas de exclusão social. Em meio a esse fenômeno econômico e social, que se consolidou no final do século XX, surgem análises que se propõem buscar entender alternativas organizacionais, muitas vezes, podendo ser interpretadas como utopias, por

quem não as compreende. Chega-se a um momento em que é preciso ampliar os conhecimentos, aproximando-se do “conhecimento-emancipação” na busca de uma melhoria e de uma conquista da equidade social através de alternativas organizacionais, como as analisadas nos capítulos quatro e cinco desta pesquisa.

A Economia Solidária e seus empreendimentos podem ser encarados como parte dessas teorias alternativas que buscam meios de superação da exclusão social, do desemprego e de alguns desajustes sociais. Exemplos de grupos que se organizaram e estão encontrando formas lícitas de sobrevivência, como apresentado no capítulo três, reforçam o surgimento dessas teorias alternativas.

As teorias que buscam construir um conhecimento na perspectiva da emancipação aglutinam, aceitam e somam a necessidade de percepção do sujeito considerado como produtor de conhecimento, dentro de uma perspectiva multicultural da ciência pós-moderna. Além disso, é necessário que se tenha compromisso ético com os sujeitos analisados, formando um “conhecimento edificante”, e que se produza uma “ação rebelde” em que as próprias ações e subjetividades sejam produtoras de processos sociais no sentido de encontrar espaços para os grupos que se organizam e resistem ao sistema econômico dominante (SANTOS, 2000).

Ao acreditar no “conhecimento-emancipação”, que vem sendo criado e divulgado, e colocá-lo em prática, os resultados das mais variadas pesquisas no campo da Economia Solidária, como apresentado no capítulo três, têm-se mostrado um caminho concreto e alternativo para as camadas sociais que não conseguiram e não conseguem se inserir no mercado, através dos EESs.

Após essas considerações, segue a análise das oportunidades e dos dilemas dos empreendimentos estudados anteriormente, com o objetivo de poder oferecer melhores entendimentos para outros empreendimentos que, provavelmente, surgirão no futuro. De acordo com as palavras de SINGER (2002b, p.123), “a pesquisa gera proposições que servem para tornar a economia solidária mais autêntica”. Esta tese investigou a realidade de quatro casos, dois urbanos e dois rurais, bastante diferentes entre si, oferecendo

indícios do que podem ser as oportunidades, os dilemas ou os desafios para os empreendimentos econômicos solidários, mas ressaltando que não há possibilidade de generalizações dos casos aqui apresentados. Cada um deles tem a sua singularidade.

Em princípio, é necessário questionar o processo de incubação que os empreendimentos urbanos vêm recebendo. Pôde-se notar que as equipes formadas pela INCOOP para acompanhar os dois casos analisados na cidade de São Carlos, SP, variaram muito, em termos de integrantes, causando uma certa insegurança aos grupos incubados. Apenas um técnico acompanhou os dois grupos com mais proximidade, porém, nos últimos meses do ano de 2002, ele resolveu se distanciar por problemas internos – principalmente de ordem financeira – da incubadora. Tal situação gerou pouca eficiência para o processo de incubação dos grupos.

O problema de financiamento de projetos de incubação é um grande gargalo para a organização interna da equipe da INCOOP. Acaba por prejudicar a interação contínua que deveria existir entre os grupos incubados e as equipes da INCOOP. Tal fato pode limitar o processo de criação ou estímulo de formação de uma consciência para os grupos incubados a respeito de suas condições de vida, de suas relações de trabalho e possíveis oportunidades de trabalho e renda que lhes são apresentadas por meio da formação dos Empreendimentos Econômicos Solidários.

Por outro lado, a proposta da incubadora e o que vem sendo realizado, em termos de métodos, é a pesquisa participativa, como afirmado no capítulo quatro, gerando oportunidades variadas à medida que pode atuar inclusive no local de moradia dos grupos incubados, possibilitando a diminuição da resistência que as pessoas criam ao processo de constituição das cooperativas. Oferecem-se, portanto, melhores possibilidades de interação do grupo com a incubadora devido à segurança que o primeiro sente ao receber os pesquisadores, não necessitando se deslocarem para outros lugares desconhecidos. Nos primeiros encontros entre a INCOOP e os grupos essa situação ficou evidente, sendo melhor a equipe de incubação deslocar-se até o local onde o grupo vivia do que o contrário. À medida que o grupo se

consolidou, outros locais de encontro passaram a ser utilizados com o objetivo de melhorar a interação dos grupos com a INCOOP..

Todavia, a incubadora precisa ter cautela no processo de incubação, prevenindo-se de “inclinações missionárias”, pois as pessoas podem manifestar e perder a objetividade desse processo, indo de encontro a tais missões e assistencialismos. A incubação, acima de tudo, deve ser um processo racional, com um objetivo claro – estimular trabalho e renda aos grupos excluídos da sociedade até que eles adquiram autonomia. Para isso é preciso que as equipes da INCOOP tenham consciência do risco incorrido na racionalidade e na subjetividade do processo. A racionalidade deve prevalecer sem deixar de se preocupar com o sujeito que é o personagem mais importante de toda a incubação. Quando há interação humana, principalmente com os grupos carentes, como é o caso da INCOOP, há uma linha tênue que separa o caráter assistencialista do caráter racional e muitas pessoas podem acreditar, se não estiverem preparadas e qualificadas, que estão auxiliando os grupos, mas na verdade estão criando maiores laços de dependência entre eles e a incubadora. Na prática, o cuidado com essa questão deve estar sempre presente: grupo e incubadora precisam ter consciência do risco assumido e estar em sintonia para aproveitar a oportunidade da organização do empreendimento progredindo de forma racional e eficiente.

Em um dos casos incubados, analisado no presente trabalho, ocorreu a inclinação missionária de um técnico que passou a resolver praticamente todos os problemas que surgiram para o grupo resolver. Isso acabou ferindo os princípios cooperativistas, além dos problemas que o assistencialismo gera, na criação da autonomia do grupo. O resultado mais imediato foi a dependência do grupo em relação ao técnico; o tempo de desincubação que se iniciou no final de 2002; e a falta ou demora da conquista da autonomia do grupo em relação à INCOOP.

Outro problema relevante é a formação da equipe da incubadora na UFSCar, que é composta por professores, técnicos, alunos e voluntários das mais variadas áreas do saber formal, que se reúnem, em princípio, com o objetivo de encontrar alternativas para a geração de trabalho e renda aos

grupos excluídos. À medida que o grupo foi se consolidando, conflitos de idéias foram surgindo e crises internas abalaram as relações pessoais na incubadora. Se por um lado, os conflitos são necessários para o fortalecimento ou para a mudança do grupo, nesse caso os conflitos foram negativos, porque a equipe se abalou e os grupos incubados sofreram conseqüências desse processo. O ano de 2002 foi de reestruturação interna da equipe da INCOOP para continuar o trabalho que havia proposto desde o início. Espera-se a resolução da maior parte dos seus problemas porque outros surgirão, e quando isso acontecer, é preciso ter experiências para superá-los, pois o ideal da INCOOP deve prevalecer acima de todos os conflitos e vaidades existentes.

Com o conhecimento sobre o processo de incubação, a partir dos projetos desenvolvidos ou em desenvolvimento dentro da INCOOP, pode observar-se a importância do apoio de participantes do grupo incubado que são capazes de ajudar a adequar a linguagem, a apresentar os conceitos envolvidos com o processo ao grupo; e a criar confiança e responsabilidades mútuas entre eles. Também é necessário que os responsáveis do processo de incubação atuem no sentido de desenvolver, nos participantes dos grupos, as competências necessárias para a busca da autonomia. Como há falhas nesse processo, é preciso ter condições favoráveis para a condução da incubação no contexto universitário, na motivação – material e ideológica - para participar do processo.

Em relação aos dois casos urbanos analisados, as oportunidades que podem ser aproveitadas por eles são: a formação adquirida pelo grupo sobre cooperativismo; a busca da democracia participativa autêntica e solidária; o melhoramento das relações interpessoais, apesar dos conflitos estarem sempre presentes; a busca de clientes no mercado; as experiências com a participação em licitações públicas; as tomadas de decisões independente da equipe da INCOOP, entre outras. Todas essas oportunidades foram adquiridas ao longo do processo de incubação, que embora tenha tido falhas, propiciou aos grupos um avanço em termos de oportunidade de inserção econômica e social. Em última análise, pode-se afirmar que foi oferecida aos grupos uma

alternativa concreta para a conquista da autonomia e (re)inserção econômica e social.

Especificamente, além de essas oportunidades estarem ocorrendo em ambos os casos, o primeiro grupo estudado – COOPERLIMP - adquiriu documentação pessoal, parte do reconhecimento de sua cidadania como integrante de uma sociedade e possuidor de uma profissão. Além disso, as condições de vida do grupo melhoraram bastante, as relações de trabalho modificaram-se de uma situação informal, com as atividades de “bicos”, para uma situação legalizada, através da organização cooperativista. Muitos cooperados, porém, deixaram de pagar o carnê do INSS, individualmente, alegando que a renda é pequena e precisam do dinheiro para pagar outras contas. Isso caracteriza um certo grau de precarização do trabalho por não poderem cumprir com todas as obrigações legais que o empreendimento prevê.

O caso COOPERLIMP demonstra que a possibilidade de se obter uma ocupação ainda tem como referência social estar empregado no setor formal, com carteira assinada (DUPAS, 1998). Isso se comprovou a partir da reivindicação das cooperadas no sentido da formalização das relações de trabalho através da carteira assinada, apesar de saberem que no empreendimento cooperativista isso não ocorre.

As oportunidades evidenciadas para o segundo caso analisado – COOSTURARTE - são semelhantes as para o primeiro caso, mas ainda menos consolidadas, por terem menos tempo de existência, pois não tinham completado dois anos inteiros de convivência em 2002. Um grande avanço obtido pelo grupo foi decidir não utilizar o intermediário, que contratava e colocava sua produção no mercado, para conquistar sozinho a sua própria clientela. Conseguiram, também resolver, em parte, conflitos internos de idéias divergentes entre as pessoas e amenizaram relações críticas entre alguns integrantes. Entretanto, como esse é um processo ainda em construção, é preciso tomar muito cuidado com as relações pessoais extremadas e divergentes. A incubadora tem muito a contribuir para amenizar esses problemas durante o processo de acompanhamento dos grupos.

No caso da COOSTURARTE, assim como no primeiro caso, as pessoas que estão trabalhando sob a organização cooperativista ainda não superaram o grande dilema da cultura de subordinação, a qual o sistema capitalista historicamente inculcou nos seus integrantes através das relações hierárquicas estabelecidas. Um dos grandes desafios é fazer com que o próprio grupo resolva seus problemas e tome as suas próprias decisões, enquanto grupo. Muitos relatos das cooperadas demonstram isso, na medida em que elas esperam o surgimento de “chefes” para organizarem o trabalho, tomarem as decisões e para que a maioria cumpra obedientemente suas funções. Veja-se um exemplo desses relatos:

Teria de ter uma pessoa para comandar e ver quem vai bem em uma máquina e quem não, e trocar.

À medida que o grupo se consolida e decide trabalhar em prol de um objetivo comum, que é gerar renda e criar postos de trabalho para os seus integrantes, ocorre um salto significativo nas relações de trabalho, no sentido de poder se sentir valorizado e pertencer novamente à classe trabalhadora. Esse grupo, por ter pouco tempo de existência e ter entrado no mercado recentemente, ainda não obteve resultados significativos em relação à renda e, conseqüentemente, à melhora das condições de vida, como vem ocorrendo com a COOPERLIMP, que pôde fazer modificações/reformas, ampliações nas suas casas, comprar móveis e utensílios domésticos. Mesmo que as relações internas aos grupos apresentem conflitos, houve um avanço no sentido das pessoas saírem de uma condição de exclusão para se inserirem no mercado de trabalho de forma organizada. Extrapolou-se a situação informal, ou seja, de um trabalho como “bico” passou-se a uma situação formalizada dentro da cooperativa, caracterizando melhores relações de trabalho do que as vividas anteriormente pelas pessoas.

Em relação aos dilemas organizacionais, os projetos urbanos e rurais representam um desafio porque estão voltados para uma realidade de extrema competitividade. Precisam superar as limitações culturais, organizacionais e tecnológicas; desenvolver metodologias de capacitação gerencial para o

desenvolvimento de habilidades empreendedoras; criar economias de escala através de rede de pequenos produtores e de apoio à cadeia produtiva; e renovar contratos – principalmente se forem com órgãos públicos (BERTUCCI, 1996; SINGER, 2002b).

Os dois casos urbanos ainda não estão inseridos no contexto das relações de redes de cooperação por vários motivos, um deles, e talvez o mais importante, é que os grupos ainda não adquiriram autonomia suficiente para terem inter-relações cooperativistas. Além disso, o número de cooperativas existentes, na região, ainda não é suficiente para a formação de uma ou mais de uma rede de intercooperação. Essa é uma tendência que pode surgir e representará uma grande oportunidade de entrada no mercado de trabalho de forma mais competitiva, pois a rede de intercooperação é um dos motivos de sucesso dos empreendimentos, em casos internacionais, que conseguiram criar e mantê-la.

A COOSTURARTE tem pela frente a resolução de problemas como a comunicação entre seus integrantes. Um dos caminhos é entender mais sobre o significado do cooperativismo e das relações solidárias, o que pode ser feito através da realização dos cursos oferecidos pela INCOOP, cursos estes que muitas cooperadas não fizeram. Esse fato pode ser também a causa de alguns conflitos internos porque o grupo tem passado, pois não aprendeu a utilizar-se dos princípios do cooperativismo, sem conhecimentos mais formalizados, para criar uma coesão e uma cultura organizacionais que o sustente de forma mais eficaz.

A equipe da INCOOP tem acompanhado a inserção da COOSTURARTE no mercado, que, por sua vez, tem encontrado dificuldades, como a falta de experiência, a ausência de equipamentos necessários para a realização de alguns serviços, o preconceito em relação ao trabalho de Cooperativas e a falta de conhecimento delas em relação ao mercado. Questões que tendem a ser superadas com o desenvolvimento do grupo.

Em relação aos casos rurais, as oportunidades que têm se apresentado vão desde a identidade construída com o MST até a organização do trabalho implantada e consolidada pelos grupos, analisados no capítulo cinco, através

das cooperativas de produção agrárias. Um fator essencial para analisar os grupos rurais é a formação da sua identidade. Nas palavras de CALDART (2001), é preciso tratar os produtores rurais ligados ao MST com o nome próprio de *Sem Terra*, revelando uma herança e uma memória histórica de contestação e luta social. O significado de ser *Sem Terra* carrega valores e crenças que podem auxiliar a formação de grupos coletivos de trabalho. Situação esta muito diferente dos grupos urbanos que, para adquirirem valores e crenças organizacionais, precisam de anos de convivência para a formação de uma identidade e cultura coletivas e, mesmo assim, corre-se o risco de não acontecer. Os *Sem Terra* criam esses valores quando se unem para lutar pela posse da terra.

O discurso de um cooperado rural demonstra a maior facilidade de a união ocorrer no campo do que na cidade:

Uma discussão muito difícil, das pessoas compreenderem de viver em comunidade porque eram pessoas que viviam em favela. Estava todo mundo um em cima do outro porque moravam no morro. Quando você falava viver um próximo do outro, eles falavam que queriam distância do outro. Não queriam viver juntos, e sim sozinhos. Nós trabalhamos com algumas universidades, uma escola técnica para montar um modelo de assentamento, mas com aquela comunidade [cidade] era muito difícil.

A luta social, como base da identidade dos *Sem Terra* (CALDART, 2001), extrapola a educação formal da escola urbana e cria um enraizamento no sentido de se participar de uma coletividade que conserva viva a sua cultura e a sua história. Nesse sentido, a formação da identidade favorece muito a criação de grupos coletivos de trabalho. Por outro lado, quando a posse da terra é efetivada, estimula-se a criação de coletivos com caráter democrático através das cooperativas de produção agrária.

A partir da existência do grupo em forma coletiva – como as cooperativas estudadas – surgem várias oportunidades, entre elas: os ganhos de escala a partir da facilidade de negociação com os fornecedores e compradores de seus produtos, pois individualmente não se consegue negociar

prazos de pagamentos e recebimentos em relação à safra. Outra oportunidade é que as cooperativas analisadas conseguem fazer planejamento do que produzir, em qual quantidade e para quem vender. Por exemplo: a compra de adubo e inseticida é negociada para ser paga com a venda da safra. Há também preocupação com a adubação e o uso de produtos tóxicos à saúde, possibilitando o uso de “adubo verde”, representando um diferencial à produção agrícola de grande parte do país.

Nos primeiros anos de funcionamento dos grupos coletivos analisados, os problemas que apareceram foram mais facilmente administrados e, à medida que a cooperativa se desenvolveu e cresceu, seus problemas de gerenciamento ficaram mais complexos, podendo ser analisados como um dilema para o empreendimento. Exige-se cada vez mais dos cooperados a aquisição de habilidades e conhecimentos administrativos como meios fundamentais para que o empreendimento possa superar as dificuldades e o grupo saiba aproveitar as oportunidades surgidas. Este também é um dilema a ser resolvido, ou seja, o trabalho de administração da cooperativa requer certas habilidades, as quais grande parte dos produtores rurais não possui. É necessário conseguir, entre os cooperados, a adesão ao “trabalho do escritório” para que a administração da cooperativa mantenha-se eficiente. Para isso, é fundamental o interesse dos cooperados em buscar qualificação através dos cursos de administração em cooperativismo rural existentes no país. O trabalho no escritório representa algo desconhecido para o trabalhador rural, pois ele tem mais familiaridade com a terra e sua produção do que conhecimento em administração de pessoas, em organização e planejamento de um coletivo. Esse, portanto, é um dilema que muitas cooperativas enfrentam e, muitas vezes, por não saberem lidar com ele podem deixar de funcionar.

Em relação às condições de vida, a partir dos dados coletados e analisados no capítulo cinco, pôde-se observar que a vida de quem vive no coletivo é melhor em relação às condições da vida de quem vive individualmente cuidando do seu lote. Muitos dos produtores individuais não têm condições de negociar, como dito anteriormente, e também não conseguem cultivar a sua própria terra. Tais produtores, nos dois casos

estudados, prestam-se ao serviço de bóias-fria para a terra dos cooperados e/ou arrendam suas terras para as cooperativas que estão em expansão, ou seja, eles somente possuem a terra devido ao processo de ocupação, mas permitem-se sobreviver de forma semelhante a anterior a esse processo: como diaristas ou “alugando” a sua terra para quem tem condições de plantar.

As relações de trabalho nas cooperativas rurais, principalmente no caso da COPANOSSA, são coesas e integradas aos valores cooperativistas. Por ser um grupo pequeno há maior facilidade de união. Já na COPAVA, a integração é boa, mas o número maior de associados gera desconfianças, principalmente em relação ao “trabalho do escritório” porque o grupo o desconhece. Apesar de o grupo ter superado grandes dificuldades financeiras, há ainda alguma resistência ao trabalho coletivo, mas que é superada pelos ganhos que esse trabalho tem gerado ao longo dos anos de sua existência.

Ambas as cooperativas têm um contador, que cuida dos pagamentos das taxas e impostos exigidos pela lei do empreendimento. Nesse sentido, com um ambiente de trabalho adequado para as condições da produção agrícola e com a organização do grupo, não há indícios de precarização das relações trabalhistas. Todavia, algo que pode influenciar nessa análise foi a dificuldade de coleta de dados a respeito do nível de renda das famílias, pois a renda é recebida somente na safra (a cada seis meses ou um ano, dependendo da cultura). Para isso, as cooperativas administram as retiradas dos cooperados, na forma de vale, nos períodos entre safra.

Outra oportunidade que existe no assentamento, podendo ser vista como um desafio, é a proposta do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), baseada na apropriação dos instrumentos de trabalho pelos próprios trabalhadores assentados e no estabelecimento de mercados populares locais. Além disso, o SCA tem por objetivo desenvolver a autonomia da organização nos aspectos econômicos, políticos, sociais e educacionais.

Veja-se a posição de um dos cooperados sobre o empreendimento:

... e foi muito bom, para nós foi fantástico a criação das cooperativas. E a gente teve muita dificuldade porque a gente não era empresário, a gente era trabalhador rural.

(...) Hoje a Copava é modelo no nível nacional e internacional, e de luta pela reforma agrária no estado, no Brasil.

Nós sobrevivemos porque nós éramos um grupo.

A partir de uma conversa com os assentados, observou-se a humildade do grupo e a pouca experiência com trabalhos mais formalizados, como o gerenciamento de um empreendimento cooperativista, sua contabilidade e sua legislação. Muitos cooperados que lutaram pela terra e decidiram, posteriormente, organizar-se em cooperativas não tinham conhecimento sobre a responsabilidade em relação ao “trabalho do escritório”, ou seja, quanto à administração do empreendimento. Ao perceberem essa dificuldade e somado à tradicional cultura camponesa, baseada no trabalho individual e patriarcal, desistiam do empreendimento, retirando-se dele. Além dessa causa da saída, outra também foi detectada: a espera de um retorno financeiro rápido do negócio por parte dos produtores rurais, no entanto quando este não ocorria nos primeiros anos, as pessoas desacreditavam e desistiam. Em 2002, a maioria dos ex-cooperados passou por grandes dificuldades, como já relatado anteriormente, acabando por prestar serviços à cooperativa que estava em desenvolvimento, entretanto, após a superação das crises financeiras, o grupo se reorganizou, como esclarecem os relatos apresentados no capítulo cinco.

Assim, um dos dilemas da organização cooperativista é a resistência de parte dos cooperados, principalmente os mais velhos, a trabalhar no setor administrativo (“trabalho no escritório”) por falta de conhecimento e aprendizado. Nos dois casos analisados, surgiram essas manifestações de resistência. Uma alternativa para o problema é estimular a entrada dos jovens – filhos dos cooperados mais velhos – no setor administrativo. Ao estudarem, os jovens passam a oferecer uma possibilidade para o desenvolvimento mais eficiente do setor administrativo das cooperativas. Eles têm a oportunidade de se prepararem, qualificarem-se para o “trabalho no escritório”, setor que requer bastante cuidado ao ser gerenciado, organizado e planejado, pois é a partir de uma administração eficiente que o sucesso do empreendimento pode ser mais consistente, crescer e se consolidar no mercado.

Deve-se buscar a profissionalização do trabalho no setor administrativo em conjunto com os outros setores demandantes de conhecimentos. O setor de agronomia e de veterinária podem desenvolver culturas e adubações alternativas que os diferencie no mercado. Finalmente, as cooperativas devem conseguir criar um sistema de venda direta ao consumidor, deixando de depender dos atravessadores, que ganham em cima do trabalho desses empreendimentos, como outras cooperativas conseguiram implantar (COPAVI-PR).

Em uma perspectiva mais abrangente, as dificuldades que os EESs enfrentam, em termos teóricos, detectadas nas análises dos capítulos iniciais desta tese, são semelhantes às encontradas no trabalho de campo. Entre elas, está a dificuldade de entrada no mercado: todos os casos analisados passaram ou passam por esse problema, tanto as cooperativas urbanas quanto as rurais, podendo ter como algumas das suas causas de instabilidade a falta de preparo profissional e as características pessoais dos integrantes dos grupos, pouco desenvolvidas para a conquista de seus clientes. Um exemplo dessa falta de preparo profissional é o fato de os cooperados deixarem que os intermediários realizem a comercialização de seus produtos e serviços, lucrando em cima do trabalho das cooperativas. É preciso encontrar alternativas de superar essa forma de exploração do trabalho coletivo, como a venda direta aos consumidores.

O acesso ao crédito e aos financiamentos para as cooperativas urbanas tem sido restrito. Para as cooperativas rurais, de acordo com os cooperados, houve nas décadas de 1980 e 1990 créditos que não foram suficientes para que os empreendimentos pudessem se desenvolver mais rapidamente. Políticas públicas voltadas para o financiamento e para o desenvolvimento interno dos grupos, tanto urbano como rural, poderão proporcionar melhores chances de estabilidade aos empreendimentos, como apresentado no capítulo três.

Internamente, as cooperativas têm encontrado dificuldades com a sua contabilidade, legislação vigente no país e administração financeira do negócio. Novamente, a causa está na pouca experiência dos seus integrantes sobre

essas áreas, essenciais a uma organização formal. Outro elemento interno a ser valorizado é a coesão do grupo por meio da solidariedade. Os grupos urbanos não apresentam tais aspectos, pois a sua união ainda passa pela desconfiança. Ao contrário dos grupos rurais em que a desconfiança foi superada e a lógica interna baseada na solidariedade parece prevalecer mais, deixando-os mais consolidados.

Quando o projeto dos EESs torna-se real, uma outra dificuldade surge a respeito da organização do trabalho, da produção e da tecnologia utilizadas nas cooperativas: elencar as diversas tarefas e pessoas para executá-las. Prepará-las para o trabalho, usar técnicas de organização do trabalho, como os rodízios de pessoas, pode gerar aumento das qualificações profissionais para os seus integrantes. E, acima de tudo, criar uma cultura organizacional coletiva de trabalho, de integração e respeito aos valores cooperativistas, à auto-gestão, à democracia e à solidariedade, superando a cultura individualista. Portanto, é preciso que o grupo supere as suas dificuldades individuais ao participarem das Assembléias, como são pessoas humildes têm resistências para discutir e opinar a respeito dos assuntos discutidos, esperando que as decisões sejam tomadas pela diretoria. É preciso que o grupo desenvolva a autonomia, rompa com a barreira da cultura de subordinação e participe efetivamente do processo de organização e tomada de decisão coletiva dos empreendimentos.

Sem a cultura organizacional coletiva, cuja lógica deve ser baseada na solidariedade, na igualdade e na democracia, que é criada ao longo dos anos de história de desenvolvimento dos grupos e da superação de obstáculos, o empreendimento pode transformar-se em uma empresa capitalista tradicional à medida que cresce e se desenvolve, hierarquizada e não participativa, ou, por outro lado, pode fechar e encerrar suas atividades. Ressalta-se, também, a influência dos movimentos econômicos e políticos sobre o desenvolvimento ou não dos empreendimentos.

Desse modo, o maior desafio é superar as barreiras culturais de subordinação que o sistema econômico e político hegemônico criam e internalizam nas pessoas. Essa é uma das funções mais nobres que a

Economia Solidária se propõe encarar e encontrar meios para modificá-lo, contribuindo para o processo de emancipação social de parte dos trabalhadores excluídos. Essa também é uma das missões dos diversos núcleos, incubadoras, ONGs, entre outros que buscam estimular alternativas de (re)inserção econômica e social para grupos excluídos. Por fim, fica em aberto a esperança da construção de um mundo melhor, mais justo e solidário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, S. H. **Os despossuídos: crescimento e pobreza no país do milagre**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALBUQUERQUE, P. P. Autogestão. In: CATTANI, A. D. (Org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 20-26.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Campinas: Cortez, 1995.

ARENDT, H. **Condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991. 352p.

_____ **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

AZEVEDO, B.(a) Políticas para o setor informal: omissão ou utopia? **Análise Conjuntural**. FEE: Rio Grande do Sul. v.7, n.3, pp. 93-97, dez/1989.

_____ (b) Setor Informal: alguns mitos. **Análise Conjuntural**. FEE: Rio Grande do Sul. v.17, n.2, pp. 130-133, set/1989.

BALTAR, P. E. A.; DEDECCA, C. S. & HENRIQUE, W. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. In: OLIVEIRA, C. E. B. ; MATTOSO, J. E. L. (org.) **Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996.

BALTAR, P. E. A.; PRONI, M. W. Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. In: OLIVEIRA, C. E. B. ; MATTOSO, J. E. L. (org.) **Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996.

BANCO MUNDIAL. **O trabalhador e o processo de integração mundial: relatório sobre o desenvolvimento mundial**, 1995.

BELLUZZO, L. G. de M. Prefácio. In: OLIVEIRA, C. E. B. ; MATTOSO, J. E. L. (org.) **Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996.

BERLINCK, M. T. **Marginalidade social e relações de classes em São Paulo**. São Paulo: Vozes, 1975. 152p.

BERTUCCI, A. Limites e possibilidades de organização dos excluídos. In: GIGER, L. I. (org.) formas de combate e resistência à pobreza. São Leopoldo: Unisinos, 1996.

BHOWMIK, S. As cooperativas e a emancipação dos marginalizados: estudos de caso de duas cidades da Índia. In: **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.369-399.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 2. ed. UnB, Brasília, 1986.

BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo: Atlas, 1993.

BRASIL, Presidente. **O mercado de trabalho e a geração de empregos**. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1996.

BUENO, F. F. **Impactos da reestruturação produtiva organizacional na organização sindical: um estudo sobre o movimento operário da fábrica de motores da VW de São Carlos**. São Carlos: UFSCar, dissertação de mestrado, 2001. 176 p.

BUGET, D. & NOGUES, H. La notion de l'exclusion sociale. **DPH Passereles** (3), 1993.

CACCIAMALI, M. C. Setor informal urbano e formas de participação na produção. São Paulo: **Instituto de Pesquisas Econômicas – USP**, 1983, p. 11- 25.

CALDART, R.S. O MST e a formação dos Sem Terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados USP**. v. 15, n. 43, set/dez. 2001, pp. 207-224.

CAMAROTTO, J. A. **Estudos das relações entre o projeto do edifício industrial e a gestão da produção**. São Paulo, 1998. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1998.

CARONE, E. **A República nova (1930-1937)**. São Paulo: Difel, 1982. 414p.

CARVALHO, H. M. A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (reposta a Zander Navarro). In: SANTOS, B. S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 233-259.

CARVALHO; Y. M. C. Os Assentamentos de reforma agrária no estado de São Paulo e a crise econômica nacional. **Agricultura em São Paulo**, SP, 41(3), p. 17-37, 1994.

CASTEL, R. De l'indigence à l'exclusion, la désaffiliation: précarité du travail et vulnérabilité relationnelle. In: DONZELOT, J. (org.) **Face à l'exclusion – le modèle français**. Paris: Ed. Esprit, 1991, p. 137-168.

_____ **Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salarial**. Paris: Fayard, 1995.

CASTILHO, L. F.; SHIMBO, I. DAKUZAKU, R. Y.; CASTILHO, T. C. L. *Análise do grau de iniciativa e autonomia de cooperantes no processo de incubação de cooperativas populares: estudo de caso*. **VIII Congresso de Iniciação Científica da Universidade Federal de São Carlos**, 2000. CD-Rom.

CATTANI, A. D. Emancipação social. In: CATTANI, A. D. (Org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 130-135.

CAVALCANTI, R. M. N. T. **Conceito de cidadania: sua evolução na educação brasileira a partir da república**. Rio de Janeiro: SENAI/DN, Divisão de Pesquisas, Estudos e Avaliação, 1989. 184p.

CHÂTELET, F. & PISIER-KOUCHNER, E. **As concepções políticas do século XX: história do pensamento político**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. 776p.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Administração, UFPR, Curitiba, 2000.

CHRISTOFFOLI, P. I – **Eficiência econômica e gestão democrática nas cooperativas de produção coletiva do MST**. Monografia, Centro De Documentação e Pesquisa – Cedope, Universidade Do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. São Leopoldo – 1998.

COLE, G. D. H. **A century of cooperation**. Manchester, Cooperative Union, 1944.

CONCRAB. **Cooperativas de Produção: questões práticas**. Caderno de formação n. 21, 3. ed. São Paulo, junho de 1997.

CONCRAB. **O que levar em conta para a organização do assentamento: a discussão no acampamento**. Cadernos de Cooperação Agrícola, n. 10. São Paulo, maio de 2001.

CONCRAB. Sistema cooperativista dos assentados. São Paulo, jun. 1998. In: SANTOS, B. S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b, p. 81-129.

CONNOR, S. **Cultura pós-moderna: introdução as teorias do contemporâneo**. 2^a. ed. São Paulo: Loyola, 1993.

CRAIG, J. G. **The nature of cooperation**. Black Rose Books, London, 1993.

CRUZ e SILVA, T. União geral de cooperativas em Moçambique: um sistema alternativo de produção? In: SOUZA, B. S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 401-434.

DAKUZAKU, R. Y. Cidadania e Terapia Ocupacional: trabalhando com as cooperativas populares. In: I JORNADA DE TERAPIA OCUPACIONAL, 2000. **Cadernos de Resumos**. Bauru: Universidade do Sagrado Coração, 2000, p. 22-24.

DEDECCA, C. S. Reorganização produtiva e relações de trabalho no Brasil – anos 90. **XXI Congresso Internacional da Associação de Estudos Latinoamericanos**. Chicago, set. 1998.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL de ESTATÍSTICA e de ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **Anuário dos trabalhadores**. set/1998. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/bol/anu/anuset98.html>. Acesso em : 15 jan. 2002.

DOWBOR, L. **O que acontece com o trabalho?** Editora Senac: São Paulo, 2001. (no prelo). <http://ppbr.com/ld>

DRIBE, S. M.; CASTRO, M. H. G.; AZEREDO, B. **O sistema de proteção social no Brasil**. São Paulo: UNESP, 1991.

DUPAS, G. **A lógica da economia global e exclusão social**. In: Revista Estudos Avançados, 12 (34), 1998.

DURKHEIM, E. **Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. 9. ed. São Paulo: Ática, 2001.

EDEN, C. Cognitive mapping. **EJOR 36**. Londres, p. 1-13, 1988.

EGAN, M. D. **Concepts in thermal comfort**. Englewood cliffs. Prentice-Hall, 1975.

EID, F. **Assalariados de usinas e destilarias: um estudo sobre os processos de trabalho e novas correlações de força.** João Pessoa, IDEME (Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba, 1988, 294p.

EID, F. **Apostila Cooperativismo.** Curso de Especialização *Latu Sensu* Gestão Agroindustrial. São Carlos: UFSCar, 1998. 21f.

_____. **Notas de aula: tópicos avançados em organização do trabalho.** São Carlos: UFSCar, 2000.

_____. **Economia solidária e políticas públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo?** XI Congresso – FIEALC – Federación Internacional de Estudios sobre América Latina y el Caribe. Osaka, Japão, set/2003.

EID, F. & GALLO, A. R. Metodologia de incubação e desafios para o cooperativismo popular: uma análise sobre o trabalho da Incubadora de Cooperativas Populares da UFSCar. **IV SEMPE – Seminários de Metodologia para Projetos de Extensão.** São Carlos, agosto de 2001.

EID, F.; GALLO, A. R.; PIMENTEL, A. E. B. Desemprego, exclusão e desafios para o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil. IV Encontro Regional de Estudos do Trabalho da ABET, Rio Grande do Sul, junho de 2001. Publicado na **Revista eletrônica da ABET**, Novembro de 2001.

SCOREL, S. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social.** Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1999.

ETZIONI, A. **Organizações modernas.** 6. ed. São Paulo: Pioneira, 1980.

FAUSTO, B. **História do Brasil.** 6. ed. São Paulo: EDUSP, 1999. 660p.

FEDERAÇÃO DE BANCÁRIOS E SECURITÁRIOS. <http://www.feeb-spms.org.br/fev2002/fat.htm>. Acessado em fev. 2002.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro-formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) - 1979/1999.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 413p.

FERREIRA, R. M. F. **Meninos de rua: expectativas e valores de menores marginalizados em São Paulo**. São Paulo: IBREX, 1979. 173p.

FLEURY, M. T. L. Estórias, Mitos, Heróis - Cultura Organizacional e Relações de Trabalho. **Revista de Administração de Empresas**, v. 27. n. 4, p. 7-18, Out/dez., 1987.

FRANÇA, B.; EID, F.; MAZZEU, F.J.C.; LORENZETTI, J.; GAIGER, L. I. G.; NICOLETTI, S. Programa de Economia Solidária da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO). In: **Revista Proposta**, Editora FASE Nacional, Rio de Janeiro, número 97, junho/agosto de 2003.

GAIGER, L. I. Significados e tendências da Economia Solidária. In: **Sindicalismo e Economia Solidária**. Central Única dos trabalhadores – CUT, 1999, pp. 29-42.

GAIGER, L. I. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, P. SOUZA, A. R. (orgs.) **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 267-286.

GALLO, A. R. **Controle organizacional: recomendações para a pequena empresa**. 194p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 1999.

GERMER, C. M. Perspectivas das lutas sociais agrárias nos anos 90. In: STÉDILE, J. P. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

_____ New rules of sociological methods. In: SOUZA, B. S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 401-434.

_____ **Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical**. São Paulo: Ed. Da Universidade Estadual Paulista, 1996.

GUTIERREZ, G. L. Autogestão de empresas: novas experiências e velhos problemas. In: VIEITEZ, C. G. (org.) **A empresa sem patrão**. Marília: UNESP, 1997, p. 27-32.

GONÇALVES, J. S; SOUZA, S. A. M. Produção de Alimentos e Concentração Fundiária: O Caso do Feijão em Itaberá, SP, no Período 1968-88. **Agricultura Em São Paulo**, SP, 40(1): 139-155, 1993.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

HENRIQUE, W. Crise econômica e ajuste social. In: OLIVERIA, M. A. (org.) **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas: UNICAMP, IE, 1998.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO de GEOGRAFIA e ESTATÍSTICA. <http://www.ibge.org.br> . Acessado em jan.2000.

ITESP. INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO “JOSÉ GOMES DA SILVA”. Mediação no Campo: Estratégias de Ação em Situações de Conflito Fundiário. **Caderno Itesp**. n. 6. São Paulo. Dezembro 1998.

KOWARICK, L. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____ **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

LAISNER, R. **Entre formas autoritárias e possibilidades Democráticas: uma análise das representações de moradores da periferia de São Carlos/SP**. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas, 1999.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Sociologia geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LAUTIER, B. **L'économie informelle dans le tiers monde**. Éditions La Découverte, Paris, 1994.

LAVILLE, J. L. Economia solidária: ilusão ou caminho de futuro? In: **ATTAC FRANCE – Savoirs – Economic**. www.france.attac.org Mesa redonda sobre Economia Solidária. Université d'été. França, ago/2001.

LISBOA, A. de M. Solidariedade. In: CATTANI, A. D. (Org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 242-250.

MACHADO, C. L. & GONÇALVES, S. A. Nota técnica: a teoria institucional. pp: 220-226. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (orgs.) **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998. 456p.

MATHIAS, G. Urbanização e sub-desenvolvimento: setor informal e estratégias de sobrevivência. **Espaço & Debates**. São Paulo, n.14, 1985, pp. 5-22.

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____ **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1996.

MTB. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Análise do mercado de trabalho**. Ano 5, fev. 2000.

MINGIONE, E. Fragmentation et exclusion: la question sociale dans la phase actuelle de transitions des villes dans les sociétés industrielles avancées, **Sociologie et sociétés**, XXX, v. 1, p. 69-83, 1998.

MOSCA, G. & BOUTHOU, G. **História das doutrinas políticas: desde a antiguidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MOTOYAMA, Sérgio. **Tecnologia e industrialização no Brasil: uma perspectiva histórica**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1994.

MST. MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **História da luta pela terra**. Cadernos de formação, n. 2. São Paulo, 1986.

NAVARRO, Z. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos Sem Terra no Brasil. In: SANTOS, B. S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.189-232.

NASCIMENTO, E. P. A exclusão social na França e no Brasil: situações (aparentemente) invertidas, resultados (quase) similares? In: DINIZ, E.; LOPES, J. S. L. & PRANDI, R. (orgs.) **O Brasil no rastro da crise: partidos, sindicatos, movimentos sociais, Estado e cidadania no curso dos anos 90**. São Paulo: Hucitec/Anpocs/Ipea, p. 289-303, 1994.

NCUI. Report of the committee on principles of co-operation formed by the international co-operative alliance, 1969. In: SANTOS, B. S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 369-399.

NUN, J. O futuro do emprego e a tese da massa marginal. **Novos estudos CEBRAP**. n. 56, março 2000, pp. 43-62.

OCB. ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Organização das cooperativas brasileiras**. <http://www.ocb.org.br> . Acessado em jun/2002.

OFFE, C. "A democracia partidária e o Welfare State keynesiano: fatores de estabilidade e desorganização". In: **DADOS, Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 26, n.1, 1983, p. 29-52.

OLIVERIA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados USP**. v. 15, n. 43, set/dez. 2001, pp. 184-206.

OLIVERIA, C. A. B. & HENRIQUE, W. Determinantes da pobreza no Brasil: um roteiro de estudo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 4, n. 2, pp25-28, abr/junho 1990.

OLIVERIA, M. A. Avanços e limites do sindicalismo brasileiro recente. In: OLIVEIRA *et al.* (orgs.) **O mundo do trabalho – crise e mudança no final do século**. São Paulo: Scritta, 1994.

PASQUETTI, L. A. O MST como empresa social. In: **Revista Estudos 2**. UNESP/NERA, Presidente Prudente, 1998.

PEREIRA, L. C. B. **Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. São Paulo: Ed. 34; Brasília: ENAP, 1998. 365p.

PERROW, Charles. Small firm networks. In: SWEDBERG, R. (ed.) **Explorations in economic sociology**. Russell Sage, 1992, cap. 14.

PIMENTEL A. E. B. **As cooperativas de reforma agrária como solução para a geração de trabalho e renda: os casos da COCAMP e COPAVA** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSCar, São Carlos, 2000.

POCHMAN, M. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.

PUPPO, E. & PUPPO, G. A. **Acondicionamento natural y arquitectura**. Barcelona, Marcombo, 1972.

QUIJANO, A. **La economía popular y sus caminos em America Latina**. Mosca Azul Editores, 1998.

RECH, D. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro, FASE, 1995.

RELATÓRIO INTERNO. **Incubadora regional de cooperativas populares da Universidade Federal de São Carlos**. São Carlos, nov. 2002.

RELATÓRIO TÉCNICO-FINANCEIRO DO PROJETO FORMAÇÃO DE DUAS COOPERATIVAS POPULARES EM SÃO CARLOS. **Incubadora regional de cooperativas populares da Universidade Federal de São Carlos**. São Carlos Jun/dez. 2001.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: principais tendências da espacialização**. Rio de Janeiro, IPEA. DIPES, 1997.

ROGERS, G. What is special about social exclusion approach? In: GARRY ROGERS, C. G. & FIGUEIREDO, J. (orgs.) **Social exclusion: rethoric, reality, responses**. USA, International Institute for Labor Studies, 1995.

ROSANVALLON, P. **La nueva cuestión social: repensar el Estado providencia**. Buenos Aires: Manantial, 1995.

_____ **A crise do Estado-providência**. Goiânia: Ed. da UFG; Brasília: Ed. da UNB, 1997.

SANTOS, A. L. Encargos sociais e custo do trabalho no Brasil. In: OLIVERIA, C. E. B. ; MATTOSO, J. E. L. (org.) **Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996. p. 221-252.

SANTOS, B. S. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Palestra proferida no VII Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, set. 1995, p. 1-56. (mimeo).

_____ **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____ **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____ **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____ A reinvenção solidária e participativa do Estado, 1998. In: SANTOS, B. S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 401-434.

SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça; a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SEADE – FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS.
<<http://www.seade.gov.br>>, Acessado em junho/2002.

SEADE/DIEESE. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo. **Indicadores Selecionados**, maio de 2000.

SCHNEIDER, L. **Marginalidade e delinqüência juvenil**. São Paulo: Cortez, 1982. 156p.

SILVÉRIO, V. R. Tolerância e intolerância no mundo contemporâneo. In: **Teoria & Pesquisa**. São Carlos: DCSO/UFSCar. n. 20-23, 1997, pp. 24-56.

SINGER, P. Possibilidades da Economia Solidária no Brasil In: **CUT BRASIL. Sindicalismo e Economia Solidária: reflexões sobre o projeto da CUT**. São Paulo: CUT, 1999a: 51-60.

_____ **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 3ed. São Paulo, Contexto, 1999b.

_____ Economia solidária: um modelo de produção e distribuição. In: SINGER, P. SOUZA, A. R. (orgs.) **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000, p. 11-28.

_____ **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002a.

_____ A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b, p. 81-129.

SHIMBO, I. et. al. Utilizando o planejamento participativo com as cooperativas populares. In: IV SEMPE, **Seminário de Extensão Universitária**. UFSCar, São Carlos, 2001.

SIZANOSKI, R. O novo dentro do velho; cooperativas de produção agropecuária do MST. Dissertação de Mestrado, UFSC, 1998. In: SANTOS, B. S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b, p. 81-129.

SOUZA, A. R. Um instantâneo da economia solidária no Brasil. In: SINGER, P. SOUZA, A. R. (orgs.) **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000, p.07-10.

SOUZA, M. A. As formas organizacionais de produção em assentamentos do MST. Tese de doutorado, UNICAMP, 1999. In: SANTOS, B.S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b, p. 81-129.

STREECK, W. Beneficial constraints: on the economic limits of rational voluntarism, 1997. In: SANTOS, B. S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 23-78.

TELLES, V. S. **A cidadania inexistente: incivilidade e pobreza, um estudo sobre trabalho e família na grande São Paulo**. Tese de Doutorado, São Paulo: FFLCH, USP, 1992.

TIRIBA, L. V. **Economía popular y crisis del trabajo asalariado: de las estrategias de supervivencia a la producción de una nueva cultura del trabajo**. (Tese de Doutorado) Faculdade de Sociologia e Ciências Políticas, Universidade Complutense de Madrid, 1999. Cap. 3, pp. 121-174.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

TODESCHINI, R & MAGALHÃES, R. A CUT e a Economia Solidária. In: **Sindicalismo e economia solidária**. Central Única dos trabalhadores – CUT, 1999, p. 5-22.

TOLBERT, P. S. & ZUCKER, L.G. A institucionalização da teoria institucional. pp: 196-219. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (orgs.) **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998. 456p.

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

TROYANO, A. A. A trajetória de uma pesquisa: avanços e obstáculos. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 4, n.3/4, jul/dez.1990, p. 69-74.

VALÊNCIO, N. F. I. S., SHIMBO, I., EID, F., LEME, A. A., DAKUZAKU, R.Y., MASCIO, C. C., GALLO, A. R., FAISTING, A. L., MACHADO, M. L. T. Incubadora de cooperativas populares: uma experiência universitária em prol da transformação social. In. **Metodologia e experiências em projetos de extensão**. Michel Thiollent, Targino de Araújo Filho, Rosa Leonôra Salerno Soares (orgs.) Niterói, EdUFF, 2000, p. 297-305.

VEIGA, S. M. & FONSECA, I. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: FASE, 1999. 134p.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: UnB, 1994.

WEFFORT, F. C. A cidadania dos trabalhadores. In: LAMONIER, B.; WEFFORT, F. C. & BENEVIDES, M. V. (orgs.) **Direito, cidadania e participação**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981, p. 139-150.

WHYTE, Willian P. & WHYTE, Kathleen K. **Making Mondragón: the growth and dynamics of the worker cooperative complex**. Ithaca, IRL Press, 1991.

WILLIAMSON, O. Transation cost economics and organizational theory. In: SMELSER & SWEDBERG (ed.), **The handbook of economic sociology**. 1994, pp. 77-107.

XIBERRAS, M. **Les théories de l'exclusion: pour une construction de l'imaginaire de la deviance**. Paris: Méridiens Klincksieck, 1993.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO PARA AS COOPERATIVAS URBANAS

Nº : _____

____/____/____

DATA:

1. DADOS PESSOAIS

1. 1. Nome: _____
1. 2. Odenasceu: _____
1. 3. Origem familiar: Cabocla, Portuguesa, Africana, Italiana, Alemã, Indígena, Miscigenado (2 ou mais origens étnicas), outra _____
1. 4. Sexo: () M () F
1. 5. Idade: _____ anos
1. 6. Estado Civil: () casado(a) () solteiro(a) () amasiado(a) () separado(a) () viúvo(a)
1. 7. Quais desses documentos você possui? () Certidão de Nascimento () RG/carteira de identidade () CIC/CPF
1. 8. () Título de Eleitor
1. 9. Sabe ler e/ou escrever? () Sim () Não (se disser sim, seria bom saber o quê e quanto?)
1. 10. Você já estudou? () Sim () Não
1. 11. Até que série estudou? _____
1. 12. 1.9 Tem interesse em continuar a estudar? () Sim () Não () Não sei
1. 13. Endereço:
1. 14. R: _____ nº: _____
Bairro: _____
1. 15. Você tem casa ? () sim () não
1. 16. (Se não) Onde mora? _____

1. 17. (Se sim) De que tipo é sua casa: () própria () alugada () de favor () emprestada () outros: _____

1. 18. Quantos cômodos tem sua casa? _____ (retirar)

1. 19. Quais desses itens sua casa possui: () água () saneamento básico () energia elétrica geladeira (), TV (); som (); máquina de costura

1. 20. Outros _____

1. 21. É chefe de família? _____

1. 22. Renda familiar aproximada: R\$ _____

1. 23. Qual _____ sua _____ religião?

_____ Praticante? _____

*****Depois que começou a trabalhar na cooperativa você fez investimento na _____ sua _____ casa?

Qual(is)? _____

DADOS FAMILIARES

2.1 Informações sobre a família

2.1.1 Quantas pessoas moram com você? : _____

2.1.2 Quantas dessas trabalham? : _____

2.1.3 O _____ que _____ elas _____ são suas? _____

2.2 Filhos:

2.2.1 Tem filhos? () Sim () Não

Se sim (número, sexo e idade)

2.2.2 Caso não estejam na creche, tem quem cuide? _____

2.2.3 Fazem algum tipo de tratamento médico? _____

2.2.4. Trabalham? Há _____ quanto tempo? _____

2.2.5 _____ Possuem _____ carteira assinada? _____

2.2.6. Como seus filhos reagem ao fato de você trabalhar na cooperativa?

2.3. CÔNJUGE

2.3.1. Ocupação: _____

2.3.2 Tem carteira assinada? () Sim () Não. Se sim, quanto tempo? _____

2.3.3 Faz algum tratamento médico? () Sim () Não

2.3.4 _____ Grau _____ de escolaridade: _____

2.3.5 Como seu companheiro vê a sua participação na cooperativa?

2.4 COOPERANTE

2.4.1 _____ A _____ atividade _____ na cooperativa: _____

2.4.2 _____ Ocupação atual: _____

2.4.3 _____ Ocupações anteriores: _____

2.4.4 _____ Condições _____ de seu trabalho(s)? _____ (s)

3. PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS

3.1 Já participou de algum grupo? () Sim () Não

De qual (s)?

() Associação de bairro? () Movimento de igreja ? () Mutirão

() Outras associações? () Sindicatos? () Outros:

3.2 Durante quanto tempo? _____

3.3 O que fazia?

3.4 Como era?

3.5 Ainda participa? () Sim () Não

3.6. Sedeixou, porquê deixou?: _____

4. HISTÓRICO PROFISSIONAL

4.1 Que tipo(s) de serviço(s) você já fez? Onde trabalhou? Teve carteira assinada ou não? De qual gostou mais, menos e mais ou menos?

TIPOS DE SERVIÇO	LOCAL	CARTEIRA ASSINADA	+	-	+/-

(Entrevistador) Remeta-se ao quadro anterior, na coluna (+, - e +/-) perguntando porque você gostou mais, porque você gostou menos ou porque você gostou mais ou menos.

4.2 O que tinha de bom nesses serviços anteriores?

4.3 O que tinha de ruim nesses serviços anteriores? CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO

Quente () Frio () Molhado () Perigoso () Mal cheiroso () Escuro ()

Claro ()

4.4 Como era o seu relacionamento com as pessoas nesses serviços?

Obediência () participativo () amizade () parentesco ()

4.5 Você ou alguém (quem) da sua família recebe algum benefício do governo?

Seguro desemprego () quanto tempo _____

Licenças _____

Aposentadoria () Pensão ()

PIS _____

FGTS _____

4.6 Atividade antes da cooperativa:

Desempregado ()

Bicos () O quê? _____

Subemprego: sem carteira () temporário ()

4.7 TRABALHO NA COOPERATIVA:

Há quanto tempo está na cooperativa? _____
O que você acha da cooperativa? _____
O que é para você uma cooperativa? _____
Como ficou sabendo da cooperativa? _____
Já fez curso de cooperativismo? () Sim () Não qual (is)?
Recebeu capacitação/formação dentro da cooperativa? _____

4.8. O QUE O COOPERADO PENSA EM RELAÇÃO À ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA COOPERATIVA?

4.8.1 Como é definido o jeito de realizar os diversos trabalhos dentro do cooperativa? _____

4.8.2. A divisão e a execução de tarefas está bem dividida? _____

4.8.3. Sente-se capaz de realizar outras funções dentro da cooperativa? Quais? _____

4.8.4. Como é a tomada de decisão na cooperativa? _____

4.8.5. Como ocorre a discussão sobre o pagamento? _____

4.8.6. Qual é a frequência de sua ida às assembléias?

4.8.7. Qual a importância das assembléias? _____

4.8.8. Existe representante entre vocês? Quem? _____

4.8.9. Como é o papel do representante (rodízio, solidariedade, treinamento)? _____

4.8. 10. No caso de querer alterar o ritmo ou a forma como desenvolve o seu trabalho, você normalmente:

1. Consulta os outros do grupo
2. Não consulta
3. Precisa de autorização de outras pessoas
4. Precisa de autorização da assembléia geral
5. O ritmo de trabalho é determinado pelos meios de trabalho e não está sob controle direto do trabalhador.

4.9 CONFLITOS:

4.9.1 Que tipos de problemas de relacionamento costumam acontecer entre vocês? Exemplos.

4.9.2 Na sua opinião qual o principal problema existente na cooperativa?

4.9.3 Como você reage nessas situações?

4.9.4 O que acha que deveria ter/ser feito?

4.9.5 O que acha que tem de bom na cooperativa?

4.9.6 E de ruim?

4.9.7 Quais seriam seus pontos positivos ao lidar com outras pessoas?

4.9.8 E em que tem dificuldades?

5. DADOS DE EXCLUSÃO SOCIAL:

Sentimentos antes e depois do trabalho coletivo

Elementos	Antes da Cooperativa	Depois da Cooperativa
Preconceito (cor; aspecto físico, local de moradia)		
Solidão/isolamento		
Abandono (por quem?) família, amigos		
Sem perspectiva de melhora de vida		
Sem preparo para enfrentar o mercado de trabalho.		
Vergonha		
Insegurança (sem certeza do que fazer)		
Medo. Do quê?		
Sensação de ser ou estar excluído da sociedade		
Outros sentimentos????		

Se esses sentimentos melhoraram, o que levou a isso?

6. EXPECTATIVAS FUTURAS

6.1 O que você espera do seu trabalho, dentro da cooperativa, daqui para frente?

7. PERCEPÇÕES DO ENTREVISTADOR: (Avaliação da entrevista em termos de objetivos alcançados; descrição da pessoa entrevistada em relação as observações que tenha feito durante a entrevista; coisas que tenha falado, termos específicos que tenha utilizado; maneira de se comunicar (articulação das palavras , coerência das frases, entendimento das perguntas) ; cuidado pessoal.

♦ O Sr(a) já participou de alguma ocupação: 0- não 1- sim

• (se positiva a resposta anterior) Onde ?

1- neste mesmo local 2- neste município 3- nesta região

4- em outra região de SP 5- em outro estado

• Qual o último local de moradia antes de se tornar um assentado?

1- na área rural ou algum distrito deste município

2- na sede do município

3- na área rural de cidades próximas

4- na área urbana de cidades próximas

5- no meio rural de outras regiões do estado de São Paulo

6- no meio rural de outro estado: _____

7- na área urbana de outras regiões de SP

8- no meio urbano de outro estado: _____

• Quais os principais motivos que fizeram com que o Sr(a) partisse para um acampamento ou assentamento?

1- sempre sonhou em possuir um pedaço de terra

2- veio com a família para a região ainda criança

3- veio por indicação/ influência de amigos

4- devido às dificuldades financeiras/falta de emprego no campo e na cidade

5- divulgação feita por órgãos representativos (MST, Igreja, outros)

6- morava no local na época da desapropriação

7- outra resposta: _____

• Qual a principal atividade que o Sr(a) exercia no momento antes de se tornar um assentado?

1- bóia-fria/diarista

2- caseiro, vaqueiro ou trabalhador permanente em fazendas ou sítios

3- arrendatário

4- parceiro/meeiro

5- pedreiro/servente de obras

6- comerciante na cidade

7- tratorista

8- empregada doméstica

9- empregado de indústria

10- estava desempregado

11- outra resposta: _____

- Como era sua residência anterior ao assentamento?

Tipo de construção	Número de cômodos	Infra-estrutura
Alvenaria ()	Quarto/dormitório ()	Água encanada ()
Taipa ()	Sala ()	Açúde ()
Palha ()	Cozinha ()	Poço artesiano ()
Lona ()	Área de serviço ()	Luz ()
Outra:	Banheiro interno ()	
	Fossa ()	
	Outro:	

- ♦ O senhor(a) tem filhos ou filhas solteiros morando fora do assentamento? 0- não
1- sim

- (se positiva a resposta anterior) Quadro dos filhos solteiros que não residem no domicílio?

Sexo 1-M 2-F	Idade	Escolaridade (último ano completo)	Estuda 1- Sim 2- Não	Residência: 1- rural 2- urbana	Ocupaç	Tipo de trabalho: 1- permanente 2- temporário	trabalho 1-rural 2- urban

III- IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

- Possui os seguintes documentos?

Documento	0- não tem	1- tem
Certidão de casamento		
Carteira de identidade		
CPF		
Título de eleitor		
Carteira de motorista		
Conta corrente bancária individual		
Conta corrente bancária conjunta		
Poupança		

- O Sr(a) escreve: 01- com facilidade 02- com dificuldade 03- não sabe escrever

- ♦ (Se positiva a resposta anterior). Aprendeu a escrever :

1- antes de assentado 2- depois

de assentado

- O Sr(a) lê: 01- com facilidade 02-com dificuldade 03- não sabe ler

- (Se positiva a resposta anterior). Aprendeu a ler :
1- antes de assentado 2- depois de assentado

- O que o Sr(a) costuma ler com mais frequência? (Espontânea- aceitar mais de 01 resposta)
01- jornal 02- revista 03- livro 04- bíblia/textos religiosos 05- Documentos/Estatutos
06- outros: _____

- Qual é o tamanho do seu lote? _____ hectares

- A principal forma de exploração em seu lote é: 01- individual 02- coletiva
03- mista

- O Sr(a) costuma trabalhar em área coletiva? 01- não 02- frequentemente
03- raramente

- Sr(a) e sua família costumam participar de mutirão em área coletiva?
01- não 02- frequentemente 03- raramente

- Com que frequência o Sr(a) participa de associações, cooperativas, sindicatos?
* frequência = 0- não participa 1- sempre 3- de vez em quando 4- raramente
Instituições () Associações () Cooperativas ()
)
Sindicatos () Grupos/associações de mulheres () Reunião de
partido político ()

IV- NÍVEL DE RENDA

- Quantas pessoas que moram neste domicílio têm as seguintes fontes de renda:
(Considerar todos os membros da família que moram no domicílio e que tiveram rendimento no mês anterior)

Rendimentos permanentes	Nº de pessoas	Valor
Salário		
Aluguel		
Aposentadoria		
Ajuda de parentes		
Outros:		

Rendimentos temporários	Nº de pessoas	Valor
Trabalho por dia		
Ajuda de parentes		
Outros:		

- Na família, existe alguém que mora no assentamento e trabalha na cidade?

• 0- não 1- sim

- (se positiva a resposta anterior) O que faz?

- Quanto ganha? _____

- ♦ Por qual motivo trabalha na cidade?

1- prefere a cidade ao campo 2- não tem emprego no campo 3- ganha mais na cidade 4- outros: _____

- Existem filhos solteiros que moram fora do assentamento, mas que ajudam financeiramente a família?

0- não 1- sim, regularmente 2- sim, de vez em quando

V- MORADIA

- Sua habitação foi construída com quais recursos?

1- crédito habitação 2- crédito habitação e recursos próprios 3- recursos próprios

4- outros: _____

- Como foi construída sua casa?

1- em regime de mutirão entre os assentados 2- pela própria família

3- mão-de-obra paga e trabalho familiar 4- somente mão-de-obra paga 5- outros: _____

- Como o Sr(a) comprou o material para a construção de sua casa?

1- coletivamente 2- individualmente 3- outros:

- Qual é o tipo de material de construção predominante na habitação do assentado(a)?

(1- alvenaria 2- taipa 3- palha 4- lona 5- outro:

_____)

Início do assentamento ()
Atualmente ()

- ♦ Houve reformas? 1- sim 0- não

Se positivo, quais:

- Qual o tipo de material que predomina na cobertura da habitação do assentado(a)?

1- laje 2- telha de barro 3- zinco/amianto 4- lona 5- palha 6-

Outros: _____

Início do assentamento ()

Atualmente ()

- Houve reformas? 1- sim 0- não

Se positivo, quais: _____

- Identificar o número de cômodos do domicílio:

Tipo de cômodo	Número de cômodos		
	Início do assentamento	Atualmente (2002)	Reformas (datas)
Quarto/dormitório			
Sala			
Cozinha			
Área de serviço			
Dispensa			
Banheiro			
Outro: _____ _____			

O Sr(a) tem casa na cidade? 0- não 1- sim

- (se positiva a resposta anterior). A casa da cidade é usada:

1- sempre 2- pernoitar 3- lazer 4- outros:

O Sr(a) tem água encanada em sua residência? 0- não 1- sim

Desde quanto tem água encanada? _____anos

Paga pela água encanada? 0- não 1- sim

(se negativa a resposta anterior). A que distância buscam água: _____

<ul style="list-style-type: none"> ♦ Qual a fonte de água utilizada para consumo doméstico <ul style="list-style-type: none"> 1- açude 2- rio 3- riacho/córrego 4- poço artesiano 5- cisterna 	<p>Início do assentamento ()</p> <p>Atualmente ()</p>
<ul style="list-style-type: none"> ♦ Qual a fonte de água utilizada para consumo dos animais e atividades agrícolas <ul style="list-style-type: none"> 1- açude 2- rio 3- riacho/córrego 4- poço artesiano 5- cisterna 	<p>Início do assentamento ()</p> <p>Atualmente ()</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Como é o escoamento do banheiro deste domicílio? 1- fossa 2- casinha 3- vala 4- direto para o rio/riacho/córrego 5- outros: _____ 	<p>Início do assentamento ()</p> <p>Atualmente ()</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Qual é o tipo de energia utilizada na residência: <ul style="list-style-type: none"> 1- elétrica 2- querosene/óleo 3- gerador coletivo 4- gerador individual 5- lampião a gás 	<p>Início do assentamento ()</p> <p>Atualmente ()</p>
<ul style="list-style-type: none"> ♦ Qual é o tipo de energia utilizada nas Atividades Agrícolas: <ul style="list-style-type: none"> 1- elétrica 2- querosene/óleo 3- gerador coletivo 4- gerador individual 5- lampião a gás 	<p>Início do assentamento ()</p> <p>Atualmente ()</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Sr(a) paga pelo serviço de luz? 0- não paga o serviço 1- paga o serviço sozinho 2- paga o serviço de modo coletivo 	
<ul style="list-style-type: none"> • Qual é o destino do lixo do domicílio do assentado(a)? 1-queimado ou enterrado 2- despejado no próprio lote 3- rio/riacho/córrego 4- coletado pelo serviço público 5- outra forma: _____ 	<p>Início do assentamento ()</p> <p>Atualmente ()</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Qual o destino do lixo das embalagens utilizadas para defensivos e agrotóxicos? 1- não utiliza defensivos/agrotóxicos 2- queima 3- enterra 4- joga em área do quintal 5- joga em área do próprio assentamento 6- outra resposta: _____ 	<p>Início do assentamento ()</p> <p>Atualmente ()</p>

VI- CONDIÇÕES LOCAIS

- No assentamento existe?

	0- não 1- sim	(se positivo) Desde quando?
Posto de saúde funcionando		
Agente de saúde		
Visita regular de médico		

Quais são as doenças mais comuns em sua família?

Antes de estar no assentamento	Após estar assentado
1- _____	5- _____
2- _____	6- _____
3- _____	7- _____
4- _____	8- _____

- Como são tratadas essas doenças na família (aceitar mais de uma resposta)

1- consulta ao médico no posto de saúde do assentamento

2- consulta ao médico na cidade

3- consulta ao agente de saúde do assentamento

4- usar remédio caseiro ou chás

5- comprar remédio na farmácia

6- benzedeira/curandeiro

7- outros: _____

- Houve mortalidade infanto-juvenil e/ou adulta na família do assentado

0- não 1- sim

- (se positiva a resposta anterior). Qual(is)?

Sexo: 1- Masc 2- Fem	Idade	Causa mortis	0- antes 1- no assentamento

VII- MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS

- Quais maquinários e/ou implementos agrícolas que os assentados possuem na propriedade ou utilizam de modo coletivo

Máquinários/implementos	Quantidade	Coletivo - 1 individual- 0	Adquiridos antes do assentamento: 0 Adquiridos após o assentamento: 1
Carro de passeio			
Caminhoneta/caminhão			
Moto/motocicleta			
Charrete			
Trator			
Bicicleta			
Arado/tração animal			
Motor elétrico			
Bomba d'água elétrica			
Pulverizadores			
Outros			

- Quais os tipos de aparelhos eletrodomésticos existentes no domicílio?

Eletrodomésticos	Quantidade	Adquiridos antes do assentamento: 0 Adquiridos após o assentamento: 1
Máquina de costura		
Geladeira		
Fogão		
Televisão		
Aparelho de som		
Rádio		
Antena parabólica		
Refrigerador para guardar leite		
Chuveiro elétrico		
Liquidificador		
Outros		

VIII- ATIVIDADES RURAIS

- Culturas temporárias** (arroz, feijão, milho, mandioca, cana, algodão, etc)

Produto	Área cultivada	Área colhida	Volume produzido	Para quem vende	Como é realizada a venda

• **Produção de frutas e café**

Instruções: Processa: 0- não processa 1-geléia 2- doce 3-licor 4-outros: especificar

Comercializa: 0- não comercializa 1- comercializa in natura 2-comercializa processada 3-ambas

Como é realizada a venda: 1- entrega na cidade 2- o comprador busca 3- entrega na área rural

4- via Cooperativa 5- outros: especificar

Produto	Nº de pés	Volume produzido	Processa	Comercializa	Para quem comercializa	Como é realizada a venda

• **Hortaliças:**

Instruções: Como é realizada a venda:

1- entrega na cidade 2- o comprador busca 3- entrega na área rural 4- via Cocamp 5- outros: especificar

Tipo de hortaliça	Consumo: 1-alimentar 2- medicamento 3- ambos	Comercializa 0- não 1- sim	Para quem vende	Como é realizada a venda

• **Pecuária e criação de animais**

Criação	Nº de cabeças atuais	Número de cabeças compradas	Número de cabeças vendidas
Vaca			
Boi			
Garrote			

Bezerro/novilha			
Porco			
Galinha poedeira			
Frango			
Cavalo			
Burro/mula			
Cabra			
Outros			

• **Produção de ovos**

(Como é realizada a venda:

1- entrega na cidade 2- o comprador busca 3- entrega na área rural 4- via Cocamp 5- outros:
_____)

Quantidade (por dia)	Dúzias comercializadas por semana	Para quem vende	Como é realizada a venda

• Sr(a) produz leite?

0- não produz 1- produz exclusivamente para consumo 2- produz para consumo e comercialização

• **Outros produtos**

Produto	Consumo: 1- alimentar 2- medicamento 3- ambos	Comercializa 0- não 1- sim	Para quem vende	Como é realizada a venda
Mel				

Transporte			
Escola			
Saúde			
Educação			
Renda			
Lazer			
Outros:			

Por quê:

- ♦ Se o Sr(a) tivesse que fazer tudo de novo, faria ou não? (ocupação, conflitos, dificuldades, soluções,...)

Por quê:

OBSERVAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA E APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Tempo de duração			
Quantas vezes necessitou voltar ao local			
Local da entrevista			
É interessante ou necessita voltar outra vez	() sim	() não	
Endereço para retorno:			

NOTAS: NO VERSO DO QUESTIONÁRIO: () sim () não